



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANDERSON FERREIRA AQUINO

PAPÉIS URBANOS E REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE: a dinâmica socioespacial
contemporânea de Itapaci (GO)

CATALÃO (GO)

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ [X] Dissertação ☐ [] Tese

2. Nome completo do autor

ANDERSON FERREIRA AQUINO

3. Título do trabalho

PAPÉIS URBANOS E REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE: a dinâmica socioespacial contemporânea de Itapaci (GO)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ [X] SIM ☐ [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Magda Valéria Da Silva, Professora do Magistério Superior**, em 12/11/2021, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON FERREIRA AQUINO, Discente**, em 12/11/2021, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2487584** e o código CRC **605308F0**.

Referência: Processo nº 23070.035553/2021-98

SEI nº 2487584

ANDERSON FERREIRA AQUINO

PAPÉIS URBANOS E REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE: a dinâmica socioespacial
contemporânea de Itapaci (GO)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Prof^a. Dra. Magda Valéria da Silva

CATALÃO (GO)

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Aquino, Anderson Ferreira
PAPÉIS URBANOS E REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE
[manuscrito] : a dinâmica socioespacial contemporânea de Itapaci (GO) /
Anderson Ferreira Aquino. - 2021.
191 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Magda Valéria da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade
Acadêmica Especial de Geografia, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Catalão, 2021.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de
tabelas.

1. Papéis urbanos. 2. Dinâmica contemporânea. 3. Formação
socioespacial. 4. Itapaci. I. Silva, Magda Valéria da, orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **197** da Sessão de Defesa Pública de Dissertação de **ANDERSON FERREIRA AQUINO**, que confere o título de **Mestre em Geografia**, na área de concentração em **Geografia e Ordenamento do Território**.

Observações: Banca Examinadora de Defesa Pública de Dissertação realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu Artigo 2º: "Art. 2º - A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação."

Aos **trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um**, a partir das **14h**, à distância, por videoconferência pelo aplicativo *Google Meet*, realizou-se a Sessão Pública de Defesa de Dissertação intitulada **"PAPÉIS URBANOS E REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE: a dinâmica contemporânea da cidade de Itapaci (GO)"**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora **Dra. Magda Valéria da Silva** (IGEO/UFCAT-UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor **Dr. Denis Castilho** (IESA/UFG), membro titular externo; Professora **Dra. Carmem Lúcia Costa** (IGEO/UFCAT-UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da Banca Examinadora **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em Sessão Secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o Candidato **APROVADO** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Dra. Magda Valéria da Silva, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente Ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às 16h20.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

"PAPÉIS URBANOS E REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE: a dinâmica socioespacial contemporânea de Itapaci (GO)"



Documento assinado eletronicamente por **Magda Valéria Da Silva, Professora do Magistério Superior**, em 30/07/2021, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carmem Lúcia Costa, Professora do Magistério Superior**, em 31/07/2021, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dênis Castilho, Professor do**



Magistério Superior, em 09/08/2021, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2245186** e o código CRC **D7C67B28**.

Referência: Processo nº 23070.035553/2021-98

SEI nº 2245186

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDERSON FERREIRA AQUINO

PAPÉIS URBANOS E REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE: a dinâmica socioespacial contemporânea de Itapaci (GO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Catalão (GO), 30 de julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Magda Valéria da Silva – Orientadora (Geografia – UFG-RC)

Prof^a. Dra. Carmem Lúcia Costa – Membro titular interno (Geografia – UFG-RC)

Prof. Dr. Denis Castilho – Membro titular externo (Geografia – UFG-RG)

Resultado: Aprovado

Dedico este trabalho aos itapacinos e itapacinas, de nascimento ou de coração, em especial a Francisco Ferreira Aquino (*in memoriam*), que não o sendo de berço, o foi por apreço, exercendo em Itapaci os trabalhos de servente, pedreiro, furador de cisternas e carroceiro. Com ele aprendi a arte de plantar com esperança, cultivar com amor e colher com alegria. A alma mais jovial e nobre que pude conhecer, e que tive a dádiva de chamar de pai.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Francisco e Genilda, por todo cuidado e incentivo ao longo da jornada da vida.

Aos meus irmãos Maria Aparecida, Ana Paula e Jefferson pelo carinho e atenção.

À minha namorada Mirian Lima, pelo carinho inefável, por encorajar-me a sonhar, e por contribuir de forma brilhante nas correções desta Dissertação.

Aos meus tios, Geraldo e Maria, que me acolheram sempre calorosamente em sua casa, onde eu estabeleci um verdadeiro posto avançado para minha Pesquisa de Campo.

Ao meu primo Ericki, que me acompanhou e deu inestimável suporte durante a Pesquisa de Campo.

Aos amigos e amigas, pelo apoio irrestrito e pelos prolongados e frutíferos diálogos, de forma especial ao Marcelo, Maria Edna, Jean, Renato, Uliane, Vitor, Nathália, Júlio, Lucélio, Regiane, Danilo e Laila.

Ao Presidente da ACOMITA/CDL, Aparício Jorge Rodrigues, e ao Secretário Municipal de Indústria e Comércio de Itapaci, Gilson de Paula Alves, pela recepção, pela atenção e pelas informações prestadas durante as entrevistas.

À população itapacina, que me acolheu de forma calorosa durante a Pesquisa de Campo.

À minha orientadora Magda Valéria da Silva, pelo constante apoio e compreensão, extraindo os melhores frutos da minha pesquisa.

Aos Professores Denis Castilho e Carmem Lúcia Costa, por se fazerem presentes nas bancas de qualificação e defesa, e enriquecerem de forma ímpar as discussões aqui apresentadas.

Ao Professor José Henrique Stacciarini, pelos preciosos conselhos, e a todos os professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFG – Regional Catalão, UFCat em implantação.

A todos os funcionários e funcionárias da UFG-RC, cujo trabalho nos proporciona grandes experiências e aprendizados na universidade gratuita e de qualidade.

À Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos que permitiu a construção deste trabalho.

A todos, que de uma forma ou de outra contribuíram ao desenvolvimento do presente trabalho.

Devemos, então, lembrar-nos de que se o real é o verdadeiro, o possível é sempre maior que o real, e o futuro, mais amplo do que o existente. O presente é o real, o atual que se esvai; e sobre ele, como sobre o passado, não temos qualquer força. O futuro é que constitui o domínio da vontade e é sobre ele que devemos centrar o nosso esforço, de modo a tornar possível e eficaz a nossa ação.

(Milton Santos, *Metamorfoses do espaço habitado*, 2008, p. 94).

RESUMO

A presente pesquisa aborda os papéis urbanos desempenhados pela cidade de Itapaci (GO) e o seu alcance regional, no contexto da dinâmica socioespacial dessa pequena cidade do centro-norte goiano. Traçou-se como objetivo compreender os processos que marcam a dinâmica urbana contemporânea de Itapaci, a partir dos papéis urbanos e regionais que desempenha ao se articular com outras pequenas cidades da rede urbana regional. Para alcançar a proposta, adotou-se uma abordagem quali-quantitativa, com três etapas investigativas. A primeira pautou-se na revisão bibliográfica; a segunda baseou-se na análise documental de dados censitários, estatísticos, fotográficos, leis e decretos; e a terceira estruturou-se na pesquisa de campo, com realização de registro fotográfico, croquis e entrevistas com a população itapacina e com dois gestores em âmbito municipal, representantes dos setores secundário e terciário da economia. Ainda que, caracteristicamente, constitua uma pequena cidade, Itapaci estabeleceu nas últimas décadas uma considerável dinâmica socioeconômica, discutida aqui a partir da reflexão do processo de formação socioespacial da cidade e de seu município, bem como de sua inserção na rede urbana regional, particularizada por se estruturar na articulação de pequenas cidades. Itapaci, então, se revela desempenhando uma diversidade de papéis urbanos na complexidade de sua contemporaneidade, alguns dos quais são vistos pela população itapacina, e mesmo por gestores municipais, como insuficientes no atendimento das demandas cotidianas da população itapacina. Contraditoriamente, alguns dos papéis urbanos de Itapaci se estendem a nível regional, atendendo às demandas da população de outras cidades vizinhas e seus respectivos municípios, que se articulam territorialmente. O refletir sobre o passado, para compreender o presente, estimula o pensar nas possibilidades futuras a partir da contribuição da Ciência Geográfica, tomando-se por base as debilidades e sugestões indicadas pela população itapacina. Tal ação permite pensar algumas potencialidades e alternativas, vislumbrando uma reconstrução urbana em um horizonte utópico, com pequenas cidades com melhores condições de vida para sua população.

Palavras-chave: Papéis urbanos, Dinâmica contemporânea, Formação socioespacial, Itapaci.

ABSTRACT

This research addresses the urban roles played by the city of Itapaci (GO) and its regional reach, in the context of the contemporary dynamics of this small city in the center-north of Goiás. The aim was to understand the processes that mark the contemporary urban dynamics of Itapaci, from the urban and regional roles it plays in articulating with other small cities in the regional urban network. To achieve the proposal, a quali-quantitative approach was adopted, with three investigative steps. The first was based on a literature review; the second was based on document analysis of census data, statistics, photographs, laws and decrees; and the third was structured on field research, with photographic records, sketches and interviews with the Itapacina population and with two managers at the municipal level, representatives of the secondary and tertiary sectors of the economy. Although it is characteristically a small town, Itapaci has established in recent decades a considerable socioeconomic dynamic, discussed here based on the reflection of the process of socio-spatial formation of the city and its municipality, and its insertion in the regional urban network, particularized by its structure in the articulation of small towns. Itapaci, then, reveals itself playing a diversity of urban roles in the complexity of its contemporaneity, some of which are seen by the Itapacina population, and even by municipal managers, as insufficient in meeting the daily demands of the Itapacina population. Contradictory, some of Itapaci's urban roles extend to the regional level, meeting the demands of the population of other neighboring cities and their respective municipalities, which are territorially articulated. Reflecting on the past, in order to understand the present, stimulates thinking about future possibilities based on the contribution of Geographical Science, based on the weaknesses and suggestions indicated by the Itapacina population. Such action allows us to think about some potential and alternatives, envisioning an urban reconstruction in a utopian horizon, with small cities with better living conditions for their population.

Keywords: Urban roles, Contemporary dynamics, Socio-spatial formation, Itapaci.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Mapa do município de Itapaci em 1945	63
Figura 2:	Residências na Avenida Floresta, Itapaci (GO) – 1958	67
Figura 3:	Loja comercial na Avenida Floresta, Itapaci – 2021	68
Figura 4:	Escola Normal Imaculado Coração de Maria, Itapaci (GO) – 1958	69
Figura 5:	Pátio do Colégio Assunção, Itapaci – 2015	70
Figura 6:	Mapa de uso da terra no sítio urbano de Itapaci (GO), em novembro 1948	71
Figura 7:	Mapa das vias de acesso à Itapaci no contexto regional do Mato Grosso de Goiás – 1956	75
Figura 8:	A velha estrada de acesso a Itapaci (GO) fotografada por Carmin em 1956 ...	76
Figura 9:	Nova estrada entre Itapaci (GO) e o povoado de Nova Glória - 1956	77
Figura 10:	Mapa de uso da terra da cidade de Itapaci (GO) em 1956	78
Figura 11:	Fragmentação territorial de Itapaci (GO) na década de 1950	80
Figura 12:	Prédio da Prefeitura e Fórum em Itapaci (GO) - 1958	83
Figura 13:	Prédio do Vapt-Vupt Unidade Itapaci, Itapaci (GO) - 2021	83
Figura 14:	Hospital São Francisco, Itapaci (GO) - 1958	84
Figura 15:	Hospital São Francisco, Itapaci (GO) - 2021	85
Figura 16:	Avenida Floresta, Itapaci - 1983	96
Figura 17:	Avenida Floresta, Itapaci – 2021	97
Figura 18:	Fragmentação territorial em 1988 e o território do município de Itapaci (GO) em 1990	98
Figura 19:	Planta industrial da Cirio Brasil S/A em Nova Glória (GO) – 1999	104
Figura 20:	Fluxograma representativo da cadeia agroindustrial do tomate no Brasil nos anos 1990	105
Figura 21:	Antiga planta industrial da Cirio Brasil S/A em Nova Glória (GO) – 2021	107
Figura 22:	Histórico do valor da produção mundial de petróleo – 1970-2016	110
Figura 23:	Planta industrial da Usina Vale Verde em Itapaci – 2021	112
Figura 24:	Colheita de cana na Comunidade rural Córrego do Macaco. Do outro lado do fundo de vale, a lavoura se estende pela Comunidade São Domingos, ambas no município de Nova Glória (GO) – 2016	117
Figura 25:	Raio de atuação produtiva da Usina Vale Verde de Itapaci em 2009	118
Figura 26:	Caminhão bitrem canavieiro na GO-336, em Itapaci (GO) – 2021	119

Figura 27: Espacialização do destino da produção da Usina Vale Verde de Itapaci em 2009	120
Figura 28: Aspersor de vinhaça em lavoura de cana recém colhida em Itapaci (GO) – 2021	121
Figura 29: Unidades locais e pessoal ocupado no município de Itapaci – 2006-2018	123
Figura 30: Processo de expansão da malha urbana de Itapaci (GO) – 1935-2021.....	132
Figura 31 Alguns vazios urbanos em bairros de Itapaci – 2021	135
Figura 32: Perfil dos participantes das 44 entrevistas junto a população itapacina, em percentuais quanto a Idade, Escolaridade, Setor de trabalho e Média individual de renda mensal, Itapaci – 2020	137
Figura 33: Algumas estruturas de atenção à saúde e assistência social em Itapaci (GO) – 2021	142
Figura 34: Algumas praças e equipamentos de lazer em Itapaci – 2021	144
Figura 35: Alguns espaços para a prática do esporte e lazer em Itapaci – 2021	145
Figura 36: Fluxo de pessoas de outros municípios que se deslocam até Itapaci (GO) para consumir produtos e serviços – 2020	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Autores (as) que abordaram as pequenas cidades na segunda metade do século XX	42
Quadro 2: Dissertações sobre pequenas cidades defendidas nas universidades brasileiras (2000-2010)	45
Quadro 3: Teses sobre pequenas cidades defendidas nas universidades brasileiras (2000-2010)	46
Quadro 4: Dissertações sobre pequenas cidades defendidas nas universidades brasileiras (2010-2020)	48
Quadro 5: Teses sobre pequenas cidades defendidas nas universidades brasileiras (2010-2020)	50
Quadro 6: Tipos ideais de pequenas cidades no Brasil, conforme Corrêa (2011)	54
Quadro 7: Prefeitos do município de Itapaci (GO) - 1945-2021	82
Quadro 8: Empreendimentos usineiros da microrregião de Ceres que obtiveram incentivos fiscais	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Evolução do quadro territorial e populacional de Itapaci (GO) - 1950-2010 .	85
Tabela 2:	Área cultivada e quantidade produzida das principais culturas em Itapaci - 1975-1990	94
Tabela 3:	Municípios goianos com maior produção agrícola de tomate - 1994-1995	101
Tabela 4:	Área cultivada e produção de tomate em alguns municípios selecionados - 2000-2003	104
Tabela 5:	Área cultivada com cana-de-açúcar por tipo de aquisição das terras em quatro usinas do Vale do São Patrício em 2008	115
Tabela 6:	Composição dos contratos de arrendamento por extratos de área em quatro usinas do Vale do São Patrício em 2008	116
Tabela 7:	Unidades locais de empresas e outras instituições ativas e pessoal ocupado em Itapaci (GO), por Seção e Divisão na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) – 2018	126
Tabela 8:	O que a/o participante mais gosta na cidade de Itapaci (GO)	138
Tabela 9:	Quais os principais problemas urbanos da cidade de Itapaci (GO)	139
Tabela 10:	A cidade de Itapaci (GO) atende as necessidades cotidianas de sua população nos itens relacionados – 2020	140
Tabela 11:	Encontra em Itapaci todos os produtos e serviços que necessita no seu cotidiano? – 2020	146
Tabela 12:	Como faz para consumir produtos e serviços que não encontra em Itapaci? – 2020	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR-GO - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás

ACOMITA – Associação Comercial e Industrial de Itapaci

APA - Área de Proteção Ambiental

APPs – Áreas de Preservação Permanente

Asteq - Associação de Ensino Profissionalizante Qualificação Profissional e Fomento Cultural do Vale do São Patrício

BEG – Banco do Estado de Goiás

BDTD – Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações

CAIs – Complexos Agroindustriais

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CELG – Centrais Elétricas de Goiás

CEMPRE – Cadastro Central de Empresas

Cia. – Companhia

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômica

Codego - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás

Cohab – Companhia de Habitação de Goiás

Cooper-Rubi – Cooperativa Agroindustrial de Rubiataba

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

EAD – Ensino a Distância

Emater-GO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás

FAEG – Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás

Fael – Faculdade Educacional da Lapa

FCO – Fundo Constitucional do Centro Oeste

Fomentar – Fundo de Participação e Fomento a Industrialização de Goiás

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Ltda. – Limitada

MCMV – Minha Casa Minha Vida

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MEC – Ministério da Educação

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PMGO - Polícia Militar de Goiás

POLOAMAZÔNIA – Programa de Desenvolvimento das Áreas da Amazônia

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas

Proálcool – Programa Nacional do Alcool

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

Produzir – Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PROVALE – Programa Especial para o São Francisco

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

Saneago – Saneamento de Goiás

S/A. – Sociedade Anônima

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação

SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Coordenação

SIEG – Sistema Estadual de Geoinformação

SIGs – Sistemas de Informações Geográficas

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

TRE-GO – Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

UBS – Unidade Básica de Saúde

UC – Unidade de Conservação

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFCAT – Universidade Federal de Catalão

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFJ – Universidade Federal de Jataí
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UnB – Universidade de Brasília
Unesp – Universidade Estadual Paulista
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Unip – Universidade Paulista
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
Unopar – Universidade Norte do Paraná
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	A PEQUENA CIDADE NO CONTEXTO DOS ESTUDOS URBANOS	25
2.1	A cidade em sua diversidade conceitual	26
2.2	Rede urbana e formação socioespacial	34
2.3	A recente redescoberta das pequenas cidades	40
3	FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ITAPACI (GO)	58
3.1	As origens e primeiras décadas de formação socioespacial de Itapaci	58
3.2	Modernização da agricultura e aparelhamento urbano em Itapaci	81
4	PROCESSOS RECENTES E A DINÂMICA CONTEMPORÂNEA DE ITAPACI (GO)	109
4.1	A reestruturação da agroindústria sucroalcooleira em Itapaci e no Vale do São Patricio no início do século XXI	109
4.2	Estrutura econômica, crescimento demográfico e expansão urbana na dinâmica contemporânea de Itapaci	122
4.3	A cidade de Itapaci pelos olhares de quem a vive	135
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
6	REFERÊNCIAS	160
7	ANEXO I	170
8	ANEXO II	173
9	ANEXO III	177
10	ANEXO IV	181
11	APÊNDICE I	182

1 INTRODUÇÃO

A cidade e toda a complexidade da realidade urbana encontram-se em um constante processo de transformação, ao passo que o movimento do mundo transpassa o local e se particulariza de múltiplas maneiras nesta dimensão escalar. Os processos em outras escalas, como a nacional e a regional, também se efetivam e deixam sua marca na configuração do local, que não recebe as influências como um elemento inerte, porque também o local e a cidade – entendida aqui em sua estruturação nesta escala – participam e se concretizam na articulação com as outras escalas.

Assim, coloca-se como grande desafio, para as Ciências Sociais em geral e para a Geografia em particular, a compreensão da cidade contemporânea dentro do processo de produção do espaço, que exige a reflexão dos mais variados processos, em múltiplas escalas e tempos, já que as formas e estruturas presentes na cidade são resultantes de processos e ações efetivadas em todo o seu contexto de formação socioespacial, cuja análise permite melhor entender quais as funções ou papéis que cada cidade cumpriu e cumpre em seu processo histórico-geográfico de formação e de inserção na rede urbana.

Se inumeráveis são as dificuldades impostas para se alcançar tal entendimento, incontáveis são os que se dedicaram e se dedicam a pesquisar sobre a cidade e o urbano, suas relações, formas, processos, estruturas e funções. Desta forma, há séculos, cientistas, filósofos e artistas se empenham para compreender, refletir e representar a cidade, que ganhou tantos olhares quanto definições e conceituações.

Erguidas no movimento das Revoluções Industriais, as grandes cidades da era moderna tiveram a quase totalidade da atenção dos pesquisadores urbanos voltada para si. No Brasil, apenas recentemente houve um maior interesse pela pesquisa de cidades não-metropolitanas, incorporando-se em um primeiro momento – nas últimas décadas do século XX – o estudo das cidades médias e, posteriormente, das pequenas cidades, que passaram a ser objeto de pesquisas e tema de contribuições teóricas e epistemológicas, com maior regularidade apenas no início do século XXI.

Nesse novo contexto, não é mais possível compreender as pequenas cidades, apenas a partir do ponto de vista clássico da hierarquia urbana, que as consideram como simples ponto final na extremidade da rede urbana, geralmente associada à precariedade de infraestrutura e serviços, e a uma grande dependência das cidades médias e metropolitanas. Todavia, não se trata da substituição das redes urbanas hierárquicas por novos tipos de redes, mas de uma nova, complexa, e as vezes, até mesmo, contraditória combinação de fluxos, tanto hierarquicamente

quanto em sentido transversal ou horizontal. Verifica-se, portanto, uma maior integração das cidades, possibilitando que algumas pequenas cidades – especialmente nas áreas distantes das metrópoles, sem a presença de uma cidade média – redefina seus papéis urbanos, projetando-os a nível regional até outras pequenas cidades vizinhas.

O atrativo inicial pelo tema e pela área escolhida para se desenvolver a pesquisa, vem das experiências vividas pelo pesquisador, que tendo nascido na cidade de Itapaci, residiu por vinte anos no município vizinho de Nova Glória, cuja sede – como praticamente de todos os municípios que constituem a Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia, da qual fazem parte Itapaci e Nova Glória – também se configura uma pequena cidade. As interações socioespaciais entre as pequenas cidades sempre despertaram uma curiosidade pessoal e, particularmente, àquelas engendradas por Itapaci, no contexto regional ao qual está inserida. Da mesma forma, as particularidades de sua dinâmica ainda são motivo de inquietação e reflexão, reforçadas pelo escasso enfoque que até pouco tempo as pequenas cidades recebiam da Geografia Urbana no Brasil, e ainda, pelo reduzido número de pesquisas acadêmicas que se dedicaram a analisar à realidade socioespacial do centro-norte goiano.

Para conduzir o exercício de pensar a presente pesquisa, indagou-se os seguintes questionamentos: a) Como as pequenas cidades tem sido estudadas pela Geografia brasileira?; b) Como se deu o processo de formação socioespacial de Itapaci?; c) Quais são os papéis urbanos de Itapaci, e qual o alcance regional destes no contexto de sua dinâmica socioespacial contemporânea de pequena cidade?.

A partir daí, traçou-se como objetivos específicos, refletir sobre a recente redescoberta das pequenas cidades, no âmbito das pesquisas acadêmicas da Geografia brasileira; analisar a pequena cidade de Itapaci e seu município em seu processo de formação socioespacial; e por fim, compreender a dinâmica contemporânea desta cidade e os papéis urbanos e regionais que desempenha.

Na busca por alcançar os objetivos propostos, em termos metodológicos, optou-se por uma abordagem quali-quantitativa, e, para isso foram utilizadas três etapas investigativas, sendo as pesquisas teórica, documental e de campo. A primeira etapa, teve por finalidade a realização de uma ampla revisão de literatura sobre pequenas cidades, rede urbana, funções e papéis urbanos, entre outros temas relevantes, como por exemplo, aqueles referentes à cidade e ao município de Itapaci (GO). Buscou-se contribuição em diversos autores e autoras, como Santos (1959, 1977, 2012), Corrêa (1988, 1989, 1997, 2011, 2012), Vasconcelos (1999), Melo (2008), Sandra Ferreira (2010), Carmin (1955, 1960), Silveira (1981), Castro (1996), Ávila (2009), Castilho (2009), e Lara Ferreira (2010), entre outros e outras.

Complementando a pesquisa teórica, a segunda etapa consistiu no levantamento de dados e informações documentais, que subsidiassem a caracterização demográfica, econômica e social do município de Itapaci, por meio de dados censitários e estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). Foram utilizados ainda, dados dos relatórios de Produção Agrícola Municipal, publicados pelo IBGE, e dos Anuários Estatísticos, publicados pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN) do Estado de Goiás. Outros documentos, como fotografias, leis e decretos estaduais e municipais e *shapefiles*, obtidos na plataforma digital do IBGE e do Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG), também foram amplamente utilizados.

Subsidiada pelas pesquisas teórica e documental, a pesquisa de campo teve por finalidade a investigação da base empírica da pesquisa, na qual procurou-se compreender os papéis urbanos e regionais da cidade de Itapaci (GO), através de três técnicas: a) observações do próprio pesquisador anotadas em diário de campo, elaboração de croquis e registro fotográfico (apenas de locais públicos); b) aplicação de roteiros de entrevista estruturada; e c) tratamento, cruzamento e análises dos dados observados e levantados em campo.

A etapa da pesquisa envolvendo direta e indiretamente seres humanos só foi executada após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (CEP/UFG-RC), conforme consta no Parecer Consubstanciado nº 4.001.087, e Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 29956520.1.0000.8409, de 30 de abril de 2020, anexado no Apêndice I.

A aplicação dos roteiros de entrevista foi realizada em outubro de 2020, durante o curso da pandemia da Covid-19, em um momento que houve a redução de casos de contaminados confirmados no município de Itapaci. Para resguardar a integridade física e a saúde dos participantes, todas as medidas sanitárias recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e demais instituições de saúde do Estado de Goiás e do Município de Itapaci foram tomadas e adotadas durante a realização das entrevistas, mantendo-se o distanciamento entre pesquisador e participantes, bem como uso contínuo de máscaras faciais e higienização das mãos e do material de apoio, antes e depois de cada entrevista.

As entrevistas foram realizadas junto a dois grupos específicos: I) população que reside na cidade de Itapaci, e II) dois funcionários representantes em âmbito municipal dos setores secundário e terciário da economia de Itapaci, a saber: um da Secretaria de Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Itapaci, e outro da Associação Comercial e Industrial de Itapaci/Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapaci (ACOMITA/CDL).

Foram realizadas 44 entrevistas junto à população residente na cidade de Itapaci, número definido mediante cálculo amostral (Anexo IV), tendo como referência uma confiabilidade de 90%, valor entendido aqui como de grande relevância para se alcançar os objetivos propostos na pesquisa. O roteiro de entrevistas aplicado à população itapacina (Anexo I), forneceu os dados primários para análise dos papéis urbanos desempenhados pela cidade de Itapaci, a partir das opiniões expressas pelos sujeitos que trabalham, consomem, vivem, produzem e concebem tal cidade. Com isso, trouxe para a pesquisa, a perspectiva subjetiva do(a) morador(a) da pequena cidade, como ele/ela percebe os papéis urbanos e regionais desempenhados por Itapaci, e quais os principais desafios e possibilidades da cidade.

Já a decisão de se aplicar dois roteiros específicos de entrevista nas duas instituições (Anexos II e III), uma de caráter político, administrativo e governamental, e a outra sendo associação de classe de empresários, industriais, comerciantes e lojistas, teve como intuito avaliar como estes representantes das duas instituições, enquanto detentores de um olhar abrangente, veem o atual dinamismo da cidade de Itapaci, como esta atende as principais demandas da população itapacina ao desempenhar seus papéis urbanos, e qual o alcance regional destes papéis na articulação contemporânea de Itapaci na rede urbana regional. A escolha de representantes dos setores secundário e terciário da economia em escala municipal, se deu pelo fato de que, estes dois setores são os que melhor permitem compreender a dinâmica socioespacial e econômica das cidades, pois revelam, conforme Santos (1952), os papéis de cada cidade junto à sua população, bem como na rede urbana e na região a qual está inserida, além de sua área de influência e a importância desta em seu contexto espacial.

Além desta introdução e das considerações finais, a presente dissertação está estruturada em três seções. Na primeira seção, organizada em três subseções, aborda-se na primeira subseção, como a cidade e o urbano têm sido conceituados por pesquisadores e pesquisadoras, dos mais variados campos da ciência. Na segunda subseção, discute-se a importância da rede urbana e da formação socioespacial no estudo das pequenas cidades, enquanto na terceira subseção, argumenta-se quanto ao recente crescimento do debate e das pesquisas acadêmicas sobre pequenas cidades na Geografia brasileira.

Centrada na discussão sobre a formação socioespacial de Itapaci, a segunda seção está estruturada em duas subseções. A primeira subseção retrata como se formou o povoado da Água Fria, que se tornaria o distrito de Floresta e, por fim, a cidade de Itapaci, e as primeiras décadas após a emancipação municipal. Na segunda subseção, apresenta-se os principais processos e ações ocorridos na modernização do território, que, por intermédio da modernização da agricultura, reestruturou a base econômica-produtiva do município e da cidade de Itapaci, a

partir da consolidação dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar, na década de 1980, e do tomate industrial, na década de 1990.

Estruturada em três subseções, a terceira seção analisa os processos recentes e a dinâmica contemporânea da cidade de Itapaci, a partir dos papéis urbanos que ela desempenha e os alcances regionais destes. Na primeira subseção, aborda-se o processo de reestruturação da agroindústria sucroalcooleira no município de Itapaci e na região do Vale do São Patrício, no início dos anos 2000, além das principais contradições deste processo. A segunda subseção discute a estruturação econômica, o crescimento demográfico e o processo de expansão da malha urbana de Itapaci, proporcionados pela atual dinâmica socioeconômica da cidade de Itapaci e de seu município, ainda que caracterizada pelo contexto de pequena cidade. Encerra-se a seção, ao trazer na terceira subseção, a reflexão da cidade de Itapaci, a partir das opiniões expressas pela população itapacina, sobre o que apreciam na cidade, os desafios enfrentados, e, ao cumprir seus papéis urbanos, como Itapaci atende sua população em diversas áreas, refletindo-se ainda, sobre o alcance regional dos papéis desempenhados por Itapaci ao se articular com outras pequenas cidades na rede urbana regional.

Convém ressaltar que, ao longo do texto, utiliza-se várias classificações regionais distintas, nas quais Itapaci esteve inserida ao longo de seu processo de formação socioespacial, em virtude das múltiplas regionalizações que foram propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A intenção é não cometer o equívoco de transpor recortes regionais atuais para períodos pretéritos. Desta forma, é mencionado a região do Mato Grosso de Goiás, a microrregião de Ceres e a Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia, além da região do Vale do São Patrício, que apesar de nunca ter sido oficialmente regionalizada, é amplamente utilizada pelo senso comum e mesmo em trabalhos científicos. Cada uma destas regiões corresponde a um recorte territorial e temporal específico, tendo se tomado o cuidado de expor maiores detalhes em notas explicativas.

Por fim, com essa pesquisa, espera-se ter contribuído para análise teórico-conceitual e metodológica da pequena cidade, posta em uma realidade regionalizada goiana, como é o caso de Itapaci. E para além disso, a pesquisa deixou uma série de outros direcionamentos, para realização de novos estudos científicos pela ciência geográfica sobre essa localidade, os quais nos apontam que, mesmo uma pequena cidade, distante geograficamente de grandes centros urbanos, apresenta suas complexidades, vivências e singularidades, as quais precisam ser analisadas cientificamente.

2 A PEQUENA CIDADE NO CONTEXTO DOS ESTUDOS URBANOS

No conjunto de estudos sobre as pequenas cidades, tem se empreendido muito esforço nas últimas décadas para o entendimento de sua formação, realidade, significado e suas interações espaciais, o que tem corroborado para a produção de um número razoável de pesquisas e obras sobre o tema, mas que, ainda é diminuto, dado a dimensão continental e a grande diversidade socioespacial do país.

Tais esforços são extremamente válidos, e boa parte objetiva a estruturação de um conceito de pequena cidade, ou ainda cidade pequena, cidade local, pseudocidade, entre outras nomenclaturas mais extravagantes. Todavia, percebe-se que ainda persiste uma grande dificuldade de conceituação do que é ou não pequena cidade, debate que tem crescido ao longo das últimas décadas e que, é resultante, em grande medida, da carência de pressupostos teórico-metodológicos e da imensa diversidade de conteúdos, significados e dinâmicas dessas cidades (MELO, 2008).

É evidente que há grandes diferenças entre a pequena, a média, a grande cidade e a metrópole, impossível negar isso, mas propõe-se aqui, como ponto de partida para o dilema conceitual da pequena cidade, uma reflexão que passe pela rede urbana e pela formação socioespacial, para que esta não seja tomada como um dado *a priori*, como alerta Sposito e Silva (2013), e, antes disso, que também passe pela reflexão sobre a cidade e o urbano. Busca-se com isso, evitar toda uma análise sobre a realidade, sobre a dinâmica, sobre a estrutura, função, forma e processos da pequena cidade, mas que não vê a pequena cidade como cidade, e seu espaço como espaço urbano.

Ora, se é urgente e sempre necessário refletir sobre o que entendemos por cidade e por urbano nos estudos urbanos, seja dos vários campos das ciências em geral ou da Geografia em particular, é crucial que os estudos sobre as pequenas cidades desenvolvidas no âmbito da Geografia Urbana também realizem tal reflexão, já que as pesquisas deslocadas que querem entender a pequena cidade apenas como pequena cidade parece-nos negá-la enquanto cidade. Muitas vezes chega-se à conclusão que ela é algo, mas não uma cidade.

Tal tarefa não se pode pretender ser fácil, mas mostra-se necessária para superar o velho debate de armadilhas, que prefere definir o que não é a cidade, e claro, essa definição começa como ponto de corte sobre as pequenas cidades, baseando-se em algoritmos numéricos, que muito mais diz sobre o desejo de excluir dos estudos urbanos e relegar grande parte das pequenas cidades ao esquecimento, do que sobre realmente querer entender a complexidade das pequenas cidades que abrangem parte considerável do território brasileiro.

Em seu livro *O Espaço Urbano*, Ana Fani Alessandri Carlos (2007) cita como a realidade urbana tem colocado diante dos pesquisadores urbanos e da sociedade em geral problemas cada vez mais complexos, cujo entendimento da cidade e do urbano contemporâneos necessita de um amplo debate, que contemple várias perspectivas teórico-metodológicas. É primordial se dispor ao exercício da reflexão sobre o conhecimento da cidade e do urbano, produzido e acumulado pelo esforço de pesquisadores e estudiosos das mais variadas ciências.

A presente seção apresenta um pouco das reflexões já empreendidas sobre a cidade e o urbano, trazendo na sequência o debate sobre rede urbana e formação socioespacial, para, posteriormente, refletir sobre o que tem sido proposto como pequena cidade e, de que forma, esse tema tem estado presente na Geografia Urbana brasileira.

2.1 A cidade e sua diversidade conceitual

A cidade e toda a sua complexidade e dinamismo, pretérito, presente ou ainda possível no futuro, é, sem sombra de dúvidas, um dos objetos de estudo ou de trabalho que as ciências, a filosofia e as artes mais se debruçaram para refletir, compreender, representar. Forma concreta, com suas funcionalidades, estruturas e processos, a cidade está presente em grande parte da história da humanidade.

Enquanto objeto de análise, Henri Lefebvre (1969) lembra que a cidade deixou de ser um atributo analisado apenas pela Filosofia, que se esforçava por apreender o global, ou seja, a totalidade real da cidade, para ser objeto de investigação também das ciências da realidade social, constituídas no século XIX, que fragmentam a realidade buscando análises mais específicas. Desde então, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Exatas, Biológicas e Engenharias têm se dedicado ao exame da cidade e da realidade urbana. No caso da Geografia, a cidade é estudada por geógrafos das mais variadas correntes do pensamento geográfico, com olhares e visões sobre esta, igualmente diversificados.

Com tanta diversidade de abordagens, a cidade foi conceituada de diversas formas, por diferentes pensadores de distintas áreas do conhecimento ao longo do tempo, não sendo o objetivo desta subseção demonstrar a totalidade das propostas elaboradas, mas apenas explanar como a cidade foi interpretada na Geografia e, em outros saberes da grande área do conhecimento das Ciências Humanas/Sociais. A escolha dos autores citados busca apresentar as diversas visões sobre a cidade, cuja a intenção não é fazer uma revisão bibliográfica e teórica

de estudos sobre a cidade, mas trazer o olhar de alguns estudiosos da cidade no Brasil e no mundo.

Em artigo publicado em 1999, Pedro de Almeida Vasconcelos realiza uma importante reflexão sobre a utilização histórica e a diversidade de conceituações sobre a cidade, o urbano e o lugar. Entre as conceituações da cidade empreendidas no século XIX, o autor cita que no livro *Comunidade e Sociedade*, publicado em 1887, o sociólogo alemão Tönnies considera a cidade como a mais excelsa e complexa forma de vida comum dos homens (VASCONCELOS, 1999). Já o geógrafo e também alemão Ratzel, define a cidade em sua obra *Antropogeografia*, como um agrupamento duradouro de homens e suas habitações que, ocupando uma superfície relativamente ampla, tendem a se situar nos cruzamentos das vias comerciais (VASCONCELOS, 1999).

No século XX, outras importantes conceituações foram cunhadas. Em seu livro *L'origine et la fonction économique des villes*, de 1910, o sociólogo francês René Maunier compreende a cidade como uma sociedade complexa em íntima relação com sua base geográfica. Preocupado com a dimensão física e populacional das cidades, o sociólogo francês trabalha o elemento territorial da cidade como necessariamente atrelado aos elementos humanos presentes nesta (VASCONCELOS, 1999).

Uma importante conceituação, que influenciou diversos outros pensadores, foi a do jurista, economista e sociólogo alemão Max Weber (1921). Maria Palacios (2016) analisa o conceito weberiano de cidade, para o qual não é suficiente pensar a cidade enquanto um conjunto de habitações agrupadas próximas umas das outras, onde os habitantes se relacionam de forma impessoal e vivem do comércio, do artesanato, da manufatura e de outras atividades que não sejam a agricultura e pecuária. Para Weber (1921), estes são detalhes importantes, mas não suficientes para se qualificar uma cidade, pois vilarejos remotos na Ásia vivem há séculos nestas condições, ainda que a impessoalidade venha de fatores culturais e que o comércio seja baseado em um único produto.

Weber (1921) vê a cidade como um centro econômico estruturado com mercado permanente, que possibilita aos habitantes a satisfação de suas necessidades econômicas corriqueiras. Todavia, o pensador alemão ressalta que a cidade possui também dimensões não econômicas, que perpassam pela constituição da propriedade fundiária, da estrutura política-administrativa, da qual os cidadãos participam de alguma forma, da consolidação das instituições como resultante dos atos das pessoas e das interações sociais, da tendência de tudo no ambiente urbano se profissionalizar, além da política econômica de constituição de

corporações. Desta forma, Weber alerta que os conceitos políticos são tão importantes quanto os econômicos no entendimento do que é a cidade e o urbano (PALACIOS, 2016).

A influência direta do pensamento weberiano sobre a cidade é notável em vários pensadores que o sucederam, como o historiador belga Henri Pirenne (1925), que definiu a cidade europeia enquanto uma comuna protegida por uma fortaleza, cujos os habitantes vivem do comércio e da indústria e gozam de um direito, de uma administração e de uma jurisprudência particular em contradição aos habitantes do campo (VASCONCELOS, 1999).

Outro pensador que influenciou muito os estudos urbanos e o planejamento das cidades ao longo do século XX, foi o historiador estadunidense Lewis Mumford. Uma das suas mais importantes obras foi publicada em 1938, com o título *The Culture of the Cities*, no qual se empenha em descrever o processo de evolução urbana das cidades ocidentais, para, posteriormente, esboçar alguns caminhos possíveis para as cidades contemporâneas. Mumford teoriza e define a cidade como sendo um ponto, que concentra da forma mais expressiva o poder, o vigor e a cultura de determinada comunidade, pois é na cidade que estão sediados os templos, os mercados, as indústrias, os tribunais, os museus, as academias de ensino, concentrando, desta forma, a herança social da comunidade e possibilitando o intercâmbio social contínuo, que permite a elevação das potencialidades humanas. Para Mumford, a cidade é material enquanto forma, e sua arquitetura testemunha as intenções e realizações humanas escritas no espaço ao longo do tempo, mas a cidade é também símbolo, e a estética de suas representações marcam a mente dos habitantes mais simples aos transeuntes mais indiferentes (CASTRO, 2015).

No período pós-Segunda Guerra Mundial, vários outros intelectuais se esforçaram por sintetizar um conceito de cidade, se destacando entre estes vários geógrafos. No seu livro *La Ville*, publicado em 1952, o geógrafo francês Pierre George conceitua a cidade enquanto um fato histórico e geográfico, entendendo a cidade como a concretização do passado visível no presente, revelando o conteúdo das ações humanas no espaço (VASCONCELOS, 1999).

Outro geógrafo francês que definiu a cidade, mas pelo viés humanista da fenomenologia, foi Eric Dardel, que em sua obra publicada em 1952 *O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*, define que

A cidade não é somente um panorama abarcado com um só golpe de vista [...]. A cidade, como realidade geográfica, é a *rua*. A rua como centro e quadro da vida cotidiana, onde o homem é passante, habitante, artesão; elemento constitutivo e permanente, às vezes quase inconsciente, na visão do mundo e no desamparo do homem; realidade concreta, imediata, que faz do cidadão “um homem da rua”, um homem diante dos outros, sob o olhar de outrem,

“público” no sentido original da palavra. A rua [...] é o ponto de ancoragem do homem no universo, seu espaço concreto familiar (DARDEL, 2015, p. 28, grifos do autor).

Dardel (2015) vê e aborda a cidade no contexto do espaço construído, sendo a cidade moderna um horizonte artificial construído pelo homem. Tal espaço construído como hábitat do homem também é responsável por moldar a conduta, os hábitos, os costumes, as ideias e os sentimentos humanos daqueles que à habitam ou que por ela passam.

Em seu livro intitulado *Direito a Cidade* (1968), o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre empreende uma profunda crítica à maneira como o pensamento teórico da década de 1960 e anteriores representavam a cidade, as vezes como um organismo, outras vezes como uma entidade, ou ainda, como um todo entre outras totalidades, isso, conforme o autor, ainda nas melhores interpretações, pois em várias outras a cidade foi reduzida a um fenômeno parcial, a um evento secundário ou acidental da evolução da sociedade e dos processos históricos, reduzindo-a a um mero resultado ocasional e passivo das transformações globais da sociedade (LEFEBVRE, 1969).

Para o autor, a cidade pode ser melhor conceituada como um meio termo, entre a ordem distante (Estado, Igreja, grandes instituições financeiras, econômicas, industriais) e a ordem próxima (famílias, organizações de bairros, associações profissionais, grupos políticos, entidades de promoção da cultura local). Portanto,

A cidade é uma **mediação** entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela a sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, **escreve-a**, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser para a meditação (LEFEBVRE, 1969, p.47-48, grifos do autor).

Tal proposição de Lefebvre (1969), colocou em xeque os estudos que buscavam entender a cidade de forma isolada, desconexa, seja em estudos que analisavam apenas o intra-urbano, sem se preocupar com os contextos regionais, sociais, econômicos e políticos de outras escalas maiores, ou de estudos que viam a cidade como simples resultado local desse conjunto de forças e movimentos externos, como se fosse um produto inerte da história.

A partir dos anos 1970, vários geógrafos tentam contribuir na construção de um conceito sólido de cidade, com o intuito de alicerçar melhor os estudos urbanos. O britânico David Harvey publica em 1973 o livro *A Justiça Social e a Cidade*, em que cita ser razoável “considerar a cidade como um sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação” (HARVEY, 1980, p. 34). O autor argumenta como

as duas abordagens são complementares e interrelacionadas, e reforça que a complexidade desta análise é dificultada ainda pela inexistência de uma linguagem comum, que dê conta da discussão simultânea da forma espacial e do processo social.

Três geógrafos franceses se esforçaram nas décadas de 1980 e 1990, na busca por sintetizar um conceito de cidade. Paul Claval (1981), tenta trazer em seu livro *A lógica das Cidades*, a ideia de cidade como uma organização, cujo objetivo central é ampliar as interações sociais. Já na obra *A cidade e seus territórios*, Marcel Roncayolo (1990) trabalha a cidade no âmbito dos estudos territoriais, definindo-a como uma combinação, onde múltiplos territórios se entrecruzam. Por fim, na obra *A cidade hoje*, Guy Burgel (1993) entende a cidade como uma produção histórica das sociedades, que ao construir suas formas materiais e vivenciar suas práticas e representações, vão produzindo e reproduzindo a cidade (VASCONCELOS, 1999).

Dentre os vários estudiosos brasileiros em geral, e geógrafos em particular, que, independentemente de suas posturas teórico-filosóficas, debruçaram-se na tentativa de sintetizar conceitos de cidade, merece destaque o esforço de Milton Santos, notável em várias de suas obras. Em seu livro *A cidade como centro de região*, de 1959, ressalta que

É muito antigo o problema de definir o que seja uma cidade. Enfrentado por sociólogos e economistas, o ponto de vista que nos interessa, aqui, é o do geógrafo, pois a cidade constitui uma forma particular de organização do espaço, uma paisagem e, por outro lado, preside às relações de um espaço maior, em seu derredor, que é a sua zona de influência. Paisagem especial ou elemento de coordenação, constitui um fato eminentemente geográfico (SANTOS, 1959, p. 7).

Para Santos (1959), ainda que insuficiente, a centralidade engendrada no conjunto de funções de relações é o elemento dominante para a construção de um conceito definidor de cidade. Evidentemente, há a necessidade da associação de outros elementos, como a autonomia e as relações de cada núcleo urbano com a região e com a rede urbana.

Fazendo uma leitura sistêmica de Tricart, Santos (1959) salienta que, a discussão da problemática da rede urbana tem como dados essenciais as funções urbanas e o dinamismo próprio de cada organismo urbano integrado na rede, elementos que permitem conduzir ao entendimento da centralidade de cada núcleo responsável por coordenar e direcionar as atividades do espaço que se organiza em sua volta, dentro de sua área de influência.

Publicada quase trinta anos depois, outra contribuição de Milton Santos (2008) pode ser encontrada na obra *Metamorfoses do Espaço Habitado*, publicada originalmente no ano de 1988. Ao abordar as categorias de lugar, paisagem, região e espaço, o autor lembra que

Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. Daí vem a anarquia das cidades capitalistas. Se juntos se mantêm elementos de idades diferentes, eles vão responder diferentemente às demandas sociais. A cidade é essa heterogeneidade de formas, mas subordinada a um movimento global. O que se chama desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado. Somente uma parte dos objetos geográficos já não atende aos fins de quando foi construída (SANTOS, 2008, p. 73).

É notória como a reflexão de Santos (2008) se expande para além do entendimento da cidade, em relação sempre solidária com a região a qual está inserida (SANTOS, 1959). As categorias de tempo e espaço são essenciais para a compreensão da anarquia das cidades capitalistas, que vivenciaram profundas transformações em suas formas, bem como em suas relações.

As transformações verificadas na temporalidade e espacialidade da cidade podem ser analisadas a partir do jogo de forças que, em pares dialéticos, se fazem presentes e atuam sobre as localidades. Santos (2012) ressalta três importantes pares dialéticos que atuam em conflito, e as vezes, em cooperação: o Estado e o mercado; o externo e o interno; e por fim, o novo e o velho.

Ainda que, quase sempre, o Estado represente e delibere a favor dos interesses dominantes, em alguns momentos leva em conta questões de segurança nacional, ou de interesse local/regional, e, em casos mais escassos, os interesses sociais, ainda que seja apenas para minimizá-los, pois, a prioridade, é destinar os recursos para atender as demandas do capital. Assim é que o Estado se desdobra para equipar o espaço de infraestrutura, criando fixos orientados para o atendimento de novos investimentos do mercado, que passam a atuar e a produzir novos fluxos naquela localidade (SANTOS, 2012). A cooperação entre Estado e mercado pode ainda ser visualizada na construção normativa, com criação de leis, programas e projetos estatais para atrair, bem como dar maior fluidez, aos investimentos corporativos do mercado (FREDERICO, 2013).

Quanto ao externo, não necessariamente diz respeito unicamente ao que vem do exterior, porque analisando a cidade na escala local, também recebe os influxos do mercado e do Estado a nível da região, do estado e do país. Já o interno, compreende o conjunto de elementos e variáveis presentes e circunscritas a determinado lugar/região/país. O interno pode ainda aparecer enquanto internalização do externo, que se distribui pelo espaço e se geografiza nas localidades, pois “Dentro do modo de produção capitalista [...] é rara a transformação que não inclui um fator exógeno, seja demográfico, social, econômico, ideológico, político ou meramente técnico” (SANTOS, 2012, p. 104). Todavia, nem sempre o externo se internaliza

completamente, ainda que internalize muitos dos processos emanados de si, pode continuar externo, na medida que continue representando os interesses externos em sobreposição e, principalmente, em conflito com os internos.

Os fatores externos exigem que suas necessidades – estipuladas externamente – sejam atendidas na escala local, o que muitas vezes leva ao embate com os interesses internos, cujas forças “frequentemente exercem um papel de oposição ou de reação à difusão dos fatores externos” (SANTOS, 2012, p. 105). O resultado desse choque entre fatores externos e internos, continuamente feito e refeito, fornece, em grande medida, elementos essenciais para a compreensão da realidade socioespacial de um país, região, localidade e cidade.

A análise da configuração espacial da cidade, da região ou do país, jamais pode prescindir da história concreta, porque o espaço, enquanto totalidade, é dinâmico, resultado da geografização da sociedade que cria formas, articula funções e promove processos sobre a estrutura territorial. As formas e funções, bem como os fixos e os fluxos que engendram delas, podem, por algum tempo, se manterem as mesmas, mas, como a sociedade está em constante movimento, a mesma configuração territorial pode revelar diferentes transformações espaciais ao longo do transcurso histórico (SANTOS, 2008).

Tal dinâmica revela na configuração espacial do país, da região ou da cidade, não apenas a existência do novo e do velho, mas também o seu contínuo conflito. Enquanto o velho – também definido por Santos (2008) como o preexistente – comporta as relações sociais cotidianas e as formas particulares de organização social, territorial e econômica dos grupos sociais preexistentes no lugar e na região, o novo é representado, principalmente, pelas inovações, estruturadas e difundidas pela ciência e pela técnica, como é o caso das novas tecnologias de comunicação e informação, os mecanismos modernos de acumulação do capital e as relações de trabalho flexibilizadas.

Os grupos sociais locais e suas relações representam, em certos momentos, terreno fértil para a imersão do novo, quase sempre convencidos pelo discurso do progresso, da modernidade e do crescimento. Entretanto, é mais comum que se comportem como obstáculo aos elementos do novo, carregados pela lógica do capital, que exige, para sua expansão, a eliminação do velho, quando este não pode colaborar com a ação desimpedida do capital.

Para Santos (2012),

Novo e velho se encontram ambos, permanentemente, em estado de mudança, que é dialética. Sendo contraditórios, funcionam, porém, em forma complementar e conjunta. [...] Desse modo, ao conflito entre o velho e o novo somam-se outros conflitos, isto é, entre as forças externas e internas, entre as forças do mercado e a ação oficial. De fato, porém, tais conflitos ou

contradições se confundem e são, na realidade, inseparáveis. O Estado é, às vezes, portador do novo, às vezes garante a permanência do velho. O mesmo se dá com as forças do mercado. Estas criam o interno, trazendo consigo o externo, e desse modo gerando uma contradição entre ambos (SANTOS, 2012, p. 106-107).

Desta forma, o externo e o interno são próximos, tanto em significação, quanto em realidade, do novo e do velho, funcionando de forma complementar na espacialidade dos lugares, por vezes como conflito, outras como cooperação. Desse modo, as forças do mercado são caracteristicamente condutoras e conduzidas pelo novo e pelo externo, entretanto, se realizam em vários momentos e lugares por intermédio do velho e do interno, não apenas os preservando, mas também os dinamizando e ressignificando. O Estado, que na dimensão econômica e territorial garante e difunde a propagação do novo, assume, na dimensão social, a condição de sustento e conservador do velho (SANTOS, 2012).

Para analisar a dinâmica contemporânea dos papéis urbanos e regionais da pequena cidade goiana de Itapaci, escolheu-se esta perspectiva analítica de Milton Santos (2012), cunhada para o entendimento da evolução espacial, enquanto cooperação e conflito de um campo de forças dialéticas, e aqui trabalhada no esforço de reflexão e reconstrução do processo de formação socioespacial desta pequena cidade, que em sua heterogeneidade de formas, velhas e novas, também está submetida a uma lógica global de forças externas, por vezes em conflito, por vezes em cooperação com as forças internas, produzindo relações socioespaciais, não apenas no tocante a sua população residente, mas também de outras pequenas cidades, com menor porte populacional, inseridas na rede urbana regional.

Também a pequena cidade, com suas particularidades e complexidades, está inserida neste movimento contraditório, sendo uma de suas faces mais visíveis o processo de modernização, cujas marcas vão sendo registradas na destruição ou preservação das velhas formas e relações da pequena cidade, bem como na internalização do novo com a refuncionalização de seus papéis urbanos e regionais.

Para entender a captura ou inserção da pequena cidade neste movimento, propõe-se refletir sobre ela a partir da dinâmica de interações socioespaciais que nela se estabelecem e/ou que por ela perpassam, a partir de uma reflexão sobre a rede urbana, a qual integra a pequena cidade ao mundo, e na qual age como elo ativo e dinâmico, permitindo, desta forma, compreender a dinâmica desse processo no contexto da formação socioespacial da pequena cidade. A rede urbana e a formação socioespacial enquanto importantes elementos para compreensão da realidade socioespacial das pequenas cidades, são os temas abordados na subseção a seguir.

2.2 Rede urbana e formação socioespacial

Assim como a cidade, a rede urbana também é um tema pesquisado e debatido por inúmeros pesquisadores de variadas ciências. Na Geografia brasileira, muito tem se discutido sobre a rede urbana enquanto uma construção social indissociável aos processos de urbanização e industrialização. É ela uma rede geográfica por excelência, e é por ela que a cidade se relaciona com o seu entorno, com o país e com o mundo.

As redes geográficas são, simultaneamente, redes sociais e espaciais, ou ainda, redes sociais espacializadas. São sociais por serem formadas por um conjunto de construções humanas, produzidas no âmbito de múltiplas relações sociais, e são espaciais por se articularem de forma dinâmica, por meio de nós, vias e fluxos espacializados. Vários exemplos de redes geográficas podem ser citados, como as redes bancárias, de produção industrial, de órgãos do Estado, de organizações religiosas, de partidos políticos e a rede urbana (CORRÊA, 2012).

Definida inicialmente como um conjunto de cidades articulados entre si, a rede urbana é considerada por Corrêa (2012), como uma síntese de múltiplas redes geográficas. A quase totalidade dos nós e fluxos específicos das redes geográficas iniciam-se, passam ou finalizam-se nas cidades. Para Corrêa (2012), a rede urbana pode então ser entendida como a rede-síntese das demais redes geográficas, mas não se deve esquecer que ela própria é uma rede geográfica, enquanto construção social espacializada.

Corroborar-se em parte com a definição de Corrêa (2012), para o qual a rede urbana abrange múltiplas redes geográficas, mas discorda-se que ela signifique a síntese de todas as redes, já que, apesar de dinâmica e ampla, é impossível que a estrutura e o conjunto de formas, processos e funções da rede urbana abarquem a totalidade das redes produzidas e reproduzidas continuamente na contemporaneidade. Muito da complexa dinâmica de outras redes foge da narrativa urbana, no sentido de que possuem outros meios concretos de se articularem fora do espaço urbano.

Portanto, parte-se da premissa de que a rede urbana é um dado fundamental para o entendimento da espacialidade humana e das interações socioespaciais decorrentes desta, sendo ela um caso particular do amplo campo das redes em geral, e foi justamente aí onde surgiram e se disseminaram os primeiros debates sobre a rede urbana.

Ao pesquisar a cidade de Guarapuava (PR), em sua inserção na rede urbana paranaense a partir dos conceitos de rede urbana, cidade de porte médio e cidade média, a geógrafa Sandra Cristina Ferreira (2010) lembra que, o debate sobre o conceito de rede não é recente, e a ideia original sempre remeteu ao entrelaçamento de fios, que conectados a nós, formam uma malha

articulada. Tal articulação é dinâmica, fato que apresenta uma das principais características das redes, a mutabilidade.

Cada temporalidade e espacialidade específica podem significar uma conformação particular das redes, que tendem a se reconfigurar e se adaptar para novas realidades socioespaciais. O espaço está permeado pelas redes, sejam visíveis ou não, informacionais ou técnicas, as redes estão presentes e necessitam do espaço para se manifestarem (BEDROSSIAN, 2010). É nessa perspectiva que as redes urbanas apresentam espacialidade e temporalidades distintas, difusas, complementares e interdependentes e com diferentes escalas espaciais.

Sandra Cristina Ferreira (2010) cita alguns dos estudos clássicos sobre as redes, que muito influenciaram as pesquisas geográficas e ainda embasam e alimentam debates, como o pioneiro estudo do alemão Johann-Heinrich Von Thünen de 1826, que busca interpretar a organização do espaço agrícola no entorno das cidades, a partir da distância existente entre a produção agrícola e o mercado consumidor urbano.

Outros estudos se seguiram aos de Von Thünen, como o proposto em 1909, pelo também alemão Alfred Weber. Em sua pesquisa, Weber buscou estabelecer uma localização ideal para o estabelecimento das indústrias, analisando as fontes de matérias-primas, a disponibilidade de mão de obra e as vias de transporte da produção. Tais fatores conduziriam a escolha do local ideal para o assentamento de determinada indústria e, permitiria assim, a minimização dos custos da produção (FERREIRA, S., 2010).

Talvez uma das contribuições clássicas mais conhecidas sobre as redes seja a de Walter Christaller, de 1933. Conforme Sandra Ferreira (2010), Christaller utiliza amplamente dos conceitos de centralidade, região de influência e hierarquia das cidades para analisar a dinâmica das cidades do sul da Alemanha, a partir dos fluxos de bens e serviços que tais localidades promovem. Para Corrêa (1988), a Teoria das Localidades Centrais formulada por Christaller fornece a mais fértil base teórica aos estudos voltados à hierarquia urbana que, especialmente no século XX, foi a preocupação central da maioria dos estudos sobre a rede urbana.

Desenvolvido contemporaneamente aos estudos de Christaller e publicada originalmente em 1939, a Teoria do Equilíbrio Espacial Geral de August Lösch também se baseia no conceito de hierarquia das cidades. O objetivo da teoria de Lösch é entender as conexões existentes entre as cidades e definir as áreas de melhor localização para o estabelecimento da produção, possibilitando, assim, a maximização dos lucros (FERREIRA, S., 2010).

Mais conhecida como Teoria dos Polos de Crescimento, a Teoria da Unidade Econômica Dominante foi elaborada por François Perroux na década de 1950, tendo como conceito chave a ideia de indústria motriz. Matte Júnior e Alves (2017) citam que, o polo de crescimento proposto por Perroux possui uma forte identificação geográfica, sendo produto das chamadas economias de aglomeração, estas, por sua vez, são formadas pelos complexos industriais consolidados a partir das indústrias motrizes existentes em determinado território.

A principal finalidade de uma indústria motriz é produzir economias externas e gerar ondas de inovações, que promovam uma ampliação de setores já existentes no território, além do surgimento de novas atividades. Isto poderia, conforme a teoria de Perroux, transformar o polo de crescimento em polo de desenvolvimento, provocando, assim, mudanças estruturais, expansão da produção e ampliação da oferta de emprego e renda no território da cidade polo e em sua região (FERREIRA, S., 2010; MATTE JÚNIOR; ALVES, 2017).

Como ressalta Sandra Ferreira (2010), embora cada um destes autores proponha abordagens distintas, eles compartilham das mesmas preocupações que permearam as primeiras reflexões sobre as redes, ou seja, a questão da produção agrícola e industrial, a problemática do comércio e o fluxo de pessoas e mercadorias entre campo-cidade e cidade-cidade.

A partir dos anos 1970, acrescenta-se a essas questões as inovações tecnológicas no campo e na cidade dentro do processo de modernização do território, a ampliação e aceleração dos fluxos de capital, produtos e informações, além dos fenômenos de industrialização e urbanização, fato que acabou aproximando as teorias clássicas sobre redes à Geografia Urbana, e alimentando o profícuo campo de pesquisas sobre a rede urbana.

Santos (2012) lembra que, tais transformações que ele periodiza e denomina de meio técnico-científico, tem como uma de suas consequências, a mudança das condições de organização do espaço da cidade e da própria vida urbana. Esse movimento altera as articulações espaciais, os fluxos materiais e imateriais, e as próprias relações interurbanas. Transformadas, essas articulações espaciais que constituem e são constituídas pela rede urbana se estruturam de forma complementemente diferente das articulações espaciais existentes antes de tais mudanças. Conforme o autor,

Podemos falar de uma nova forma de urbanização e de novas hierarquias urbanas, função do fato de que a circulação entre as cidades interessa a itens diversos daqueles do período anterior. Agora, a circulação de ordens, de mais-valia, de informação, passam ao primeiro plano e se sujeitam a uma hierarquia calcada sobre necessidades que são próprias da cidade ou de regiões agrícolas circundantes, mas que refletem relações menos “naturais”. Antes, a circulação era apenas de produtos. [...] Hoje, graças ao desenvolvimento dos transportes, boa parte desse comércio pode ser feito diretamente em direção às grandes

idades, mas, segundo os casos, a atividade produtiva tem uma demanda importante de assessoramento industrial, financeiro, jurídico etc. que dota as cidades de um novo conteúdo (SANTOS, 2012, p. 57).

É toda essa complexidade apresentada por Santos (2012) que, permitiu e exigiu a evolução do debate sobre as redes para o de rede urbana, apesar que é notável como a cidade já era um importante elemento nos estudos pioneiros sobre as redes. Roberto Lobato Corrêa (1988) lembra que, o processo de urbanização refletiu e condicionou grandes mudanças na sociedade e, nesse movimento, “[...] a rede urbana passou a ser o meio através do qual a produção, circulação e consumo se realizam efetivamente” (CORRÊA, 1988, p. 107).

A rede urbana é entendida por Corrêa (1988), como sendo o conjunto formado pelos centros urbanos que se articulam entre si. Tal conjunto é, simultaneamente, reflexo e condição para a divisão territorial do trabalho, se constituindo, historicamente, como a mais avançada forma de divisão social do trabalho, fato que foi crucial para possibilitar o estabelecimento de uma economia mundial. Para o autor,

A divisão territorial do trabalho em escala crescentemente mundializada só é possível a partir de numerosas redes técnicas engendradas no bojo da expansão capitalista. Redes que se manifestam, sobretudo, em uma cada vez mais complexa rede urbana cujos centros são, do ponto de vista funcional, simultaneamente especializados e hierarquizados; focos, portanto, de diversos fluxos (CORRÊA, 1997, p. 108).

Por conseguinte, as redes técnicas – que também são redes geográficas por serem redes sociais espacializadas – atuam de forma direta no processo de reestruturação do território, coexistindo, muitas vezes, tanto de forma associada quanto em justaposição à própria rede urbana.

Com a mundialização da divisão territorial do trabalho, difundiu-se os transportes e as comunicações dentro do contexto de expansão capitalista, e os lugares se viram desobrigados a produzir praticamente de tudo que era necessário para sua reprodução, fato que permitiu uma crescente especialização produtiva do território, uma ampliação da circulação em um território com maior fluidez, resultando em um aprofundamento da divisão territorial do trabalho e refletindo diretamente na ampliação dos fluxos e interações espaciais entre as cidades, cada vez mais conectadas e transpassadas por redes técnicas (ARROYO, 2015).

Colocou-se então como um princípio básico dos estudos sobre a rede urbana o entendimento de que, cada cidade é *lócus* de convergência de múltiplas redes técnicas, como as redes de energia, informação, transportes (de pessoas, mercadorias, correspondências, etc.), telecomunicações, entre outras. Toda essa infraestrutura de fixos é acionada e utilizada de

diferentes formas pelos grupos sociais, o que permite o estabelecimento da conexão entre os centros urbanos, “que passam a se constituir em um conjunto de nós funcionalmente articulados, formando assim, a rede urbana” (FERREIRA, S., 2010).

Para analisar a rede urbana e as cidades que a ela se integram, Corrêa (1988) traça uma série de indicações pertinentes as quais o pesquisador precisa estar atento, como: (a) entender a lógica de implantação das atividades nas cidades e em suas hinterlândias, ou seja, na área de influência das cidades, bem como os interesses dos agentes sociais locais e externos, e os conflitos decorrentes deste processo; (b) demonstrar as práticas que permitiram a articulação entre os centros urbanos e suas respectivas hinterlândias, além da inércia que cristaliza por certo tempo um padrão de organização espacial das funções urbanas; (c) compreender o movimento de circulação do valor excedente criado, apropriado e acumulado tanto no campo quanto na cidade, já que “Cada cidade da rede participa de algum modo e intensidade dos processos acima indicados: caso contrário, terá sua existência inviabilizada” (CORRÊA, 1988, p. 113); (d) analisar o movimento de drenagem da renda fundiária que fornece um indicativo da capacidade de centralização de cada cidade da rede; (e) analisar a rede urbana enquanto forma espacial que não prescinde das outras categorias da totalidade social, ou seja, da estrutura, função e processo; (f) e, por fim, atentar-se ao caráter mutável da rede urbana, que exige sempre um esforço para sua necessária periodização espacial, que “[...] pode ser vista então como a reconstrução do tempo espacial, isto é, a evidenciação dos momentos que caracterizaram o processo de elaboração da rede urbana, bem como das formas criadas em cada momento (CÔRREA, 1988, p. 118).

Observa-se como Corrêa (1988) dirige tais questões para o estudo e entendimento da rede urbana, mas ressalta-se como tais questões são também essenciais no estudo das cidades, sejam elas pequenas, médias, grandes ou metropolitanas, já que as formas, funções, processos e estruturas da própria cidade apenas podem ser compreendidas pela inserção desta na rede urbana.

Não se trata de abordar a cidade como um elemento inerte, que absorve as influências da rede urbana, mas sim como elemento ativo que impõe ritmo à dinâmica da rede, a partir da sua própria dinâmica interna e relacional com seu entorno rural e com os outros centros urbanos, sejam próximos ou distantes, mas claro, cada cidade, dentro de suas singularidades, participa deste processo de uma forma e com uma intensidade distintas.

No caso específico das pequenas cidades, Fresca (2010) lembra que o melhor caminho para entendê-las em suas dinâmicas de refuncionalização dos papéis que desenvolvem é

justamente a partir do esclarecimento de como elas se inserem na rede urbana, processo que transforma tanto a rede urbana quanto as pequenas cidades.

Ao pesquisar as pequenas cidades da Microrregião de Catalão (GO), Melo (2008) ressalta que a categoria de formação socioespacial é fundamental no entendimento das particularidades internas de cada pequena cidade, bem como de sua inserção na rede urbana, pois esse conceito pressupõe justamente uma reflexão do processo histórico de consolidação da cidade, a partir da ação dos diversos agentes sociais, além de permitir o entendimento das interações existentes entre o processo de formação da cidade e da região na qual está inserida, do território nacional e da própria sociedade.

A formação socioespacial é uma categoria de análise proposta pelo geógrafo brasileiro Milton Santos (1977), a partir de uma leitura da Teoria da Formação Econômica e Social, desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels. Para Santos (1977), a categoria de formação econômica e social proposta por Marx é a mais adequada para auxiliar na consolidação de uma teoria do espaço, e daí denota a necessidade de renovação e aperfeiçoamento da noção, que até esse período vinha sendo praticamente interpretada sem levar muito em consideração a categoria de espaço, falha contumaz, inclusive, na própria Geografia.

O autor salienta que

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço ele mesmo, é social (SANTOS, 1977, p. 81).

Desta forma, a formação socioespacial proposta por Santos (1977) se dirige à análise da realidade histórico-concreta, que procura desvendar e compreender as origens, a evolução, as mudanças históricas e as relações, para assim entender as características contemporâneas de uma sociedade geograficamente localizada, concebendo em conjunto os conceitos de espaço e tempo (BASTOS; CASARIL, 2016).

Entretanto, cabe ressaltar que, a proposta de Santos (1997) foi elaborada originalmente para o entendimento da totalidade espacial em macroescala, como lembram Ferreira (2011) e Bastos e Casaril (2016), mas os mesmos autores revelam a possibilidade de emprego do

conceito de formação socioespacial em outras dimensões escalares, como a rede urbana regional, a própria região e a cidade.

Abordar a pequena cidade a partir da noção de formação socioespacial vai justamente de encontro às indicações propostas por Corrêa (1988) para o estudo das redes urbanas, pois centra-se justamente na proposta de “(re)construção dos espaços objetos de estudo, considera suas formações, a fragmentação territorial e constituição dos municípios, as particularidades socioeconômicas e espaciais no tempo histórico, principais mudanças e conteúdos contemporâneos” (MELO, 2008, p. 38).

Antes de adentrar na discussão específica da cidade e município de Itapaci (GO), recorte espacial e foco da presente pesquisa, a próxima subseção apresenta um pouco da discussão teórica sobre o tema das pequenas cidades, e como o estudo destas, mesmo não sendo recente, se mostrou escasso por algumas décadas, tendo vivenciado recentemente uma redescoberta no âmbito da Geografia Urbana brasileira.

2.3 A recente redescoberta das pequenas cidades

Em um primeiro momento, os estudos urbanos no Brasil que partiam de uma análise da rede urbana se voltam primordialmente às cidades metropolitanas, vindo em seguida, uma multiplicidade de estudos sobre cidades médias, que muito contribuíram na produção de uma sólida base teórica-conceitual sobre o tema. Todavia, conforme lembra Tânia Maria Fresca (2010, p. 75): “Só muito recentemente pesquisadores das mais diversas ciências redescobriram as cidades pequenas e passaram a estudar a importância, o significado e sua representação social, econômica e cultural no contexto da urbanização brasileira”.

O termo redescoberta não quer dizer que as pequenas cidades estivessem escondidas, mas sim, por estas terem voltado a ganhar espaço no conjunto dos estudos urbanos. Este movimento não pode ser entendido como uma descoberta ou um primeiro achado, porque as pequenas cidades, ainda que, de forma breve e sem ser o foco central, já estiveram presentes enquanto uma preocupação latente de estudos urbanos clássicos no Brasil, como podemos citar o artigo do geógrafo francês Pierre Monbeig, publicado originalmente em 1941, no qual o autor faz questão de ressaltar a problemática e de incentivar o estudo de tais cidades,

Pois a geografia urbana não se limita ao estudo das grandes capitais: cidades pequenas apresentam tanto interesse quanto as colméias urbanas modernas e é quase sempre mais difícil precisar seu mecanismo e o ritmo calmo de sua vida, do que analisar as rodas bem lubrificadas correndo a toda velocidade em metrópoles imponentes. Na Europa, a pequena cidade de passado memorial é

ainda muitas vezes responsável por muitos fenômenos políticos e econômicos; o Brasil, que (esquece-se disso com muita facilidade) é um país novo, mas velho de quase meio milênio, tem suas cidades pequenas estreitamente ligadas à vida rural; e isso não somente nas regiões do Brasil colonial, mas também nas zonas de povoamento recente; elas também merecem algumas monografias (MONBEIG, 2004, p. 280).

O artigo de Monbeig (2004) forneceu uma verdadeira obra metodológica, que orientou diversos estudos sobre as cidades no Brasil, por pelo menos um quartel de século, conforme cita Abreu (1994). No IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis em 1940, foram vários os alunos de Monbeig que apresentaram monografias sobre cidades, publicadas posteriormente nos anos seguintes. Alguns destes estudos se dedicaram às cidades caracteristicamente de pequeno porte, algumas das quais de povoamento recente. Todavia, cabe lembrar que, a dimensão dos centros urbanos era, no geral, diminuta, já que o Brasil ainda possuía a maioria de sua população vivendo no campo.

Tais monografias inspiradas na proposta de Monbeig (2004), aplicavam o método da Geografia Regional às cidades, objetivando, assim, obter uma síntese urbana através da integração dos dados físicos e humanos, cujo resultado final descrevia um verdadeiro inventário e demonstrava a individualidade da cidade estudada (ABREU, 1994). Entre estas monografias, podemos citar algumas que abordaram pequenos centros urbanos da época, como a de Maria da Conceição Ribeiro (1941), sobre a cidade de Franca (SP); de Odilon Nogueira de Matos (1942), que pesquisou Jaboticabal (SP); Beatriz de Carvalho Ramos (1944), sobre a cidade de Poços de Caldas (MG); e Otacílio Dias (1944), sobre a cidade paulista de Palmital (ABREU, 1994).

Abreu (1994) cita ainda outros trabalhos que se dedicaram a estudar os pequenos núcleos urbanos e mesmo vilas, mas que não se estruturaram necessariamente no modelo das monografias clássicas, privilegiando o estudo das funções urbanas ou do gênero de vida. Pode-se citar como exemplos os trabalhos de Orlando Valverde (1944), sobre Pirapora (MG) e Lapa, atual Bom Jesus da Lapa (BA); de Nice Lecocq Müller (1949), sobre a histórica vila de Icapara no litoral sul paulista, além de inúmeras cidades do interior paulista e paranaense; e de Victor Peluso Júnior (1948, 1952 e 1953), sobre vilas e pequenos centros urbanos de origem portuguesa e alemã do estado de Santa Catarina (ABREU, 1994).

Mesmo com o esforço destes e de outros pesquisadores, especialmente geógrafos, os estudos sobre pequenas cidades brasileiras continuaram se mostrando escassos também na segunda metade do século XX. Neste momento o país passava pelo aceleração do processo de industrialização e urbanização, que viu a concretização do processo de metropolização e a

expansão e interiorização das cidades médias, fato que atraiu a grande maioria dos estudos urbanos no período.

Melo (2008) e Sposito e Silva (2013) citam os principais autores, autoras e estudos que abordaram as pequenas cidades na segunda metade do século XX, geralmente tratadas em meio a um conjunto de análises amplas sobre a dinâmica urbana do país. O Quadro 1 procura sintetizar os principais trabalhos dedicados ao tema.

Melo (2008) recorda que, mesmo não sendo uma temática recente, os poucos e isolados trabalhos científicos dedicados ao tema acabaram por inibir a consolidação de parâmetros, de metodologias e conceitos referentes as pequenas cidades. Estas precisaram ser redescobertas no início do século XXI, especialmente pela Geografia Urbana.

Quadro 1: Autores (as) e obras que trataram de pequenas cidades no século XX.

Autor (a)	Obra	Ano	Assunto
Marvin Harris	Town and country in Brasil: a socio-anthropological study of small brazilian town (livro)	1956	Pesquisa de cunho antropológico na qual o autor utiliza a noção de cultura urbana para analisar as características urbanas da cidade de Minas Velhas, atual Rio das Contas (BA)
Haroldo de Azevedo	Vilas e cidades do Brasil colonial – ensaios de Geografia Urbana retrospectiva (artigo)	1957	Nesta pesquisa o autor procura estabelecer um parâmetro demográfico mínimo para que se considere determinada aglomeração como cidade no Brasil
Pedro Pinchas Geiger	A evolução da rede urbana brasileira (livro)	1963	Geiger reflete sobre a definição de cidade no Brasil e sobre a dificuldade de se propor parâmetros mínimos que definam o que é, ou não, uma cidade no país
Marcos Alegre	Aspectos do fato urbano no Brasil: análise quantitativa pelo método cartográfico (tese de doutorado)	1970	ampla utilização de técnicas cartográficas pelo autor para analisar o espaço urbano no Brasil. Mesmo o estudo das pequenas cidades não sendo o foco, ele traz importantes considerações sobre o tema
Meliton B. Juanico	O desenvolvimento de pequenas cidades no terceiro mundo (artigo)	1977	O autor faz um debate sobre importância do desenvolvimento de uma rede de pequenas cidades economicamente viáveis, para que estas funcionem como centros de crescimento
Armando Correia da Silva	O espaço fora do lugar (livro)	1978	Neste artigo o autor apresenta uma proposta técnica para a pesquisa de pequenas cidades, como forma de subsidiar a elaboração de planos de desenvolvimento local para elas
Milton Santos	Espaço e Sociedade (livro)	1979	Milton Santos traz nestas duas obras o tema das cidades locais e a importância de se dedicar pesquisas a estas cidades para o entendimento da realidade urbana
	Urbanização brasileira (livro)	1993	
Eliseu Savério Sposito	Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas (dissertação de mestrado)	1982	Trabalha com a dinâmica das migrações e percepção do espaço em duas pequenas

			cidades do interior paulista, Pirapozinho e Álvares Machado
Maria Silvia Carreiro Jorge Santos	Contribuição ao estudo geográfico das cidades pequenas do Estado de São Paulo (dissertação de mestrado)	1988	A pesquisadora analisa o que é básico e não básico nas pequenas cidades em sua posição inferior na rede urbana
Wilson dos Santos	Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico (tese de doutorado)	1989	Analisa a urbanização e a dinâmica das cidades locais na região de Campinas (SP)
Paul Singer	Economia política da urbanização (livro)	1990	O autor apresenta algumas considerações sobre as funcionalidades urbanas exercidas pelas pequenas cidades
Tânia Maria Fresca	A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista (dissertação de mestrado)	1990	A autora estuda as pequenas cidades de Inúbia Paulista e Osvaldo Cruz, abordando estas em sua inserção na rede urbana do Oeste Paulista
Speridião Faisol	Espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro (livro)	1994	Analisa o sistema urbano brasileiro dos anos 1980 e constata como as pequenas cidades permanecem um segmento desprezado do sistema urbano, indicando que estas cidades precisam ser incluídas em políticas integradas de caráter urbano-regional para superação de tal quadro

Fonte: MELO, 2008; SPOSITO; SILVA, 2013. Org.: AQUINO, Anderson F. 2020.

A reinserção das pequenas cidades na pauta de análise dos estudos urbanos no país é uma resposta às profundas modificações na organização socioespacial brasileira, decorrentes do processo de globalização, que provocaram transformações nas redes urbanas regionais e nacional, redefiniram ainda novos papéis urbanos e inseriram pequenas cidades em interações espaciais de escala nacional, continental e até mesmo global. Neste movimento, algumas pequenas cidades tornaram-se lócus privilegiado da realização de uma parcela significativa da produção, ou seja, terreno fértil para a expansão, desconcentração e reprodução do capital (FRESCA, 2010).

Entretanto, ressalta-se que, essas ações do capital, muitas vezes associadas, induzidas ou mesmo beneficiadas pelo Estado, não se processaram de forma homogênea por todo o território, instalando-se de forma desigual, produzindo, reforçando ou mesmo transformando a hierarquia das cidades, na qual algumas ganham novos papéis urbanos e regionais, enquanto outras perdem (CORRÊA, 1989).

Sposito e Silva (2013) reforçam que a pequenas cidades devem ser analisadas

Como parte de uma totalidade, não devem ser estudadas isoladamente, visto que estão inseridas no processo de urbanização. Entretanto, seu valor de cidade não se perde com o avanço do capitalismo, pois seus significados são transformados e cada vez mais esses núcleos ganham um papel econômico

como centros de produção industrial, comercial, turística, etc. (SPOSITO; SILVA, 2013, p. 29).

Os reflexos de tais mudanças visíveis na redefinição das redes urbanas inserem-se em uma escala superior, fazendo parte do processo de redefinição da divisão internacional do trabalho e do processo de mundialização da economia, da difusão de informações, de práticas sociais e de valores culturais, processo que passou a ser denominado de globalização (SPOSITO, 2010).

Dentro deste novo contexto, não mais foi possível compreender as pequenas cidades apenas a partir do clássico ponto de vista hierárquico da rede urbana, que as colocavam como simples ponto final na extremidade da rede, geralmente associada a precariedade de infraestrutura e serviços, e a uma grande dependência das cidades médias e metropolitanas.

Conforme salienta Sposito (2010), não se trata da substituição das redes urbanas hierárquicas por novos tipos de redes, mas de uma nova, complexa, e as vezes, até mesmo contraditória combinação de fluxos, tanto hierarquicamente quanto em sentido transversal ou horizontal. Verifica-se, portanto, uma maior integração das cidades, possibilitando a polarização microrregional por parte de algumas pequenas cidades, especialmente nas áreas distantes das metrópoles sem a presença de uma cidade média, fato que pode redefinir seus papéis e reestruturar suas funções e dinâmicas.

Ao mesmo tempo que algumas cidades pequenas perdem papéis urbanos, estagnam-se economicamente e esvaziam-se demograficamente, outras ganham expressividade, polarizam o seu entorno e dinamizam sua economia, refletindo diretamente no crescimento demográfico, muitas vezes sustentado pela migração dos municípios vizinhos.

A complexidade destes processos despertou a necessidade de se pesquisar e debater sobre as pequenas cidades. Outro fator que contribuiu para a redescoberta das pequenas cidades pela Geografia Urbana brasileira foi a disseminação dos cursos de pós-graduação em Geografia pelo interior do país, em cidades não apenas distantes, mas também com características muito distintas dos grandes centros urbanos. Tal dispersão, permitiu o acesso à pós-graduação a milhares de alunos e alunas que nasceram e viveram em pequenas cidades, e que se dedicaram a pesquisar sobre a realidade destes pequenos centros urbanos, contribuindo de forma primordial para a ampliação das reflexões sobre o fato urbano (SPOSITO; SILVA, 2013).

Desde então, observa-se um aumento expressivo das pesquisas e dos pesquisadores, que se dedicam ao entendimento da realidade deste conjunto de cidades tão complexo e heterogêneo quanto possa ser imaginado. Em seu artigo sobre as tendências das pesquisas geográficas sobre as pequenas cidades, Orlando Moreira Júnior (2014) apresenta um levantamento das

dissertações e teses que foram publicadas nos programas de pós-graduação em Geografia entre os anos de 2000 e 2010, que se dedicaram especificamente ao tema (Quadro 2).

Em seu levantamento, Moreira Júnior (2014) selecionou apenas os programas de pós-graduação em Geografia das universidades públicas brasileiras, excluindo assim programas de universidades privadas ou filantrópicas. Outro critério utilizado pelo autor foi a seleção apenas dos programas de pós-graduação em Geografia que possuíam, entre os anos de 2000 e 2010, as modalidades de Mestrado e Doutorado. Desta forma, é bem possível que inúmeras dissertações tenham ficado de fora deste levantamento, em função dos programas de pós-graduação possuírem apenas o nível de mestrado, como é o caso do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, em transição para se tornar Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

Ainda assim, credita-se ser importante os dados levantados pelo autor, por demonstrar como a pesquisa sobre o tema das pequenas cidades tem sido difundida e ampliada a nível de mestrado e doutorado no país.

Quadro 2: Dissertações sobre pequenas cidades defendidas nas universidades brasileiras (2000-2010).

Instituição	Autor (a)	Título da Dissertação	Ano
UFU	Nádia Cristina da Silva Mello	A cidade local no contexto da globalização: o exemplo de machado/MG	2001
	Viviane dos Guimarães Alvim Nunes	Plano Diretor: uma metodologia de elaboração para municípios de pequeno porte	2005
	Alessandra Rodrigues Ferreira	Tupaciguara 'Lá Tem': revitalização urbana e cultura popular	2005
UFRN	Márcia Silva de Medeiros	Na esquina do Brasil: uma leitura geográfica da (re)construção do território	2002
	Francisco Ednardo Gonçalves	Cidades Pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar	2005
	Maria Suely da Silva Medeiros	A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar	2005
UFSM	Fabiano Bolzan Scherer	Construção do espaço urbano da pequena cidade: um estudo sobre São Sepé - RS	2009
	Silvane Spolaor	Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia - RS	2010
	Paula Savegnago Rossato	O sistema termodinâmico do clima urbano de Nova Palma, RS: contribuição ao clima urbano de cidades pequenas	2010
UFMG	Severina Sarah Lisboa	Da migração à não migração: o exemplo de pequenas cidades da zona da mata mineira	2008
	Márcio Marques Machado	Sistemas de informações geográficas para auxiliar no desenvolvimento local, endógeno e sustentável de municípios de pequeno porte: o caso de Jaboticatubas	2001
	Cláudia Marques Roma	Segregação socioespacial em cidades pequenas	2008

UNESP – Presidente Prudente	Sueli Aparecida Lopes	Autoconstrução em Sertanópolis: resolução do problema da moradia ou exaustão da força de trabalho?	2000
UNESP – Rio Claro	Érico Soriano	Os espaços de medo e os de castigo nas pequenas cidades do estado de São Paulo: o caso de Itirapina	2007
	Mariana Alvarenga do Nascimento	Planejamento ambiental para cidades pequenas: o caso de perdões - MG	2004
USP	Hélcio Ribeiro Campos	Transformações urbanas recentes em Tiradentes - MG: anos 80 e 90 do século XX	2006
UFRJ	Maria Alice Alkmim Andrade	Transformações em curso no perfil econômico e socioespacial de cidades de pequeno porte: o exemplo de Bom Jesus de Itabapoana no Noroeste Fluminense	2001
Unicamp	Sérgio Henrique Rezende Crivelaro	Espaço vivido, cotidiano e qualidade de vida em pequenos municípios. Caso: município de Urupês (SP)	2008
UEM	Tatiane Saffnauer	A (Re) Produção do espaço urbano de Dois Vizinhos no contexto do Sudoeste Paranaense	2005
UEL	Léia Aparecida Veiga Pinto	Jaguapitã - PR: pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas de bilhar	2007
UFSC	Leila Maria Vasquez Beltrão	A industrialização em Sombrio: gênese e evolução	2001
UFBA	Diva Maria Ferlin Lopes	O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semiárido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto	2005
UFPB	Rita de Cássia Gregório de Andrade	A cidade de Coremas-PB: Geografia Histórica de uma pequena cidade	2008
Total de Dissertações: 23			

Fonte: CAPES, 2014; MOREIRA JUNIOR, 2014. Org.: AQUINO, Anderson F., 2020.

O Quadro 2 apresenta 23 dissertações de mestrado defendidas em programas de pós-graduação de 14 universidades públicas brasileiras. Os títulos permitem avaliar a variedade de abordagens empreendidas para o entendimento das pequenas cidades, com trabalhos dedicados às questões de cunho ambiental, outros sobre o uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), ou ainda sobre a geografia histórica de tais centros. Também se observa trabalhos sobre os processos de industrialização, produção do espaço, especialização produtiva, espaço vivido, cultura popular em pequenas cidades, entre outras abordagens.

Já o Quadro 3, apresenta as teses que tem como tema central a pesquisa sobre pequenas cidades e foram defendidas nos programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras, conforme levantamento de Moreira Júnior (2014).

Quadro 3: Teses sobre pequenas cidades defendidas nas universidades brasileiras (2000-2010).

Instituição	Autor (a)	Título da Tese	Ano
UFU	Anete Marília Pereira	Cidade Média e Região: o significado de Montes Claros no norte de Minas Gerais	2007

	Winston Kleiber de Almeida Bacelar	A pequena cidade nas teias da aldeia global: as relações e especificidades sociopolíticas nas pequenas cidades de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara - MG	2008
	Nágela Aparecida de Melo	Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas	2008
UNESP – Presidente Prudente	Mara Lucia F. da H. Bernardelli	Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias	2004
	Ângela Maria Endlich	Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná	2006
	Elson Rodrigues Olanda	Sanclerlândia-GO: do povoado do Cruzeiro às novas centralidades	2010
UFRJ	Maria Helena Palmer Lima	Cidade-campo, urbano-rural: uma contribuição ao debate	2007
USP	Edson Soares Fialho	Ilha de calor em cidade de pequeno porte: caso de Viçosa na Zona da Mata Mineira	2009
UNESP – Rio Claro	Vilma Dominga Monfardini Figueiredo	Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e da qualidade de vida, 1980-2000	2008
UFSC	Erika Collischonn	Inundações em Venâncio Aires/RS: interações entre as dinâmicas natural e social na formação de riscos socioambientais urbanos	2009
Total de Teses: 10			

Fonte: CAPES, 2014; MOREIRA JUNIOR, 2014. Org.: AQUINO, Anderson F., 2020.

O Quadro 3 apresenta 10 teses defendidas em programas de pós-graduação em Geografia de 6 universidades públicas brasileiras. Igualmente ao que se verifica nas dissertações, também nas teses observa-se uma diversidade de abordagens sobre o tema das pequenas cidades. Analisando o conjunto de dissertações e teses nos quadros 2 e 3, constata-se que do total de trabalhos, cinco foram realizados na Região Nordeste do Brasil, enquanto os demais provêm das regiões Sul e Sudeste do país, com destaque para a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente (UNESP - Presidente Prudente), que concentram os maiores números de pesquisas realizadas e defendidas no período analisado por Moreira Junior (2014).

Constata-se ainda, de forma preocupante, a ausência de pesquisas realizadas sobre o tema das pequenas cidades na Região Amazônica, pelo menos a partir dos critérios adotados por Moreira Júnior (2014). O autor oferece como resposta a esta questão, o reduzido número de programas de pós-graduação em Geografia na região, concentrados apenas em cinco universidades: Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Conforme o autor, todos estes são programas

recentes, além de só possuírem a modalidade de mestrado, o que os excluía dos critérios adotados no levantamento (MOREIRA JÚNIOR, 2014).

Para analisar como tem sido o volume desta produção acadêmica de dissertações e teses sobre o tema pequenas cidades na última década, foram levantados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), os trabalhos de pós-graduação defendidos em universidades públicas brasileiras entre 2010 e 2020. Além do período, utilizou-se como filtragem na busca apenas trabalhos defendidos em programas de pós-graduação em Geografia, que levam no título ou tratam do assunto referente aos termos de pequena cidade, cidade pequena, cidade local, centro local, município de pequeno porte, pequeno município, além dos mesmos termos no plural. Todavia, não foi utilizado o critério de exclusão de Moreira Júnior (2014), que selecionou apenas trabalhos defendidos em programas de pós-graduação em Geografia com Mestrado e Doutorado, optando-se por fazer um levantamento mais amplo, que abranja também programas de pós-graduação em Geografia que tenham apenas o nível de mestrado. O resultado está sintetizado nos Quadros 4 para as dissertações, e 5 para as teses.

Quadro 4: Dissertações sobre pequenas cidades defendidas nas universidades brasileiras (2010-2020).

Instituição	Autor (a)	Título da Dissertação	Ano
UFPB	Severino Alves Coutinho	Nova Cruz: sua dinâmica e as relações com as cidades de Montanhas e Lagoa D'Anta-RN	2010
	Raquel Soares de Farias	A centralidade de Mamanguape (PB) e a sua relação com as cidades pequenas do litoral norte paraibano	2013
	Maria Verônica de Azevedo Gomes	Dinâmica socioespacial urbana de Cuité-PB resultante da implantação do Campus de Saúde e Educação da UFCG	2014
	Izabelle Trajano da Silva	Permanências e transformações no espaço comercial da pequena cidade de Juazeirinho-PB: da feira livre às redes de negócios	2015
	Janete Menezes Braga	Coreaú, uma pequena cidade no Brasil: transferências intergovernamentais para a produção do espaço urbano	2018
UNESP – Presidente Prudente	Paulo Fernando Jurado da Silva	Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente - SP	2011
	Carla de Souza Leão	A inserção de pequenas cidades na rede urbana: o caso das cidades na região de governo de Dracena	2011
	Karlise Klafke Baldoni	As franquias em cidades pequenas: estratégias locais do comércio e produção do espaço urbano	2017
	Karin Gabriel Silva Moreno	Jovens de Cidades Pequenas no interior paulista: práticas espaciais e tempo livre	2020

UFJF	Helisson de Paiva Miranda	Dinâmica espacial do mercado imobiliário em pequenas cidades: produção do espaço a partir da expansão e reestruturação do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Campus Rio Pomba	2014
	Alexandra de Jesus Medina Schiavo	A produção do espaço na pequena cidade de Matipó-MG: um estudo sobre a dinâmica das relações cidade e campo, urbano e rural	2015
	Rafael de Souza Alves	O campo térmico de Alvinópolis-MG em situação sazonal de verão e inverno: uma contribuição aos estudos de clima urbano em cidades de pequeno porte	2019
UFSM	Silvane Spolaor	Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia-RS	2010
	Paula Savegnago Rossato	O sistema termodinâmico do clima urbano de Nova Palma, RS: contribuição ao clima urbano de cidades pequenas	2010
	Jonathan Júlio Kegler	O clima de cidades pequenas: configuração urbano/rural com uso de transectos móveis em Agudo/RS	2016
UFRN	Jomara Dantas Pessoa	Dinâmicas de reprodução do comércio e os novos papéis urbanos de pequenas cidades norte-rio-grandenses: um olhar a partir das redes associativas de supermercados	2015
	Francisco Aracildo de Moura	Parcelamento de terras e expansão urbana na microrregião do Agreste Potiguar: loteamentos e especulação imobiliária em Boa Saúde, Lagoa Salgada e Serra Caiada/RN	2016
Unioeste	Karim Borges do Santos	Pequenas cidades da rede urbana de Pato Branco PR	2011
	Adrielly Grava Costa	Gestão de resíduos sólidos e a integração de catadores em cidades pequenas: os casos de Assis Chateaubriand e Palotina, PR	2017
UEM	Marcos Antonio Queiroz	Desafios socioespaciais na região Central do Paraná e as iniciativas locais em Nova Tebas: alcances e limites	2011
	Pedro Henrique Carnevali Fernandes	Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades: o Norte do Paraná	2012
UNESP – Rio Claro	Mauricio Lovadini	O uso do território e as novas dinâmicas locais da indústria: a implementação da Mercedes-Benz na pequena cidade de Iracemápolis (SP)	2019
UFG-Regional Jataí	Alexandre Eduardo Santos	Agrupamentos de cidades de pequeno porte: um estudo sobre Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO	2016
UEL	Fábio de Souza Oliveira	A inserção das pequenas cidades de Sertãozinho e Jataizinho na região metropolitana de Londrina-PR	2017
UFGD	Igor Ronyel Paredes Gomes	Cidades pequenas e rede urbana: interações espaciais a partir do sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul	2016
UFRR	Tânia Maria Sena Barbosa	A (re)produção do espaço urbano nas pequenas cidades da Amazônia setentrional: um estudo sobre Bonfim-RR	2015
UFES	Rodson de Andrade Allosca	Análise do campo térmico na área urbana de Ponte Nova, Minas Gerais	2018

UFT	Renato Silva Reis	A (re)produção do espaço urbano na porção sul de Paraíso do Tocantins - TO	2020
UFBA	Ramom Pereira da Silva Machado	A cidade das grades: a espetacularização da violência e materialização do medo no espaço urbano de Baixa Grande/BA	2016
Total de Dissertações: 29			

Fonte: BDTD, 2020. Org.: AQUINO, Anderson F., 2020.

O Quadro 4 demonstra que foram publicadas 29 dissertações de mestrado em Geografia, no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, que abordaram o tema pequenas cidades, defendidas em 15 diferentes universidades, com destaque para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que com 15 dissertações, concentraram mais da metade do número total de dissertações publicados sobre o tema.

Cabe mencionar que, por abranger o último ano do recorte temporal trabalhado por Moreira Júnior (2014), duas dissertações publicadas na UFSM em 2010 tornaram a aparecer no levantamento aqui proposto, mesmo caso de uma das teses da Unesp de Presidente Pudente, defendida no mesmo ano, conforme apresenta o Quadro 5. Ainda assim, optou-se por manter o ano de 2010 como recorte inicial do levantamento, que apresentou uma dissertação defendida na UFPB não selecionada pelo autor supracitado.

Quadro 5: Teses sobre pequenas cidades defendidas nas universidades brasileiras (2010-2020).

Instituição	Autor/a	Título	Ano
UEM	Vanessa Medeiros Corneli	A praça no contexto de pequenas cidades da microrregião de Campo Mourão - PR	2013
	Pedro Henrique Carnevalli Fernandes	Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e da insegurança objetiva	2017
	Janério Manoel Jacinto	O processo de urbanização e o desenvolvimento geoeconômico da cidade de Medianeira - PR	2013
	Larissa de Mattos Alves	O turismo e suas implicações em municípios de pequeno porte demográfico da região turística noroeste do Paraná	2018
UNESP – Presidente Prudente	Elson Rodrigues Olanda	Sanclerlândia-GO: do povoado do Cruzeiro às novas centralidades	2010
	Cláudia Marques Roma	O rural, o urbano e o agrícola no movimento espiral do espaço: um híbrido	2012
	Rogério de Souza Marinho	Pequenas cidades do nordeste do Pará: maritimidades da Amazônia	2017
	Danielle Cardozo Frasca Teixeira	O clima urbano das cidades de pequeno porte do oeste paulista: análise do perfil térmico de Presidente Venceslau, Santo Anastácio e Álvares Machado, Brasil	2019
USP	Roni Mayer Lomba	Relação campo-cidade na pequena cidade de Caarapó - MS	2011

	Fábio de Macedo Tristão Barbosa	Imperialismo e produção do espaço urbano: a indústria do amianto e a construção da cidade de Minaçu - GO	2013
UEL	Kelton Luiz Gabriel de Oliveira	Paisagem de Furuato: desastres naturais e reconstrução de pequenas cidades	2016
	Franciele Miranda Ferreira Dias	Pequenas cidades na rede urbana de Ourinhos – SP: agronegócio e especialização produtiva	2019
UFRGS	Cristina Seibert Schneider	As cidades de tempos lentos: o patrimônio cultural entre sinais de letargia e lucidez	2017
	Daniella Reche	A proução do espaço urbano de pequenas cidades no contexto regional de inserção da Universidade Federal da Fronteira Sul	2018
UFBA	Shanti Nitya Marengo	Santo Amaro – BA: um lugar de muitos lugares	2016
UNB	Gessilda da Silva Viana	Pequenas cidades no contexto metropolitano: o caso da Região Metropolitana de Maringá, Paraná	2017
UNESP – Rio Claro	Elias Mendes Oliveira	A implantação de grandes indústrias de capitais nacionais e internacionais na cidade pequena de Extrema (MG): processos, fatores e agentes	2018
UFRN	Edseisy Silva Barbalho Tavares	Usos do território e rede urbana potiguar	2017
UFMG	Nayhara Freitas Martins Gomes	Municípios de pequeno porte do sudeste brasileiro: dinâmica migratória e aspectos econômicos	2019
UECE	Frank Paula Santos	Turismo de raiz em Itaiçaba: desafios econômicos da pequena cidade do Baixo Jaguaribe	2019
UFSC	Carlos Cassemiro Casaril	A dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão - Paraná	2014
Total de Teses: 21			

Fonte: BDTD, 2020. Org.: AQUINO, Anderson F., 2020.

Comparando-se os Quadros 3 e 5, entre as décadas de 2000 e 2010, o número de teses dedicadas à pequenas cidades mais que dobrou, tendo dobrado também o número de universidades nas quais foram defendidas, de 6 para 12 universidades. O maior número de teses sobre o tema concentra-se na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e na UNESP de Presidente Prudente, com 4 trabalhos cada. Destaque ainda para a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cada uma com duas teses.

Analisando regionalmente os Quadro 4 e 5, verifica-se que os programas de pós-graduação em Geografia das universidades das regiões Sul e Sudeste permanecem como as principais difusoras da pesquisa sobre pequenas cidades na década de 2010, e reforça-se a importância que a pesquisa sobre o tema tem ganhado, principalmente nas universidades do interior, como a Unesp de Presidente Prudente e de Rio Claro no interior paulista; a Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e a Universidade Estadual de Londrina (UEL) no interior paranaense; a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no interior mineiro; e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no interior sul-rio-grandense.

As universidades públicas da Região Nordeste permanecem em segundo lugar na difusão dos estudos sobre pequenas cidades no país, tanto a nível de mestrado como doutorado. Entretanto, as dissertações e teses sobre pequenas cidades nesta região ainda se mantêm concentrados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). Do levantamento da década de 2000 para a de 2010, apenas uma nova universidade da região publicou um trabalho sobre o tema, a saber, defendido na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

O aumento da pesquisa sobre pequenas cidades também pode ser constatado nas outras regiões, com destaque para duas universidades do interior na região Centro-Oeste, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no Mato Grosso do Sul e a Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí (UFG-RJ)¹ em Goiás. Também merece menção as dissertações publicadas sobre pequenas cidades em universidades da Região Norte, como a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Soares e Melo (2010) lembram que, mesmo o tema da pequena cidade tendo sido historicamente pouco explorado pelo meio acadêmico até os anos 1990, tem conseguido apresentar alguns avanços nas últimas décadas, com alguns estudiosos e estudiosas se empenhando em fornecer importantes contribuições para o entendimento da realidade um tanto diversa das pequenas cidades. As autoras enfatizam que

Na compreensão do processo de urbanização brasileira, os estudos dos grandes centros urbanos e das metrópoles são de extrema importância. Esses objetos geográficos, historicamente, são foco de várias investigações realizadas por pesquisadores de diferentes formações acadêmicas, tendo em vista o grau de complexidade que apresentam suas estruturas e suas relações em termos econômicos, políticos, sociais e culturais. Porém, pesquisas sobre as pequenas cidades, suas características e diversidades merecem destaque e atenção semelhantes, pois esses espaços não estão dissociados dos processos gerais que marcam a sociedade e representam a maior parte do que é oficialmente reconhecido como cidade no país (SOARES; MELO, 2010, p. 237).

Demonstra-se assim, a relevância, bem como a urgência, do estudo das pequenas cidades e de suas dinâmicas para o entendimento do processo de urbanização e do que é urbano no Brasil. Estes pequenos centros urbanos não devem e nem podem ser vistos isolados do restante da rede urbana, por si e em si mesmos. “Ao contrário, procura-se compreender as dinâmicas destas localidades em interação, em movimento, consoante à apreensão de uma

¹ Desde 2019, a UFG-Regional Jataí se tornou a Universidade Federal de Jataí (UFJ), porém, os programas de pós-graduação *stricto sensu* e a universidade recém criada estão sob a tutoria da UFG.

realidade que considere os demais centros urbanos e os fluxos humanos existentes entre eles” (ENDLICH, 2006, p. 29).

Sem dúvida é algo que exige um grande esforço analítico por parte do pesquisador, mas que, supera análises anteriores, que viam as cidades apenas como pontos alocados em um espaço quase que reduzido a uma forma geométrica, sem movimento, sem interação, sem história. Corrêa (1989) reforça a necessidade deste esforço analítico, pois nos estudos urbanos

[...] Implica ainda colocar em evidência as práticas que viabilizaram a articulação entre os distintos centros urbanos e suas hinterlândias, bem como compreender a inércia que, pelo menos durante um certo tempo, cristaliza um determinado padrão espacial de funcionalidades urbanas (CORRÊA, 1989, p. 50).

Portanto, é essencial conhecer os processos históricos e as ações dos diversos agentes internos ou externos, que produzem o espaço urbano e que possibilitam a articulação entre as cidades, e nesse sentido, a categoria de formação socioespacial pode contribuir muito na apreensão de tal dinâmica. Também é de suma importância reconhecer que o padrão espacial de hierarquia e fluxos da rede urbana, expressos pelos papéis desempenhados por cada uma das cidades que se articulam é mutável e não uma condição estática, desse modo, ainda que cristalizado por um certo período de tempo pela inércia possibilitada por determinado período histórico, é um quadro dinâmico, sempre sujeito a mudanças e, portanto, sempre exigindo novas pesquisas e interpretações.

Outra importante questão que não se pode deixar de ressaltar, e que corrobora com a necessidade de se pesquisar as pequenas cidades, é a grande dificuldade de conceituação do que é ou não pequena cidade, debate que tem crescido ao longo das últimas décadas e que é resultado, em grande medida, da própria fragilidade de pressupostos teórico-metodológicos e da imensa diversidade de conteúdos, significados e dinâmicas dessas cidades (MELO, 2008).

Em seu artigo *As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural*, Roberto Lobato Corrêa (2011) ressalta a diversidade das pequenas cidades brasileiras, que viram a relativa homogeneidade que as caracterizava até a década de 1970 ser fragmentada, resultando em uma profunda diferenciação entre estas. O autor propõe cinco tipos ideais de pequenas cidades, conforme demonstra o Quadro 6, que apresenta ainda as principais características e as regiões onde ocorrem com maior frequência.

Os tipos ideais de pequenas cidades brasileiras proposto por Corrêa (2011), contribui ao entendimento da grande diversidade das pequenas cidades no país. O autor lembra que tais tipos podem sim ocorrer em sua forma pura, mas, principalmente, tendem a ocorrer de modo

combinado, ou seja, mesclando dois ou mais tipos ideais, o que reforça ainda mais a variedade destas cidades (CORRÊA, 2011).

Quadro 6: Tipos ideais de pequenas cidades no Brasil, conforme Corrêa (2011).

Tipos ideais de pequenas cidades	Principais características	Ocorrência no Brasil
Lugares centrais	“Localizam-se sobretudo nas áreas incorporadas à industrialização do campo, áreas agrícolas modernizadas [...]. Situam-se na confluência do agrário moderno com o urbano, do qual o pequeno lugar central é parte integrante”	Principalmente no Centro-Sul do país
Centros especializados	“Constituem núcleos de povoamento que desenvolvem atividades específicas, as quais conferem-lhes uma identidade singular [...]. Seus principais fluxos são de longa distância e, em muitos casos, estranhos à área próxima”	Em todo o país, tanto na Amazônia como no Centro-Sul
Reservatórios de força-de-trabalho	“Constituem pobres e tristes núcleos de povoamento, mais agrários do que urbanos, locais de existência e reprodução de uma força-de-trabalho expulsa do campo seja porque este foi submetido à industrialização, seja porque tornou-se decadente ou estagnado”	Tanto em áreas de povoamento recente (Amazônia oriental), como em áreas integradas ao complexo agroindustrial (Oeste Paulista)
Centros que vivem de recursos externos	“Constituem antigos e decadentes lugares centrais localizados em áreas agrícolas decadentes ou estagnadas, nas quais o processo migratório é notável. [...] Esses centros vivem de recursos externos, a saber: minguiadas sobras de recursos monetários enviados aos familiares por aqueles que emigraram, aposentadorias e pensões pagas pelo FUNRUAL e recursos do governo federal por intermédio do Fundo de Participação que é distribuído a todos os municípios”	Principalmente na região Nordeste, tanto na Zona da Mata, como no Agreste e no Sertão
Subúrbios-dormitório	“Constituem, em muitos casos, o resultado da absorção de um antigo lugar central por uma grande cidade em crescimento e expansão. [...] Estas pequenas cidades localizam-se a uma distância próxima que viabiliza migrações pendulares daqueles que ali vivem, mas trabalham na cidade maior”	Sobretudo no Centro-Sul do país

Fonte: CORRÊA, 2011, p. 11-12. Org.: AQUINO, Anderson F. 2020.

A cidade de Itapaci, situada no centro-norte do estado de Goiás, e que será analisada com mais detalhes nas próximas seções, é um exemplo da combinação de dois dos tipos ideais de pequenas cidades proposto por Corrêa (2011). Estando inserida em uma área incorporada pelo processo de modernização da agricultura com a constituição dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e do tomate, Itapaci se tornou desde os anos 1980 um lugar central, que atende à demanda de seu município e de municípios vizinhos, cujas sedes são pequenas cidades

menores que Itapaci, mas também um centro especializado com fluxos e interações de longa distância, principalmente relacionadas as interações econômicas e espaciais das agroindústrias.

Deste modo, a temática das pequenas cidades se coloca como um grande desafio, tanto em razão do universo multivariado de pequenas cidades com particularidades e singularidades tão distintas, quanto pelos múltiplos caminhos que podem ser percorridos para a investigação e interpretação destes centros urbanos, como tem demonstrado as pesquisas acadêmicas dedicadas ao tema. Entretanto, é notório o surgimento de proposições metodológicas e um certo amadurecimento do debate conceitual sobre as pequenas cidades (SPOSITO; SILVA, 2013), ainda que este esteja impregnado de tentativas tão distintas e controversas (CORRÊA, 2011).

Com origem no latim *pitinnus*, a palavra pequena é o feminino do adjetivo pequeno e, conforme o Dicionário Priberam, significam

1. Que tem pouca extensão ou pouco volume; 2. Que tem dimensões menores do que o habitual; 3. Que é menor do que aquilo que devia ser; 4. Que é de estatura abaixo da média; 5. Que apresenta pouca quantidade de algo; 6. Que não se prolonga no tempo, que não dura muito; 7. Que está na infância; 8. Que tem pouca importância ou influência; 9. Que é de condição humilde; 10. Que é feito em limitada escala; 11. Apoucado, acanhando; 12. Que tem poucos escrúpulos morais ou pouco alcance intelectual. (PEQUENA, 2020, n. p.).

Desta forma, a palavra pequena sempre remete a noção de tamanho e dimensão, algumas vezes, com conotação depreciativa. No caso das cidades, esse adjetivo induz uma associação direta ao pequeno número de habitantes, a pequena área ocupada por determinada cidade (FRESCA, 2010), bem como a pouca disponibilidade de aparelhos e serviços urbanos.

Entretanto, a adjetivação da cidade enquanto pequena não a dissocia-a de uma realidade urbana maior, possuindo também ela uma materialidade concretizada no plano espacial, enquanto forma produzida pelo processo de urbanização, bem como uma imaterialidade, que diz respeito aos fluxos de variadas dimensões e naturezas que ela engendra ou dos quais ela faz parte, sendo assim, a pequena cidade tanto abrange quanto é abrangida por uma totalidade (SPOSITO; SILVA, 2013).

Destarte, ainda que sua dimensão seja diminuta em relação aos grandes centros metropolitanos, a pequena cidade também é produto histórico-social do trabalho humano, que se materializou no espaço ao longo do tempo para atender às demandas sociais de diferentes épocas. Suas formas, estruturas, funções e processos visualizadas sob o prisma da formação socioespacial podem ser melhor compreendidas e revelar sua condição de mediação entre os agentes globais e locais/regionais. Tal mediação encontra maior expressividade e se materializa de forma mais clara dentro do processo modernizador, que tende a destruir ou transformar as

formas existentes, bem como criar novas formas, além de induzir novas funções e a inserção da pequena cidade em processos e estruturas mais amplos e complexos, por intermédio da reinserção desta na rede urbana.

Como ressalta Endlich (2006), no mundo cada vez mais articulado, a realidade urbana só pode ser compreendida no seu conjunto, em sua totalidade que explica as partes e também suas contradições. Desta forma, também o estudo das pequenas cidades não pode prescindir do entorno espacial destas, esforço analítico que se mostra fundamental para compreender as características e amplitudes dos papéis urbanos e regionais da pequena cidade, que realimentam sua dinâmica. É a relação com o seu entorno próximo, ou seja, com a área do município configurada como rural, que fornece as primeiras indicações sobre como a pequena cidade se insere na rede urbana regional, que também pode ser entendida aqui enquanto entorno espacial de média escala.

Todavia, cabe ressaltar que, há exceções, pois, dentro do processo modernizador, algumas pequenas cidades podem se tornar centros especializados e inserir-se em redes urbanas mais amplas, como é o caso de Jaguapitã (PR), estudado por Veiga (2007). Neste processo, as relações da pequena cidade com o campo e com a região podem ser enfraquecidas, ao passo que se fortalece a relação dela com centros urbanos longínquos (CORRÊA, 2011).

Melo (2008) oferece um importante indicativo para o entendimento desta relação da pequena cidade com o campo e também com a região na qual ela se insere: a adoção da escala municipal. Conforme a autora, dois importantes fatores subsidiam a escolha deste recorte, um de ordem teórico-metodológica e outro do tipo prática.

No primeiro caso, Melo (2008) faz questão de lembrar que o município, enquanto recorte espacial geográfico constituído a partir de fragmentações territoriais diretas ou indiretas, tende a guardar fortes semelhanças quanto ao processo de formação socioespacial com os municípios vizinhos, dos quais se desmembrou ou ainda pode ter sido desmembrados dele. O município se forma historicamente em função de múltiplos interesses políticos e econômicos, quase sempre particulares em relação a totalidade do Estado. Apesar de ser referendado por este, não é dele uma criação específica.

Quanto ao segundo caso, a autora esclarece a facilidade possibilitada pela escolha da escala municipal em relação ao levantamento, comparação e análise de dados censitários e estatísticos, que no Brasil quase sempre são coletados e apresentados utilizando-se a escala do município (MELO, 2008).

Compreender a formação socioespacial partindo da análise da origem e, posteriormente, passando pela reflexão do processo de emancipação política e administrativa da pequena cidade

e de seu município, diz respeito não apenas a dimensão política deste fato, porque abrange ainda inúmeros aspectos correlacionados, que ajudam a compreender os processos que conduziram à atual configuração socioespacial dos pequenos centros urbanos. Como afirma Corrêa,

A pequena cidade é, assim, antes de mais nada um núcleo dotado da função de sede municipal. [...] Ser sede municipal significa certo poder de gestão de um dado território, o município, para o qual a presença de instituições e serviços públicos, além do acesso a tributos estaduais e federais tornam-se essenciais. Associada a essa função político-administrativa, seja de forma causal ou em consequência, há atividades econômicas vinculadas à produção e circulação de mercadorias e à prestação de serviços (CORRÊA, 2011, p. 6).

Portanto, a dimensão política do processo de fragmentação territorial, que leva a emancipação de municípios, tem relação e efeitos em múltiplas esferas como a administrativa, territorial e econômica, entre outras, sendo assim, importante elemento para o entendimento da formação socioespacial das pequenas cidades, que na proposta aqui assumida, é fundamental para possibilitar a compreensão dos atuais papéis urbanos e também regionais destas cidades.

Como lembra Corrêa, “[...] muitas pequenas cidades têm em sua hinterlândia algumas pequenas cidades, menores ainda, que em um passado não muito distante, constituíam vilas e povoados subordinados a elas.” (CORRÊA, 2011, p. 7). Desta forma, a compreensão histórico-geográfica do processo de fragmentação e emancipação municipal muito tem a contribuir no entendimento das relações estabelecidas contemporaneamente entre as pequenas cidades, bem como a dimensão e as características de seus papéis urbanos e regionais.

Trabalhando com a escala municipal, a próxima seção elucida o processo de formação socioespacial da cidade e município de Itapaci (GO), contextualizando sua condição embrionária enquanto lugarejo fundado no chamado Mato Grosso de Goiás, durante a expansão da fronteira agrícola no estado, na primeira metade do século XIX. Aborda-se ainda os principais eventos e agentes que atuaram em seu processo de consolidação e de articulação com outros centros urbanos, caracterizando e periodizando sua dinâmica com o seu entorno rural e sua inserção na rede urbana. Busca-se, a partir desta compreensão histórico-geográfica, compreender a construção e evolução dos processos que marcam a dinâmica contemporânea da cidade em relação aos papéis que ela cumpre junto a sua população, e a população de outras pequenas cidades circunvizinhas.

3 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ITAPACI (GO)

O contexto da origem da aglomeração humana, que se tornaria depois a cidade de Itapaci, guarda similaridade com o surgimento de várias outras cidades do estado de Goiás, na primeira metade do século XX. O avanço da fronteira agrícola em Goiás transformou profundamente o território do estado, que vivenciou a derrubada da vegetação nativa de Cerrado, a ocupação de zonas antes pouco ou sequer conhecidas, o surgimento de novas propriedades rurais, a abertura de estradas, entre outros fatores, como a construção e mudança da capital estadual Goiânia e a criação de colônias agrícolas. Posteriormente, na segunda metade do século, a construção da nova capital federal Brasília, a abertura e pavimentação de rodovias estaduais e federais, bem como a modernização da base técnica da agricultura reafirmaria e ampliaria este processo.

3.1 As origens e primeiras décadas de formação socioespacial de Itapaci

Vencendo as dificuldades do isolamento e da falta de estradas e de quaisquer outras infraestruturas, alguns agricultores assentaram-se a partir dos anos 1920, ao sul da bicentenária cidade de Pilar, em uma área de topografia menos acidentada do que o restante do município, fundado durante o ciclo do ouro em Goiás, e que vivia em franca decadência econômica e populacional desde o esgotamento das minas ainda no século XVIII. Com relevo suave e solos mais férteis, toda a zona ao sul de Pilar era recoberta por densa mata de cerrado, que ganhara o nome de Mata de São Patrício e compunha a porção norte da região que ficou conhecida como Mato Grosso de Goiás².

² O Mato Grosso de Goiás, também chamado de Mato Grosso Goiano é caracterizado por Faissol (1952, p. 7 apud ARRAIS, 2016, p. 33) como “uma extensa região florestal situada na parte centro-sul do Estado de Goiás [...]. Ela começa nas proximidades da cidade de Anápolis e continua até o oeste até a base da Serra Dourada, na região do Córrego do Ouro; no sentido norte-sul, vai das proximidades de Goiânia até um pouco ao norte de Itapaci. Abrange parte dos municípios de Anápolis, Pirenópolis, Jaraguá, Anicuns, Goiás, Mataúna, Itaberaí e Itapaci. [...] Sua forma é irregular, com reentrâncias e saliências e com algumas manchas de campo cerrado dentro da mata. O nome ‘Mato Grosso de Goiás’ foi dado por extensão a toda a região ora estudada, em virtude de já existir esta denominação para a parte central (municípios de Inhumas, Itaberaí, Anápolis, Trindade, Goiânia e parte de Jaraguá). A origem do nome está ligada ao tipo de vegetação e mais particularmente ao contraste que ele forma em relação ao resto da paisagem. Desde o tempo que Saint-Hilaire percorreu esta zona, e provavelmente mesmo antes, já se conhecia esta parte do Estado como sendo ‘Mato Grosso’. Vale ressaltar que esta área foi inclusive regionalizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na primeira divisão regional oficial de 1942, com a proposta das zonas fisiográficas que perdurou até 1976, quando houve nova regionalização baseada nas meso e microrregiões homogêneas (CONTEL, 2014).

Em relação as cidades existentes àquela época, que morosamente articulavam uma incipiente rede urbana na porção centro-norte do atual território do estado de Goiás, só existiam Pilar, São José do Tocantins (atual Niquelândia), Descoberto (atual Porangatu), Jaraguá e Pirenópolis, que se viam, cada uma a seu modo, em decadência econômica e demográfica desde o século XVIII (CASTRO, 1996). Guarinos, Crixás e Amaro Leite (atual Mara Rosa), juntamente com Lavrinhas e Traíras (que chegaram a ser, respectivamente, arraial e sede de julgado³ durante a fase áurea em Goiás) estavam reduzidas a pequenos amontoados de poucas casas, enquanto Uruaçu, ainda denominada Sant'Ana do Machambombo, começava cambaleante a erguer suas primeiras e rústicas residências. Anápolis começaria a despontar regionalmente somente após a criação de Goiânia e a chegada da Estrada de Ferro Goiás, na década de 1930. Ceres, Goianésia, Rubiataba e quase todas as outras cidades do Vale do São Patrício⁴ só surgiriam décadas depois.

Conforme Onildo de Castro (1996), em sua obra *O Julgado de Pilar: resgate histórico*, a origem e a formação histórica da cidade Itapaci envolvem dois principais motivos que instigaram famílias de agricultores a pensar na fundação do povoado, que se tornaria Itapaci, quais sejam, as grandes distâncias até qualquer cidade e a carência de escolas para educação dos filhos. O autor relata que, um grupo de agricultores liderado por Domiciano Rodrigues Peixoto, Domiciano de Assis Peixoto, Constância Ferreira Rodrigues, João Monteiro e Joaquim Pereira Neves, reunidos em torno do mesmo ideal, trataram de escolher como local para construir o futuro povoado a Fazenda Água Fria, na divisa desta com a Fazenda da Barra, ambas situadas no interflúvio dos rios São Patrício e São Patricinho.

Como foi comum na origem de tantas cidades brasileiras, Domiciano Rodrigues Peixoto, proprietário da Fazenda Água Fria, doou dez alqueires goianos (48,4 ha) para Santa Terezinha do Menino Jesus, padroeira escolhida para interceder pelo futuro povoado (IBGE, 1958). Se tal ação possibilitou a doação de lotes para as famílias migrantes que vieram para a localidade, também serviu diretamente ao processo de valorização das terras, bem como a futura organização e projeção política dos proprietários rurais locais.

³ Circunscrição territorial judiciária com autonomia judiciária e fiscal e subordinada a comarca. Foi criada durante a colonização portuguesa para organizar a subdivisão jurídica das capitânias e permaneceu em vigor por todo o Brasil Império (CHAVES, 2013). O Julgado de Traíras chegou a ter jurisdição sobre os arraiais de Água Quente, Cocal, Maranhão, São José do Tocantins, Cachoeira, Santa Rita, Muquém, Piedade e Amaro Leite (CASTRO, 1996; BOAVENTURA, 2007).

⁴ A região denominada Vale do São Patrício compreende, conforme Castilho (2009), os municípios de Barro Alto, Campos Verdes, Carmo do Rio Verde, Ceres, Crixás, Goianésia, Guaraíta, Guarinos, Heitorai, Hidrolina, Itaguaru, Itapuranga, Itapaci, Ipiranga de Goiás, Jaraguá, Morro Agudo de Goiás, Nova Glória, Nova América, Pilar de Goiás, Rialma, Rianápolis, Rubiataba, Santa Isabel, Santa Terezinha de Goiás, Santa Rita do Novo Destino, São Luiz do Norte, São Patrício, Uirapuru e Uruana.

Em contraponto a velha estrutura urbana de arruamento das cidades goianas e mineiras, formadas nos impulsos minerários, como Cristais (MG) – de onde veio a família Peixoto – e Pilar – sede do município onde se estabeleceram –, os idealizadores do povoado de Itapaci se preocuparam com um traçado moderno das ruas e encomendaram o projeto urbanístico do loteamento ao topógrafo Francisco Alves de Almeida, vindo do estado da Bahia (CASTRO, 1996). Apesar do traçado simples do arruamento, com uma avenida principal em sentido norte-sul, cortada por ruas perpendiculares, propuseram uma ampla área aberta para a avenida principal, com largura de 50 metros, inspirada na Avenida Afonso Pena, da planejada capital mineira Belo Horizonte (SILVEIRA, 1997). Era o triunfo e concretização da idealização de uma nova cidade sobre as velhas formas urbanas goianas e mineiras.

A primeira denominação dada ao povoado foi de Furado da Água Fria, em referência a fazenda da qual lhe foi cedida a área originária. Para representar a fé dos habitantes locais, foi realizada uma ação muito comum entre as velhas práticas portuguesas e espanholas no processo de colonização, com a fixação, ao lado da recém aberta avenida, de um cruzeiro de aroeira por Abdias Dias da Silva, em 02 de julho de 1935. A partir daí “Os pioneiros fizeram propaganda do projetado povoado, da fertilidade das terras circunvizinhas e da facilidade em adquiri-las; convidaram parentes e amigos para conhecerem a localidade, os recursos naturais que oferecia, sobretudo a hospitalidade” (CASTRO, 1996, p. 117).

Natural de Cristais (MG), assim como toda a família Peixoto – uma das que lideraram o processo de idealização de Itapaci –, o médico, político e intelectual José Peixoto da Silveira, sobrinho de Domiciano Rodrigues Peixoto, narra este entusiasmo propagado pela família, que se assentara no estado de Goiás, onde se formaria a cidade de Itapaci. Ele cita que

Desde criança, é verdade que a TERRA DE ANHANGÜERA me empolgava a imaginação. Tanto alguns parentes falavam em Goiás, que, ao aprender a desenhar o primeiro mapa que debuxei foi o deste Estado, para oferecer ao meu tio Domiciano Peixoto, cujo entusiasmo acabou contagiando grande parte da família, inclusive meus pais e irmãos (SILVEIRA, 1981, p. 15-16, grifo do autor).

A propaganda surtira efeito, e no primeiro trimestre de 1936 chegaram e construíram os dois primeiros ranchos os irmãos Augusto Alves do Rego e José Alves do Rego, ambos migrantes vindos da Bahia. Abdias Dias da Silva construiu o terceiro rancho logo em seguida, mudando-se com sua família para ele. Desde então, não cessou de chegar novas famílias, dentre as quais merece menção a família de Pedro Ribeiro Durães, Maria Emereciano de Andrade, Silvério Antunes do Vale, José Maurício Ribeiro, José Guedes de Queiroz e Zenon Guedes de Queiroz, além das famílias Adorno e Adornelas (CASTRO, 1996).

Em 04 de julho de 1936, foi rezada a primeira missa pelos padres Eliezer Almuedo e Valetim Rodrigues, vindos da Paróquia de Jaraguá, porque as paróquias de Pilar, Descoberto e Crixás há décadas estavam desassistidas de párocos. Terminada a missa, foi realizada a benção do local onde se construiria logo em seguida uma capelinha de madeira, em homenagem à Santa Terezinha do Menino Jesus, padroeira do povoado. Esta capelinha foi posteriormente demolida no final da década de 1940, quando foi criada e erigida a nova paróquia sob a supervisão dos missionários Claretianos⁵, que edificaram a igreja matriz como Paróquia Imaculado Coração de Maria (CASTRO, 1996).

Tal acontecimento leva a imaginar ter sido este um dos primeiros embates entre as forças internas – população local que escolheu uma padroeira – e externas – Igreja Católica, representada pela Congregação Claretiana, que erigiu a igreja matriz dedicada a santa padroeira da congregação – Imaculado Coração de Maria –, e não do povoado. Enquanto força externa, a Igreja Católica se coloca enquanto projeto e se materializa ao se internalizar no local, sem levar muito em conta os sentimentos e simbolismos dos habitantes locais. Se a decisão pela denominação da igreja matriz fugiu ao controle dos grupos locais, estes, que já se organizavam politicamente, trataram de homenagear a sua santa de preferência na denominação do primeiro grupo escolar do município, posteriormente transformado em colégio estadual, e atualmente denominado de Centro de Ensino em Período Integral Santa Terezinha (CEPI Santa Terezinha).

No ano de 1938, mais de vinte chefes de famílias residentes no local reivindicaram junto aos governos do município de Pilar e do Estado de Goiás a criação do distrito, com sede no povoado da Água Fria, que já havia adotado a nova denominação de Floresta, em alusão a densa mata que o circundava, cuja sugestão toponímica partiu do jovem e líder político local Sebastião Peixoto da Silveira, sobrinho de Domiciano Rodrigues Peixoto e irmão do supracitado José Peixoto da Silveira (CASTRO, 1996).

⁵ Os missionários Claretianos são uma ordem religiosa católica formalmente chamada de Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, fundada por Santo Antônio Maria Claret em 1849. Estão presentes no Brasil há mais de um século, ocupando papel de destaque especialmente nas chamadas prelazias, que são jurisdições territoriais e administrativas católicas que antecedem a criação de dioceses, quando há pouca ocupação demográfica e dificuldades logísticas. A Paróquia de Itapaci faz parte da Diocese de Uruaçu, tendo sido esta desmembrada da Diocese de Goiás em 1924 e permanecendo como Prelazia de São José do Alto Tocantins até 1956, quando deu lugar a atual Diocese de Uruaçu. O Prelado Dom Francisco Prada Carrera, que era claretiano, esteve à frente da Prelazia e depois da Diocese de 1938 a 1976, e, a convite dele, os missionários claretianos vieram desempenhar seu trabalho missionário na prelazia, fundando, entre outras paróquias, a Imaculado Coração de Maria de Itapaci, Nossa Senhora da Abadia de Goianésia e Santo Antônio Maria Claret de Hidrolina (DIOCESE DE URUAÇU, 2014; CLARET BRASIL, 2015).

De acordo com a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, produzida e publicada pelo IBGE (1958), a reivindicação surtira efeito, e por força do Decreto-lei Estadual n. 1.233, de 31 de outubro de 1938, o povoado de Floresta foi elevado à categoria de distrito, com território desmembrado dos distritos de Crixás e Pilar, figurando no município de Pilar.

Em 1º de março de 1939, o Prefeito de Pilar, José Pereira Dutra, nomeia como primeiro Subprefeito de Floresta o jovem Sebastião Peixoto da Silveira, consolidando a formação do grupo político local da família Peixoto. De forma precária, ocorre duas semanas depois a instalação do distrito de Floresta, em 15 de março de 1939, “[...] quando existiam na sede distrital, 19 habitações, sendo 17 cobertas de palhas de arroz e 2 apenas cobertas de telhas comuns” (IBGE, 1958, p. 236).

Cinco anos após a criação do distrito de Floresta, este tem seu nome alterado pelo Decreto-Lei Estadual nº 8.305, de 31 de dezembro de 1943, passando a denominar-se Itapaci, termo da língua tupi que significa *Pedra Bonita*. Também a cidade de Pilar teve seu nome alterado pela mesma lei, passando a denominar-se Itacê, nome que levou até o ano de 1949, quando por Lei Estadual passou a ser denominada Pilar de Goiás (CASTRO, 1996).

Pilar não só perdia o seu histórico nome, como também perdia paulatinamente sua importância política, econômica e social na região, e no próprio e extenso território do município. Diferentemente dos distritos de Bandeirantes, Crixás e Itacê – todos nascidos durante o ciclo do ouro e pertencentes ao município de Itacê – localizados fora da zona do Mato Grosso de Goiás, Itapaci conseguia, ainda que precariamente e com muitas dificuldades, dinamizar-se economicamente, especialmente pela exploração agrícola dos solos férteis e da topografia suave no entorno da sede distrital, que, não tendo cessado de receber migrantes das regiões Sudeste e Nordeste, bem como do estado de Goiás, viu seu pequeno núcleo crescer, ainda que lentamente, mas com constância.

Tais fatores somados à articulação política de lideranças locais que começavam a se formar, sobretudo agropecuaristas e comerciantes, Itapaci consegue sua emancipação política em 1945, pelo Decreto-lei Estadual nº 55, de 19 de julho, que elevou Itapaci à categoria de cidade e município, instalado oficialmente em 11 de agosto do mesmo ano. O referido decreto-lei também rebaixou a cidade de Itacê (ex-Pilar) a distrito, perdendo as prerrogativas de sede municipal, agora transferida para a nova cidade de Itapaci, que herdou todo o território do extinto município de Itacê (IBGE, 1958), como demonstrado na Figura 1.

Como pode ser observado na Figura 1, o município de Itapaci herdou, quando de sua emancipação municipal, uma extensa área territorial, precisamente de 18.078 km², constituída além do distrito sede de Itapaci, pelos distritos de Bandeirantes, Crixás, Embiara e Itacê.

Itapaci a CANG, e somente trilhas e picadas em meio ao Cerrado conectava a cidade a outros povoados e distritos (CASTRO, 1996).

A precariedade, o isolamento e as dificuldades vivenciadas pelos primeiros habitantes de Itapaci são demonstradas por Silveira (1981), ao receber o título de cidadão goiano:

Foi em dezembro de 1938. Então recém-formado pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, dentro de uma semana, iniciei, a cavalo, a travessia de um túnel verde, a única via que perfurava a Mata do São Patrício. A finalidade da viagem era visitar meus pais e demais parentes, que haviam fixado residência no Município de Pilar, na região onde depois fundaram Floresta, hoje Itapaci. [...] Não supunha, entretanto, que a mudança houvesse acarretado tantas dificuldades, nas finanças e na saúde de minha família, cujo padrão de vida caíra muito abaixo da remediada situação que usufruía em Minas (SILVEIRA, 1981, p. 15-16).

Ao constatar a situação que se encontrava a família, o jovem médico decide ficar em Goiás, e cita, que em todo o Vale do São Patrício, o único lugar que comportava condições para exercer a medicina era a cidade de Jaraguá, isolada, pela carência de estradas e, esquecida, sem a presença da energia elétrica. O autor cita como viu e vivenciou as transformações na região, que do quase completo isolamento, testemunhou o alvorecer de dezenas de novos povoados que se tornariam cidades no centro-norte do atual território goiano.

De dia ou de noite, pratiquei todos os meios de transporte, do cavalo à motocicleta, do automóvel ao avião. Percorri os dois únicos distritos de Jaraguá: São Francisco e Petrolina. Visitei também o Povoado de Mirilândia, e a Fazenda Calção de Couro, onde se fundaria Goianésia. Avistei as 3 primeiras casas de Uruana. Conheci Bernardo Sayão antes de Rianópolis, Rialma, Ceres, aonde fomos juntos pela primeira vez. Pisei o lugar onde ergueria Itaguaru. Conheci Carmo do Rio Verde, Uruaçu, Amaro Leite e Porangatu, antes da BR-14 e das numerosas outras cidades que a Rodovia fez surgir. Assisti ao nascimento de Itapaci e a ressurreição de Pilar. Pressenti numa pequena e solitária venda da encruzilhada, o fecundo núcleo e indez de grande cidade nascitura. Atravessei tantas fazendas ermas e tantos pequenos povoados, que hoje, ganharam outro nome e um ponto no mapa de Goiás (SILVEIRA, 1981, p. 17-18).

Silveira (1981) compreende e cita dois importantes fatores que contribuíram de forma crucial para reorganizar o espaço, dinamizar e consolidar as cidades já existentes, e fazer brotar dezenas de outras novas cidades no Vale do São Patrício: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), e a BR-14, que ficou conhecida como Rodovia Belém-Brasília, atual BR-153.

Ao estudar os municípios de Ceres e Rialma em sua dissertação de mestrado, Denis Castilho (2009) ressalta que o Mato Grosso Goiano foi regionalizado em decorrência da modernização que ocorreu no território goiano, a partir da década de 1930, engendrada pela expansão da reprodução do capital nacional em Goiás.

Para o autor supracitado, a modernização foi impulsionada em Goiás pela sobreposição das frentes pioneiras sobre as frentes de expansão. Muito comuns no território goiano, as frentes de expansão sempre conviveram com o tradicional, com uma produção agrícola voltada à subsistência ou autoconsumo da família e marcada pelo deslocamento para novas áreas de ocupação, sempre que as práticas agrícolas esgotassem as terras utilizadas. Já as frentes pioneiras trouxeram consigo novas técnicas produtivas, novos valores culturais e sobretudo, o discurso da modernização (CASTILHO, 2009).

Tal processo de modernização promovido pelas frentes pioneiras não apenas carregou consigo conteúdos urbanos, mas conduziu o território goiano para a urbanização, garantindo a efetiva ocupação e domínio do Estado em plena cooperação com o capital, sobre um espaço até então apenas esparsamente ocupado. Permaneceu ainda o velho das relações sociais, como é o caso das antigas formas de relação do trabalho no campo, como as parcerias, cedimento de terras a meia, mutirões, traições, entre outras, todavia, agora perpassadas por novas técnicas de cultivo e impulsionadas por novos interesses. Se o Estado e o mercado trouxeram e internalizaram novos e externos elementos, também contraditoriamente usufruíram por décadas das velhas relações sociais preexistentes nas localidades.

Chaul (1994) recorda que

[...] a marcha do café em conluio com a ascensão da urbanização e industrialização do centro-sul do país, reorientaram e expandiram as bases econômicas de regiões que estavam interligadas ao processo nacional, como foi o caso de Goiás. A elevação dos preços e a ocupação das terras do centro-sul através da marcha do café fizeram com que, após a ocupação do sul de Minas e do Triângulo Mineiro, levas e levas de paulistas e mineiros penetrassem no território goiano com o intuito de adquirir terras a preços baixos para desenvolverem a agropecuária (CHAUL, 1994, p. 115).

Com a marcha do café – que aqui é entendida como uma das expressões concretas das frentes pioneiras – avançou-se também o projeto ferroviário para o interior do país, e após vencer as dificuldades econômicas e a resistência dos comerciantes da cidade de Araguari (MG), o estado de Goiás conseguiu finalmente que os trilhos transpusessem o Rio Paranaíba na década de 1910, dinamizando as cidades já existentes e permitindo o surgimento de várias outras em sua porção sudeste, até finalmente alcançar Anápolis, no ano de 1935 (ARRAIS, 2016).

A chegada da ferrovia em Anápolis fez desta cidade um verdadeiro centro comercial e logístico da produção agropecuária de todo o Mato Grosso de Goiás, processo ainda ampliado com a criação da CANG, em 1941. Castilho (2009) cita que, em 1910, Anápolis tinha apenas a

décima nona população do estado e, em 1940, já possuía a segunda, adquirindo o posto de principal centro regional e comercial do estado de Goiás.

Originada no movimento das frentes pioneiras, Itapaci não só participou, como contribuiu efetivamente a este processo de integração de Goiás à economia nacional, cujo comando financeiro, comercial e político concentra-se historicamente no sudeste do país. Esse processo se efetivou através da relação que o povoado de Água Fria, depois o distrito de Floresta e, por fim, a cidade de Itapaci sempre teve com Jaraguá, com a CANG (e depois Ceres) e, principalmente, com Anápolis, sendo a última o centro que polarizou e conduziu o processo de reestruturação da rede urbana no então Mato Grosso de Goiás, interligando a região e, especialmente, sua farta produção agropecuária, aos grandes centros consumidores do país.

Publicados nos anos 1950, os trabalhos do geógrafo e cartógrafo estadunidense Robert Leighton Carmin ressaltam esta relação que Itapaci estabeleceu desde suas origens com a cidade de Anápolis. Carmin publicou em 1953, na Universidade de Chicago, sua tese *Anápolis, Brazil: Regional Capital of an Agricultural Frontier*, na qual propôs analisar a urbanização brasileira, selecionando Anápolis como estudo de caso. Seu estudo de campo em Anápolis e região se estendeu de junho de 1948 a março de 1949, momento em que o pesquisador visita e registra suas impressões sobre Anápolis, sobre a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), e sobre as cidades de Jaraguá e Itapaci, respectivamente ao sul e ao norte da CANG (SILVA, 2014). Carmin (1953) esclarece em sua tese que

Para compreender como Anápolis atualmente funciona como uma cidade e obter uma estimativa de suas possibilidades futuras, temos que compreender a sua relação com a área rural e com cidades como Jaraguá e Itapaci. Para atingir esse entendimento é preciso conhecer as condições que levaram à expansão agrícola em Goiás. Além disso, o conhecimento das condições que têm incentivado uma concentração de pessoas em certas partes do estado deve indicar a direção de futuros assentamentos agrícolas e nos dar uma base parcial para determinar o futuro crescimento, estagnação ou declínio de Anápolis (CARMIN, 1953, p. 112 apud SILVA, 2014, p. 113, tradução SILVA, 2014).

Na avaliação de Carmin, tais cidades tinham importância fundamental no contexto regional, pois se inseriam nas áreas de expansão agrícola, das quais a manutenção do notável crescimento econômico de Anápolis dependia fundamentalmente (SILVA, 2014).

Para entender a então contemporânea dinâmica da cidade de Anápolis, e também traçar possíveis estimativas quanto ao futuro da região, Robert Carmin visita algumas cidades inseridas na área que ele denominou de Área de Comércio Primário de Anápolis (SILVA, 2014), momento em que ele visita a cidade de Itapaci pela primeira vez, de 22 a 24 de outubro de 1948, escrevendo suas impressões e análises da cidade que se formava em meio a mata,

posteriormente publicadas em um artigo científico em 1955, na Revista *Transactions*, da Universidade do Illinois.

A primeira viagem de Carmin a Itapaci ocorrera, então, três anos após a emancipação política-administrativa da cidade, que é definida por ele, já no título de seu artigo, como *A frontier Town* (uma cidade da fronteira). Para ele, Itapaci é o produto concreto do avanço da fronteira agrícola no coração do Brasil.

O geógrafo estadunidense esboça o contexto histórico e as linhas gerais da origem de Itapaci, fazendo questão de ressaltar como o pequeno aglomerado humano se formou em meio a densa floresta semidecidual, nas proximidades de um pequeno rio e de córregos, elementos que forneceram matéria-prima para a construção das primeiras habitações, lenha e abundância de água, além de solos consideravelmente mais férteis para a lavoura do que os solos do Cerrado nas áreas de savana e campo (CARMIN, 1955).

Carmin (1955) expõe como se deu a emancipação de Itapaci, que se tornara o centro político, comercial e cultural do município, em detrimento da decadente cidade de Pilar, mas que, apesar da primeira ser a aglomeração mais avançada do extenso município, é um lugar um tanto primitivo. Relata o autor que a cidade de Itapaci é formada por mais de 200 casas e outras edificações, todas térreas, sendo a maioria daquelas encontradas na avenida principal em estilo colonial, edificadas com tijolos rebocados de gesso e recobertas com telhas de barro em quatro águas, padrão ainda verificado dez anos depois, no registro fotográfico da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* do IBGE (1958), como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2: Residências na Avenida Floresta, Itapaci (GO) - 1958.



Fonte: IBGE, 1958.

Se na avenida principal Carmin (1955) encontra casas e outras edificações, todas simples e térreas, nos arredores ele se depara com inúmeras cabanas construídas de madeira e recobertas de colmos de bambu e palhas, modelo tradicional de habitação que foi muito utilizado no interior brasileiro, conhecido como pau a pique.

Alguns poucos edifícios construídos em estilo colonial, como registrado na Figura 2, permanecem na atualidade como testemunho das primeiras décadas de formação da cidade. A maioria foi demolida para dar lugar a edificações mais modernas, outras ainda mantêm parte da estrutura e os telhados do tipo quatro águas, mas com a fachada alterada com modernas vitrines (Figura 3).

Figura 3: Loja comercial na Avenida Floresta, Itapaci – 2021.



Fonte: AQUINO, Anderson F. 2021.

Conforme Carmin (1955), os mais de mil habitantes da rústica Itapaci em 1948, convivem com a ausência de eletricidade e de abastecimento público de água. Poços e cisternas, além do rio e dos pequenos córregos, cumprem a função de abastecimento. Em um dos córregos, uma das áreas é destinada para a lavagem das roupas, enquanto outra seção é utilizada pela população masculina para tomar banhos. Em tom um tanto decepcionado, Carmin (1955) relata que, o local de banho público no rio fica cerca de 150 jardas (137 metros) ao sul da única

hospedaria da cidade, que ele caracteriza como “uma pequena pensão contendo seis quartos pequenos e sem instalações pretensiosas”⁶ (CARMIN, 1955, p. 112, tradução nossa).

Carmin (1955) cita que há em Itapaci mais de 200 casas, e aproximadamente, 20 estabelecimentos comerciais, três advogados, três dentistas, dois barbeiros, uma agência de correios, uma pequena fábrica de telhas e tijolos, uma prisão, uma Igreja Católica e uma escola mantida pela Igreja, que inicialmente foi denominada Escola Normal Imaculado Coração de Maria (Figura 4), posteriormente renomeado de Ginásio Assunção e, ainda em funcionamento na atualidade, com o nome de Colégio Assunção (Figura 5).

Figura 4: Escola Normal Imaculado Coração de Maria, Itapaci (GO) – 1958.



Fonte: IBGE, 1958.

Além da Escola Normal Imaculado Coração de Maria, retratada na Figura 4 (ao fundo de alguns aparelhos para entretenimento das crianças no pátio), Carmin (1955) ainda cita que, um missionário evangélico e sua esposa estavam concluindo a construção da segunda escola da cidade, que, posteriormente, esteve em atividade com o nome de Escola Evangélica José Luiz Fernandes Braga Júnior, desativado por volta dos anos 1980. O prédio, ainda de pé, abriga atualmente uma pequena indústria de fabricação de móveis.

Interessante notar como o ensino, uma das principais motivações para a fundação do povoado que viria se tornar cidade (CASTRO, 1996), acabou por ser assumida nos primórdios da cidade por entidades religiosas. Além de desempenharem suas funções eclesásticas, os líderes religiosos, representantes de duas vertentes cristãs (uma católica e outra protestante),

⁶ “[...] a small *pensao* containing six small bedrooms and no pretentious facilities.” (CARMIN, 1955, p. 122, grifo do autor).

trabalhavam como gestores e professores nas escolas da sede municipal (CARMIN, 1955). Uma carência interna da população local foi suprida por agentes externos, que aproveitaram para internalizar e consolidar a difusão religiosa dentro da estrutura social da nascente cidade.

Figura 5: Pátio do Colégio Assunção, Itapaci - 2015.



Fonte: Acervo Colégio Assunção Itapaci, 2015.

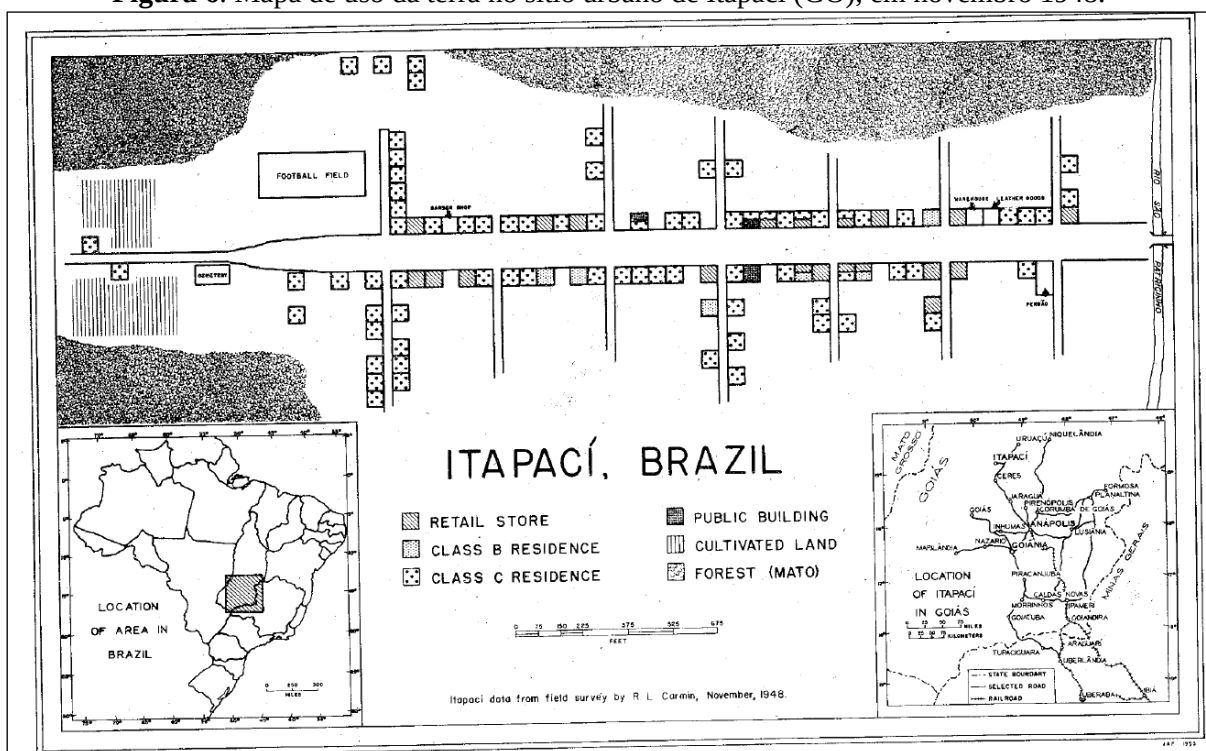
As dificuldades quanto a deficiente especialização das atividades de serviços, bem como das funções profissionais dos trabalhadores, não foram constatadas por Carmin (1955) apenas na área do ensino, mas também em outros serviços e no comércio, sendo comum uma pessoa se ocupar de duas ou mais funções dentro da estrutura econômica e administrativa do novo município.

Cita o autor que, um fabricante de sapatos, selas e artigos de couro também é responsável pelo comércio onde vende seus produtos, desempenhando ainda a função de coletor de impostos do governo federal. Um outro comerciante de uma loja de varejo, tem por ocupação secundária a aquisição por atacado de arroz, milho e feijão, que são vendidos semestralmente para um caminhoneiro de Anápolis. Para Carmin (1955, p. 114, tradução nossa) “[...] as cerca de mil pessoas na cidade e a escassez de população na área comercial de Itapaci (em 1946, todo

o município de 18.179 quilômetros quadrados continha apenas 9.159 pessoas) inibe a especialização em atividades de serviço ou comércio”⁷.

A simplicidade do traçado urbanístico de Itapaci é outra questão que chama a atenção de Robert Carmin (1955), que, mesmo assim, se dedica a representar cartograficamente o pequeno núcleo urbano, caracterizando os tipos de uso da terra na cidade de Itapaci (Figura 6). O autor cita e cartografa a existência da rua principal – Avenida Floresta – e outras sete ruas que a cortam perpendicularmente. Apesar de demonstrar certo espanto com a largura da rua principal, o autor relata que, até aquele momento, pouco havia sido feito para dotá-la de melhor infraestrutura, estando entregue às ravinas e ervas daninhas. Também ressalta que nenhuma das ruas é pavimentada, mas a principal e algumas das secundárias são recobertas de cascalho misturado à terra.

Figura 6: Mapa de uso da terra no sítio urbano de Itapaci (GO), em novembro 1948.



Fonte: CARMIN, 1955.

Cabe ressaltar a qualidade do trabalho cartográfico de Carmin (1955), demonstrado na Figura 6. Com precisão e riqueza de detalhes no mapa ele se preocupa em destacar a localização da cidade no Brasil, bem como os meios de acesso, tais como estradas e ferrovias, que permitem a conexão da Região Sudeste ao estado de Goiás. Na legenda, Carmin (1955) destaca os usos

⁷ “[...] the 1,000 or so persons in the town and the sparsity of population in Itapaci’s trade area (in 1946 the entire município of 18,179 square kilometers contained only 9,159 persons) inhibits specialization in service or trade activities.” (CARMIN, 1955, p. 114)

da terra na cidade em formação, com suas lojas de varejo (*retail store*), edifícios públicos (*public building*), residências que ele divide em classes B e C (*class B residence*, *class C residence*), terras cultivadas (*cultivated land*) e a mata que circunda o pequeno núcleo urbano (*forest “mato”*).

Conforme apresenta a Figura 6, da esquerda para direita, ao longo da rua principal, o autor destaca alguns elementos da paisagem da cidade, como o cemitério (posteriormente transferido de local), um campo de futebol, uma barbearia, um armazém, a loja de artigos de couro, a única pensão da cidade onde ele se hospedara e, por fim, na margem direita do mapa, ao norte do sítio da cidade, o Rio São Patricinho. Carmin (1955) ainda destaca que, cerca de cinquenta casas e cabanas se espalham aleatoriamente ao longo de uma trilha nos campos ao sul da rua principal, fora do domínio do mapa da Figura 6.

Robert Carmin (1955) não deixou de comparar Itapaci à Anápolis, que com a ferrovia e inúmeras rodovias apresenta empreendimentos de comércio e serviços mais complexos, e toda uma dinâmica econômica, produtiva e demográfica muito superior à Itapaci. Para o autor,

Itapaci é, como vemos a partir do exposto, uma forma primitiva de assentamento urbano. Pode-se ficar na rua principal e ver uma parede de floresta virgem no final das ruas laterais. No extremo oeste da cidade, há novos campos limpos onde o milho, o feijão, a mandioca e o arroz estão crescendo em meio a troncos e tocos queimados pela metade. Com este cenário em mente, pode-se perguntar quais as condições que levaram os habitantes da cidade a se instalarem aqui. Que promessa de recompensa foi oferecida em troca do modo de vida primitivo e pioneiro vivido pelo povo de Itapaci e sua área de comércio? Para descobrir a resposta, deve-se examinar uma ampla região da qual Itapaci é um posto avançado de assentamento urbano⁸ (CARMIN, 1955, p. 114, tradução nossa).

Para Carmin (1955), a resposta reside em uma porção de fatores, tais como a crescente população nacional com ampliação da demanda de alimentos; a queda da produção agrícola nas antigas áreas de cultivo; o destaque que o então centro-sul goiano teve como área promissora para a produção agrícola; os férteis solos das áreas de *mato* (Cerradão); a extensão da Estrada de Ferro Goiás até Anápolis em 1935; a criação da CANG em 1941; além da implantação das

⁸ “Itapaci is, as we see from the foregoing, a primitive form of urban settlement. One can stand on the main street and see a wall of virgin forest at the end of side streets. At the western edge of town there are newly cleared fields in which corn, beans, manioc, and rice are growing in the midst of half-burned logs and stumps. With this setting in mind one may well ask what conditions have caused the town’s inhabitants to settle here. What promise of reward has been offered in exchange for the primitive, pioneer way of life lived by the people of Itapaci and its trade area? To discover the answer one must examine a broad region of which Itapaci is an outpost of urban settlement” (CARMIN, 1955, p. 114).

estradas federais, elementos que acabaram por possibilitar a incursão dos agricultores pioneiros, tais quais os que se assentaram e deram origem à Itapaci, como exposto anteriormente.

Quanto às limitações espaço-temporais ao crescimento de Itapaci, Carmin (1955) cita o fato desta estar localizada na margem mais externa da zona de assentamento pioneiro da fronteira agrícola, e as precárias vias de transporte, com uma única e estreita estrada esburacada e várias pontes rudimentares de dois troncos sobre os barrancos não permitirem que o ônibus e o caminhão que trafegam entre Anápolis e Itapaci, andem além das 5 milhas por hora (8 km/h), quando fazem a viagem semestral à cidade. Todavia, Carmin (1955) reconhece que, embora a estrada até Itapaci seja precária, ela ainda permite o tráfego de veículos automotores, pois para além de Itapaci, em direção ao Pilar, Crixás e outras localidades, há apenas trilhas de carroças e cavalos que não comportam sequer carros de boi, o que acaba por deixá-lo ainda um tanto otimista quanto ao futuro crescimento e prosperidade da *frontier town*.

Oito anos depois de sua primeira passagem, Robert Carmin revisita Itapaci, em julho de 1956, na qual pôde constatar as transformações ocorridas na cidade e na região, o que o motiva a escrever um segundo artigo sobre Itapaci, publicado no ano de 1960, com o título *Itapaci, Brazil: rapid growth of frontier town* (Itapaci, Brasil: rápido crescimento de uma cidade da fronteira).

Neste segundo estudo sobre a cidade, o geógrafo estadunidense demonstra maior preocupação com a questão das estradas e destaca uma série de dificuldades e desvantagens da antiga estrada, superadas em parte no início dos anos 1950, quando uma nova estrada é traçada através da densa mata no centro da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, alcançando a margem direita do Rio São Patrício, em 1951. Em outubro do ano seguinte, o São Patrício foi superado e avançou-se os oito últimos quilômetros até a cidade de Itapaci (CARMIN, 1960).

O autor descreve com espanto o desenvolvimento de dois povoados às margens dessa nova estrada. O primeiro é Nova Glória, que se formou no entroncamento da estrada federal (BR-14) com a nova estrada que leva à Itapaci (trecho da atual GO-154 que ainda interliga as cidades de Nova Glória e Itapaci), e possuía cerca de 200 pessoas residentes. O segundo povoado é Nova Ponte, que se formou aos pés da ponte de madeira sobre o Rio São Patrício, e em 1956, com apenas cinco anos, já tinha população de 800 a 1.000 pessoas de acordo com Carmin (1960).

Interessante ressaltar que, Nova Glória foi um dos povoados formados no interior da CANG, que conseguiu elevar-se a categoria de cidade e município, juntamente com Ipiranga de Goiás e Ceres, ex-sede da Colônia. Nova Ponte, que à época, conforme Carmin (1960), crescia com mais vigor que Nova Glória, corresponde atualmente a dois povoados irmãos:

Ceresópolis, com seus 212 residentes na margem direita do Rio São Patrício, pertencente ao município de Nova Glória; e Ponte Nova, com seus 134 habitantes na margem esquerda, pertencente a Itapaci (IBGE, 2010).

A nova estrada reduziu a distância entre Itapaci e Ceres, sede da Colônia Agrícola, e acrescentou dinamismo à região. Com os povoados que iam surgindo, novos colonos chegavam e o trânsito de caminhões, caminhonetes, ônibus e carros com os mais variados produtos e comerciantes trafegam constantemente entre Itapaci e as cidades de Ceres, Jaraguá, Anápolis e Goiânia. Conforme o autor,

Em suma, a presença de uma população relativamente densa e produtiva fornece incentivos, como clientes de ônibus, um mercado de bens e um lugar onde os caminhoneiros podem comprar de colecionadores atacadistas ou de agricultores. Um caminhoneiro ou vendedor parte de Ceres para a próxima cidade, depois para a próxima, e assim por diante [...]. (CARMIN, 1960, p. 180, tradução nossa).⁹

Tal articulação entre Itapaci e Ceres, e os povoados que surgiram ao longo da nova estrada entre as duas cidades, foi representada por Carmin (1960) em um mapa, no qual objetiva demonstrar a importância da abertura desta estrada, em contraposição às desvantagens da velha estrada (Figura 7).

O autor não apenas traz com precisão a localização das cidades de Ceres e Itapaci na Figura 7, como indica com as letras “G” e “P” as localizações de Nova Glória e Nova Ponte no contexto regional do Mato Grosso de Goiás, além de suas ligações rodoviárias até Anápolis, Goiânia e a recém criada capital federal Brasília.

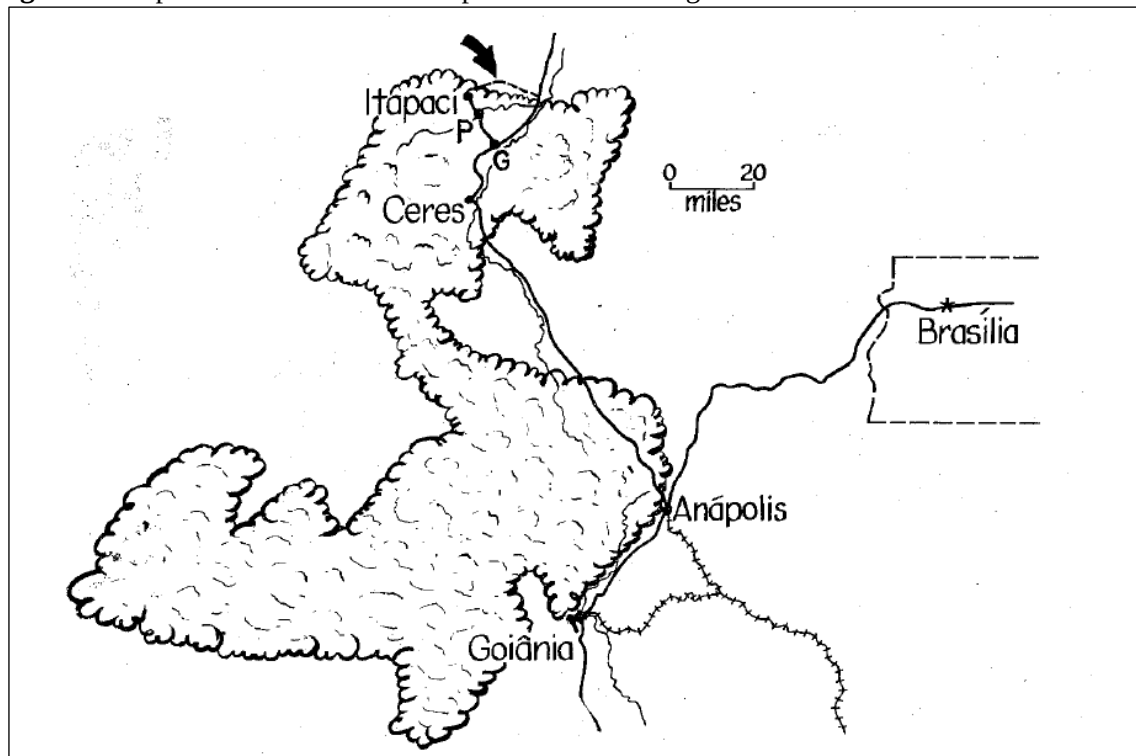
É nítida sua preocupação com a rede de transportes que interliga as cidades e povoados, representando as estradas em linhas contínuas relativamente grossas, em contraposição aos rios Meia Ponte, das Almas e São Patrício, representados em linhas mais finas. A ferrovia está em linha contínua com pequenos traços, que chega pelo Sudeste Goiano até Anápolis e Goiânia.

A nova capital federal Brasília se liga à Anápolis por uma única estrada federal, a BR-14, também conhecida por Belém-Brasília ou Transbrasiliana. Da estratégica cidade de Anápolis, a Belém-Brasília segue em sentido noroeste, acompanhando a margem direita do Rio das Almas (linha contínua mais fina), até cruzá-lo em Ceres. A partir de Ceres, essa rodovia

⁹ “In short, then, the presence of a relatively dense, productive population provides inducements such as bus customers, a market for goods, and a place where truckers can buy from wholesale collectors or the farmers. A trucker or salesman that goes beyond Ceres goes on to the next town, then the next, and so on [...]”. (CARMIN, 1960, p. 180).

segue pela margem esquerda do Rio das Almas em direção à Uruaçu, que não é representada no mapa de Carmin (1960).

Figura 7: Mapa das vias de acesso à Itapaci no contexto regional do Mato Grosso de Goiás – 1956.



Fonte: CARMIN, 1960.

Carmin (1960) ressalta que Itapaci se localiza no extremo norte do Mato Grosso de Goiás, 29 km a Oeste do ponto onde a estrada federal emerge das densas matas, indicando com uma seta onde fora construído a primeira estrada de acesso à cidade, que ele denomina estrada velha (Figura 8), aberta fora da zona de mata, em área de vegetação de Cerrado com fitofisionomia de formação campestre, mais facilmente penetrado durante sua construção.

O autor faz questão de registrar a velha estrada na Figura 8, confirmando sua definição dela como pobre, estreita e esburacada, com suas pontes de troncos aterrados aos barrancos. Todavia, faz questão de ressaltar que

[...] pouco mais poderia ser fornecido porque a renda tributária era escassa devido à pequena população e à alta porcentagem de propriedades não desenvolvidas. Embora pobre, a estrada proporcionou a Itapaci um certo grau de acesso à ferrovia, e almas resistentes com fé no futuro da comunidade foram atraídas. Esta rota foi suficiente para iniciar a cidade a caminho, mas com uma estrada tão inferior, o crescimento da cidade seria limitado e outras áreas com terras agrícolas semelhantes, mas com melhor acessibilidade, a superariam¹⁰ (CARMIN, 1960, p. 176-177, tradução nossa).

¹⁰ “[...] little else could be provided because the tax income was meager due to the small population and high percentage of undeveloped properties. Although poor, the road did provide Itapaci with a degree

Figura 8: A velha estrada de acesso a Itapaci (GO) fotografada por Carmin em 1956.



Fonte: CARMIN, 1960.

A estrada nova (Figura 9), solucionou em grande medida esta preocupação de Carmin (1960), demonstrada desde sua primeira passagem por Itapaci, em 1948. Ela não apenas significou melhores condições de tráfego, como reduziu e muito o percurso entre Itapaci e as cidades de Anápolis, Goiânia, Brasília e Ceres, possibilitando um novo dinamismo econômico a Itapaci. Sua efetivação decorreu de uma clara cooperação entre o Estado e o mercado, representado pelos comerciantes locais e regionais, que enquanto agentes internos, articularam com a externalidade do Estado para receptação do novo, materializado na nova estrada.

O dinamismo econômico, propiciado pela melhoria das condições logísticas com a construção da nova estrada, se refletiu diretamente em um novo impulso para o avanço da frente pioneira da fronteira agrícola. Chegaram novos migrantes, a população crescera, abriu-se novas áreas de desmate da vegetação nativa de Cerrado e surgiram novas fazendas, expandindo-se a produção no campo. Em 1955, o café já era cultivado e colhido em 1.316 hectares, tornando-se o carro chefe da produção agrícola do município de Itapaci (CARMIN, 1960).

of acces to the railhead, and hardy souls with faith in the future of the community were attracted. This route was enough to start the town on its way, but with such an inferior road the town's growth would be limited and other areas with similar farm land but better accessibility would surpass it". (CARMIN, 1960, p. 176-177).

Figura 9: Nova estrada entre Itapaci (GO) e o povoado de Nova Glória - 1956.



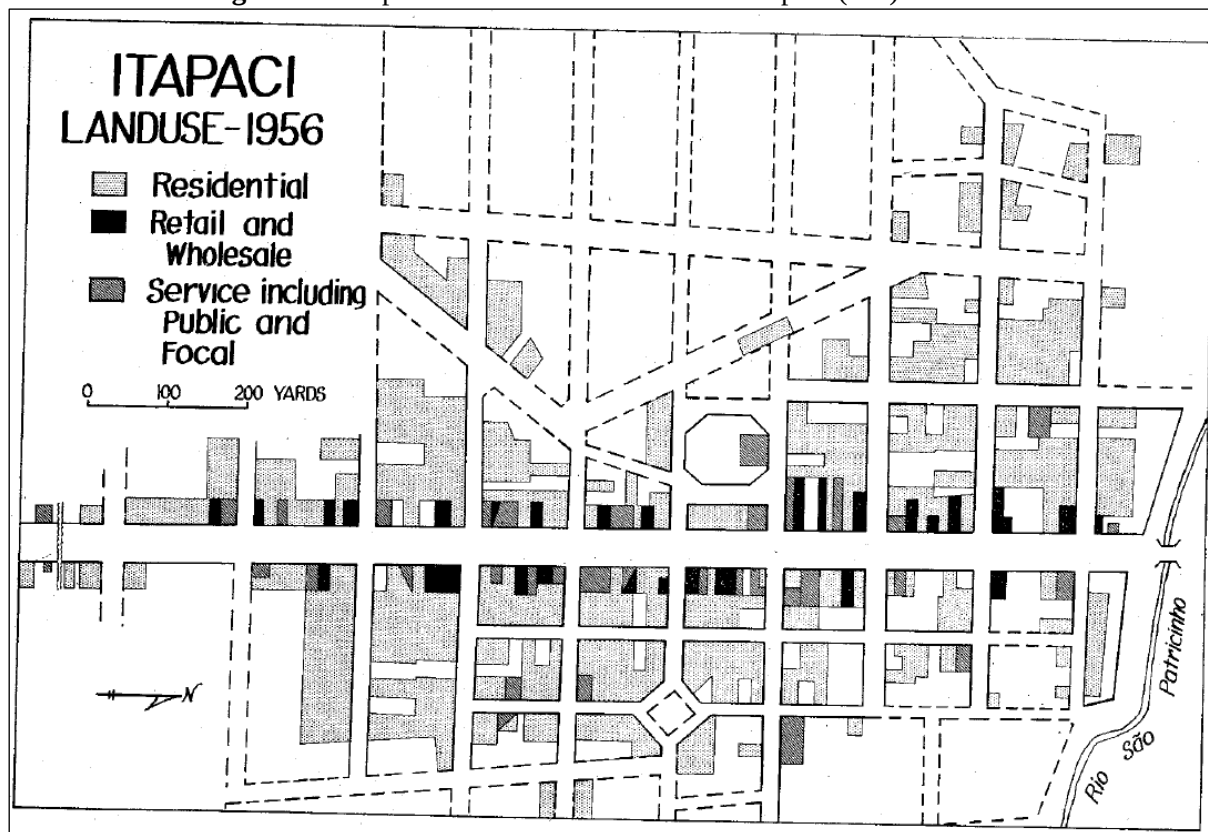
Fonte: CARMIN, 1960.

Se a nova estrutura logística dinamizou a economia agrícola do município de Itapaci, também permitiu um novo impulso na articulação da cidade com a rede urbana regional. Ampliaram-se as relações diretas de Itapaci com as cidades de Ceres, Jaraguá e Anápolis, além dos povoados que surgiam ao longo do eixo sul da rede urbana regional, responsável pelo escoamento da produção agrícola do município, dentre eles estão os povoados de Ponte Nova, Nova Glória, Barranca (atual Rialma) e Campo de Aviação (atual Rianápolis). Enquanto que, no sentido norte, Itapaci começa a se projetar na rede urbana a partir da atuação dos comerciantes locais, que após investirem em pequenas frotas pessoais de caminhões, começaram abastecer com itens manufaturados e alimentícios de primeira necessidade as cidades de Pilar e Crixás, além dos povoados de Embiara, Aparecida de Goiás, Guarinos, Lobeira, Cedrolina e Terezinha (CASTRO, 1996).

Concomitantemente a este movimento de ampliação de seus papéis urbanos e regionais, a cidade também crescera, como demonstra Carmin (1960) em seu segundo mapa de uso da terra da cidade de Itapaci (Figura 10). Com entusiasmo ele descreve que “A floresta foi cortada,

mais ruas foram estabelecidas e muitos outros edifícios foram construídos. Lojas de varejo e uma variedade de serviços concentram-se na rua principal” (1960, p. 181, tradução nossa)¹¹.

Figura 10: Mapa de uso da terra da cidade de Itapaci (GO) em 1956.



Fonte: CARMIN, 1960.

Pela própria necessidade de redução da escala, Carmin (1960) reduz também o número de informações contidas em seu segundo mapa de uso da terra em Itapaci, demonstrado na Figura 10. Na legenda ele destaca apenas três categorias, residencial (*residential*), varejo e atacado (*retail and wholesale*), e serviços, incluindo serviços públicos e básicos (*service including Public and Focal*).

Diferentemente de seu primeiro mapa representado na Figura 6, Carmin (1960) não tenta mais realizar uma classificação dos tipos residenciais, preferindo manter em destaque a evolução espacial do processo de expansão do sítio urbano de Itapaci. Para enfatizar o crescimento, o autor destaca que as quadras contornadas pelas linhas contínuas tentam retratar o sítio original da cidade, que ele pôde visualizar em certa medida, em 1948. Já as quadras que tinham sido criadas a partir do avanço sobre a mata e da abertura de novas ruas – muitas das

¹¹ “The forest has been cut back, more streets have been laid out, and many more buildings have been constructed. Retail stores and a variety of services focus on the main street”. (CARMIN, 1960, p. 181).

quais, conforme o autor, não puderam ser demonstradas no domínio do mapa – são representadas por linhas tracejadas.

O crescimento da cidade, visto com bons olhos e digno de espanto por parte do geógrafo estadunidense, não minimizou, porém, suas críticas. Ele ressalta que Itapaci ainda permanece um lugar primitivo, com poucas estruturas aos habitantes e visitantes. Entretanto, afirma que há muitos indícios de que a cidade crescerá de maneira constante, principalmente em virtude do desenvolvimento da agricultura na sua área ao entorno, e que Brasília, a nova capital federal, dependerá muito de extensas e dinâmicas áreas produtoras de alimentos. Desta forma, Itapaci e toda a região em que está situada, tenderá a um futuro próspero como fornecedor de um mercado consumidor urbano, que tende a crescer vertiginosamente (CARMIN, 1960).

Se a expansão da fronteira agrícola permitiu o surgimento e crescimento de Itapaci, também beneficiou o surgimento de dezenas de novos povoados, além da refuncionalização da dinâmica econômica e demográfica de antigos aglomerados urbanos que, por intermédio das lideranças locais, passaram a reclamar sua condição emancipatória, sendo, portanto, a fragmentação territorial pela qual passou o estado de Goiás um dos elementos que ajudam a entender a atual formação socioespacial do município e cidade de Itapaci em seu contexto regional. Apenas “entre 1940 e 1963 foram criados 128 municípios no território goiano. Até 1988 foram mais 42. Parte significativa destes municípios surgiram na região do Mato Grosso Goiano e no Entorno de Brasília” (ARRAIS, 2007, p. 6).

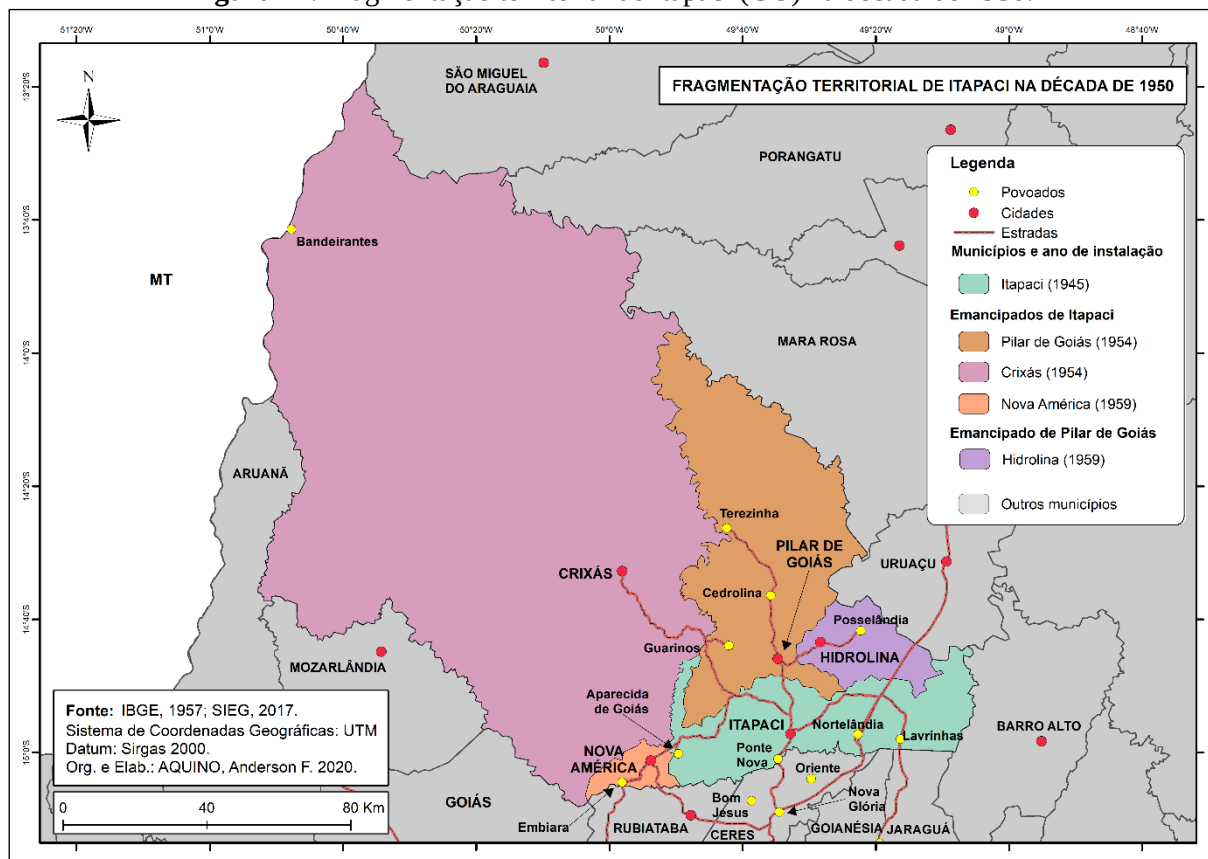
Deste modo, o próprio dinamismo proporcionado pela expansão da produção agrícola no município de Itapaci, além claro, do restante da zona compreendida pelo Mato Grosso de Goiás – como é o caso da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, que se tornaria Ceres, e da Colônia Agrícola Estadual, onde se formaria poucos anos depois Rubiataba – acabou por refletir positivamente em antigos e novos núcleos que figuravam como distritos no território municipal de Itapaci.

Neste movimento, Itapaci perdeu três porções territoriais na década de 1950, como demonstra a Figura 11. Na primeira metade desta década desmembrou-se Pilar de Goiás (ex-Itacê), emancipado pela Lei Estadual nº 790, de 5 de outubro de 1953, constituído de uma área de 3.600 km², e pela Lei Estadual nº. 850, de 30 de outubro de 1953, os distritos de Crixás e Bandeirantes, que juntos formaram o novo município de Crixás, com área de 15.250 km². Ambos os municípios foram instalados em 1º de janeiro de 1954.

A abertura de novas frentes de ocupação agrícola e a construção de novas estradas (Figura 11), proporcionaram o surgimento de novos povoados no município de Itapaci, bem como na região do Mato Grosso de Goiás, tal qual o caso do povoado de Ponte Nova, que se

formou aos pés da ponte na margem esquerda do Rio São Patrício, no início dos anos 1950. Outros inúmeros povoados também surgiram neste período, como Nova América, Aparecida de Goiás e Nortelândia, no município de Itapaci; Terezinha, Lobeira (renomeado posteriormente de Hidrolina) e Posselândia, no município de Pilar de Goiás.

Figura 11: Fragmentação territorial de Itapaci (GO) na década de 1950.



Fonte: IBGE, 1957; SIEG, 2017. Org. e Elab.: AQUINO, Anderson F. 2020.

No município de Itapaci, os povoados de Nova América e Aparecida de Goiás foram transformados em distritos pelas Leis Municipais nº 60 e 61, de 30 de abril 1956, e apenas dois anos depois, pela Lei Estadual nº 2.109, de 14 de novembro de 1958, foi emancipado o distrito de Nova América, elevado à condição de município e instalado oficialmente em 1º de janeiro de 1959. Também em 1958-59 foi emancipado e instalado o novo município de Hidrolina, ex-povoado de Lobeira, com território anteriormente pertencente ao município de Pilar de Goiás.

Além das várias alterações constitucionais pelas quais passou o Brasil no século XX, o papel desempenhado pelos atores políticos estaduais e pelas elites econômica e política local são essenciais no entendimento do contexto de emancipação e criação de municípios. De acordo com Tomio (2002), na esfera estadual a regulamentação de novos municípios passa em menor ou maior intensidade, pela interferência de quatro tipos de atores: as lideranças políticas locais, os eleitores, os deputados estaduais e o executivo estadual.

Enquanto atores internos, as lideranças políticas locais quase sempre são os responsáveis por iniciar o processo de reivindicação emancipatória junto ao legislativo estadual. Geralmente, buscam atender seus interesses particulares, como ocupar os novos cargos públicos, administrar os recursos fiscais repassados ao novo município, valorizar propriedades fundiárias e imobiliárias, entre outros. Para alcançar seus objetivos, tais lideranças tendem a mobilizar a população local para votar favoravelmente no plebiscito decisório (AQUINO, 2016).

Também participam efetivamente do processo emancipatório os deputados estaduais, pois interagem com todos os outros atores, geralmente objetivando a continuidade de sua carreira política, mediante alianças e promessas de apoio das lideranças locais, além claro, da conquista de novo grupo de eleitores do município recém instalado. Já o executivo estadual, pode tomar diferentes decisões quanto a criação de um município, podendo ser favorável, contrário ou indiferente à fragmentação territorial, sendo, portanto, difícil determinar qual decisão seria predominante, dependendo assim, fortemente das estratégias adotadas por outros atores (TOMIO, 2002; AQUINO, 2016).

Concomitante ao processo de fragmentação territorial que Itapaci vivenciara na década de 1950, e tornaria a passar no final da década de 1980, o município lutava, na medida das possibilidades, para se estruturar, verificando-se um crescimento paulatino em sua malha urbana, que aos poucos foi se aparelhando e melhor se inserindo na lógica da economia nacional, integrando-se, cada vez mais, às novas cidades que se emancipavam na região e aos centros de comando da economia goiana e nacional. A próxima subseção aborda tais questões, expondo como o município se aparelhou urbanisticamente ao longo das décadas, e como ocorreu a reorganização da produção agrícola e a consequente refuncionalização da cidade dentro do processo de modernização da agricultura pelo qual passou Goiás, a partir dos anos 1970.

3.2 Modernização da agricultura e aparelhamento urbano em Itapaci

Pode-se imaginar como as primeiras gestões municipais de Itapaci se preocuparam em instalar no município e, principalmente, na cidade e sede municipal, os mais básicos e necessários aparelhos urbanos, em uma cidade que, como tantas outras, nascera com excessos de carências e ausência de recursos. É evidente que uma cidade e seu município não se constroem unicamente pela atuação política dos gestores municipais, mas é importante salientar como os projetos, as alianças e os conflitos do poder executivo local exercem uma influência

direta quando se avalia o processo de formação socioespacial da cidade e do município, bem como da região na qual se inserem.

Desde sua emancipação política-administrativa por transferência da sede municipal de Pilar para Itapaci, o município de Itapaci contabiliza trinta diferentes gestões executivas, tendo sido dez destas por nomeação por parte do governo estadual, além de vários prefeitos nomeados e também eleitos terem exercido o cargo por mais de uma vez, como apresenta o Quadro 7.

Quadro 7: Prefeitos do município de Itapaci (GO) - 1945-2021.

Quadro 7: Prefeitos do município de Raposa (GO) – 1945-2021.

	Período	Prefeitos nomeados	
1º	De 11/08/1945 a 09/12/1947	Sebastião Peixoto da Silveira	
2º		Domingos Pinheiro Lacerda	
3º		Adonides Mendes	
4º		Domingos Pinheiro Lacerda	
5º		Joaquim Francisco Leite	
6º		Francisco Dias Duarte	
7º		Carlos Adolfo Guedes de Amorim	
8º		Sebastião Peixoto da Silveira	
9º		Olímpio Torres Costa	
10º		Fidélis de Lima Neto	
	Prefeitos e Vice-prefeitos eleitos		
	Posse	Prefeito	Vice-prefeito
1º	10/12/1947	Sebastião Peixoto da Silveira (PSD)	
2º	10/01/1951	Manoel de Oliveira Penna (PSD)	
3º	31/01/1955	João Alves da Silva (PSD)	
4º	31/01/1959	Antonino de Sousa Mocó	Ely Camargo do Couto
5º	31/01/1961	Benício de Souza	Waldemar Nunes de Castro
6º	31/01/1966	Waldemar Nunes de Castro	José Albino Ferreira
7º	31/01/1970	Antônio Teixeira de Lima	Bertoldo Gonçalves de Oliveira
8º	31/01/1972	Waldemar Nunes de Castro	Joaquim Inácio Sobrinho
9º	31/01/1977	Antônio Teixeira de Lima	Luiz Feitosa Sobrinho
10º	01/01/1983	Adedi José de Santana	Livertino Gonçalves Narciso
11º	01/01/1989	Wagner Alves Campos	Salvador André de Leandro
12º	01/01/1993	Francisco Agra Alencar Filho (PMDB)	Antônio Teixeira de Lima
13º	01/01/1997	Adedi José de Santana (PT)	
14º	01/01/2001	Rômulo Alves de Oliveira (PSDB)	Anna Nery de Lima (PSDB)
15º	01/01/2005	Salvador André de Leandro (PT)	Antonio Mendes de Souza (PL)
16º	01/01/2009	Francisco Olizete Agra (PMDB)	Moacir Donizete Naves (PT)
17º	01/01/2013	Francisco Olizete Agra (PMDB) (afastado e cassado)	Walgney Gonzaga de Castro (PTC)
18º	.../12/2013 26/09/2015	Walgney Gonzaga de Castro (PTC) (Vice-prefeito assumiu)	
19º	01/01/2017	Mário José Sales (PSDB)	Fábio Marcos de Oliveira (PP)
20º	01/01/2021	Mário José Sales (PSDB)	Fábio Marcos de Oliveira (MDB)

Fonte: CASTRO, 1996; TRE-GO, 2021. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

Os primeiros gestores se esforçaram em instalar os equipamentos mais urgentes de organização e gestão do território municipal, como foi o caso da instalação provisória da sede da Prefeitura, do Legislativo Municipal e do Fórum da recém criada Comarca de Itapaci,

instalada em 1949. A construção de um prédio específico para abrigar a Prefeitura e o Fórum (Figura 12) ocorreu na gestão do segundo Prefeito eleito de Itapaci, Manoel de Oliveira Penna, sendo este o mesmo que, junto ao Governo Estadual, conseguiu a abertura da nova estrada Itapaci-Ceres, além de providenciar a transferência do cemitério municipal (CASTRO, 1996).

Figura 12: Prédio da Prefeitura e Fórum em Itapaci (GO) - 1958.



Fonte: IBGE, 1958.

O prédio retratado na Figura 12, abrigou por décadas a Prefeitura e o Fórum, entre outros importantes órgãos municipais. Foi posteriormente ampliado na década de 1970, durante a gestão do Prefeito Antônio Teixeira de Lima (CASTRO, 1996). Enquanto importante elemento da forma e arquitetura da cidade de Itapaci, o prédio ainda existe e persiste, tendo sido recentemente restaurado para abrigar a recém criada Unidade do Vapt-Vupt de Itapaci, inaugurada em 2019 (Figura 13).

Figura 13: Prédio do Vapt-Vupt Unidade de Itapaci, Itapaci (GO) – 2021.



Fonte: AQUINO, Anderson F. 2021.

Como pode ser observado na Figura 13, o antigo prédio que sediou a Prefeitura e o Fórum de Itapaci, e que hoje abriga o Vapt-Vupt Unidade Itapaci, foi sendo alterado com as várias reformas pelas quais passou ao longo dos anos, perdendo importantes detalhes de sua arquitetura original, no processo de reestruturação de uma velha forma arquitetônica para abrigar novas funções. O telhado de quatro águas deu lugar a uma laje, e a elevação da fachada se sobrepôs sobre os detalhes retangulares, antes presentes no topo da fachada. O acesso pela escadaria central foi fechado, contando agora com dois acessos pelas laterais da varanda frontal, um com escada e outro com rampa para acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida. Alguns detalhes permanecem, a exemplo dos seis pilares frontais que sustentam a varanda e a disposição e modelo das janelas.

Durante as gestões de João Alves da Silva (1955-59), Antonino de Sousa Mocó (1959-61) e Benício de Souza (1961-66) as atenções estiveram voltadas à saúde, ao ensino e a melhoria da infraestrutura logística do município. João Alves construiu o primeiro hospital de Itapaci, denominado Hospital São Francisco (Figura 14), cedido em regime de comodato ao Dr. Almy Dias de Souza, primeiro médico a residir na cidade. Antonino de Sousa priorizou a construção de áreas esportivas nas escolas e a abertura de estradas para os povoados. Benício de Souza construiu dez escolas rurais, promoveu a drenagem do córrego Água Fria e a construção da primeira pista de pouso no município (CASTRO, 1996).

Figura 14: Hospital São Francisco, Itapaci (GO) – 1958.



Fonte: IBGE, 1958.

Um dos primeiros hospitais do centro-norte goiano, o Hospital São Francisco contava, em 1995, com oito apartamentos duplos, duas enfermarias coletivas com 16 leitos, quatro consultórios, centro de enfermagem, farmácia, berçário, além de sala de arquivo, cozinha,

refeitório, sala de cirurgia e sala de curativos. Além dos pacientes do município de Itapaci, o Hospital São Francisco recebia diariamente pacientes de Pilar de Goiás e Guarinos, municípios vizinhos que não contavam com nenhuma unidade hospitalar (CASTRO, 1996). Infelizmente, desde 2016 o Hospital São Francisco permanece fechado (Figura 15).

Figura 15: Hospital São Francisco, Itapaci (GO) – 2021.



Fonte: AQUINO, Anderson F. 2021.

Conforme o município se aparelhava e melhor se estruturava com novos elementos, como a abertura de estradas, construção de escolas, do hospital e de prédios para abrigar órgãos institucionais, a população também crescia, apesar do processo de fragmentação territorial pelo qual passou o município, nas décadas de 1950 e 1980 (Tabela 1).

Tabela 1: Evolução do quadro territorial e populacional de Itapaci (GO) - 1950-2010.

Ano	Área territorial (km ²)	População urbana	População rural	População total	Densidade demográfica (hab./km ²)
1950	18.078	1.394	19.673	21.067	1,16
1960	1.905	2.928	11.465	14.393	7,56
1970	1.905	4.003	10.090	14.093	7,40
1980	1.905	6.179	8.046	14.225	7,47
1991	956,13	8.339	4.313	12.652	13,23
2000	956,13	11.950	1.981	13.931	14,57
2010	956,13	16.675	1.783	18.458	19,31

Fonte: IBGE – Séries Históricas e Estatísticas, 2017. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

Ao olhar os números da população total recenseada no município de Itapaci apresentados na Tabela 1, pode-se interpretar equivocadamente que o município teria

vivenciado uma queda do número de habitantes, entre os anos 1950-70 e 1980-91, o que não se sustenta ao analisar tais números com os da área territorial e densidade demográfica.

Como elencado na subseção anterior, o município de Itapaci perdeu três porções territoriais, emancipadas na década de 1950: Pilar de Goiás, Crixás e Nova América. Ao analisar os dados dos municípios que se emanciparam direto ou indiretamente de Itapaci, pode-se compreender como a população do município crescera, mesmo com as perdas territoriais.

No Censo Demográfico de 1960, o primeiro dos municípios desmembrados de Itapaci, Pilar de Goiás, com área territorial de 3.441 km², contabilizou 8.436 habitantes, sendo 429 na área urbana e 8.007 na área rural do município. Crixás que detinha 15.523 km² de extensão, possuía 14.357 habitantes, destes 696 residiam no quadro urbano, e 13.661 no rural. Com área de 231 km², Nova América contava com 4.514 habitantes, sendo 632 residentes na área urbana e 3.882 na área rural. Já o município de Hidrolina, que se desmembrou de Pilar de Goiás após este ter se emancipado de Itapaci, detinha uma extensão territorial de 463 km², com 4.121 habitantes, sendo 920 residentes na sede urbana e 3.201 na área rural do município (IBGE, 1961).

Somados, os quatro municípios contabilizaram 31.428 habitantes no Censo de 1960, que se acrescentados aos 14.393 habitantes do município de Itapaci, totalizam 45.821 habitantes, ou seja, hipoteticamente, mantendo-se a dinâmica demográfica do território original do município de Itapaci, mas sem a fragmentação territorial pelo qual passou, a população total teria mais que dobrado.

É por esse motivo que, mesmo apresentando redução geral no número de habitantes, o município manteve acréscimo na densidade demográfica, entre 1950-60. De todo o período analisado na Tabela 1, apenas entre os anos 1960-70 o município apresentou real queda populacional, já que a redução entre os anos 1980-91 também foi motivada pelo desmembramento do município de São Luiz do Norte, em 1988.

Além da fragmentação territorial pela emancipação de municípios, outro elemento que explica as graduais reduções da população rural do município de Itapaci é a modernização da agricultura promovida no Brasil, a partir de meados da década de 1960, e que chega com mais intensidade em Itapaci e no Vale do São Patrício, no final da década de 1970 e início de 80. Neste movimento, constata-se a redução praticamente pela metade da população rural de Itapaci, nos intervalos de 1980-1991 e 1991-2000, enquanto que a população urbana tem praticamente dobrado, se tomado os números da Tabela 1 em intervalos de duas décadas (1950-70, 1960-80, 1970-91, 1980-2000, 1991-2010).

Estruturada no Brasil a partir de um conjunto de políticas e programas estatais, a modernização da agricultura teve por objetivo aumentar a produção e a produtividade agrícola, sem que se alterasse a velha estrutura fundiária do país, historicamente organizada com base na grande propriedade. Utilizou-se para isto das inovações técnicas e tecnológicas, que se propagavam internacionalmente no âmbito da chamada Revolução Verde, reestruturando-se o modelo produtivo da economia nacional, através de um aprofundamento das relações técnicas e produtivas da agricultura com a indústria e de ambas com o mercado externo.

Delgado (2001) salienta a importância de situar os fundamentos do pensamento econômico hegemônico que vigorava no país, após o golpe militar de 1964. Tendo como base o pensamento funcionalista norte-americano, o pensamento econômico brasileiro amplamente divulgado neste período é o baseado na lógica dos papéis clássicos da agricultura no desenvolvimento econômico. Sob essa lógica, a agricultura deveria cumprir cinco funções básicas na economia: “liberar mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano [...]” (DELGADO, 2001, p. 162).

Sem qualquer interesse de promover a reforma agrária, ou seja, alterar a estrutura fundiária brasileira assentada desde o período colonial sobre a grande propriedade fundiária, essa tese funcionalista em voga no país desde o pós-guerra é a que se torna hegemônica, a partir do golpe de 1964. Para cumprir tais funções básicas da agricultura, promoveu-se uma ampla modernização tecnológica, que modificou intensamente a produção no campo brasileiro, bem como as relações capital-trabalho e campo-cidade (MATOS; PESSÔA, 2011).

Nascida sobre a derrota do movimento pela reforma agrária, a modernização da agricultura foi construída e fomentada por múltiplas políticas e programas estatais, que subsidiaram a ampliação da área produtiva, a partir do rápido avanço da fronteira agrícola sobre as áreas de Cerrado, bem como a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde (PIRES, 2000; DELGADO, 2001).

Entre as décadas de 1960 e 1980, o Estado brasileiro promoveu os mais variados programas e projetos para concessão de subsídios e implantação de infraestrutura necessária ao avanço do capitalismo no campo. A atuação das forças externas se efetivou na cooperação entre Estado e as forças do mercado, que materializaram o novo com a criação e pavimentação de rodovias, construção de portos, pontes, aeroportos, armazéns, hidrelétricas e linhas de transmissão de energia, ou seja, há uma criação e dispersão pelo território nacional de “fixos e fluxos capazes de dinamizar a produção e a circulação agropecuária” (MATOS; PESSÔA,

2011, p. 303). Contraditoriamente, a mesma atuação promove a preservação da velha estrutura de concentração fundiária e desigualdade no campo, e ainda as ampliando.

Um dos elementos fundamentais no processo de modernização do território goiano foi a energia elétrica de matriz hidráulica, sendo um dos mais importantes elementos da infraestrutura produtiva, intimamente ligada à dinâmica territorial da modernização agrícola e da urbanização em Goiás (CASTILHO; ARRAIS, 2012). Os primeiros passos no sentido de ofertar energia elétrica no município de Itapaci foram dados na administração de Manoel de Oliveira Penna, segundo Prefeito eleito no município, que conseguiu implantar uma pequena usina hidroelétrica municipal, instalada no Ribeirão Pirapitinga no ano de 1953. Esta pequena central hidrelétrica (PCH) operou e forneceu eletricidade para a população de Itapaci até o início da década de 1960, quando foi vendida à estatal estadual Centrais Elétricas de Goiás (CELG), no governo de Antonino de Sousa Mocê (CASTRO, 1996).

Outras redes e fixos foram instalados em Itapaci, nas décadas de 1960 e 1970, cuja intenção não era apenas dotar a cidade de melhores infraestruturas, mas também conectar ela a rede urbana e promover melhor aparelhamento territorial, para dinamizar e melhorar o escoamento da produção agropecuária municipal. Assim, de acordo com Castro (1996), instalou-se na primeira gestão do prefeito Waldemar Nunes de Castro (1966-1970) o Centro Telefônico da estatal Telegoiás, a primeira torre de televisão e uma unidade da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás (ACAR-GO), renomeada em 1975 de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (Emater-GO). Quando de sua segunda gestão (1972-1976), o mesmo prefeito conseguiu com recursos municipais construir o prédio para a instalação do Banco do Estado de Goiás (BEG).

Matos e Pessôa (2011) citam como principal instrumento estatal de subsídio e apoio para consolidação da modernização da agricultura no país o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), voltado para os grandes proprietários de terra. Outros ainda foram criados para beneficiar atividades ou regiões específicas, como o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), Programa Especial para o São Francisco (PROVALE), Programa de Desenvolvimento das Áreas da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), Programa Nacional do Alcool (Proálcool), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), entre outros (MATOS; PESSÔA, 2011).

A partir de tais políticas e programas estatais, que em alguns casos obtiveram parcerias com capitais privados, constituiu-se e consolidou-se os Complexos Agroindustriais (CAIs),

responsáveis por promover um acelerado processo de integração de capitais e uma reorganização espacial e socioeconômica do campo no Brasil. Tais processos objetivavam unicamente a díade produção e produtividade, sem qualquer preocupação com as dimensões sociais e ambientais (MATOS; PESSÔA, 2011).

A consolidação dos CAIs representou tanto a materialização da industrialização no campo brasileiro quanto um símbolo da reestruturação produtiva do capital no país (MATOS; PESSÔA, 2011). Os resultados logo surgiram, como a produção em larga escala de *commodities*, como a soja e a cana-de-açúcar; ampliação da concentração fundiária; exclusão social de uma multidão de pequenos e médios produtores, quase sempre endividados e forçados a deixar suas propriedades; intensa migração interna, especialmente da população empobrecida no campo que se dirigia às cidades; destruição ambiental; precarização e superexploração do trabalho e, por fim, aumento das desigualdades sociais e regionais, historicamente presentes no país (MENDONÇA, 2010; MATOS; PESSÔA, 2011).

O modelo produtivo dos CAIs, baseado na produção monocultora de *commodities* não deixa de se assimilar, e não por acaso, a dinâmica socioespacial do *plantation*, que tendo por base a grande propriedade fundiária, pautava-se na intensificação da exploração da terra e dos trabalhadores para o aumento da produtividade, cuja produção volta-se completamente ao mercado externo (MENDONÇA, 2010).

Vê-se como as velhas formas se revestem de novos discursos e aparências. A partir da década de 1990, também os CAIs e o modelo de desenvolvimento econômico na agropecuária brasileira se revestiram de uma nova roupagem, denominada pelo termo agronegócio. Mantém-se a mesma estrutura baseada na produção de *commodities* em grandes e modernas propriedades, que empregando tecnologia de ponta, reduz, exclui e precariza ainda mais a mão-de-obra, ao mesmo tempo que amplia a exploração da terra, da água e dos trabalhadores, destinando ao mercado externo grãos, carnes, combustíveis, minerais e energia à um “baixo” custo, compensado pela exploração desenfreada da natureza e dos trabalhadores (MENDONÇA, 2010; MATOS; PESSÔA, 2011).

No caso do município de Itapaci e da microrregião de Ceres¹², o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), juntamente com dois outros programas estaduais de incentivos fiscais, teve

¹² A Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas foi aprovada pela Presidência do IBGE através da Resolução (PR) N°51 de 31/07/89 e institucionalizada pela (PR) N° 11, de 5 de junho de 1990 e esteve em vigor até 2017. Nesta, Goiás é dividido em 5 mesorregiões: Centro Goiano, Leste Goiano, Noroeste, Norte Goiano, Sul Goiano. A microrregião de Ceres está localizada na mesorregião Centro Goiano (IMB, 2018).

papel crucial no processo de modernização da agricultura e na formação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro na região.

Criado em 1975, o Proálcool teve como objetivo inicial incentivar os produtores de cana-de-açúcar a substituir a produção de açúcar por álcool carburante, tornando o mercado mais atrativo aos usineiros brasileiros, que vinham acumulando prejuízos com a crise do mercado internacional do açúcar na década de 1970, além de minimizar o problema de abastecimento de combustível no país, que começava a sentir os efeitos da crise mundial do petróleo a partir de 1973 (ÁVILA, 2009; FERREIRA, L., 2010).

Com a segunda crise do petróleo em 1979, o governo brasileiro passou a estimular a produção de etanol como fonte alternativa de energia, empenhando-se por intermédio do Proálcool em aumentar o número de agroindústrias sucroalcooleiras e, conseqüentemente, expandir a produção de álcool anidro, utilizado como aditivo na gasolina, buscando com isso reduzir a importação de petróleo (FERREIRA, L., 2010).

O Proálcool que contava, entre outros benefícios, com empréstimos bancários com juros abaixo das taxas de mercado, promoveu uma rápida ampliação do número de agroindústrias sucroalcooleiras, com expansão de lavouras canavieiras sobre regiões produtoras de alimentos, e a conseqüente consolidação do complexo agroindustrial sucroenergético no país.

Em Goiás, além do Proálcool, dois outros programas estaduais de incentivos fiscais foram cruciais para atrair empreendimentos usineiros. O Fundo de Participação e Fomento a Industrialização de Goiás (Fomentar) foi criado em 1984, no contexto da “Guerra Fiscal”¹³, cujo objetivo era atrair grandes empreendimentos industriais para o estado, preferencialmente do ramo da agroindústria, concedendo para estes a isenção temporária do pagamento de 70% do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Outros benefícios como apoio técnico e financeiro, venda de lotes e terrenos nos Distritos Industriais do Estado e execução de obras de construção civil poderiam ser concedidos aos empreendimentos contemplados pelo programa (GOIÁS, 1984).

Pensado para expirar no prazo de dez anos, o Fomentar ganhou a companhia de um segundo programa estadual de incentivos fiscais, o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir), criado no ano 2000 com a intenção inicial de substituir o Fomentar, que

¹³ Conforme Fernandes e Wanderlei (2000, p. 6) “O fenômeno da ‘Guerra Fiscal’ trata-se, em termos econômicos, da disputa fiscal no contexto federativo, ou seja, refere-se à intensificação de práticas concorrenciais extremas e não-cooperativas entre os entes da Federação, no que diz respeito à gestão de suas políticas industriais”.

acabou prorrogado para o ano 2020, e ganhou nova prorrogação juntamente com o Produzir para 2040, com novas exigências às empresas beneficiadas (GOIÁS, 2014).

Ambos os programas incentivaram a instalação de novos empreendimentos sucroalcooleiros na microrregião de Ceres, bem como a aquisição, revitalização, expansão e modernização de agroindústrias, que surgiram em período anterior e se encontraram desativadas por alguns anos.

Elaborado a partir dos dados levantados por Lara Ferreira (2010), o Quadro 5 apresenta o histórico da organização do setor sucroalcooleiro na microrregião de Ceres e os incentivos fiscais estaduais concedidos para tais empreendimentos, mediante os programas Fomentar e Produzir.

Quadro 8: Usinas da microrregião de Ceres que obtiveram incentivos fiscais - 2010.

Município	Empreendimento / (ano de instalação)	Situação	Programa	Investimento Fixo (milhões R\$)	Crédito concedido (milhões R\$)
Carmo do Rio Verde	Usina Carval (1989)	Desativada (2001)	Fomentar	-	-
	CRV Industrial (2001)	Em atividade	Produzir	27,910	120,688
Goianésia	Sociedade Açucareira Monteiro de Barros (1968)	Desativada (1989)	-	-	-
	Usina Goianésia (1989)	Em atividade	Fomentar	59,320	170,871
	Jalles Machado (1980)	Em atividade	Fomentar	66,358	277,029
	Codora Álcool e Energia (2010)	Em atividade	Produzir	76,55	477,34
Itapaci	Grupo Devale (1982)	Desativada (1994)	Fomentar	-	-
	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas (2002)	Em atividade	Fomentar	48,068	193,921
Itapuranga	Pite S/A (1979)	Desativada (1990)	-	-	-
	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas (2007)	Em atividade	Produzir	33,724	396,616
Rubiataba	Cooperativa Agroindustrial de Rubiataba (1984)	Em atividade	Fomentar / Produzir	6,055	246,324

Fonte: FERREIRA, L., 2010. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

Como apresenta o Quadro 8, todos os empreendimentos usineiros instalados na microrregião de Ceres a partir da década de 1980 receberam incentivos fiscais estaduais pelos programas Fomentar e Produzir, além dos benefícios do Proálcool para as usinas que se

instalaram durante a vigência do programa federal, entre 1975 e 1990 (FERREIRA, L., 2010). O investimento fixo diz respeito ao montante disponibilizado pelos programas para compra e/ou construção da infraestrutura da usina e dos equipamentos necessários para iniciar seu funcionamento, enquanto o crédito refere-se ao valor percentual de ICMS que não precisa ser repassado pelo empreendimento até o prazo estipulado, podendo a empresa utilizar este valor como crédito bancário para aplicação na planta e nas operações agroindustriais.

Conforme Lara Ferreira (2010), as primeiras usinas instaladas na microrregião de Ceres datam das décadas de 1960 e 70. A Sociedade Açucareira Monteiro de Barros foi a primeira da região, implantada em Goianésia em 1968, posteriormente sendo adquirida em 1989 pelo Grupo Matari do estado do Pernambuco, que a renomeou de Usina Goianésia. A segunda Usina foi instalada em 1979, no município de Itapuranga, pelo Grupo Pite S/A., tendo sido desativada no ano de 1990 e reaberta em 2007 com o nome de Vale Verde Empreendimentos Agrícolas, quando foi adquirida pelo Grupo Farias, também proveniente de Pernambuco.

Quatro outras usinas foram instaladas na microrregião de Ceres na década de 1980. A Jalles Machado, implantada no município de Goianésia em 1980; a Destilaria Vale do São Patrício, de propriedade do Grupo Devale, implantada no município de Itapaci em 1982; a Cooperativa Agroindustrial de Rubiataba (Cooper-Rubi), instalada no município homônimo em 1984; e a Usina Carval, implantada no final da década em Carmo do Rio Verde. A primeira e a terceira ainda se encontram em atividade, a Usina do Grupo Devale deixou de operar em 1994, sendo adquirida oito anos depois pelo Grupo Farias, que a reabriu com o nome de Vale Verde Empreendimentos Agrícolas, e a Carval foi comprada em 2001 pelo Grupo Japungu, do estado da Paraíba, que reativou o empreendimento com o nome de CRV Industrial (FERREIRA, L., 2010).

As primeiras unidades agroindustriais instaladas em Goianésia, Itapuranga, Itapaci, Rubiataba e Carmo do Rio Verde, constituíram-se a partir de investimentos de pequenos grupos empresariais locais e regionais. Mesmo tendo recebido incentivos fiscais do Proálcool e do Fomentar, estes empreendimentos sucumbiram no final da década de 1980 e início de 90 aos impactos da estabilidade do preço do petróleo no mercado internacional e, principalmente, da extinção do Proálcool no governo Fernando Collor de Mello. Com exceção da Jalles Machado e da Cooper Rubi, todas as outras usinas implantadas na microrregião de Ceres passaram por desativação, posteriormente tendo sido vendidas suas respectivas instalações industriais para grupos de investidores do setor sucroalcooleiro, provenientes da Região Nordeste (FERREIRA, L., 2010).

Ocorrida na segunda gestão do Prefeito Antônio Teixeira de Lima (1977-82), a instalação da Destilaria Vale do São Patrício S/A. em Itapaci coincidiu com a implantação de uma unidade de coleta e resfriamento da Cooperativa Central Rural de Goiás, que produzia o leite da marca Gogó. Com 28 postos de coleta no interior goiano, um deles sediado em Itapaci, a cooperativa envasava e distribuía leite Gogó em 110 postos de distribuição, principalmente padarias e supermercados das capitais Goiânia e Brasília, e em grandes cidades de Minas Gerais e São Paulo (CISNEIRO, 2003).

Também no início da década de 1980, houve o retorno e expansão da atividade garimpeira de ouro em Pilar de Goiás, Guarinos e Itapaci, e de esmeralda em Santa Terezinha e Campos Verdes. Ao estudar a contaminação por mercúrio e metais pesados decorrente da garimpagem em Pilar de Goiás e Guarinos, Soares (1990) cita que, estão em atividade na década de 1980, sete garimpos de ouro em Guarinos, três em Pilar de Goiás e dois em Itapaci, na área posteriormente emancipada para formar São Luiz do Norte. Em Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes, a atividade garimpeira volta-se a extração de esmeralda.

Mesmo tendo operado apenas até a década de 1990, ambas as empresas, bem como a atividade minerária, promoveram uma refuncionalização dos papéis urbanos e regionais desempenhados por Itapaci, que passou a atender um mercado consumidor crescente constituído de sua população, bem como de municípios vizinhos. Como analisa Castro (1996), não apenas a consolidação do complexo agroindustrial do álcool e da produção leiteira impulsionaram a dinamização econômica de Itapaci, já que, conforme o autor, era nesta cidade que os garimpeiros de Guarinos, Pilar de Goiás, Santa Terezinha, Campos Verdes e do recém criado município de São Luiz do Norte faziam suas compras (CASTRO, 1996).

Como relata Carmin (1955, 1960), desde os primeiros momentos de formação do povoado, que viria a se tornar Itapaci, a produção no campo estava voltada, principalmente, para o cultivo de alimentos variados para o consumo do próprio núcleo familiar que trabalhava a terra, e com o crescimento populacional e ampliação do número de agricultores, passou-se a se dedicar parcela das áreas cultivadas para a produção de alguns gêneros alimentícios com melhor cotação de preço, como o arroz, o feijão e o café, que, enquanto produtos excedentes, eram comercializados com os atacadistas da praça comercial de Anápolis, para, a partir de lá, alcançar os consumidores de outras cidades do estado e do país (CARMIN, 1960).

Com a instalação da destilaria de álcool do Grupo Devale e da unidade da Cooperativa Central Rural de Goiás, alterou-se profundamente essa estrutura produtiva do município de Itapaci. Centenas de agricultores recorreram aos bancos para adquirir financiamentos, convertendo-se a paisagem dos multivariados cultivos de grãos e cereais, pela monotonia da

lavoura de cana-de-açúcar e das pastagens. Cita Castro (1996, p. 141) que, “Os depósitos de cereais (fechados), bem como os silos aéreos existentes na cidade, dois importantes conjuntos, são o atestado de que ali já foi um centro de boa comercialização agrícola”.

Dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), dos anos de 1975 a 1990, divulgados pelo IBGE, demonstram essa alteração do perfil produtivo agrícola do município de Itapaci, como apresenta na Tabela 2. Considerado o carro chefe da produção agrícola municipal, quando da segunda passagem de Robert Carmin (1960) por Itapaci, o café já não é mais tão representativo em meados da década de 1970, ocupando apenas 5 hectares em 1975, 30 em 1980, 45 e novamente 30 nos anos de 1985 e 1990, respectivamente, alcançando, dentro do período analisado, o auge de 18 toneladas anuais, produzidas em 1985. Outras culturas permanentes como o abacate, banana e laranja tiveram uma produção razoável no município, mas todas tiveram suas áreas de cultivo e produção reduzidas ou mesmo substituídas por outras culturas, como demonstra a Tabela 2, com o cultivo do abacate em 1980 e banana em 1985.

Tabela 2: Área cultivada e quantidade produzida das principais culturas em Itapaci - 1975-1990.

Culturas temporárias								
Ano	1975		1980		1985		1990	
Cultura	Área (ha)	Quant. Prod. (t)	Área (ha)	Quant. Prod. (t)	Área (ha)	Quant. Prod. (t)	Área (ha)	Quant. Prod. (t)
Arroz	3.000	2.880	9.600	8.000	5.000	6.600	543	736
Cana-de-açúcar	30	600	30	600	2.011	156.858	1.430	114.400
Cana forrageira*	20	400	20	400	50	1.000	-	-
Feijão	2.000	700	1.500	180	400	100	220	156
Mandioca	40	600	80	1.400	200	3.600	50	900
Milho	2.200	3.696	5.000	9.000	7.500	16.500	2.800	4.070
Soja	-	-	-	-	2.500	3.700	15	27
Tomate	-	-	-	-	5	150	580	29.000
Culturas permanentes								
Ano	1975		1980		1985		1990	
Cultura	Área (ha)	Quant. Prod.**	Área (ha)	Quant. Prod.**	Área (ha)	Quant. Prod.**	Área (ha)	Quant. Prod.**
Abacate	4	100	-	-	-	-	-	-
Banana	15	14	30	27	-	-	-	-
Café	5	2	30	12	45	18	30	14
Laranja	5	300	5	600	18	2.160	10	1.200

Fonte: IBGE, 1975, 1982, 1987, 1990. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

* O cultivo e a produção de cana forrageira não foram mais contabilizados pelo IBGE a partir de 1985, estando os valores incluídos juntos aos da produção de cana-de-açúcar.

**Nas culturas permanentes a quantidade produzida é medida para o café em toneladas, para o abacate e laranja em mil frutos e para a banana em mil cachos.

Cultivos tradicionais nas áreas de ocupação pioneira em Goiás, por estarem na base alimentar da população brasileira, o arroz, feijão e o milho sempre ocuparam boa parcela de

áreas cultiváveis no município de Itapaci. A área cultivada de arroz teve aumento, assim como a quantidade produzida entre os anos 1975-80, mas sofreu uma redução de 1980-85 e, principalmente, em 1990. O milho que teve aumento da área cultivada e da produção entre 1975 e 1985, sofreu redução brusca de ambos em 1990. Já o feijão testemunhou queda paulatina da área dedicada a seu cultivo, bem como ao volume da produção.

Como apresenta a Tabela 2, a queda na área cultivada e na quantidade produzida destas culturas foram motivadas pela substituição destas pela cana-de-açúcar e por pastagens, após a implantação da Destilaria Vale do São Patrício e da unidade da Cooperativa Central Rural de Goiás. O cultivo da cana-de-açúcar no município de Itapaci, nos anos de 1975 e 1980, não superava os 30 hectares de área, pouco superior aos 20 hectares destinados ao cultivo da cana forrageira, e em 1985, três anos após a instalação da destilaria de álcool, passa a ocupar uma área cultivada de 2.011 hectares, saltando de uma produção de 600 para 156.858 toneladas.

A expansão da criação de rebanho bovino para a produção leiteira pode ser compreendida pela ampliação da área ocupada e da produção da cana forrageira, da soja e do milho no município de Itapaci, entre os anos 1980 e 1985, por serem produtos muito utilizados para o processamento de ração bovina. Outro dado que auxilia a entender esse crescimento, é o aumento do efetivo de rebanho bovino do município, como demonstrado pelos Anuários Estatísticos do Estado de Goiás, produzidos pela Secretaria do Planejamento e Coordenação (SEPLAN-GO), que contabilizam para o ano de 1977, um total de 65.000 cabeças de gado no município de Itapaci, e para o ano de 1988, um total de 83.000 (SEPLAN, 1978, 1989).

Merece destaque a redução da área cultivada e da produção de cana-de-açúcar no ano de 1990, concomitante ao aumento substancial do cultivo de tomate, pouco representativo na economia do município até a década de 1980, dado que sinaliza as transformações que ocorreriam na produção agrícola e industrial do município de Itapaci, no decorrer da década de 1990, com a redução gradual da produção de álcool e expansão do cultivo e processamento de tomate industrial.

Ainda que a primeira fase do complexo agroindustrial alcooleiro tenha se mantido no município de Itapaci por apenas doze anos, as transformações no espaço rural e urbano de Itapaci foram profundas. Para se instalar no município, a Destilaria Vale do São Patrício S/A. exigiu nova via de acesso a BR-153, para o escoamento da produção e, conseqüentemente, foi aberta a GO-336, logo em seguida pavimentada em seu trecho entre Itapaci e o trevo de acesso na BR-153, no município de Nova Glória.

Com a pavimentação, a GO-336, passou a drenar a maior parte do fluxo da GO-154, no trecho entre Itapaci e Nova Glória, que apesar de ter sido exaltada e digna de ganhar algumas

páginas no artigo do geógrafo estadunidense Robert Carmin (1960), nunca foi pavimentada, e agora perdia a importância de ser a principal via de acesso de Itapaci, Pilar de Goiás, Crixás, e os novos municípios de Guarinos, Santa Terezinha de Goiás, Campos Verdes e Uirapuru à rodovia BR-153.

Se as transformações foram profundas na estrutura produtiva no campo e na configuração das redes de transporte, também o foram no espaço urbano de Itapaci, na década de 1980. Instalou-se a segunda agência bancária na cidade, agora do Banco do Brasil; houve a implantação do sistema de captação, tratamento e distribuição de água através da estatal estadual Saneamento de Goiás (Saneago); os logradouros públicos ganharam pavimentação asfáltica e as avenidas e praças ganharam arborização; construiu-se ainda a maternidade, a delegacia de polícia, o terminal rodoviário e o Hospital Municipal Dr. José Peixoto da Silveira (CASTRO, 1996).

A Figura 16, retirada do Banco de Dados do IBGE Cidades (IBGE, 2017), retrata bem essa transformação pela qual passou a cidade de Itapaci, mostrando a Avenida Floresta, principal rua comercial no centro de Itapaci, agora não mais entregue as ravinas e ervas daninhas, como havia testemunhado Robert Carmin (1955), quando visitou a cidade pela primeira vez em 1948.

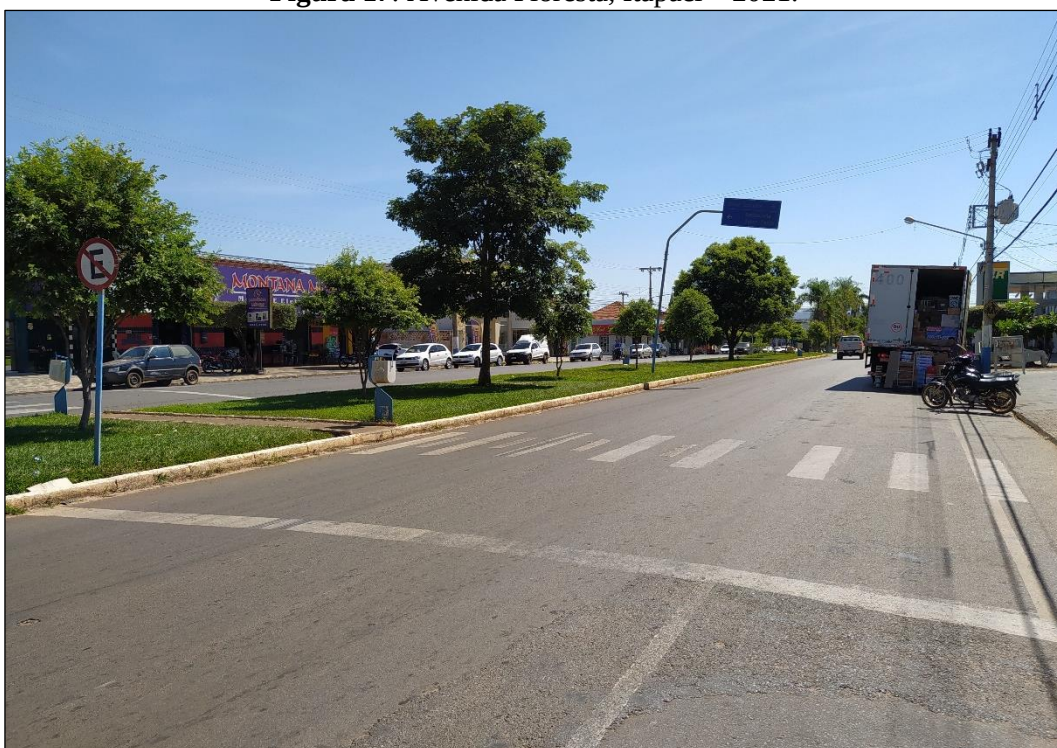
Figura 16: Avenida Floresta, Itapaci -1983.



Fonte: IBGE, 2018.

Observa-se na Figura 16, a faixa de rolamento da Avenida Floresta, que coincide com a GO-336, bem pavimentada, meios-fios e calçadas delineiam suas margens, e o canteiro central ajardinado separa as duas pistas. Ambos, canteiro central e calçadas laterais, apresentam boa arborização. Interessante notar no centro, ao fundo, um trecho da GO-154, que liga Itapaci a Pilar de Goiás, ainda não pavimentado. Outros importantes elementos urbanos também são visíveis na Figura 16, como postes da rede elétrica e lâmpadas de iluminação pública, além de sinalização de trânsito vertical, elementos que se mantêm presentes na atualidade, como retrata a Figura 17.

Figura 17: Avenida Floresta, Itapaci – 2021.

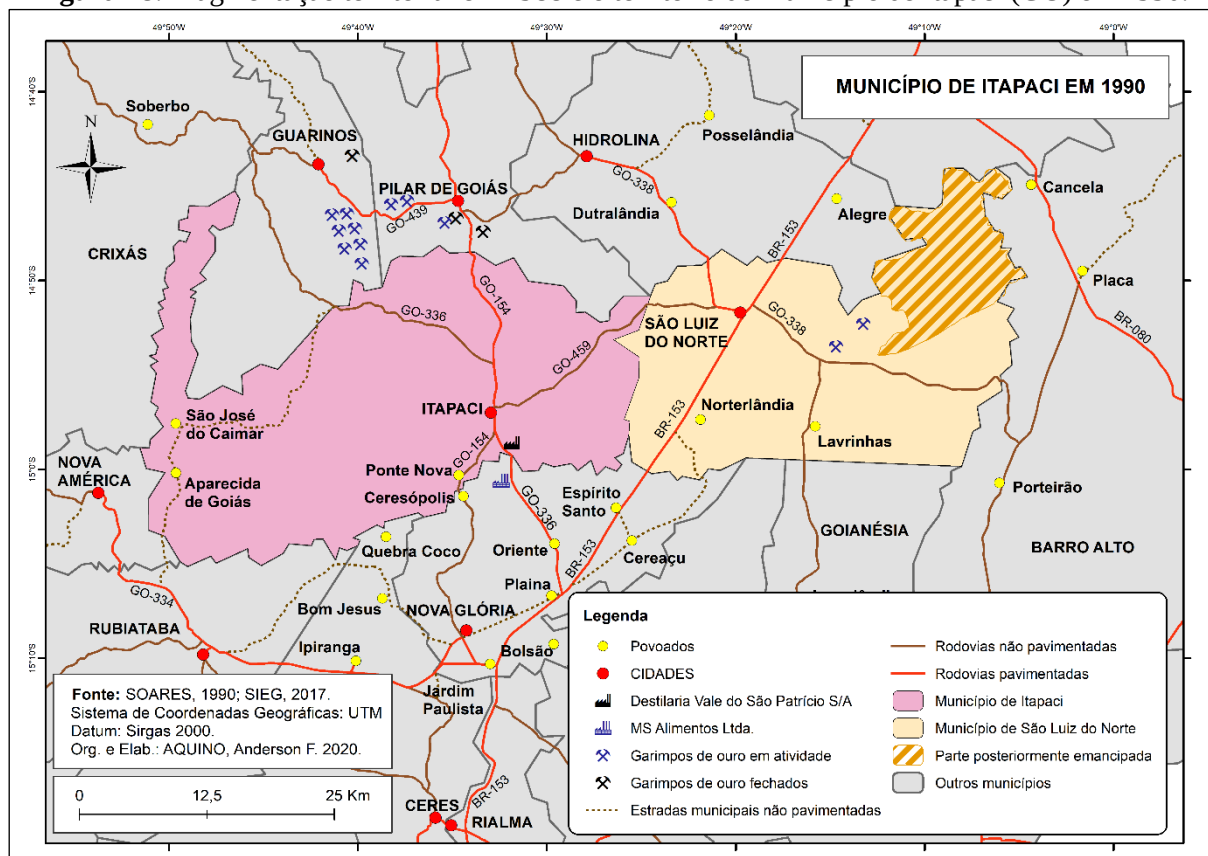


Fonte: AQUINO, Anderson F. 2021.

Os dados dos Anuários Estatísticos de 1979 e 1989, permitem compreender como o processo de modernização da agricultura consolidada em Itapaci na década de 1980, com a estruturação do complexo agroindustrial alcooleiro, em conjunto com a expansão da atividade pecuária de matriz leiteira, além da atividade extrativa mineral, baseada na garimpagem de ouro e esmeralda, dinamizaram e promoveram a refuncionalização urbana de Itapaci. Em 1979, Itapaci contabilizava 22 estabelecimentos comerciais cadastrados, incluindo os de comércio atacadista, varejista e os de prestação de serviços (SEPLAN, 1980). Em 1988, esse número chega a 199 estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços (SEPLAN, 1989), o que revela como a cidade refuncionalizou-se para atender a uma demanda crescente de consumidores, sejam eles trabalhadores da agroindústria alcooleira, proprietários de terras que

arrendaram suas propriedades para a usina, agropecuaristas ou garimpeiros dos municípios próximos, além claro, da própria população da cidade e do município, que crescia, ainda que passasse por novo processo de fragmentação territorial no final da década de 1980, como demonstrado na Figura 18.

Figura 18: Fragmentação territorial em 1988 e o território do município de Itapaci (GO) em 1990.



Fonte: SOARES, 1990; SIEG, 2017. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

Se Itapaci foi beneficiada pelo dinamismo proporcionado pela modernização da agricultura, pela garimpagem de ouro e pela pavimentação da BR-153, também um de seus povoados o foram, mais especificamente o povoado de São Luiz do Norte, que surgiu nas margens da BR-153, no entroncamento da velha estrada que ligava Itapaci à rodovia federal (atual GO-459), e onde anos depois foi aberto a estrada que liga esta rodovia à cidade de Hidrolina (atual GO-338), conforme demonstra o Figura 18.

O povoado de São Luiz do Norte foi elevado à categoria de distrito, pela lei nº 9.160, de 14 de maio de 1982. Localizado em posição estratégica ao lado da BR-153, no entroncamento com as rodovias estaduais GO-459 e GO-338, que levam respectivamente à Itapaci e a Hidrolina, a localidade cresceu, especialmente em função das atividades agrícolas e do garimpo de ouro. Na segunda metade da década de 1980, os líderes políticos locais começaram a pleitear a emancipação política do distrito, conquistada mediante um plebiscito

realizado em novembro de 1987, quando 905 dos 935 eleitores locais compareceram nas sessões e votaram a favor da emancipação de São Luiz do Norte (CASTRO, 1996).

Criado pela Lei Estadual nº 10.428, de 08 de janeiro de 1988, o novo município de São Luiz do Norte foi instalado em 01 de junho de 1989, com área territorial de 723,8 km², desmembrada do município de Itapaci. Todavia, na década de 1990, emancipa-se no município vizinho de Barro Alto o antigo povoado de Paletó Rasgado, elevado à categoria de município com a denominação de Santa Rita do Novo Destino, formado com áreas desmembradas dos municípios de Barro Alto e São Luiz do Norte, que perdeu 137,8 km² na porção nordeste do seu território originário, conforme destaque tracejado na Figura 16.

Novamente não só Itapaci passou por desmembramentos e perdas territoriais, já que, também outros municípios do entorno passaram por uma reestruturação produtiva. No contexto regional, foram criados, ainda na década de 1980, os municípios de Guarinos, desmembrado de Pilar de Goiás; e Campos Verdes, desmembrado de Santa Terezinha de Goiás, ambos conseguindo sua emancipação graças ao influxo econômico e demográfico proporcionado pela atividade garimpeira de ouro e esmeralda, respectivamente. Do município de Crixás, desmembrou-se Mundo Novo e Nova Crixás, e na década seguinte, o município de Uirapuru, todos emancipados a partir da dinamização econômica e demográfica, proporcionada pela expansão da pecuária e consolidação do complexo agroindustrial da carne no noroeste do estado. Todos estes municípios figuram atualmente no que foi o antigo território originário do município de Itapaci de 1945.

Com a superação momentânea da crise do petróleo, acrescidos do fim do Proálcool e da desregulamentação do preço do açúcar e do álcool no mercado nacional em 1990, a Destilaria Vale do São Patrício S/A. do Grupo Devalle começou a se tornar inadimplente com o fisco, com os fornecedores e com os trabalhadores do setor, até paralisar de vez suas atividades em 1994. Centenas de trabalhadores diretos e indiretos perderam seus empregos, e contratos de financiamentos executados pelos bancos colocou em risco a viabilidade da manutenção da terra a centenas de proprietários (CASTRO, 1996), questões que acabaram por acirrar ainda mais o processo de migração campo-cidade, iniciado na década de 1980, com a instalação da destilaria e conversão de áreas de agricultura em canaviais. Como cita Ávila (2009), que estudou os efeitos socioeconômicos da expansão da cana-de-açúcar no Vale do São Patrício,

Nas cidades do Vale do São Patrício, surgem periferias urbanas, habitadas por pessoas que, em sua maioria, formam um reduto de mão-de-obra das usinas de açúcar e álcool. Nesse conjunto, estão agricultores que não se viabilizaram após o arrendamento de suas áreas, mas também agregados e trabalhadores

que antes atuavam nas propriedades que foram arrendadas (ÁVILA, 2009, p. 48).

Foram justamente estes sujeitos, agricultores que arrendaram suas propriedades e antigos trabalhadores e agregados, que formaram o operariado da usina. Estes foram duplamente afetados, inicialmente no processo de migração do campo para a cidade, com a desvinculação progressiva destes sujeitos para com a terra, e depois, com o desmantelamento e endividamento da usina, relegados ao desemprego e incalculáveis prejuízos socioeconômicos.

Outro fator de ordem econômica, não apenas acelerou o fim da primeira etapa de consolidação do complexo agroindustrial da cana-de-açúcar em Itapaci, como promoveu uma nova reestruturação produtiva no espaço rural do município, que vivenciou de forma acelerada a conversão dos canaviais em lavouras de tomate industrial.

Aproveitando-se da crise do setor sucroenergético, da consolidação do Mercosul e da globalização de mercados, a agroindústria do tomate dispersou-se rapidamente pelas áreas de Cerrado no início da década de 1990, consolidando-se especialmente em Goiás e Minas Gerais, estados que passaram a concentrar os maiores índices de produção e produtividade do fruto no país, graças as condições de solo e clima do Cerrado, além de todo o arsenal de técnicas e tecnologias de manejo, ressaltando-se o uso intensivo de agrotóxicos na produção de tomate, sendo uma das culturas que utiliza mais intensivamente tais insumos para o combate de pragas e doenças (CARVALHO; CAMPOS, 2009).

Novamente, os programas de incentivos fiscais do Estado, especialmente de Goiás, como o Fomentar, foram decisivos para atrair a implantação de empresas do ramo agroindustrial para o estado, assim, instalou-se as Indústrias Gessy Lever, detentor da marca Cica em Rio Verde (GO); a Arisco em Goiânia; a Brasfigo, dona da marca Tomatino em Luziânia (GO); a Coniexpress Indústria Alimentícias, proprietária da marca Quero em Nerópolis (GO); a empresa Ângelo Auricchio e Cia., detentora da marca Olé em Morrinhos (GO); e a MS Alimentos, no município de Nova Glória (GO) (MELO; VILELA, 2004). Esta última, é indicada por Martins (2011) como sendo uma unidade subsidiária das Indústrias Alimentícias Carlos de Brito, proprietária da famosa e pioneira marca Peixe, sediada em Pesqueira (PE).

Uma das beneficiadas pela relação de cooperação do Estado em benefício do capital, foi a agroindústria processadora de tomate MS Alimentos Ltda., que se instalou em 1990, na área rural do município de Nova Glória. Mesmo estando instalada em Nova Glória, a questão locacional fez com que a MS Alimentos estabelecesse interação e beneficiasse muito mais a cidade de Itapaci do que a de Nova Glória. Implantada a 500 metros da rodovia GO-336 – sendo interligada a esta por uma avenida e um trevo pavimentados, construídos pelo Governo do

Estado de Goiás, como benefício cedido pelo Fomentar para sua instalação –, o complexo industrial da MS Alimentos se encontrava a apenas 5 km da cidade de Itapaci, enquanto que para Nova Glória, a distância por via não pavimentada era de 21 km, e por rodovias pavimentadas aumentava-se para 27 km.

Desta forma, a posição geográfica estratégica propiciou a MS Alimentos estender a abrangência de sua área de atuação produtiva pelos municípios de Nova Glória e Itapaci, principalmente sobre as propriedades que sofriam os efeitos da derrocada da produção alcooleira da Destilaria Vale do São Patrício. A questão locacional foi crucial para que, a empresa e a sucessora que a adquiriu, estabelecessem a quase totalidade de suas relações com a cidade de Itapaci, que foi não apenas a sede dos escritórios e laboratórios, mas também o local de fornecimento de mão-de-obra agrícola e industrial, além de produtos e serviços diuturnamente demandados pela empresa.

Quanto a estrutura produtiva no campo, a rápida ocupação das terras antes cultivadas com cana-de-açúcar, associada ao novo aparato técnico e tecnológico, alavancaram rapidamente a produção e a produtividade do tomate industrial nos municípios de Nova Glória e Itapaci, que em 1994, ingressaram no rol dos cinco municípios com maior produção de tomate do estado de Goiás, como demonstra a Tabela 3.

Tabela 3: Municípios goianos com maior produção agrícola de tomate – 1994-1995.

Município	Área cultivada (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)
1994			
1º Itapaci	540	31.200	57.777
2º Nova Glória	465	28.000	60.215
3º Leopoldo de Bulhões	632	25.600	40.506
4º Itaberaí	315	18.900	60.000
5º Goianápolis	280	16.800	60.000
1995			
1º Leopoldo de Bulhões	650	26.500	40.769
2º Nova Glória	410	24.600	60.000
3º Goianápolis	300	19.500	65.000
4º Morrinhos	245	14.550	59.388
5º Itapaci	250	13.750	55.000

Fonte: SEPLAN, 1996. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

Conforme apresenta a Tabela 3, apenas quatro anos após a implantação da MS Alimentos Ltda. em Nova Glória, o município já alcançava a segunda maior produção de tomate do estado, ficando atrás apenas de Itapaci, que com a segunda maior área cultivada de tomate, alcançava maior produção. Mesmo apresentando um decréscimo considerável – principalmente Itapaci, cuja área cultivada e a produção caíram mais da metade –, os dois municípios permaneceram entre os cinco maiores produtores do fruto, perdendo o posto de maior produtor

de tomate para Leopoldo de Bulhões, mas permanecendo à frente de tradicionais municípios produtores, como Goianápolis, Morrinhos, Silvânia, Luziânia, Itaberaí e Paraúna. Destes, Itapaci só permaneceu atrás de Goianápolis e Morrinhos, respectivamente, com a terceira e quarta maior produção de tomate do estado de Goiás em 1995.

Todavia, essa redução apresentada na Tabela 3, não representava unicamente problemas pontuais, mas o primeiro reflexo da expansão acelerada da produção de tomate industrial nas áreas de Cerrado, que acarretara em gradual redução do preço do tomate aos produtores. Castro (1996) narra o dissabor pelo qual os produtores de tomate do município de Itapaci passaram, a partir de 1995,

[...] eis o castigo imposto pelo tomate industrial: seguindo o mesmo caminho dos canavieiros, vários foram os tomaticultores que se dispuseram a recorrer a financiamentos. Despesas com implementos agrícolas, instalações de energia elétrica, pivôs de irrigação, contratos de empregados e... E depois? O produto seria vendido à indústria, ao preço de sessenta e sete centavos a caixa de vinte e três quilos! Uma cláusula: caso o “tomateiro” optasse pela *fidelidade de venda*, receberia em dobro. E o tomate passou a ser ração de gado. Segundo os produtores, o custo da colheita superava o preço da venda (CASTRO, 1996, p. 141, grifos do autor).

Entretanto, tais problemas não concretizaram na ruína prematura do complexo agroindustrial do tomate na região, afinal, não se faziam presentes unicamente na MS Alimentos, mas no contexto geral da produção de tomate no país, que viu como saída uma reorganização por concentração e “O segmento, que já era considerado altamente oligopolizado, tornou-se ainda mais concentrado [...]” (MELO; VILELA, 2004, p. 157). Neste contexto, praticamente quase todos os grupos industriais de capital nacional no ramo de processamento de derivados de tomate venderam suas fábricas, propriedades e marcas para oligopólios transnacionais.

Desta forma, o grupo anglo-holandês Unilever, por intermédio de sua subsidiária brasileira, Indústrias Gessy Lever Ltda., adquiriu em 1993, a Cia. Industrial de Conservas Alimentícias, proprietária da marca Cica, e posteriormente, a Arisco, consolidando sua liderança no mercado brasileiro de derivados de tomate. Em 1997, o conglomerado chileno Empresas Iansa S/A. comprou a empresa paulista Sófruta. No início de 1998, a gigante italiana Cragnotti e Partners, por meio de sua *holding* Bombril-Cirio, adquiriu as Indústrias Alimentícias Carlos de Brito, detentora da marca Peixe, além da unidade fabril da MS Alimentos. Ainda em 1998, o controle acionário da empresa Etti, do grupo Fenícia, foi adquirido pelo grupo italiano Parmalat (MELO; VILELA, 2004).

O primeiro reflexo desta reestruturação da cadeia agroindustrial do tomate, mediante transferência do controle acionário e da aquisição de empresas brasileiras por grupos transnacionais “[...] foi a radical reestruturação em suas operações de primeiro e segundo processamentos, resultando no fechamento de várias unidades fabris, e ampliação e modernização de outras” (MELO; VILELA, 2004, p. 157).

Grosso modo, as operações de primeiro processamento abrangem o processamento industrial de matéria-prima bruta para a produção de polpa concentrada de tomate e cubeteados¹⁴, enquanto as de segundo processamento compreende a produção industrial de produtos com maior valor agregado, como extratos, polpas, molhos e ketchups, destinados a atender as demandas do consumidor final nos supermercados, lanchonetes e restaurantes (NUEVO, 1994; CAMARGO et al., 2006).

No movimento de reestruturação da cadeia agroindustrial do tomate, os grupos oligopólios promoveram uma concentração de suas operações, unificando primeiro e segundo processamento em poucas unidades fabris, fato que induziu uma centralização espacial da produção de atomatados. Neste contexto, as fábricas da Palmeiron – instaladas nas cidades pernambucanas de Belo Jardim e Petrolina – anteriormente compradas pela Arisco, foram fechadas após esta ser adquirida pela Unilever Bestfoods, que também fechou sua unidade fabril em Juazeiro (BA). Já a Parmalat, fechou as unidades industriais que adquiriu em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Tais ações praticamente, desativou o complexo agroindustrial do tomate na Região Nordeste, enquanto os oligopólios redirecionavam seus investimentos para o estado de Goiás e Triângulo Mineiro (MELO; VILELA, 2004).

Mesmo mantendo a recém criada marca Cirio, separada da marca Peixe, que continuou no mercado, a Bombril-Cirio seguiu a mesma lógica, e no dia 20 de novembro de 1998, poucos meses após a aquisição das Indústrias Alimentícias Carlos de Brito, fechou definitivamente a pioneira e centenária Fábrica Peixe, em Pesqueira (PE), transferindo os maquinários para a fábrica adquirida da subsidiária MS Alimentos no município de Nova Glória, em Goiás (MARTINS, 2011).

Apenas um ano depois, em fins de 1999, a Bombril-Cirio fechou a segunda Fábrica Peixe, instalada em Taquaritinga (SP), centralizando suas operações agroindustriais na fábrica de Nova Glória (MELO; VILELA, 2004; MARTINS, 2011), fato que voltou a dinamizar e deu

¹⁴ Produto semi-industrializado, resultante do primeiro processamento, destinado à produção posterior de molhos de tomate. Junto com a polpa concentrada de tomate, os cubeteados se destinam a atender o mercado industrial de segundo processamento, o mercado institucional e o mercado externo (NUEVO, 1994).

uma sobriedade ao complexo agroindustrial do tomate nos municípios de Nova Glória e Itapaci, que passaram a produzir também milho e goiaba, para o processamento de doces e conservas na Fábrica Cirio (Figura 19).

Figura 19: Planta industrial da Cirio Brasil S/A em Nova Glória (GO) – 1999.



Fonte: Arquivo de ROBERTA, Cláudia. 1999.

Ainda que começasse a produção de outros alimentos enlatados, como milho em conserva, doce de goiaba e goiabada, os derivados de tomate (extrato, molhos e ketchup) permaneceram foco central da fábrica, que processava e envasava produtos das marcas Cirio e Peixe, o que promoveu um novo aumento da área cultivada com tomate em Itapaci e Nova Glória, além de expandir para outros municípios vizinhos (Tabela 4). Conforme Camargo e outros (2006), em 2003, Goiás concentrou 40,55% da produção nacional de tomate industrial, e deste volume da produção estadual, a Cirio processou 14,33%, atrás apenas da Quero com 29,45% e da Brasfrigo com 22,72% (CAMARGO et al., 2006).

Tabela 4: Área cultivada e produção de tomate em alguns municípios selecionados - 2000-2003.

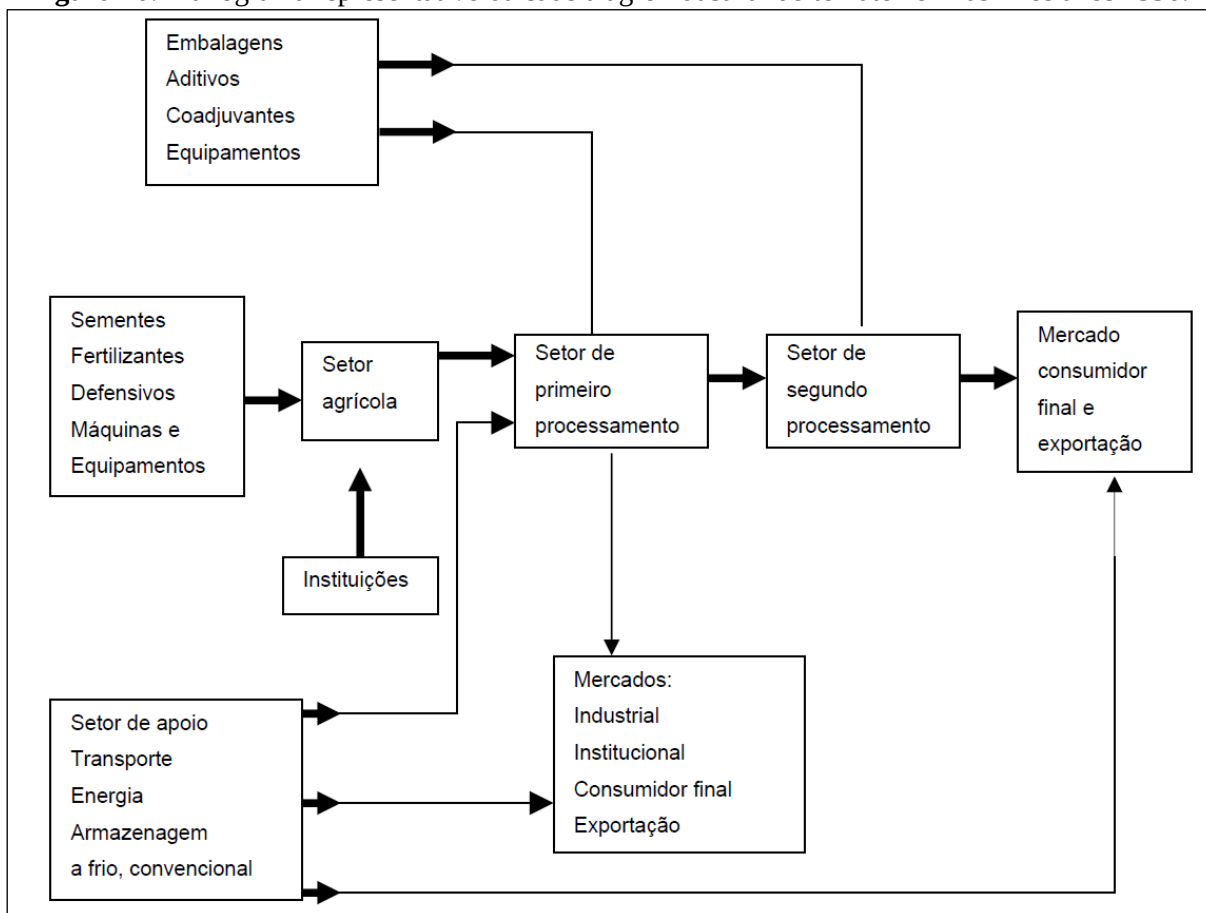
Ano	2000		2001		2002		2003	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Municípios								
Itapaci	600	39.000	500	32.500	600	36.000	514	41.120
Nova Glória	300	18.000	400	24.000	600	36.000	400	32.000
São Luiz do Norte	140	10.500	140	10.500	20	1.200	106	7.950
Uruaçu	-	-	-	-	140	11.200	140	10.080

Fonte: IBGE, 2000; SEPLAN, 2003. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

Apesar de uma redução de 100 hectares cultivados de tomate industrial, de 2000 para 2001, a produção em Itapaci se manteve relativamente estável no período abordado na Tabela 4, sendo a produção regional de tomate processado pela Cirio compensada pelo aumento da área cultivada em Nova Glória, onde estava sediada a fábrica. Também é notável o crescimento da área cultivada e da produção de tomate em municípios vizinhos a Itapaci e Nova Glória, como é o caso de São Luiz do Norte e Uruaçu, que não apresentavam produção de tomate na década anterior.

Neste movimento, moderniza-se o território da região e de seus municípios, e no caso específico das ações conduzidas pelo capital agroindustrial de atomatados, principalmente os municípios de Itapaci e Nova Glória, que além de transformados na dimensão da produção agrícola, da geração de postos de trabalho e da dinâmica econômica, foram inseridos na lógica das redes, o que possibilita e induz transformações de ordem espaciais, sociais e econômicas, em múltiplas escalas. A Figura 20 sintetiza como se estruturou a cadeia produtiva do tomate industrial no Brasil na década de 1990.

Figura 20: Fluxograma representativo da cadeia agroindustrial do tomate no Brasil nos anos 1990.



Fonte: NUEVO, 1994.

Não sendo a produção de atomatados de Nova Glória e Itapaci apenas para o mercado regional, a cadeia agroindustrial do tomate contribuiu para a inserção destes dois municípios e suas cidades na rede urbana regional, e até nacional, possibilitada pelo desenvolvimento de três diferentes circuitos espaciais específicos, mas que se complementam, estruturados em processos a montante, da produção *strictu sensu* e a jusante¹⁵.

O processo a montante, refere-se a rede de fornecedores de matéria-prima, de embalagens, de insumos e implementos (sementes, fertilizantes, máquinas e equipamentos), além da relação com empresas terceirizadas, bancos, acionistas e laboratórios de biotecnologia. A produção *strictu sensu*, compreende o processo industrial de fabricação de atomatados, a dinâmica territorial local e os conflitos que ela engendra, especialmente os da relação capital-trabalho. Já o processo a jusante, abrange as redes de transporte e distribuição do produto final, armazenagem, o setor industrial de segundo processamento, redes de supermercados e o consumidor final.

Infelizmente, há uma lacuna ainda não preenchida pela carência de material bibliográfico e de estudos específicos, sobre as relações espaciais efetivadas pela agroindústria do tomate em Nova Glória e Itapaci, o que dificulta compreender com mais detalhes, como se estruturava espacialmente a complexa cadeia produtiva das empresas MS Alimentos Ltda. e Círio Brasil S/A. e, conseqüentemente, como as cidades de Nova Glória e Itapaci interagem na rede urbana com as cidades fornecedoras de insumos, equipamentos, tecnologias, embalagens, e aquelas para quais os produtos de primeiro e segundo processamento eram destinados.

Entretanto, a expansão da cadeia agroindustrial do tomate em Nova Glória e Itapaci não tardaria muito a revelar novas crises no setor. Ainda na primeira metade da década de 2000, a Cragnotti e Partners, bem como sua *holding* Bombril-Cirio e, conseqüentemente, a Cirio Brasil S/A. chegaram à condição de falência e insolvência, crise que provocou o desmantelamento do grupo italiano e levou à prisão o ex-presidente da Cirio, o italiano Sergio Cragnotti, além de seu filho Andrea e seu genro, Filippo Fucile, ambos ocupantes de altos cargos na Cirio (FRAUDES..., 2004).

Conforme reportagem veiculada pela Folha de São Paulo (2004),

A crise do grupo alimentício começou a ficar evidente em novembro de 2002, quando ele deixou de pagar mais de 1 bilhão em títulos. Na época, a Cirio afirmou que pretendia se desfazer de parte de seus ativos para reestruturar as finanças da empresa. O colapso afetou cerca de 30 mil investidores italianos,

¹⁵ Conceitos trabalhados por Silva (2010) em sua tese sobre o circuito espacial da produção da MMC Automotores do Brasil, sediada em Catalão (GO). Para aprofundamento teórico-metodológico sobre os circuitos espaciais da produção consultar também Silva (2014).

que ficaram com ações sem valor nas mãos, e suscitou suspeitas de que diversos bancos venderam títulos do grupo que ajudaram a encobrir as dívidas. Os bancos sustentam que não tinham conhecimento das dificuldades (FRAUDES..., 2004, n. p.).

Se a falência da transnacional Cirio afetou os cerca de 30 mil investidores italianos, igualmente afetou o conjunto de tomaticultores e de trabalhadores de Itapaci e Nova Glória, alguns dos quais, não conseguiram receber seus acertos contratuais, mesmo depois que a massa falida da empresa Cirio Brasil S/A. foi leiloadada, em dezembro de 2016 (CERES, 2016; DUARTE, 2017). A antiga planta industrial da empresa vai, ano após ano, sendo tomada pelas gramíneas e arbustos, restando muito pouco do que já existiu ali, como retrata a Figura 21.

Figura 21: Antiga planta industrial da Cirio Brasil S/A em Nova Glória (GO) – 2021.



Fonte: AQUINO, Anderson F. 2021.

Tal questão remete a sugestão de Santos (2002), para uma diferenciação da escala da ação e da escala do resultado, já que “Podemos ter uma variável global com uma ação local, uma variável distante com uma ação local [...]” (SANTOS, 2002, p. 149). O autor reitera que, no movimento da globalização, essas ações globais se caracterizam pela grande fluidez, eficácia e substituíbilidade, fazendo com que cada lugar seja um “[...] teatro de combinações pouco duráveis, cujo fator de mudança é esse dado global. Cada lugar é, assim, a cada instante, objeto de um processo de desvalorização e revalorização, onde as exigências de natureza global têm papel fundamental” (SANTOS, 2002, p. 150).

As ações da Cirio Brasil S/A. promoveram uma refuncionalização dos municípios de Nova Glória e Itapaci, inserindo-os e integrando-os à lógica global para atender suas próprias

demandas e interesses. Também foram ações em escala global que promoveram a desintegração e exclusão destes lugares com o fim da atividade agroindustrial do tomate, cujos impactos se fizeram sentir nos espaços rurais dos dois municípios e, conseqüentemente, também no espaço urbano de Itapaci, que abrigava toda uma cadeia de comércio e serviços destinados a atender às demandas da empresa, além da quase totalidade da mão-de-obra agrícola e fabril.

Tais impactos só não foram mais graves à dinâmica econômica e socioespacial do município de Itapaci, porque em 2001, o Grupo Farias proveniente do estado do Pernambuco adquiriu as instalações industriais da Destilaria Vale do São Patrício, do Grupo Devale – fechada desde 1994 –, reabrindo a usina de álcool no ano de 2002, com a razão social Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda. (FERREIRA, L., 2010).

Desta forma, a reestruturação econômica-produtiva do município de Itapaci no início do século XXI, seguiu o caminho inverso do início da década de 1990, quando, com a estabilização internacional do preço do petróleo e desmantelamento dos mecanismos nacionais de incentivo à produção e regulamentação do preço do álcool, a produção alcooleira entrou em crise, momento em que a cadeia agroindustrial do tomate aproveita para ocupar o espaço deixado pela produção canavieira, se consolidando e expandindo. E foram novamente questões a nível internacional que influenciaram diretamente na reestruturação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro em Itapaci e na região do Vale do São Patrício, bem como no estado de Goiás e no país.

4 PROCESSOS RECENTES E A DINÂMICA CONTEMPORÂNEA DE ITAPACI (GO)

A proposta desta seção é refletir sobre os processos e ações mais recentes, que marcam a dinâmica contemporânea urbana e regional da pequena cidade goiana de Itapaci, empreendendo-se uma reflexão sobre a reestruturação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro, no município de Itapaci e na região do Vale do São Patrício, no início do século XXI. Na sequência, aborda-se como tais processos proporcionaram o crescimento e a diversificação dos papéis urbanos e regionais desempenhados pela cidade de Itapaci, e como a população itapacina e dois gestores dos setores secundário e terciário da economia do município veem o cumprimento destes papéis pela cidade, no atendimento das demandas cotidianas da população itapacina. O objetivo de tal proposta é compreender melhor como Itapaci tem desempenhado seus papéis urbanos, e qual o alcance regional destes, bem como refletir sobre os principais problemas presentes na cidade, no contexto de sua dinâmica contemporânea. A partir da análise das opiniões coletadas junto as pessoas que vivenciam a realidade da cidade de Itapaci, empreende-se um esforço em pensar perspectivas futuras para esta pequena cidade do centro-norte goiano, utilizando-se como base as sugestões da própria população e alguns referenciais de planejamento intermunicipal.

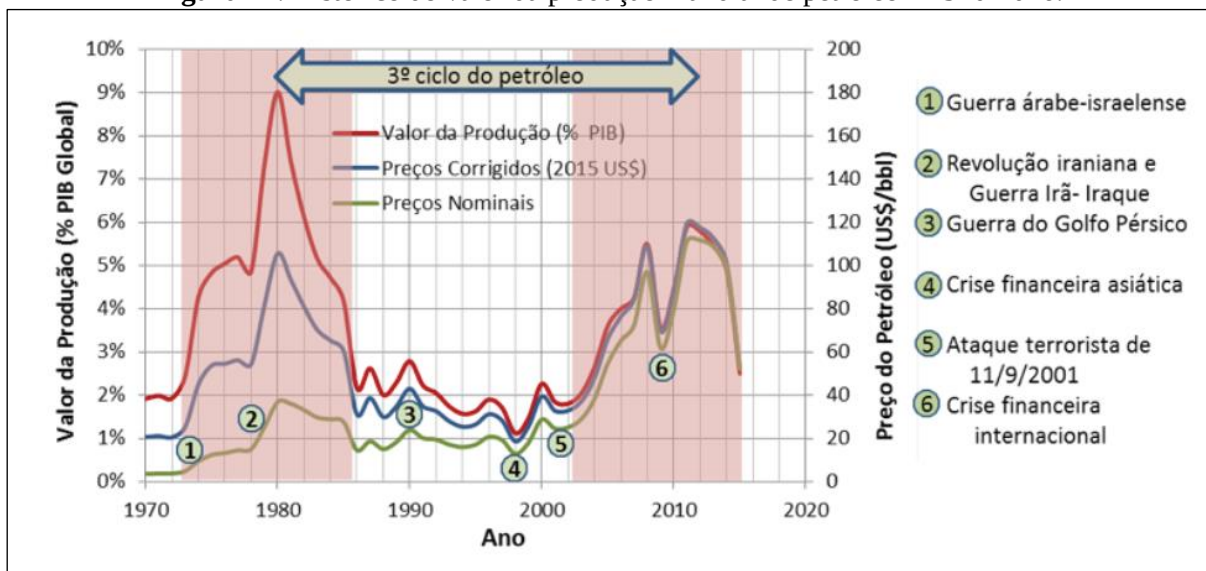
4.1 A reestruturação da agroindústria sucroalcooleira em Itapaci e no Vale do São Patrício no início do século XXI

A partir dos primeiros anos do século XXI ocorre um aumento expressivo da área cultivada e do volume de cana-de-açúcar colhida no Brasil, particularmente no centro-sul e centro-norte do estado de Goiás, reestruturando-se o complexo agroindustrial sucroalcooleiro no estado, que passa a destinar a maior parte da cana-de-açúcar colhida à produção de etanol, estimulado pelo aumento da demanda desse combustível. Tal aumento não tem raízes locais-regionais, mas internacionais, e relacionam-se diretamente a crise na produção do petróleo, marcada pela queda das Torres Gêmeas do Complexo Empresarial World Trade Center.

Uma das respostas estadunidense aos ataques de 11 de setembro, foi a investida desencadeada pelo governo George Walker Bush, que ficou conhecida como Guerra ao Terror ou Guerra ao Terrorismo. Com atuação nos planos econômico, militar, ideológico e político-diplomático, as duas principais ações desta guerra foram a invasão e ocupação do Afeganistão e Iraque, países localizados no Oriente Médio, região detentora de grandes reservas de petróleo e gás natural.

O resultado desta ação foi uma nova escalada do preço do barril de petróleo no mercado internacional, como demonstra o gráfico da Figura 22, o que permitiu um novo cenário de oportunidade para a produção do etanol brasileiro, bem como estimulou novos investimentos públicos e privados no desenvolvimento de novos motores automotivos.

Figura 22: Histórico do valor da produção mundial de petróleo – 1970-2016.



Fonte: PEDROSA JÚNIOR; CORRÊA, 2016.

Como elucidada a Figura 22, da década de 1970 até a metade da década de 2010, o Oriente Médio esteve no centro de conflitos militares, que resultaram no aumento do valor da produção mundial de petróleo e dos preços nominais correntes, aumento que se configura mesmo quando estes são corrigidos para o ano de 2015.

Assim a Guerra Árabe-Israelense – também denominada Guerra do *Yom Kippur* –, a Revolução Iraniana e a Guerra Irã-Iraque, provocaram uma escalada do preço do petróleo no mundo durante a década de 1970, chegando o barril a custar quase 40 US\$ a preços nominais, em 1980. Para preços corrigidos de 2015, o custo efetivo do barril em 1980 superaria a marca de 100 US\$ (PEDROSA JÚNIOR; CORRÊA, 2016). Da mesma forma, a Guerra do Golfo Pérsico no início da década de 1990 e o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, e as já citadas guerras decorrentes da contra ofensiva estadunidense, resultaram em aumentos do preço do petróleo no mercado mundial.

Neste movimento, ganha força o desenvolvimento de uma tecnologia que vinha sendo desenvolvida desde os anos 1990, nos Estados Unidos, Japão, Europa e no Brasil, o motor automotivo *flex-fuel*, cujo sistema “[...] consiste num novo conceito de motorização que permite

a utilização de álcool e gasolina ou diferentes misturas entre os dois combustíveis” (SIQUEIRA; SIQUEIRA, 2004, p. 1).

Vazzolér e Bonacelli (2014) citam que, o motor *flex-fuel* solucionou os gargalos dos veículos a álcool, que caíram em descrédito no Brasil no início da década de 1990, pois utilizavam apenas o álcool combustível (hidratado). Estes tiveram que enfrentar o aumento do preço do açúcar no mercado internacional, o recuo do preço do barril do petróleo e as consequentes crises de desabastecimento de álcool hidratado, questões que levaram a desregulamentação e extinção do Proálcool em meados da década.

Superando as desconfianças do motor movido a álcool, os automóveis *flex* ganharam a confiança dos consumidores brasileiros após o lançamento do Volkswagen Gol 1.6, em 2003, primeiro modelo *flex-fuel* nacional. Com funcionamento estável do motor com qualquer um dos dois combustíveis (álcool ou gasolina), ou mesmo, qualquer proporção dos dois, este – e modelos de outras marcas que também passaram a produzir o motor *flex* – difundiu-se rapidamente no mercado nacional, estimulado diretamente pelo aumento do preço do barril do petróleo no mercado mundial. Vazzolér e Bonacelli (2014) ressaltam que

Esse momento, portanto, mostrou-se bastante propício para a introdução e difusão dessa nova tecnologia em território brasileiro. Por um lado, a iniciativa privada detinha a solução técnica/tecnológica que tornava os veículos funcionais com os dois combustíveis (ou mistura deles) e, além disso, havia a imagem positiva ao focar o *flex-fuel* pela ótica ambiental. Do outro lado, a academia tinha anseios de não deixar esmorecer toda a dedicação à pesquisa e ao conhecimento acumulado, majoritariamente, desde a década de 1970 (VAZZOLÉR; BONACELLI, 2014, p. 127).

A rápida difusão dos veículos *flex* no Brasil também foi possibilitada pela infraestrutura de produção, distribuição e comercialização do complexo agroindustrial sucroalcooleiro, que ficou basicamente subutilizado ou mesmo com atividades suspensas na década de 1990, em relação a produção de álcool, ou ainda, tendo suas atividades voltadas para a produção de açúcar nas unidades agroindustriais processadoras dos dois produtos.

Tal contexto propiciou um novo avanço da produção sucroalcooleira nas áreas de Cerrado, e novamente o centro-sul e o centro-norte do estado de Goiás foram as áreas de maior expansão do cultivo da cana-de-açúcar, principalmente em virtude da infraestrutura montada nestas zonas nos anos 1980 e que boa parte esteve parada na década de 1990.

No Vale do São Patrício, no centro-norte goiano, verifica-se uma retomada da atividade sucroalcooleira, com grande produção de açúcar e, principalmente, de etanol (biocombustível), a partir da reestruturação das usinas, que haviam paralisado suas atividades em função das crises que o setor enfrentou na década de 1990. Estas foram adquiridas por grupo de investidores do

setor sucroenergético provenientes da Região Nordeste, dando continuidade ao processo iniciado em 1989, quando o Grupo Matari, do Pernambuco, adquiriu a Sociedade Açucareira Monteiro de Barros, instalada no município de Goianésia.

A partir de 2001, seguiu-se uma série de novas aquisições na região, com o Grupo Japungu, da Paraíba, que, em 2001, comprou e voltou a operar a Usina Carval, em Carmo do Rio Verde, agora com nome de CRV Industrial. O mesmo grupo paraibano adquiriu em 2003 as ações majoritárias da Usina Cooper-Rubi, de Rubiataba.

No ano de 2002, o Grupo Farias, do Pernambuco, adquiriu as instalações da Destilaria Vale do São Patrício, instalada na margem direta da GO-336, no município de Itapaci, iniciando suas operações agroindustriais em 2003, com o nome de Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda. (Figura 23).

Figura 23: Planta Industrial da Usina Vale Verde em Itapaci – 2021.



Fonte: AQUINO, Anderson F. 2021.

Em 2007, o Grupo Farias expandiu suas operações na região do Vale do São Patrício, adquirindo, após um conturbado processo judicial, as instalações industriais da Usina Pite S/A., no município de Itapuranga, que recebeu a mesma denominação da usina em Itapaci, Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda. Além das unidades de Itapaci e Itapuranga, o grupo ainda possui usinas nos municípios de Cortês (PE), Anicuns (GO), Baía Formosa (RN) e Capixaba (AC).

Se fenômenos na escala global impulsionaram a nova dinâmica do setor sucroalcooleiro no país, no estado de Goiás os grupos detentores do setor ainda obtiveram inúmeros benefícios do Estado, se alastrando indiscriminadamente via canaviais por diversas regiões do bioma Cerrado. Conforme Arrais (2007, p. 15) “Hoje, além da soja, a busca pela competitividade impõe a necessidade de produzir cana-de-açúcar, com irrestrito apoio do Estado. Algumas regiões correm o risco de se transformar em verdadeiros canaviais, com prejuízos para o meio ambiente e também para a economia local”.

Em seu caminho de contradições, as velhas estruturas industriais montadas no estado nas décadas de 1970 e 1980, foram modernizadas com novas tecnologias, que processavam a cana-de-açúcar colhida, mediante a velha exploração do trabalho humano degradante no corte de cana manual, e os canaviais se disseminaram rapidamente sobre outros cultivos e pastagens. Os números refletem este movimento, entre as safras de 2003 e 2009, a área cultivada de cana-de-açúcar em Goiás aumentou em mais de 110%, e a produção de etanol cresceu em 220% (ÁVILA, 2009).

Tanto o capital quanto o Estado, utilizaram amplamente do discurso da busca por fontes de energias renováveis para a promoção do crescimento da produção e uso dos biocombustíveis, nos quais se enquadra o etanol, como sendo este uma das mais consistentes alternativas aos combustíveis fósseis, cujo uso, emite grande volume de gases poluentes na atmosfera.

Se o etanol ganhou destaque com base neste discurso, também recebeu críticas especialmente pelo modelo produtivo, ainda baseado na velha estrutura de monocultura, colocando em risco a segurança alimentar de regiões inteiras, por conta da crescente substituição da produção de alimentos pela produção de cana-de-açúcar, aliada a intensa concentração fundiária que esse processo engendra.

Soma-se a isto, inúmeras outras questões de ordem socioambiental, como: desmatamento ilegal de Áreas de Preservação Permanente (APPs), com a destruição massiva do pouco que resta da flora e fauna do Cerrado; uso intensivo da água para irrigação dos canaviais; assoreamento e morte de nascentes; queimadas; fuligem e poeira em suspensão na atmosfera; contaminação do solo, da água e da população por uso intensivo de agrotóxicos, principalmente quando pulverizados com aviões agrícolas; trabalho degradante no corte de cana-de-açúcar, bastante minimizada com a mecanização da colheita, mas ainda presente nas áreas de relevo com declividade superior a 12%, entre outras questões.

Todo esse complexo movimento carregado de contradições é amplamente visível na região do Vale do São Patrício, que com suas sete usinas sucroalcooleiras, localizadas em cinco municípios, disseminaram a produção de cana-de-açúcar muito além dos limites municipais

onde se sediam, adquirindo terras para o cultivo de cana-de-açúcar por três principais meios: terras próprias das usinas; terras arrendadas de outros produtores rurais – sejam pequenas, médias ou grandes propriedades –; e por fornecedores terceiros, que produzem a cana por conta própria e vendem para as usinas (FERREIRA, L., 2010).

Estas ações de aquisição de terras para a produção de cana-de-açúcar, ampliaram ainda mais o processo de esvaziamento do campo, que o Vale do São Patrício vivenciou nos anos 1980 e 1990, não apenas nos municípios que sediaram a estruturação – e reestruturação – do complexo agroindustrial sucroalcooleiro, mas também nos municípios inseridos no raio de atuação produtiva destas, os quais, juntos com os primeiros, também herdaram, ano após ano uma série de passivos socioambientais.

Silva, Pietrafesa e Santos (2011) recordam que, se por um lado, as agroindústrias sucroalcooleiras instaladas no território goiano são capazes de gerar um número considerável de empregos aos municípios onde se instalam, elas também são as principais impulsionadoras dos fluxos sazonais de trabalhadores advindos de outros estados, o que, em alguns casos, promove superlotação dos poucos aparelhos urbanos de tais municípios, notadamente os de saúde e ensino, tendo que enfrentar ainda a dinâmica da sazonalidade da oferta de trabalho. Aos trabalhadores migrantes, não é raro serem submetidos à condições de trabalho e alojamento subumanos, as vezes análogas à escravidão. Os autores citam um relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que aponta na safra de 2008, o registro de 867 casos de trabalhadores migrantes submetidos à condições de escravidão, em sete propriedades de lavoura de cana-de-açúcar em Goiás.

Da mesma forma, as contradições da expansão da agroindústria sucroalcooleira permeiam ainda na área ambiental. De acordo com Santos (2010), um boletim informativo da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), divulgou em 2008, os resultados de um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que por meio de imagens de satélite, detalhou o avanço do cultivo de cana-de-açúcar sobre áreas de vegetação nativa de Cerrado nos municípios de Hidrolina, Itapaci, Paraúna, Quirinópolis, São Luiz do Norte e São Miguel do Araguaia, com tendência de ampliação em inúmeros outros municípios goianos. Destes citados, apenas Itapaci, Paraúna e Quirinópolis sediam usinas.

Além de serem herdados pelos municípios produtores de cana-de-açúcar, estes passivos ambientais nem sempre recaem sobre as usinas, mas sobre os proprietários das terras, já que a prática mais comum não é as usinas comprarem terras onde se instalam, mas adquiri-las por intermédio de contratos de arrendamento, ficando, o proprietário encarregado de quaisquer custos e responsabilidades sobre danos ambientais causados pela usina após o fim dos contratos.

Ávila (2009) demonstra quantitativamente como a prática do arrendamento é amplamente utilizada pelas agroindústrias sucroalcooleiras, exemplificando o caso particular de quatro usinas no Vale do São Patrício, no estado de Goiás.

Tabela 5: Área cultivada com cana-de-açúcar por tipo de aquisição das terras em quatro usinas do Vale do São Patrício em 2008.

Usina (município)	Área total cultivada (ha)	Terras arrendadas		Terras próprias da usina		Terras de acionistas	
		Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Cooper-Rubi (Rubiataba)	22.000	21.100	96%	900	4%	-	-
CRV Industrial (Carmo do Rio Verde)	26.000	24.200	93%	1.800	7%	-	-
Jalles Machado (Goianésia)	34.000	13.100	39%	3.900	11%	17.065	50%
Vale Verde (Itapaci)	34.000	31.620	93%	2.300	7%	-	-

Fonte: ÁVILA, 2009. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

A Tabela 5 demonstra como o arrendamento de terras particulares é amplamente utilizado pelas usinas de açúcar e álcool no Vale do São Patrício, alcançando a percentuais superiores a 90% do total de áreas cultivadas pelas usinas. O cultivo em terras próprias é, por assim dizer, irrisório, apenas a Jalles Machado de Goianésia supera os 10% de cultivo em terras próprias, cultivando a metade de sua produção em terras de acionistas – um dado interessante, já que é a única usina da região que não foi vendida a grupos de investidores da Região Nordeste, e que permaneceu em funcionamento desde sua criação, conservando seu patrimônio na mão do grupo de investidores locais, não passando pelo processo de desregulamentação, venda e reestruturação, pelo qual passaram as outras usinas da região entre a década de 1990 e início dos anos 2000.

Os dados evidenciam como as usinas conseguem, na maioria das vezes, se isentar da responsabilidade dos passivos ambientais deixados pelo cultivo da cana-de-açúcar, já que, após o fim do contrato, os danos ambientais deixados são de total responsabilidade do proprietário da terra.

Destarte, evidencia-se como se deu de forma acelerada o processo de expansão do cultivo de cana-de-açúcar no Vale do São Patrício, no decorrer da década de 2000, movimento que se consolidou na década seguinte, e foi responsável direto pela reestruturação produtiva na área rural e urbana de municípios inteiros.

Santos (2010) cita que, o cultivo da cana-de-açúcar se expandiu tanto entre grandes, médios, mas também entre pequenos proprietários rurais, que atuando em regime de agricultura familiar, eram tradicionais produtores de leite na região, e “Municípios como Itapaci, Carmo

do Rio Verde, Itapuranga e Ceres tinham presença expressiva destes produtores e era considerada uma importante bacia leiteira estadual” (SANTOS, 2010, p. 105). Estes não só perderam grande parte desta dinâmica produtiva, como também viram ampliar o processo de esvaziamento do campo, com a migração campo-cidade.

O avanço e consolidação do cultivo da cana-de-açúcar sobre pequenas propriedades rurais no Vale do São Patrício é demonstrado nos dados coletados por Ávila (2009), e apresentados na Tabela 6, que sintetiza em percentuais a composição dos contratos de arrendamento das usinas Cooper-Rubi, CRV Industrial, Jalles Machado e Vale Verde Empreendimentos Agrícolas.

Tabela 6: Composição dos contratos de arrendamento por extratos de área em quatro usinas do Vale do São Patrício em 2008.

Usina (município)	Pequena propriedade (até 4 módulos fiscais)	Média propriedade (4 a 15 módulos fiscais)	Grande propriedade (mais de 15 módulos fiscais)
Cooper-Rubi (Rubiataba)	82%	15%	3%
CRV Industrial (Carmo do Rio Verde)	67%	26%	7%
Jalles Machado (Goianésia)	31%	39%	30%
Vale Verde (Itapaci)	64%	28%	8%

Fonte: ÁVILA, 2009. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

Como apresenta a Tabela 6, o percentual de contratos de arrendamento de pequenas propriedades rurais, com até 4 módulos fiscais¹⁶ é predominante entre as usinas no Vale do São Patrício, chegando a percentual de 82% dos contratos da Usina Cooper-Rubi de Rubiataba e mais de 60% nas usinas CRV Industrial de Carmo do Rio Verde e Vale Verde de Itapaci. No outro extremo, as propriedades que abrangem áreas, com mais de 300 hectares em Carmo do Rio Verde e Goianésia ou 450 hectares em Rubiataba e Itapaci, não perfazem nem 10% do número de contratos de arrendamento nas usinas Cooper-Rubi, CRV Industrial e Vale Verde. A exceção fica por conta da Usina Jalles Machado, em Goianésia, que tem melhor distribuição percentual de contratos entre pequenas propriedades.

Conforme cita Ávila (2009), as usinas tem nítida preferência em ocupar amplas extensões de terra, o que permite uma economia de escala, ao minimizar os gastos com

¹⁶ O módulo fiscal é uma unidade de medida fixada em hectares para cada município do país, levando-se em conta o tipo de exploração predominante neste município, a renda média obtida por tal exploração, outras explorações existentes e o conceito de propriedade familiar. Nos municípios de Rubiataba e Itapaci o módulo fiscal corresponde a 30 hectares, enquanto em Carmo do Rio Verde e Goianésia corresponde a 20 hectares (EMBRAPA, 2016).

manobras e custos de transporte, o que entra em contradição com a celebração de contratos de arrendamento com proprietários de pequenas propriedades.

Cabe ressaltar que, o próprio cultivo da cana-de-açúcar serve como estratégia para superar essa questão, já que a inserção da cana em uma pequena propriedade de uma determinada comunidade rural, intensifica o conflito e as contrariedades dos proprietários vizinhos, com as constantes queimadas, aspersão de agrotóxicos e descaracterização da paisagem com retirada de cercas, currais, habitações, árvores, que rapidamente dão lugar a monotonia dos canaviais (Figura 24). Este processo, quase sempre, leva a população rural de comunidades inteiras a cederem neste embate contra a usina e a cana, deixando a terra em direção a cidade e, para não perderem o vínculo total com a propriedade, acabam por arrendar suas pequenas propriedades à própria usina.

Figura 24: Colheita de cana na Comunidade Rural Córrego do Macaco. Do outro lado do fundo de vale a lavoura se estende pela Comunidade São Domingos, ambas no município de Nova Glória (GO) – 2016.



Fonte: AQUINO, Anderson F. 2016.

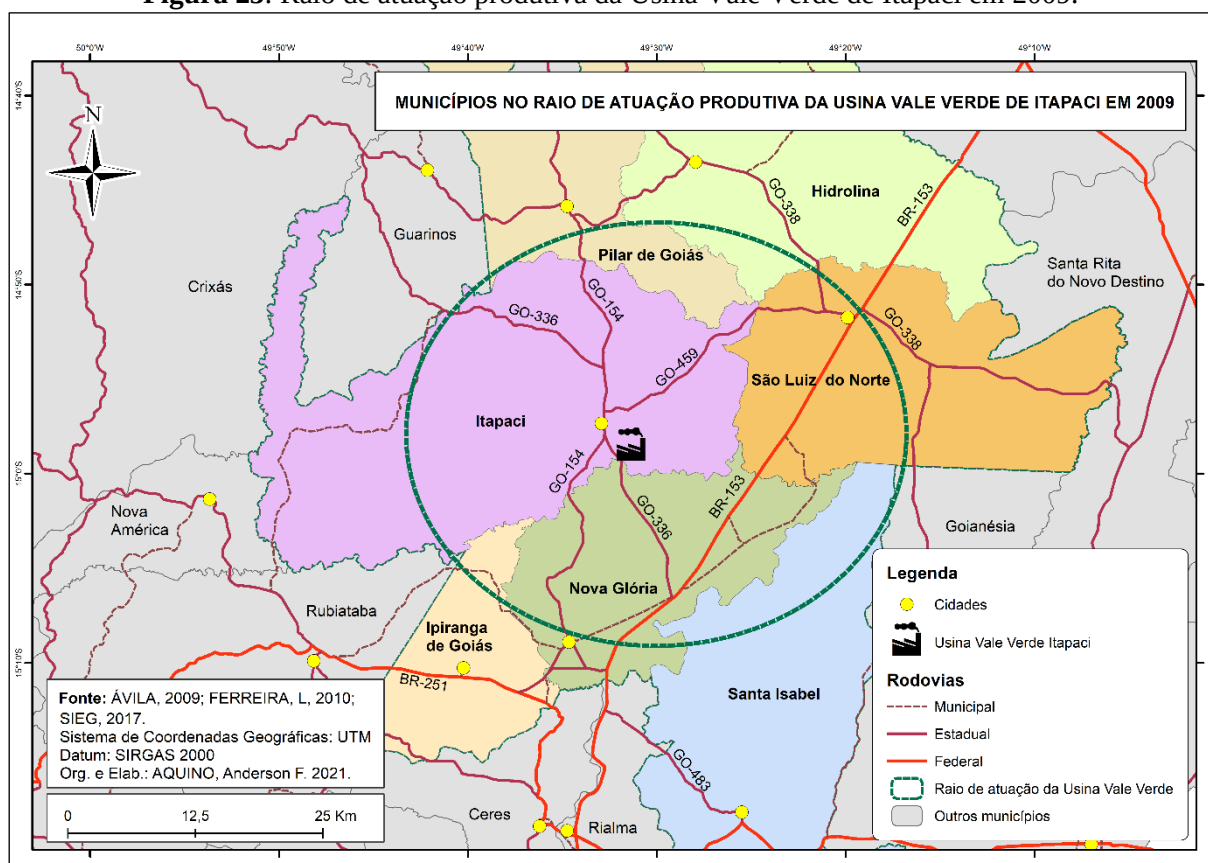
Tal processo não ocorre exclusivamente nos municípios que sediam as usinas, mas também nos municípios vizinhos inseridos na lógica produtiva do capital sucroalcooleiro. Ávila (2009) e Lara Ferreira (2010) destacam esse processo de transbordamento dos limites municipais pela atuação das usinas no Vale do São Patrício. As autoras citam que, a Vale Verde de Itapaci adquire cana-de-açúcar no município de Itapaci, e ainda nos municípios vizinhos de Nova Glória, Santa Isabel, São Luiz do Norte, Ipiranga de Goiás e, em menor volume, em Pilar de Goiás e Hidrolina, como demonstra a Figura 25.

Extrapolar os limites municipais dos municípios que a sediam não é uma estratégia apenas da Usina Vale Verde de Itapaci. Ávila (2009) e Lara Ferreira (2010) ressaltam os outros

exemplos no Vale do São Patrício, onde a Usina Goianésia estende sua área fornecedora de cana-de-açúcar para os municípios de Goianésia, Santa Rita do Novo Destino, Barro Alto e Santa Isabel.

Também localizada em Goianésia, a Usina Jalles Machado obtém matéria-prima em Goianésia, Barro Alto, Santa Rita do Novo Destino, São Luiz do Norte, Vila Propício e Pirenópolis. A Usina CRV Industrial estende sua área fornecedora de cana-de-açúcar por Carmo do Rio Verde, Ceres, Rialma, Rianópolis e Uruana. A Cooper-Rubi de Rubiataba, estende sua área produtora por Rubiataba, Ipiranga de Goiás, Nova Glória, Rialma, Santa Isabel, Ceres, Carmo do Rio Verde e São Patrício. Enquanto a Vale Verde de Itapaci obtém matéria-prima em Itapaci, Uruana, Carmo do Rio Verde, Heitorai e Itaberaí.

Figura 25: Raio de atuação produtiva da Usina Vale Verde de Itapaci em 2009.



Fonte: ÁVILA, 2009; FERREIRA, L., 2010; SIEG 2017. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

A participação de municípios vizinhos nesta dinâmica territorial da produção da cana-de-açúcar, se processa por intermédio de um importante sistema de redes, materializado nas vias de transporte, composto de rodovias federais, estaduais e municipais, além de inúmeras estradas vicinais, pavimentadas ou não, por onde centenas de bitrens canavieiros se deslocam diuturnamente no período de safra, transportando a cana das lavouras para as usinas (Figura 26).

Figura 26: Caminhão bitrem canavieiro na GO-336, em Itapaci (GO) - 2021.



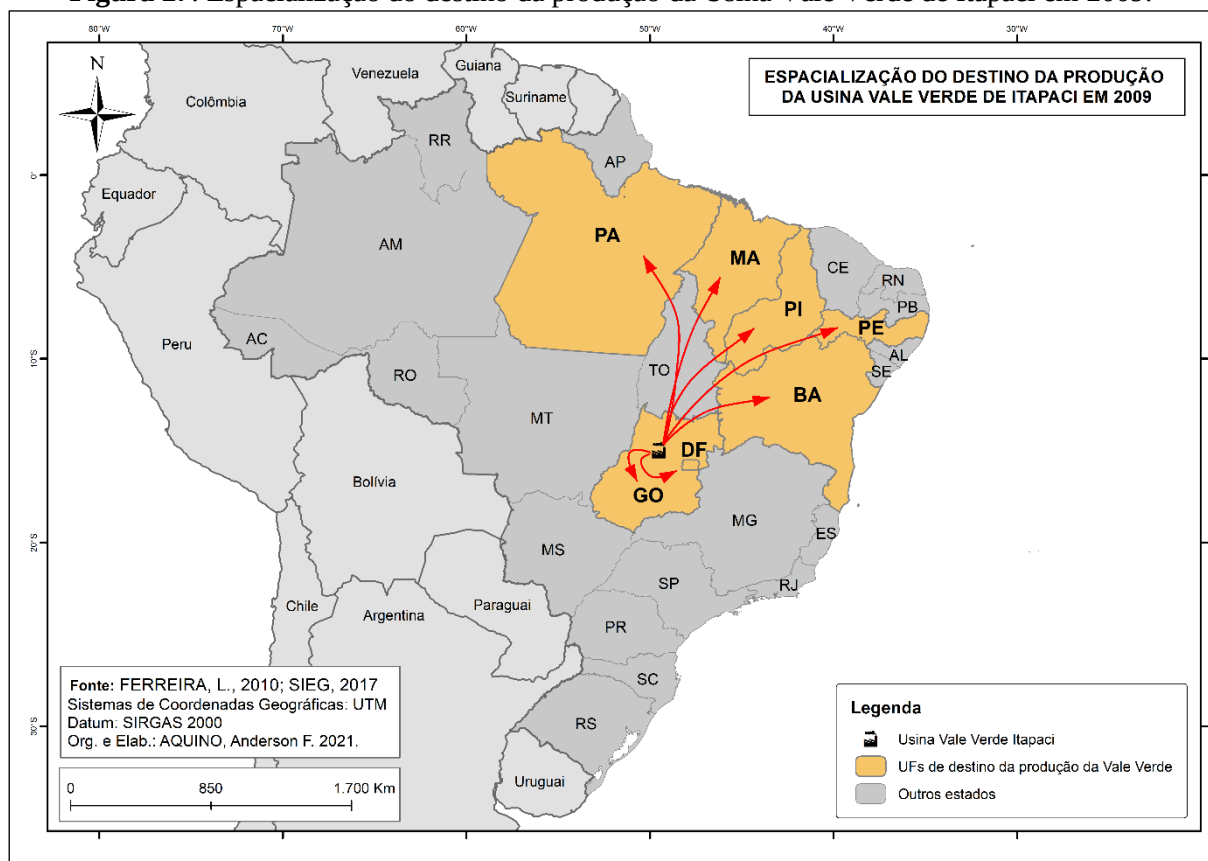
Fonte: AQUINO, Anderson F. 2021.

No caso específico da Usina Vale Verde de Itapaci, representada na Figura 25, as rodovias BR-153, GO-336, GO-154, GO-459 e GO-338, além de centenas de estradas vicinais municipais e privadas, são amplamente utilizadas, e servem para conectar os 34 mil hectares de lavoura de cana-de-açúcar (ÁVILA, 2009), em seu raio de atuação à planta industrial da usina, localizada na margem direita da GO-336, a menos de 1 quilômetro do recentemente criado Bairro Bela Vista, situado na margem esquerda da mesma rodovia, já no perímetro urbano da cidade de Itapaci.

Se a rede de transportes rodoviários é de suma importância no processo a montante da produção sucroalcooleira, também é na dinâmica de circulação a jusante, mesmo quando parte da produção se destina ao mercado externo, utilizando no trajeto intercontinental o transporte hidroviário marítimo, já que, até o porto de Santos (SP), tais produtos são deslocados pelo modal rodoviário, como é o caso do açúcar produzido pelas usinas Goianésia e Jalles Machado (FERREIRA, L., 2010).

As outras usinas destinam sua produção de açúcar e álcool para o atendimento do mercado consumidor interno, como é o caso da Cooper-Rubi de Rubiataba, da CRV Industrial de Carmo do Rio Verde, da Vale Verde de Itapuranga e da Vale Verde de Itapaci (FERREIRA, L., 2010), cuja espacialização do destino da sua produção de álcool anidro e hidratado é representado na Figura 27.

Figura 27: Espacialização do destino da produção da Usina Vale Verde de Itapaci em 2009.



Fonte: FERREIRA, L., 2010; SIEG 2017. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

De acordo com Lara Ferreira (2010), a produção de álcool dos tipos anidro e hidratado da Usina Vale Verde de Itapaci, alcançou a marca de 97.576.626 litros na safra 2006/2007, o que correspondeu a maior produção de álcool combustível, entre as seis usinas em atividade no Vale do São Patrício naquela safra. Como demonstra a Figura 27, a produção de álcool da Usina Vale Verde de Itapaci se destinava, no ano de 2009, a atender um mercado consumidor espacializado por sete Unidades da Federação (UFs), a saber: Goiás, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Pará, utilizando amplamente de rodovias federais e estaduais.

Tal dinâmica reinseriu as pequenas cidades do Vale do São Patrício que sediam usinas sucroalcooleiras no movimento de produção e reprodução do capital, reestruturando sua efetiva participação na rede urbana regional, à medida que se tornaram centros de passagem do movimento de drenagem da renda fundiária rural para os centros urbanos – especialmente às metrópoles brasileiras, onde estão sediadas os investidores do setor sucroenergético –, além de locais atrativos de novos investimentos e de população que migra, tanto das áreas rurais cada vez mais vazias pela expansão monocultora da cana-de-açúcar quanto de outras pequenas cidades que contam com economia mais frágil e com mercado de trabalho mais restrito.

Ressalta-se que, o complexo agroindustrial sucroalcooleiro não somente dinamiza e depende da rede urbana, como também utiliza e, inclusive, engendra a fixação de outras redes técnicas pelo território, como a já citada rede de transportes – por onde circulam máquinas, insumos, cana-de-açúcar, álcool e trabalhadores –, bem como as redes de fornecimento, cogeração e distribuição de energia elétrica, de irrigação e de fertirrigação com vinhaça¹⁷ (Figura 28), entre outras, para citar alguns exemplos.

Figura 28: Aspersor de vinhaça em lavoura de cana recém colhida em Itapaci (GO) - 2021.



Fonte: AQUINO, Anderson F. 2021.

É inegável que nestas duas primeiras décadas do século XX, a estrutura produtiva agroindustrial da cana-de-açúcar desempenhou papel crucial na dinâmica econômica do município de Itapaci, de forma direta e indireta. De forma direta porque, além de contratar um grande número de funcionários – principalmente na época da safra –, a Usina Vale Verde Empreendimentos Agrícolas instalada no município de Itapaci, utiliza de uma rede considerável de outras indústrias, bem como do comércio e de serviços da cidade, como panificadoras, mineradora de calcário agrícola, supermercados, restaurantes, clínicas, empresas de transporte de pessoas, de equipamentos e de cana-de-açúcar, oficinas mecânicas, torneadoras, postos de combustíveis e lojas de autopeças (FERREIRA, L., 2010). De forma indireta, pelo processo de crescimento da oferta de empregos e renda, a partir do impulsionamento de outras indústrias, comércios, serviços e negócios em geral, além da ampliação do consumo na cidade com a

¹⁷ Subproduto da destilação do álcool, rico em nutrientes como magnésio, cálcio e potássio e utilizado simultaneamente para irrigação e fertilização das lavouras de cana-de-açúcar.

chegada de trabalhadores migrantes, fato que era constatado anualmente antes do processo de mecanização da colheita, no início da década de 2010.

Tais elementos serviram como impulsionadores ao desenvolvimento da economia local, no sentido que redinamizaram os setores de indústria, comércio e prestação de serviços da cidade e do município de Itapaci, como será abordado na próxima subseção.

Entretanto, cabe ressaltar que, tal processo ocorreu e ocorre carregado de contradições, já que junto aos benefícios proporcionados à dinâmica socioeconômica da cidade e do município de Itapaci pela atividade agroindustrial da usina, têm-se o surgimento ou ampliação de inúmeras questões socioambientais, como o problema da sazonalidade do emprego, a poluição visual e ambiental de áreas urbanas e rurais, aumento do custo de vida – puxado, principalmente, pelo crescimento da demanda por moradia e, consequente, aumento do valor dos aluguéis –, entre outras questões.

4.2 Estrutura econômica, crescimento demográfico e expansão urbana na dinâmica contemporânea de Itapaci

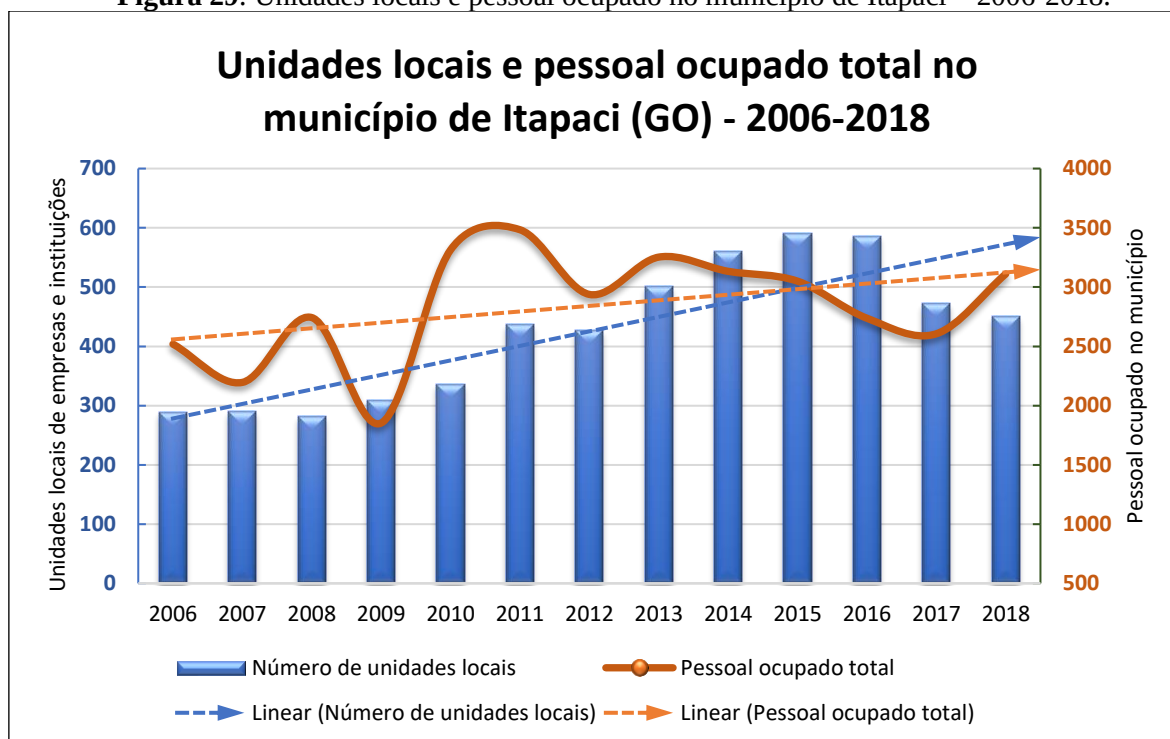
É inegável a influência da Usina Vale Verde no processo de reestruturação da dinâmica urbana e econômica da cidade de Itapaci, a partir do início do século XXI, principalmente por inserir e possibilitar no território da cidade e do município outras indústrias, novos ramos de comércio e prestação de serviços. Mas também é preciso reconhecer que, na atualidade, toda essa estrutura que veio se consolidando tem uma participação importante na dinâmica contemporânea da cidade de Itapaci.

Dados extraídos do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), do IBGE, e organizados no gráfico da Figura 29, permitem realçar minimamente como a economia do município de Itapaci tem se dinamizado em um período mais recente, de 2006 a 2018. Tais números fornecem uma ideia de como os atores econômicos de Itapaci aproveitaram os impulsos favorecidos pela agroindústria sucroalcooleira, para diversificar as pequenas indústrias e, principalmente, o comércio e os serviços, e ainda como tais setores tem se consolidado para além da estrutura produtiva da cana-de-açúcar.

O próprio conceito de unidades locais utilizado pelo IBGE (2020), favorece uma análise geral da estrutura econômica dos municípios e dos papéis urbanos que suas respectivas cidades desempenham, porque é amplo e abrange fábricas, comércios, lojas, órgãos de administração pública, empresas prestadoras de serviços, ou ainda que atuam na agricultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, além de escritórios de profissionais liberais, instituições de ensino, saúde,

cultura e lazer. Entretanto, ressalta-se que, ambos os dados de unidades locais e de pessoal ocupado total não contemplam o complexo universo de atividades e empregos informais, presentes, não apenas em Itapaci, mas na totalidade das cidades brasileiras.

Figura 29: Unidades locais e pessoal ocupado no município de Itapaci – 2006-2018.



Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE, 2020. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

Ao analisar os dados da Figura 29, é nítido as flutuações entre 2006 e 2018, tanto no sentido de acréscimos quanto de decréscimos para os números de unidades locais e também de pessoal ocupado, mas ambos revelam uma tendência de crescimento, como demonstra as linhas tracejadas. Se, a título de reflexão, dividir-se o período em dois intervalos de tempo, têm-se para o ano de 2006, 289 unidades locais de empresas e outras instituições em atividade no município de Itapaci, estas empregavam à época 2.519 pessoas. Para o ano de 2012, o número de unidades locais em Itapaci salta para 427, empregando 2.938 pessoas. O último dado disponível é para o ano de 2018, quando no município de Itapaci, estavam em atividade 450 unidades locais, que ofertavam trabalho para 3.111 pessoas (IBGE, 2020).

Em entrevista realizada em outubro de 2020, durante o Trabalho de Campo da pesquisa, o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Itapaci/Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapaci (ACOMITA/CDL) ressaltou este crescimento. Quando a ACOMITA foi criada, em outubro de 1999, contava com 42 membros associados. Em 2006, houve a fundação da CDL, compartilhando a estrutura, a gestão e as ações de forma integrada com a ACOMITA, e ambas

contam atualmente com 113 associados, ou seja, em duas décadas, quase triplicou o número de comerciantes, industriais e lojistas associados.

Diversos empreendimentos dos três setores da economia surgiram, chegaram ou se ampliaram impulsionados pelo dinamismo, proporcionado pela agroindústria da cana-de-açúcar no município e na região, especialmente na primeira década de atividade da Usina Vale Verde. Mas cabe ressaltar que, apesar de impactado, boa parte deste dinamismo econômico tem se mantido consolidado, mesmo após o Grupo Farias – proprietário da Usina Vale Verde Empreendimentos Agrícolas – entrar em crise financeira e em endividamento com credores, arrendantes de terra e fornecedores de cana-de-açúcar no ano de 2013, crise que se arrastou até culminar com o pedido de recuperação judicial do grupo em maio de 2016 (FALCÃO, 2016).

Outros fatores externos ao município de Itapaci, a nível regional, nacional e internacional também tem influenciado as oscilações do número de empreendimentos em atividade, bem como da oferta de emprego e renda no município de Itapaci. A instalação da mineradora canadense Yamana Gold, no município vizinho de Pilar de Goiás é um destes fatores. Entre 2011 e 2017, o capital externo por intermédio da companhia canadense investiu bilhões em infraestrutura industrial, retornando, após décadas de paralisação dos garimpos, a exploração aurífera em Pilar de Goiás e em Guarinos, agora, sobre modernas técnicas industriais de extração mineral.

Os municípios de Pilar de Goiás e Guarinos, com população total estimada em 2020 de 2.194 e 1.737 habitantes (IBGE, 2020), respectivamente, não conseguem compor a totalidade do quadro de funcionários da mineradora – atualmente denominada Pilar Gold –, e uma parcela considerável de trabalhadores são recrutados na cidade de Itapaci, como ressaltaram em entrevistas, o Presidente da ACOMITA/CDL e o Secretário Municipal de Indústria e Comércio de Itapaci.

Em 2018, durante uma crise da mineradora, em uma de suas várias negociações de compra e venda de ativos – que resultou no encerramento de inúmeros contratos com empresas terceirizadas prestadoras de serviços e, consequentemente, na demissão de trabalhadores –, o então Prefeito de Pilar de Goiás, Sávio Soares, fez questão de citar em entrevista ao Jornal Imprensa do Cerrado, que “O fechamento da mineradora representaria uma grave crise para toda a região, principalmente para municípios como Itapaci, que recebe boa parte dos quadros de funcionários da mineradora e do comércio gerado pelo salários dos mineiros” (CRISE..., 2018, n. p.).

Desta forma, a população dos dois municípios e, particularmente, os trabalhadores da mineradora – com maiores salários e poder aquisitivo –, satisfazem uma parcela considerável

de seu consumo nos setores de comércio e serviços da cidade de Itapaci, distante 22 km da cidade de Pilar de Goiás e 39 km da cidade de Guarinos, ambas, pequenas cidades, bem menores que Itapaci, e inseridas, de acordo com a Região de Influência das Cidades (REGIC) elaborada pelo IBGE (2008, 2020), na área de influência da cidade de Itapaci, fato que corrobora com a reflexão de Corrêa (2011), onde pequenas cidades podem possuir em sua hinterlândia – ou área de influência – outras pequenas cidades, menores que ela, que no passado podem ter sido vilas, povoados e distritos, anteriormente inseridos no antigo território municipal.

Entretanto, cabe frisar que, no caso específico de Itapaci, mesmo não alcançando o nível de centralidade de outras cidades da região, como do aglomerado Ceres/Rialma (CASTILHO, 2009), não é tão recente a extensão de sua influência para além dos limites municipais. No estudo *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*, do IBGE (1972), Itapaci foi avaliada como um centro de 4º nível, abrangendo em sua hinterlândia as cidades de Hidrolina, Pilar de Goiás e Santa Terezinha de Goiás. No *Regiões de Influência das Cidades* (IBGE, 1987), Itapaci foi classificada como Centro de Zona, abrangendo em sua área de influência as cidades de Pilar de Goiás e Santa Terezinha de Goiás, esta última, também influenciada por Uruaçu. Com metodologia mais rigorosa, o REGIC de 1993, classificou a cidade de Itapaci como Centro Local com centralidade muito fraca e influenciada por Ceres (IBGE, 1993). Os dois últimos estudos do REGIC classificaram Itapaci em 2007 e 2018 como Centro de Zona de nível B, tendo em sua área de influência as cidades de Pilar de Goiás e Guarinos (IBGE, 2008, 2020).

Conforme ressalta Castilho (2009), a constituição dos pequenos centros urbanos, aqui analisados enquanto pequenas cidades, impulsiona a criação de uma demanda de bens e serviços no contexto da rede urbana, tanto para atender o complexo agroindustrial, estabelecido na confluência entre o campo e a cidade – pois sua estruturação transforma e articula as duas dimensões no processo de reprodução do capital – quanto da própria população, em grande parcela anteriormente formada de pequenos produtores rurais e agora como trabalhadores assalariados urbanos.

Neste contexto, algumas cidades do Vale do São Patrício ampliaram seus níveis de centralidade, a partir do crescimento econômico proporcionado pela estruturação da agroindústria, particularmente a da cana-de-açúcar, melhorando, conseqüentemente, os setores de comércio e serviços estabelecidos nelas, fato constatado em Goianésia, Itapaci e Rubiataba por exemplo (CASTILHO, 2009).

Ainda que a maior indústria e também maior ofertante de trabalho no município de Itapaci tenha vivenciado um período conturbado, os setores de comércio e serviços têm absorvido minimamente tal impacto e sustentado sua tendência de crescimento e diversificação,

como demonstra a Tabela 7, elaborada com dados extraídos do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE).

A Tabela 7 apresenta as unidades locais de empresas, estabelecimentos e instituições públicas e privadas cadastradas, e em atividade no município de Itapaci no ano de 2018, classificadas por ramo de atividade, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), que classifica as atividades econômicas por Seções (cujo código é caracterizado por letras maiúsculas A, B, C) e Divisões (codificado por algarismos numéricos 01, 02, 03), além de Grupos, Classes e Subclasses.

Ainda que de forma parcial, a Tabela 7 traz também o número de pessoal ocupado pelas unidades locais, de acordo com a classificação, que, por questões éticas, descaracteriza os dados relativos ao número de pessoal ocupado nas unidades com menos de três informantes, como acontece com a Usina Vale Verde, que só possui uma representante do seu tipo em Itapaci, e é classificada na *Seção C - Indústria de Transformação*, e código de *Divisão 19 - Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis*.

Tabela 7: Unidades locais de empresas e outras instituições ativas e pessoal ocupado em Itapaci (GO), por Seção e Divisão na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) – 2018.

C*	Seções e Divisões de Atividades Econômicas	Nº de Unidades	Pessoal Ocupado
A	Agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura	24	97
01	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	23	X
02	Produção florestal	1	X
B	Indústrias extrativas	1	X
08	Extração de minerais não-metálicos	1	X
C	Indústrias de transformação	23	967
10	Fabricação de produtos alimentícios	5	47
14	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1	X
18	Impressão e reprodução de gravações	1	X
19	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1	X
23	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2	X
25	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	7	23
28	Fabricação de máquinas e equipamentos	1	X
31	Fabricação de móveis	4	17
33	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	1	X
D	Eletricidade e gás	1	X
35	Eletricidade, gás e outras utilidades	1	X
E	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2	X
37	Esgoto e atividades relacionadas	1	X
38	Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	1	X
F	Construção	12	17
41	Construção de edifícios	5	10
42	Obras de infraestrutura	1	X
43	Serviços especializados para construção	6	X
G	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	196	670

45	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	24	66
46	Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	15	28
47	Comércio varejista	157	576
H	Transporte, armazenagem e correio	23	138
49	Transporte terrestre	22	X
53	Correio e outras atividades de entrega	1	X
I	Alojamento e alimentação	15	42
55	Alojamento	7	19
56	Alimentação	8	23
J	Informação e comunicação	12	53
58	Edição e edição integrada à impressão	1	X
61	Telecomunicações	6	46
62	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	2	X
63	Atividades de prestação de serviços de informação	3	2
K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	5	27
64	Atividades de serviços financeiros	4	X
66	Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde	1	X
L	Atividades imobiliárias	5	7
68	Atividades imobiliárias	5	7
M	Atividades profissionais, científicas e técnicas	19	90
69	Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	13	84
70	Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	1	X
71	Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	2	X
73	Publicidade e pesquisa de mercado	1	X
74	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	2	X
N	Atividades administrativas e serviços complementares	25	123
77	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros	3	5
78	Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	1	X
79	Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	1	X
80	Atividades de vigilância, segurança e investigação	1	X
82	Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	19	104
O	Administração pública, defesa e seguridade social	7	644
84	Administração pública, defesa e seguridade social	7	644
P	Educação	11	71
85	Educação	11	71
Q	Saúde humana e serviços sociais	53	114
86	Atividades de atenção à saúde humana	52	X
87	Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares	1	X
R	Artes, cultura e recreação	4	9
93	Atividades esportivas e de recreação e lazer	4	9
S	Outras atividades de serviços	12	23
94	Atividades de organizações associativas	7	7
96	Outras atividades de serviços pessoais	5	16
	Total	450	3.111

* Código da Seção e Divisão. ** Os dados com menos de 3 (três) unidades informantes estão desidentificados com o caracter X.

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas, 2020. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

O número e a diversidade de unidades locais de empresas e instituições em atividade no município de Itapaci no ano de 2018, permitem vislumbrar um pouco da dinâmica contemporânea do município e da cidade de Itapaci. Mesmo sendo uma pequena cidade, esta apresenta uma dinâmica urbana para além dos limites municipais, articulando com outras pequenas cidades e seus respectivos municípios do seu entorno próximo, e cumprindo papéis urbanos básicos e alguns de até relativa complexidade.

Demonstra-se na Tabela 7, uma oferta considerável de atividades, como fabricação de produtos alimentícios, de vestuário, de produtos metálicos, equipamentos e móveis; comércio varejista, atacadista e voltado para a reparação de veículos e motocicletas; serviços especializados de construção civil, transporte terrestre, alojamento, alimentação, imobiliários, financeiros, jurídicos, contábeis, de escritório, auditoria e apoio a empresas em geral, além dos serviços de saúde, educação, segurança, administração pública, lazer e recreação.

Ao cumprir estes papéis urbanos e inserir-se na rede urbana regional, caracterizada por se estruturar em uma constelação de pequenas cidades, Itapaci tem ampliado seus papéis regionais. Tal fato se explica pela ausência do que poderia se chamar de uma cidade média completa na Região Geográfica Intermediária de Porangatu-Uruaçu¹⁸, que compreende basicamente todo o centro-norte goiano. Nenhuma das 46 cidades desta região supera os 100 mil habitantes, e a centralidade regional acaba por se estruturar em torno de cidades como Uruaçu, Porangatu, Goianésia e o aglomerado urbano Ceres/Rialma, além de outras pequenas cidades, de estrutura econômica mais modesta e porte populacional menor, como Itapaci e Rubiataba, cujo alcance espacial de suas centralidades se processam em um território mais restrito, entretanto, de forma não menos complexa.

No caso específico das pequenas cidades, sua centralidade está quase sempre pautada a partir da maior oferta – em quantidade e variedade – de produtos e serviços, em relação a outras pequenas cidades de seu entorno próximo, geralmente de menor porte populacional. Da mesma forma, sua inserção na rede urbana regional e o processo de captura de sua centralidade por

¹⁸ As Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias são a mais nova divisão regional do Brasil proposta pelo IBGE em 2017, tendo como principal referência a rede urbana. As Regiões Geográficas Imediatas “[...] são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos [...]” (IBGE, 2017, p. 20). Já as Regiões Geográficas Intermediárias articulam “[...] as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade” (IBGE, 2017, p. 20). Nesta divisão regional, o município de Itapaci compõe com outros 22 municípios a Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia, que está inserida na Região Geográfica Intermediária de Porangatu-Uruaçu, que abrange 46 municípios do centro-norte goiano.

outro centro urbano mais dinâmico também pode ser evidenciado pela carência da oferta de determinados produtos e serviços mais específicos, como costuma acontecer com serviços de saúde mais específicos e ensino superior a nível de graduação e pós-graduação, por exemplo.

Outra importante variável, que é nítida na reflexão sobre a centralidade das cidades metropolitanas ou mesmo nas cidades médias, é a gestão do território – bastante utilizada na metodologia do REGIC de 2018 pelo IBGE (2020) – que abrange tanto a gestão das atividades empresariais quanto a gestão pública. Ainda que em menor grau, esta variável também contribui no entendimento da centralidade das pequenas cidades, a partir dos papéis urbanos e regionais que elas cumprem, porque as empresas cujas matrizes estão sediadas plenamente nestas cidades tendem a ter menor alcance espacial, e a gestão pública que delas emanam, geralmente é um nó em uma estrutura de rede, cuja base está situada nas capitais federal e estadual.

Alguns exemplos de gestão do território podem ser encontrados no município de Itapaci, pelos quais esta pequena cidade se projeta para além do território do próprio município. Cita-se como um dos casos de gestão empresarial a Microturbo, uma empresa de capital local criada em Itapaci, em 2007, cujas atividades estão no setor de comércio e prestação de serviços na área de provimento de internet e informática em geral.

Disponibilizando internet nas modalidades empresarial e residencial, a empresa expandiu suas operações para as cidades vizinhas de Pilar de Goiás, São Luiz do Norte, Nova Glória e Ipiranga de Goiás. Posteriormente, expandiu sua atuação aos distritos e povoados de Ponte Nova (no município de Itapaci), Pilar Cruz (no município de Pilar de Goiás), Ceresópolis, Espírito Santo, Oriente, Cereazu, Jardim Paulista, Plaina, Vila Bernardo Sayão, Santo Antônio da Barra (município de Nova Glória), Bom Jesus e Quebra Coco (município de Ipiranga de Goiás), lançando, recentemente, a nova modalidade de internet rural, com cobertura nos cinco municípios de atuação da empresa (MICROTURBO, 2021). Contraditoriamente, vê-se como neste caso o capital não partiu do externo, mas do próprio interno que, não atrelado ao velho – como de costume –, buscou se projetar a partir do que há de mais novo no período atual: a internet e a informática.

Como exemplo de gestão do território, a partir de órgãos de gestão pública, pode-se citar a Comarca de Itapaci, que possui jurisdição no município de Itapaci, e tem como distritos judiciários os municípios de Pilar de Goiás, Hidrolina e Guarinos, e até 2010, o distrito judiciário correspondente ao município de São Luiz do Norte, que foi transferido para a Comarca de Uruaçu (GOIÁS, 2010). Ainda que seja de Entrância Inicial, o Fórum de Itapaci conta com uma Vara Judicial e três Escrivanias (Escrivania de Família, Sucessões, da Infância e da Juventude e 1º do Cível; Escrivania das Fazendas Públicas, Registros Públicos, Ambiental

e 2º Cível; Escrivania do Crime), onde se processam as questões judiciais ocorridas em Itapaci e nos respectivos distritos judiciais sob sua jurisdição, sendo que, processos mais complexos são repassados a Comarca de Ceres, de Entrância Intermediária, e, principalmente, à Comarca de Goiânia, de Entrância Final (GOIÁS, 2010).

Outro exemplo de gestão pública do território, que pode ser ressaltado no caso do município de Itapaci, são as Regionais de Educação estruturadas pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), que divide o território goiano em quarenta Coordenações Regionais. Uma destas é a Coordenação Regional de Educação de Itapaci, que abrange, além do município de Itapaci, os municípios de Campos Verdes, Crixás, Guarinos, Pilar de Goiás, Santa Terezinha de Goiás e Uirapuru (SEDUC, 2020). Mesmo que subordinada à Secretaria de Estado da Educação, sediada em Goiânia, bem como ao Ministério da Educação (MEC), sediado em Brasília, cabe mencionar a relevância da gestão territorial pública coordenar ações e decisões da educação, desde a cidade de Itapaci para além dos limites do seu município, alcançando seis outras cidades e seus respectivos municípios no centro-norte goiano.

Estes exemplos reforçam a ideia de que, ainda que possuam dinâmicas territoriais menos expressivas e extensivas, pequenas cidades como Itapaci, podem desempenhar relevantes papéis urbanos, que se projetam também a nível regional, conforme se inserem na rede urbana ao longo de seu processo de formação socioespacial. Isto não quer dizer que tais cidades não possuam carências ou que não dependam de outras cidades no atendimento de algumas necessidades de seus habitantes, o que tende a ser complementado em outras cidades da rede urbana, com dinâmica econômica-territorial mais intensas, questões que serão abordadas na próxima subseção.

Complexa e permeada de contradições, é inegável que as transformações ocorridas na economia produtiva rural do município – e da região no qual está inserido – promoveram uma reestruturação dos papéis urbanos que a pequena cidade de Itapaci desempenhava, alterando-se ainda, o alcance destes papéis urbanos no contexto regional da rede urbana. Tal dinâmica contemporânea da pequena cidade de Itapaci e de seu município, conta ainda com outras variáveis, que ajudam a explicar tal dinâmica e por ela também podem ser explicadas, como por exemplo, o crescimento demográfico e a expansão de sua malha urbana.

No último Censo Demográfico, realizado no ano de 2010, a população recenseada no município de Itapaci foi de 18.458 habitantes, sendo o quarto município de maior população da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia, atrás de Goianésia, Ceres e Rubiataba. Do total de habitantes em 2010, Itapaci registrava 16.675 residentes na área urbana e 1.783 residentes na área rural do município (IBGE, 2010).

Deste universo populacional, o IBGE (2010) contabilizou uma população migrante¹⁹ no município de Itapaci de 3.004 pessoas, sendo, deste total, 2.772 residentes na área urbana e 232 na área rural. A relevância deste dado se realça ao comparar com outros municípios da região, com porte populacional próximo ao de Itapaci. Os municípios de Ceres e Rialma, por exemplo, receberam entre 2005 e 2010 uma população migrante de 1.880 e 1.315 pessoas, respectivamente. Rubiataba e Carmo do Rio Verde, ambos com dinâmica econômica e territorial igualmente estruturada na produção sucroalcooleira, receberam no mesmo período 1.682 e 1.148 pessoas migrantes, respectivamente (IBGE, 2010).

Para o ano de 2020, o IBGE (2020) estimou que o município de Itapaci tinha uma população de 23.421 habitantes, superior as populações estimadas para os municípios de Ceres (22.306) e Rubiataba (19.947). Se o próximo Censo Demográfico – adiado por duas vezes, e previsto para ser realizado em 2022 – confirmar as estimativas, Itapaci poderá ser o segundo município de maior população da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia, atrás, unicamente, do município de Goianésia.

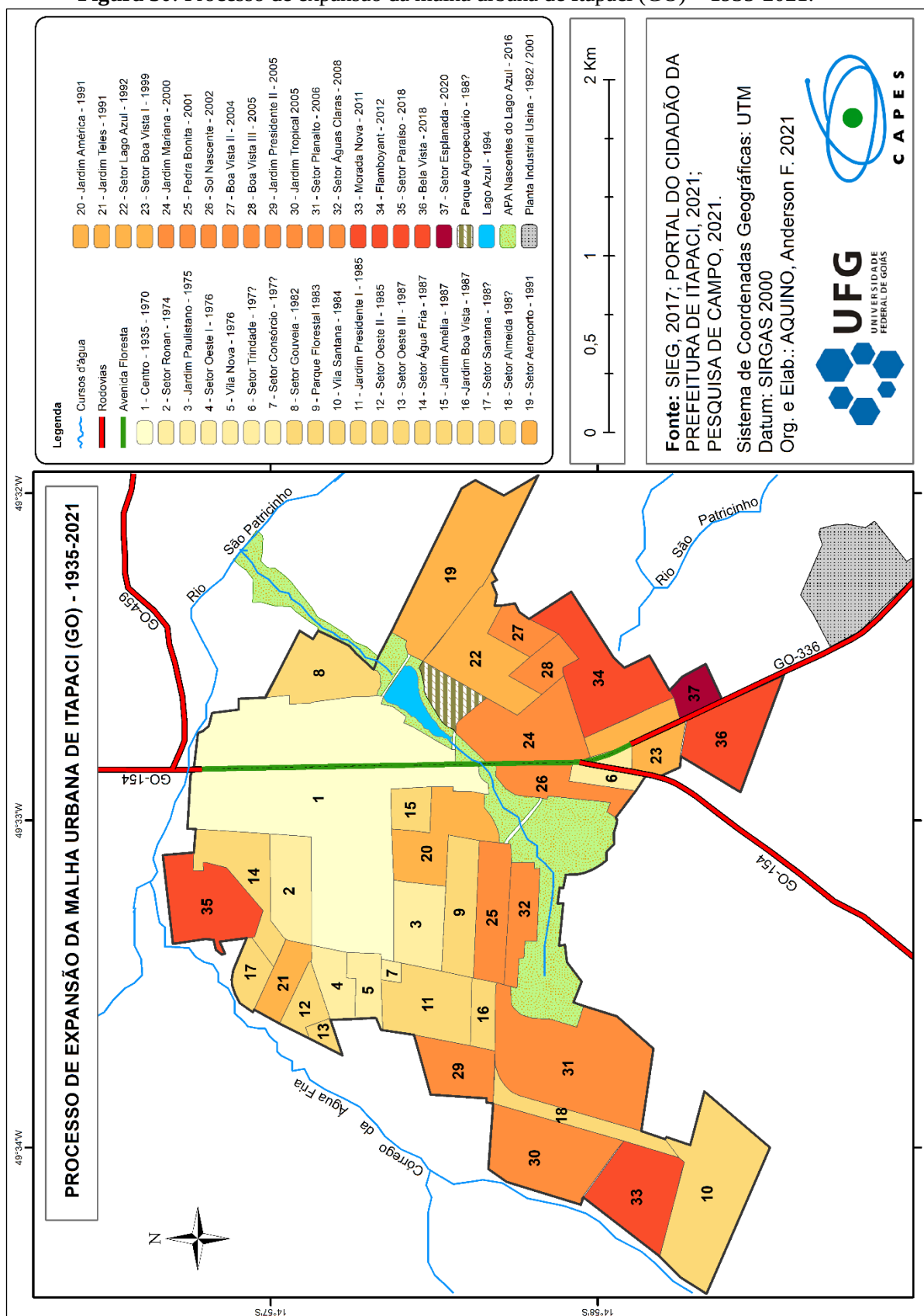
Como o IBGE não divulga estimativas para a população urbana e rural, é arriscado afirmar que tal crescimento demográfico se efetiva, principalmente, no espaço urbano, e, portanto, precipitado dizer que Itapaci é ou será a segunda maior cidade da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia, no entanto, são observações iniciais que podem ou não se confirmar com os dados do próximo recenseamento.

Todavia, ainda assim é plausível ponderar esta possibilidade, com base no crescente percentual de pessoas residentes em áreas urbanas, sobre o número total de habitantes do município de Itapaci nos últimos Censos. Em 1991, o percentual da população que residia na cidade, sobre a população total do município, era de 65,9%; em 2000, saltou para 85,8%; e em 2010, o percentual foi de 90,3%. Portanto, esta tendência de que o aumento populacional concentra na cidade pode ser confirmada em 2022.

Tais números corroboram com a análise de um incremento demográfico considerável no município, concentrado, principalmente, na área urbana de Itapaci, processo que não explica sozinho, mas contribui na compreensão da ampliação de sua malha urbana nas últimas décadas, constituída, atualmente, por 37 bairros, como demonstra a Figura 30. Deste total, apenas um não está devidamente instalado, por ter sido aprovado recentemente, em novembro de 2020, denominado Residencial Esplanada e situado na margem esquerda da GO-336.

¹⁹ O IBGE considera população migrante as pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no município no intervalo dos últimos cinco anos anteriores a data de realização do Censo Demográfico.

Figura 30: Processo de expansão da malha urbana de Itapaci (GO) – 1935-2021.



Fonte: SIEG, 2017; PORTAL DO CIDADÃO DA PREFEITURA DE ITAPACI, 2021; Pesquisa de Campo, 2021. **Org.:** AQUINO, Anderson F. 2021.

Ao analisar a criação de novos bairros por cada década, nota-se que, na década de 2000, foram criados 9 bairros na cidade de Itapaci, número inferior apenas ao da década de 1980, com a instalação de 11 novos bairros. Interessante salientar que, ambos os períodos foram marcados pela estruturação do complexo sucroalcooleiro no município de Itapaci e um considerável crescimento na dinâmica econômica da cidade.

Todavia, uma divergência também marca as décadas de 1980 e 2000. Enquanto na primeira, o crescimento demográfico da população residente na área urbana, se explica pela relação direta do processo de modernização da agricultura pela qual passava a região do Vale do São Patrício, com inserção e consolidação da monocultura de cana-de-açúcar, que impactou diretamente no esvaziamento das áreas rurais e na consequente migração campo-cidade. Por mais que as áreas rurais do município sofreram novos conflitos, com a reestruturação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro, tal reestruturação ocorreu no campo já quase inteiramente vazio demograficamente, com mais de uma década de monocultura de cana e outra de tomate, conforme analisado nas subseções anteriores, o que corrobora com a hipótese de uma expansão da área urbana de Itapaci, pautada na dinâmica migratória.

De toda forma, o crescimento da população urbana de Itapaci – seja pela migração interna campo-cidade, ou provenientes de outras cidades e municípios – impacta diretamente a demanda pela terra urbana e pela moradia, proporcionando o aumento dos valores de aluguéis, casas e lotes, questão que favorece as articulações entre os agentes imobiliários, os proprietários de terras no entorno das áreas urbanas e os gestores locais.

Neste movimento, o acesso à terra e à moradia é às vezes dificultado, outras viabilizado, dependendo das articulações e dos interesses entre os grupos supracitados. No caso da cidade de Itapaci, até o início da década de 1990, registrou-se inúmeras políticas públicas voltadas à moradia, que deram origem a diversos bairros da cidade, contudo, cabe ressaltar que, muitos destes bairros foram criados e entregues à população com pouca ou quase nenhuma infraestrutura básica, carências que foram vividas pela população por décadas.

Em Itapaci, pode-se citar os bairros Vila Nova, Setor Trindade e Setor Consórcio, criados pelas gestões municipais, na segunda metade da década de 1970, para o atendimento da demanda por moradia da população de baixa renda. A criação de bairros para abrigar casas populares ou ainda, doações de lotes à população de baixa renda, seguiu na década de 1980, com a Vila Santana, construída no âmbito do Programa Mutirão da Moradia, realizado em uma parceria entre os governos municipal e estadual, por intermédio da Companhia de Habitação de Goiás (Cohab), além do Setor Almeida e Setor Santana.

O último loteamento criado com a finalidade exclusiva de habitação popular, foi o Setor Aeroporto, iniciado em 1991. Desde então, as políticas públicas municipais e estaduais voltadas à habitação, têm sido limitadas a poucas dezenas de lotes ou casas, em parcelas de lotes adquiridos pelo município ou ainda, repassados pelas imobiliárias em algum tipo de transação, permuta ou pagamento de tributos referentes a implantação do loteamento.

A ausência de políticas públicas consistentes e duráveis direcionadas a ampliação do acesso à moradia e ao combate do déficit habitacional, aliada, ainda, a um crescimento da dinâmica econômica e demográfica do município, tem sido os principais impulsionadores da atuação dos agentes imobiliários em Itapaci nas três últimas décadas.

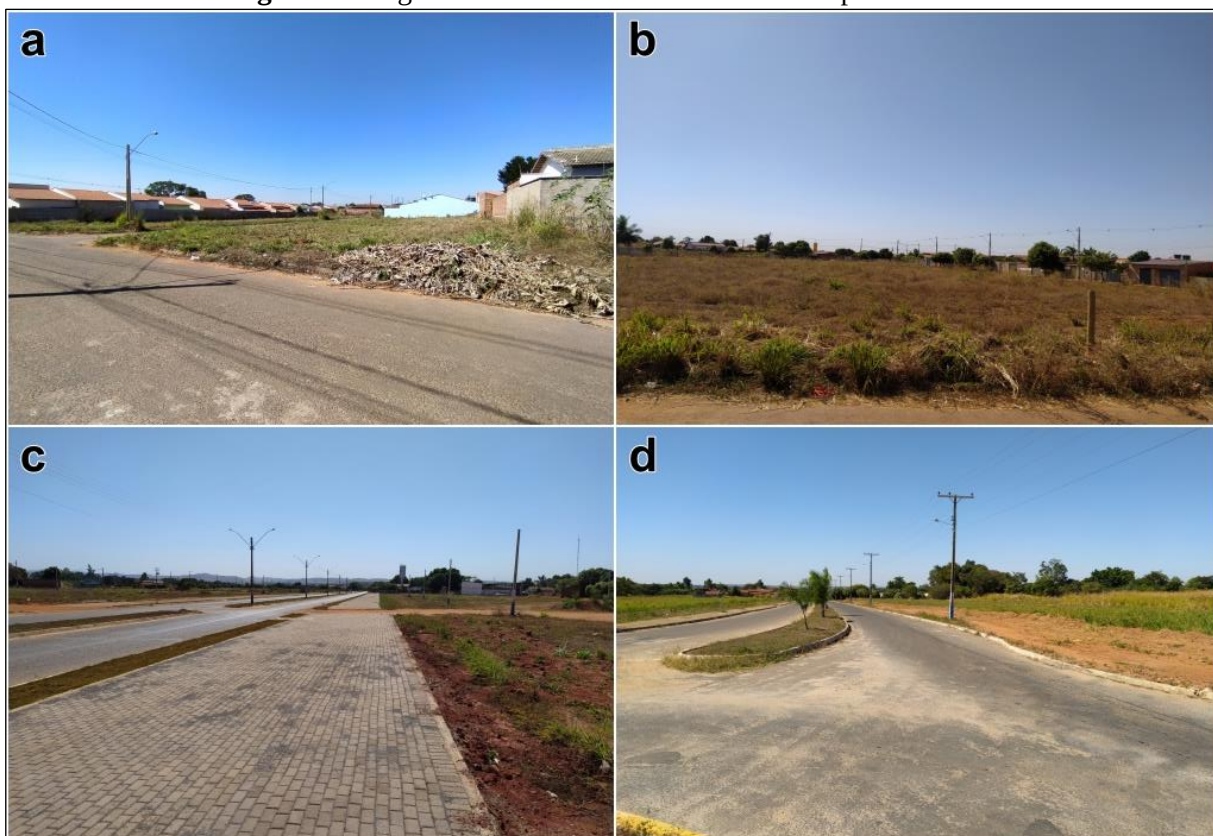
Neste movimento, é nítido a preferência dos agentes imobiliários e dos proprietários de terras próximas às áreas urbanas, optarem pela abertura de loteamentos nos vazios urbanos deixados por eles mesmos, após a venda de áreas para implantação de bairros populares, em locais distantes da área central consolidada na época, como é possível constatar na Figura 30 os bairros que foram sendo criados nos espaços vazios entre o Setor Trindade, o Centro, e o Setor Aeroporto, bem como entre a Vila Santana e os bairros a oeste do Centro.

Outros vazios, internos nos próprios loteamentos, são frequentemente deixados, seja pela imobiliária construtora do loteamento ou pelos antigos proprietários das terras vendidas à imobiliária, áreas que são destinadas à constituição de reserva de valor para especulação imobiliária, sendo quase sempre servidas de toda infraestrutura urbana (Figura 31), mas que não desempenham qualquer função social, como determina o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001).

Tais áreas vazias, ficam por décadas sem ganhar qualquer tipo de destinação, fato verificado tanto em bairros instalados mais recentemente, como os Setores Flamboyant e Boa Vista III, quanto em bairros mais antigos, como o Jardim Mariana e Jardim América, retratados na Figura 31. Nestes dois últimos, cortados, respectivamente, pela Avenida Perimetral e Avenida Municipal (que passa ao lado da Prefeitura, em frente à Câmara de Vereadores e dá acesso ao Fórum da Comarca de Itapaci), observa-se várias quadras nas margens destas avenidas, servindo, unicamente, ao propósito da especulação imobiliária para rentabilidade futura aos proprietários destes vazios.

Desta forma, enquanto poucos especulam por décadas com a terra urbana, muitos são dificultados e mesmo impossibilitados de ter acesso a ela, fato que só agrava a problemática do acesso à moradia e, conseqüente, do explícito déficit habitacional, persistente em pequenas, médias e grandes cidades brasileiras.

Figura 31: Alguns vazios urbanos em bairros de Itapaci – 2021.



a) Setor Flamboyant; **b)** Setor Boa Vista III; **c)** Jardim Mariana com quadras vazias as margens da Avenida Perimetral; **d)** Jardim América, com quadras vazias as margens da Avenida Municipal.

Fonte: AQUINO, Anderson F. 2021.

Esta e outras questões, caracterizam a dinâmica contemporânea da pequena cidade de Itapaci e de seu município, assuntos que serão abordados de forma mais minuciosa na próxima subseção, a partir de dados e opiniões coletados junto à população itapacina, ou seja, com os sujeitos que vivenciam a realidade cotidiana desta cidade, buscando compreender como Itapaci tem desempenhado seus papéis urbanos junto à sua população, e qual o alcance regional destes, refletindo, portanto, sobre as particularidades e desafios contemporâneos da cidade de Itapaci.

4.3 A cidade de Itapaci pelos olhares de quem a vive

Tarefa difícil, a análise da contemporaneidade das cidades, sejam grandes, médias ou pequenas, encontra um considerável apoio na reflexão sobre a estrutura, formas, funções e processos passados, que marcaram a formação socioespacial de tais cidades. Mas a dinâmica contemporânea de uma cidade não pode ser compreendida somente pelo seu próprio passado, é preciso também olhar o presente em movimento contínuo para a construção do futuro, movimento que é dialético e se revela permeado pela coexistência, quase sempre conflitiva,

mas as vezes cooperativa, entre o velho e o novo, o interno e o externo, o Estado e o capital, ou seja, um movimento que revela contradições e desigualdades, que materializam-se no espaço-tempo.

O atual nas pequenas cidades não é menos complexo que nas grandes e médias, só se revela quase sempre de forma mais implícita, atraindo menor atenção midiática e também acadêmica. Aos olhares mais apressados, as pequenas cidades são reduzidas a lugares pacatos e formados por carências de elementos característicos das cidades metropolitanas.

Para não incorrer neste equívoco, torna-se pertinente empreender o esforço de ir ao encontro e ouvir a população que reside, vive, convive, trabalha, se diverte, produz e consome na pequena cidade. Ir de encontro e levantar as opiniões das pessoas que vivem a realidade da cidade não é tarefa fácil, mas, sem dúvida, é gratificante, porque permite conhecer melhor os problemas, desafios, qualidades e possibilidades no contexto intraurbano da cidade, de seus bairros e dos grupos sociais diversos que neles habitam, permitindo compreender, mais minuciosamente, a complexidade da dinâmica contemporânea da pequena cidade.

Buscando compreender melhor os papéis urbanos desempenhados pela pequena cidade Itapaci, e vislumbrar o alcance regional destes papéis em seu processo de articulação na rede urbana, tomou-se como proposta a aplicação de roteiros de entrevista junto à população itapacina e a dois representantes em âmbito municipal dos setores secundário e terciário da economia de Itapaci, a saber: um da Secretaria de Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Itapaci, e outro da Associação Comercial e Industrial de Itapaci/Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapaci (ACOMITA/CDL).

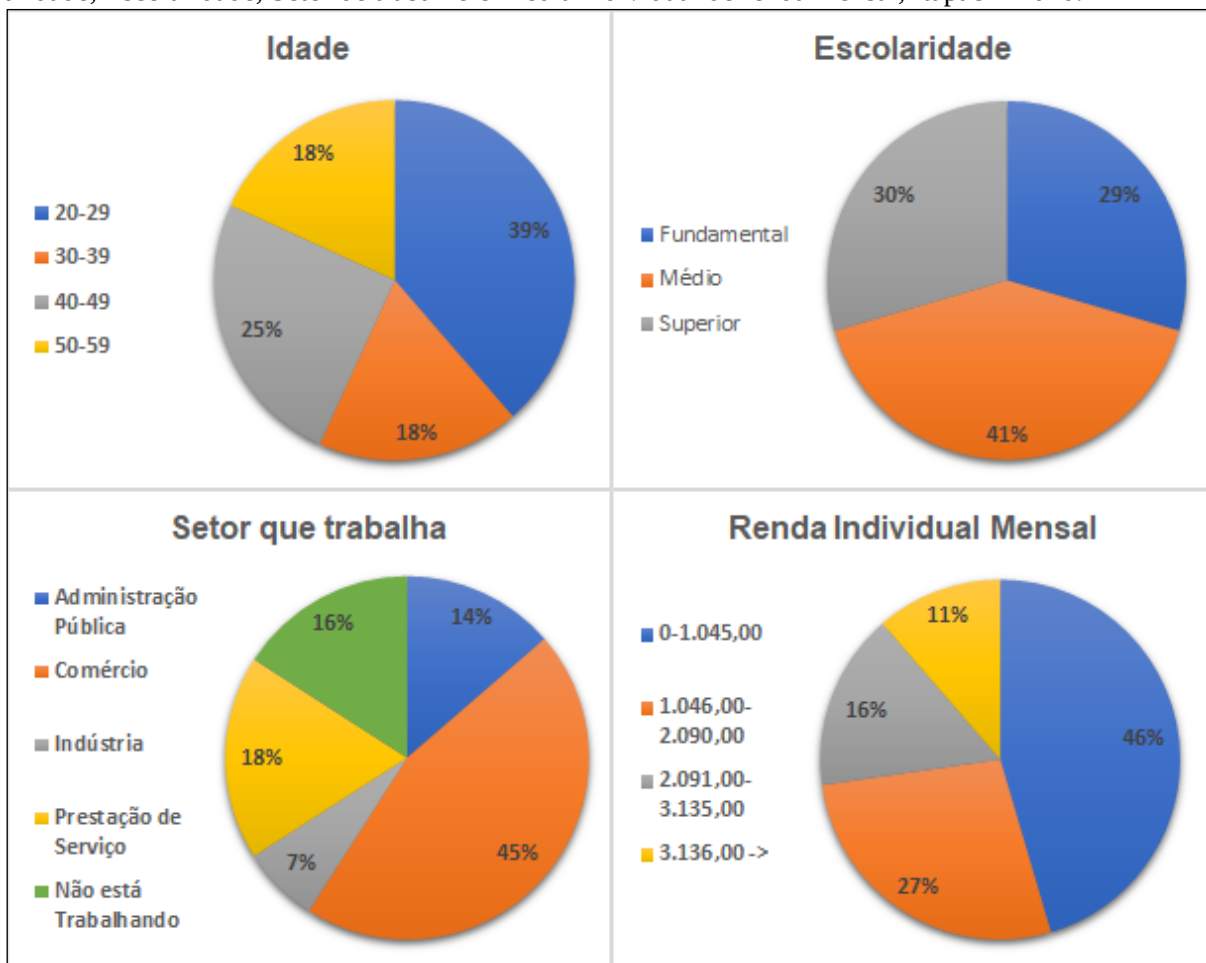
Cabe esclarecer que essa etapa da pesquisa foi realizada no mês de outubro de 2020, durante o curso da pandemia da Covid-19, em um momento que houve a redução de casos de contaminados confirmados neste município. Todas as medidas sanitárias recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e demais instituições de saúde do Estado de Goiás foram tomadas e adotadas no sentido de resguardar os participantes da pesquisa durante a realização das entrevistas.

Para reforçar a representatividade e o índice de confiabilidade – de 90%, de acordo com cálculo amostral – procurou-se abranger, dentro do universo amostral de 44 entrevistas, e dos critérios de inclusão²⁰ da pesquisa de campo, a maior diversidade possível de participações

²⁰ Adotou-se como critério de inclusão a população entre 20 e 59 anos de idade, que seja residente na cidade de Itapaci, perfazendo um público alvo de 9.404 pessoas, de acordo com os dados do último Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010). Com base neste número, realizou-se o cálculo amostral representado no Anexo IV.

quanto a idade, escolaridade, setor da economia em que trabalha e média individual de renda mensal, conforme demonstra os gráficos da Figura 32. Ressalta-se que, este número de 44 entrevistas abrange unicamente a população itapacina, já que, pelo seu caráter específico, as 2 entrevistas junto ao Secretário Municipal de Indústria e Comércio de Itapaci e ao Presidente da ACOMITA/CDL não foram contabilizadas no cálculo amostral.

Figura 32: Perfil dos participantes das 44 entrevistas junto a população itapacina, em percentuais quanto a Idade, Escolaridade, Setor de trabalho e Média individual de renda mensal, Itapaci - 2020.



Fonte: Pesquisa de Campo. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

Não obstante a abrangência quanto as diversas faixas de idade, escolaridade, setor de trabalho e renda dos participantes, representada na Figura 32, as 44 entrevistas com a população itapacina ainda foram devidamente distribuídas por 19 bairros da cidade de Itapaci, reforçando a representatividade, bem como possibilitando uma análise ampla das opiniões sobre a cidade expressas pelos entrevistados, pois estes preencheram diferentes perfis e residem em bairros com realidades urbanas particulares.

Desta forma, foram realizadas entrevistas com moradoras e moradores dos bairros Setor Boa Vista I, Centro, Flamboyant, Jardim América, Jardim Paulistano, Jardim Presidente

I, Jardim Tropical, Setor Aeroporto, Setor Água Fria, Setor Gouveia, Setor Lago Azul, Setor Oeste I, Setor Oeste II, Setor Pedra Bonita, Setor Planalto, Setor Santana, Setor Trindade, Vila Nova e Vila Santana.

Com o intuito de apreender alguns pontos positivos da cidade de Itapaci, em seu contexto socioespacial de pequena cidade, foi perguntado aos participantes da pesquisa de campo (moradores e moradoras) o que mais gostavam na cidade de Itapaci, ao que foram obtidas 53 indicações, contabilizando-se também, os que optaram por não responder à questão. Este número se explica por alguns dos participantes citarem mais de um item, ressaltando-se que, foram consideradas, registradas e contabilizadas todas as indicações respondidas, demonstradas na Tabela 8.

Tabela 8: O que a/o participante mais gosta na cidade de Itapaci (GO).

Itens citados pelos participantes	Total de vezes citado	Percentual sobre o número de participantes
Academias	1	2,3%
Bares	3	6,8%
Clima	1	2,3%
Emprego/Trabalho	3	6,8%
Estádio Municipal/Esportes	2	4,5%
Lago Azul	1	2,3%
Pecuária/Festas	3	6,8%
Povo acolhedor/Receptivo	8	18,2%
Qualidade de vida	3	6,8%
Tranquilidade	13	29,5%
Gosta de tudo	6	13,6%
Não gosta de muita coisa	3	6,8%
Não gosta de nada	3	6,8%
Não respondeu	3	6,8%
Total de indicações	53	120,5%
Total de participantes	44	100%

Fonte: Pesquisa de Campo. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

Observa-se na Tabela 8 que, o item Tranquilidade, foi citado como uma característica da cidade de Itapaci que a população mais gosta, tendo sido mencionada por 29,5% dos participantes da pesquisa (moradores e moradoras), sendo este, um dos aspectos que, geralmente, entoam o ritmo menos acelerado e frenético das pequenas cidades. O segundo item mais citado foi Povo acolhedor/Receptivo, lembrado por 18,2% dos participantes, principalmente por aqueles que, não sendo naturais do município de Itapaci, mudaram-se para a cidade e se sentiram acolhidos pela população itapacina. Seis entrevistados, que perfazem 13,6% do total de participantes da pesquisa, fizeram questão de ressaltar que gostavam de tudo na cidade. No outro extremo, três participantes mencionaram que não gostavam de nada, e outros três que não gostavam de muita coisa na cidade de Itapaci.

Outros itens também foram indicados, como Qualidade de Vida, Pecuária e Festas, Bares, o Emprego e Trabalho que desempenha na cidade, e ainda o Estádio Municipal e os Esportes, o Clima, as Academias, e o Lago Azul, que, apesar de ser lembrado por um único participante, é considerado um dos lugares icônicos da cidade, onde centenas de pessoas costumam ir caminhar em suas margens e realizar outras práticas de esporte e lazer, como banhar, pescar e assistir aos torneios regionais de jet-ski.

Também foi perguntado aos entrevistados, sobre quais os principais problemas urbanos presentes na cidade de Itapaci, buscando entender as principais dificuldades e desafios vivenciados pela população itapacina na atualidade, questão que foi respondida pela totalidade dos 44 participantes, que listaram 63 indicações, contabilizando-se uma média de três respostas para cada dois participantes entrevistados, como apresenta a Tabela 9.

Tabela 9: Quais os principais problemas urbanos da cidade de Itapaci (GO).

Itens citados pelos participantes	Total de vezes citado	Percentual sobre o número de participantes
Administração Pública	5	11,4%
Assistência social	1	2,3%
Conflitos políticos locais	1	2,3%
Construção civil em espaços públicos	1	2,3%
Drenagem urbana	1	2,3%
Educação (Ensino Superior)	3	6,8%
Energia (Empresa Enel)	1	2,3%
Geração de emprego	11	25,0%
Iluminação pública	3	6,8%
Indústrias próximas das áreas residenciais	1	2,3%
Infraestrutura urbana	1	2,3%
Limpeza urbana	2	4,5%
Pavimentação asfáltica	5	11,4%
Poluição da usina	2	4,5%
Saneamento básico	2	4,5%
Saúde	10	22,7%
Segurança pública	8	18,2%
Violência	2	4,5%
Não tem problemas	3	6,8%
Total de indicações	63	143,2%
Total de participantes	44	100%

Fonte: Pesquisa de Campo. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

A riqueza da diversidade de olhares e opiniões sobre a cidade em que vive e convive merece ser ressaltada, pois cada participante expressa sua visão sobre a complexa estrutura territorial e dinâmica socioespacial da pequena cidade de Itapaci. Merece destacar os problemas urbanos mais citados pelos participantes, como a Geração de emprego, lembrado por 25% dos participantes, a Saúde, Segurança Pública, Administração Pública e Pavimentação asfáltica, mencionados por cinco ou mais participantes.

Importante observar que, mesmo possuindo uma estrutura econômica agroindustrial, comercial e de prestação de serviços um tanto desenvolvida, a população entende que ainda há uma insuficiência na oferta de trabalho e renda na cidade. A oferta de serviços relacionados à saúde e a segurança pública também foram amplamente lembradas, as quais, geralmente, se acrescentaram as queixas pelo fechamento do Hospital São Francisco, desde o ano de 2016, e ao sentimento de insegurança, um tanto típico nos centros urbanos brasileiros, provocado por ações como o tráfico de drogas, vandalismos, furtos, roubos, homicídios, violência no trânsito, entre outras questões.

Outros itens importantes também foram mencionados, como a Iluminação pública, citada como sendo deficiente, principalmente nos bairros periféricos, e a Educação, em que todos os três participantes fizeram questão de frisar a carência de uma universidade pública na cidade, obrigando aos que desejam cursar o Ensino Superior presencial, o deslocamento diário até Ceres, Rubiataba ou Uruaçu, e, em outros casos, até a mudança para outras cidades.

Mesmo que mencionados de forma mais restrita, questões como a Drenagem e a Limpeza urbana, o Saneamento básico, os conflitos políticos locais, a proximidade de indústrias aos bairros residenciais e a poluição ambiental, sonora e visual provocada pelas atividades industriais da Usina Vale Verde também foram lembrados.

Ao questionar os/as participantes para especificarem o que mais gostam e ainda, o que consideram como problemas enfrentados na cidade de Itapaci, a intenção foi deixá-los livres para comentar e sintetizar suas opiniões e expressar de forma aberta sua subjetividade. Todavia, após essa primeira aproximação, sugeriu-se aos participantes opinarem se Itapaci, ao cumprir os seus papéis urbanos, atende ou não as necessidades cotidianas de sua população, elaborado em dez quesitos previamente relacionados, conforme demonstra a Tabela 10.

Tabela 10: A cidade de Itapaci (GO) atende as necessidades cotidianas de sua população nos itens relacionados - 2020.

Item	Sim	%	Não	%	Regular	%	Não sabe	%
Ensino	28	63,6%	11	25,0%	2	4,5%	3	6,8%
Lazer	3	6,8%	32	72,7%	9	20,5%	0	0,0%
Saúde	16	36,4%	18	40,9%	9	20,5%	1	2,3%
Saneamento Básico	17	38,6%	22	50,0%	5	11,4%	0	0,0%
Segurança Pública	15	34,1%	21	47,7%	7	15,9%	1	2,3%
Assistência Social	17	38,6%	19	43,2%	2	4,5%	6	13,6%
Oportunidade de Trabalho	11	25,0%	31	70,5%	2	4,5%	0	0,0%

Acesso à moradia	13	29,5%	28	63,6%	2	4,5%	1	2,3%
Produtos de consumo cotidiano	39	88,6%	1	2,3%	3	6,8%	1	2,3%
Serviços de consumo cotidiano	36	81,8%	5	11,4%	2	4,5%	1	2,3%
Total	195	44,3%	188	42,7%	43	9,8%	14	3,2%

Fonte: Pesquisa de Campo. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

Conforme apresenta a Tabela 10, a oferta de produtos e serviços de consumo cotidiano são os dois quesitos mais bem avaliados, tendo sido apontando, respectivamente, por 88,6% e 81,8% dos participantes, que afirmaram que as demandas e necessidades cotidianas da população itapacina são bem atendidas nestes dois itens, percentual de satisfação consideravelmente alto, reforçando a importância que os setores de comércio e serviços têm desempenhado na dinâmica socioespacial e econômica da cidade de Itapaci.

O Ensino, aqui avaliado de forma global, foi o terceiro item mais bem avaliado pelos entrevistados, já que, 63,6% dos participantes afirmaram que a cidade de Itapaci atende sim a população no quesito ensino. Entretanto, 25% dos participantes citaram que Itapaci não atende bem a população neste mesmo quesito, justificando a maioria destes a referida, pelo fato de haver carência no ensino superior público na cidade, sendo observado a oferta presencial apenas de cursos técnicos e profissionalizantes, principalmente pela Associação de Ensino Profissionalizante Qualificação Profissional e Fomento Cultural do Vale do São Patrício (Asteq), instituição local criada em 2009.

Quanto ao Ensino Superior propriamente dito, a cidade de Itapaci conta com uma unidade da Faculdade Educacional da Lapa (Fael), e da Universidade Norte do Paraná (Unopar), entretanto, ambos os dois polos ofertam graduação apenas na modalidade de Ensino a Distância (EAD), sendo a estrutura física, somente para fins administrativos e de apoio aos alunos e alunas. Recentemente, a Asteq realizou uma parceria e abriu em suas dependências uma unidade da Universidade Paulista (Unip), porém, igualmente disponibilizando cursos de graduação e pós-graduação apenas na modalidade EAD. Outro detalhe importante é que, as quatro instituições supracitadas são privadas, o que explica o posicionamento de vários participantes em alegar que a cidade não atende bem sua população quanto ao ensino, pela ausência de uma instituição pública de ensino superior.

Outros elementos como Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde e Segurança Pública foram avaliados de forma razoável, ofertando uma infraestrutura e serviços de forma satisfatória para uma parcela entre 30% e 40% dos entrevistados, percentual, entretanto, inferior

aos que opinaram como não sendo bem atendidos pela cidade de Itapaci nestes quatro quesitos. Entre os quatro, o Saneamento Básico é o pior avaliado, já que metade dos entrevistados afirmaram que Itapaci não atende bem quanto ao saneamento, resposta quase sempre seguida da queixa pela ausência do sistema de coleta e tratamento de esgoto na grande maioria dos bairros, além da ausência de um aterro sanitário, sendo utilizado um lixão localizado as margens da GO-154, sentido povoado da Ponte Nova.

Interessante analisar as opiniões dos participantes da pesquisa que relataram não ser bem atendidos pela cidade de Itapaci nos quesitos Saúde e Assistência social, embora nos últimos quatro anos, a gestão municipal tenha investido consideravelmente nestas duas áreas, com ampliação da infraestrutura municipal de atenção à saúde e assistência social (Figura 33).

Figura 33: Algumas estruturas de atenção à saúde e assistência social em Itapaci (GO) - 2021.



a) UBS Dr. Ricardo César Seba, no Setor Oeste II; **b)** UBS Francisco Agra Alencar Filho, no Parque Florestal; **c)** Clínica Municipal de Fisioterapia, no Setor Planalto; **d)** Unidade de Acolhimento Público Pe. Pedro Jordá, no Setor Jardim Presidente.

Fonte: AQUINO, Anderson F. 2021.

Em 2018, foram inauguradas três Unidades Básicas de Saúde (UBS): UBS Dr. Álvaro Peixoto de Oliveira, no Setor Flamboyant; UBS Francisco Agra Alencar Filho, no Parque Florestal/Setor Pedra Bonita; e UBS Dr. Ricardo César Seba, no Setor Oeste II. No ano de 2019, foi inaugurada a nova sede do Centro de Referência Especializado em Assistência Social

(CREAS); e em 2020, a nova Clínica Municipal de Fisioterapia, e a UBS Onofra Lordilina de Moraes, no povoado da Ponte Nova.

Ainda em fase de construção, um Centro Especializado em Reabilitação, no Setor Planalto, e uma Unidade de Acolhimento Público ao Idoso, Padre Pedro Jordá, no Jardim Presidente, devem ser entregues em breve à população itapacina. Entretanto, mesmo com toda esta ampliação da estrutura municipal de atenção à saúde e assistência social, a população tem se queixado, principalmente pela persistente necessidade de deslocamento até a cidade de Ceres, para a realização de exames e consultas de média complexidade, além das dificuldades que foram impostas a população pela pandemia de Covid-19.

Como apresenta a Tabela 10, o Acesso a moradia, as Oportunidades de trabalho e o Lazer foram os itens de pior avaliação, com mais de 60% dos participantes afirmando que a cidade de Itapaci não atende bem sua população nestes quesitos. O caso mais crítico é o Lazer, com apenas 6,8% dos participantes afirmando que a população itapacina é bem atendida, enquanto os restantes 20,5%, e 72,7%, avaliam tal atendimento de forma regular e que não são bem atendidos no quesito Lazer.

Tais números refletem que, apesar da instituição do Programa Municipal de Regularização Fundiária Urbana, aliado a atuação do Governo Federal e da Caixa Econômica Federal, por intermédio do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), e seu atual substituto, Casa Verde Amarela, além de agentes imobiliários e construtoras locais, observa-se que a moradia ainda tem sido um sonho de difícil realização para muitos habitantes da cidade de Itapaci. O último projeto habitacional para famílias de baixa renda que se tem registro, foi em 2014, no Setor Flamboyant, financiado pelo Governo do Estado de Goiás, porém, a construtora que havia ganhado a licitação, paralisou as obras por mais de um ano, até, por fim, abandonar as construções. Em resposta, quarenta famílias carentes que aguardavam as residências a mais de quatro anos, se mobilizaram e ocuparam 21 casas e 19 lotes (FEITOSA, 2015).

As poucas tentativas para atrair investimentos e empresas para a geração de emprego e renda, também não tem obtido tanto êxito. Uma fábrica de artefatos de cimento foi instalada em parceria com a Prefeitura Municipal de Itapaci, que em contrapartida, cedeu em regime de comodato a área para instalação da empresa. Desde 2020, está em andamento um outro projeto, visando fechar parceria entre o município e uma empresa do ramo de confecções, mas, ao que tudo indica, tal parceria ainda não foi concretizada.

Nas áreas do esporte e lazer, merece destacar os investimentos recentes por parte do Governo Municipal de Itapaci, com revitalização de pelo menos seis praças – nos setores Centro, Trindade, Jardim Presidente, duas na Vila Santana, e no povoado de Ponte Nova –,

construção de duas novas praças, nos setores Santana e Almeida (Figura 34), além de pistas de corrida e caminhada (também chamadas pistas de *cooper*), na orla do Lago Azul e do Lago João Albino (Figura 35), no entorno do Estádio Municipal – que também está sendo reformado e ampliado – e nas avenidas Perimetral e Floresta.

Figura 34: Algumas praças e equipamentos de lazer em Itapaci – 2021.



a) Praça do Setor Trindade; **b)** Praça do Povoado da Ponte Nova; **c)** Praça do Setor Santana; **d)** Praça do Setor Almeida.

Fonte: AQUINO, Anderson F. 2021

É interessante pensar que, mesmo havendo toda esta ampliação do número, bem como da distribuição da infraestrutura e aparelhos de esporte e lazer, os entrevistados ainda acreditam que a cidade não atende bem sua população neste quesito, com tal afirmação sendo geralmente seguida com a queixa pela falta de outros elementos que poderia diversificar a oferta de entretenimento na cidade, como, por exemplo, bibliotecas, teatro, museu, cinema, festivais culinários, exposições artísticas e mesmo *shopping center*.

A análise das opiniões expressas pelos entrevistados, sobre como observam o atendimento das necessidades cotidianas da população revela que, ao desempenhar os seus papéis urbanos, a pequena cidade de Itapaci atende sua população em uma multiplicidade de quesitos, entretanto, em outros atende de forma limitada. Tal análise é reforçada ao se entrevistar dois gestores municipais, quais sejam, o Secretário de Indústria e Comércio da

Prefeitura Municipal de Itapaci, e o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Itapaci/Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapaci (ACOMITA/CDL).

Figura 35: Alguns espaços para a prática do esporte e lazer em Itapaci – 2021.



a) Pista de *cooper* nas margens do Lago Azul; **b)** Lago Azul; **c)** Pista de *cooper* e área de recuperação ambiental na orla do Lago João Albino; **d)** Lago João Albino, quase completamente recoberto pelos aguapés, e habitat das capivaras e aves aquáticas que se refugiam na APA Nascentes do Lago Azul.

Fonte: AQUINO, Anderson F. 2021.

Ambos os gestores de entidades representativas dos setores de comércio, indústria e serviços do município de Itapaci – que também são comerciantes – avaliaram que Itapaci não atende bem sua população nos itens Lazer e Oportunidade de Trabalho, corroborando com o posicionamento da maioria dos entrevistados entre a população da cidade. Nos quesitos Ensino, Saúde, Saneamento Básico e Acesso a moradia, as opiniões foram divididas, com um dos gestores avaliando que a cidade atendia bem sua população nestas áreas citadas, e o outro avaliando que não. Nos itens Segurança Pública, Assistência Social, Produtos e Serviços de consumo cotidiano, ambos os gestores avaliaram que a cidade atende bem sua população.

Em razão de não atender bem uma parcela de sua população em algumas áreas, Itapaci – em seu contexto socioespacial de pequena cidade – acaba por engendrar processos de deslocamentos pela rede urbana, fazendo com que tais demandas, não supridas em seu

espaço interno pelos papéis urbanos que desempenha, acabem por ser atendidas em outros centros urbanos, como detalha a Tabela 11.

Tabela 11: Encontra em Itapaci todos os produtos e serviços que necessita no seu cotidiano? – 2020.

Resposta	Nº de participantes	Percentual %
Sim	14	31,8%
Não	30	68,2%
Itens não encontrados em Itapaci conforme os participantes	38	% sobre os que responderam NÃO
Biblioteca	1	3,3%
Ensino Superior Público e Presencial	4	13,3%
Exames e serviços de saúde mais específicos	15	50,0%
Lazer	4	13,3%
Parques	1	3,3%
Peças automotivas	3	10,0%
Peças tecnológicas/informática/telefonía	3	10,0%
Produtos usados no trabalho	7	23,3%

Fonte: Pesquisa de Campo. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

Como demonstra a Tabela 11, 31,8% dos participantes relataram encontrar em Itapaci todos os produtos e serviços que necessitam no cotidiano, enquanto os outros 68,2%, responderam tal questão de forma negativa. Os trinta participantes citaram 38 indicações, agrupadas em 8 tipos de produtos e serviços que não encontram na cidade de Itapaci. Destaque para os Exames e serviços de saúde mais específicos, citado por 15, ou seja, metade dos participantes que afirmaram não encontrar todos os produtos e serviços de uso cotidiano na cidade. Completam a lista, os Produtos para uso no trabalho, Ensino Superior, Lazer, Peças automotivas, Peças tecnológicas, de informática e telefonia, além de Biblioteca e Parques.

Aos trinta participantes que relataram não encontrar em Itapaci tudo que necessita e para seu consumo cotidiano, questionou-se como faziam para consumir tais produtos e serviços não disponibilizados em Itapaci, conforme apresenta a Tabela 12.

Tabela 12: Como faz para consumir produtos e serviços que não encontra em Itapaci? – 2020.

Resposta	Nº de participantes	Percentual %
Fica sem consumir	1	3,3%
Compra pela internet	7	23,3%
Desloca-se até outras cidades	23	76,7%
Cidades citadas	4	% Deslocamentos
Anápolis	1	4,3%
Ceres	15	65,2%
Goiânia	11	47,8%
São Paulo	1	4,3%

Fonte: Pesquisa de Campo. Org.: AQUINO, Anderson F. 2021.

Dos trinta participantes relacionados, apenas um indicou duas opções (Compra pela internet e Desloca-se até outras cidades), enquanto todos os outros relataram apenas uma opção. Um dos entrevistados afirmou ficar sem consumir os produtos e serviços que não encontra em Itapaci; sete, ou 23,3% dos entrevistados compra ou consome pela internet o que não encontra na cidade (como por exemplo ensino superior, livros, cinema e peças tecnológicas por exemplo), enquanto os restantes 76,7% dos trinta participantes se deslocam até outras cidades para consumir produtos e serviços ausentes em Itapaci.

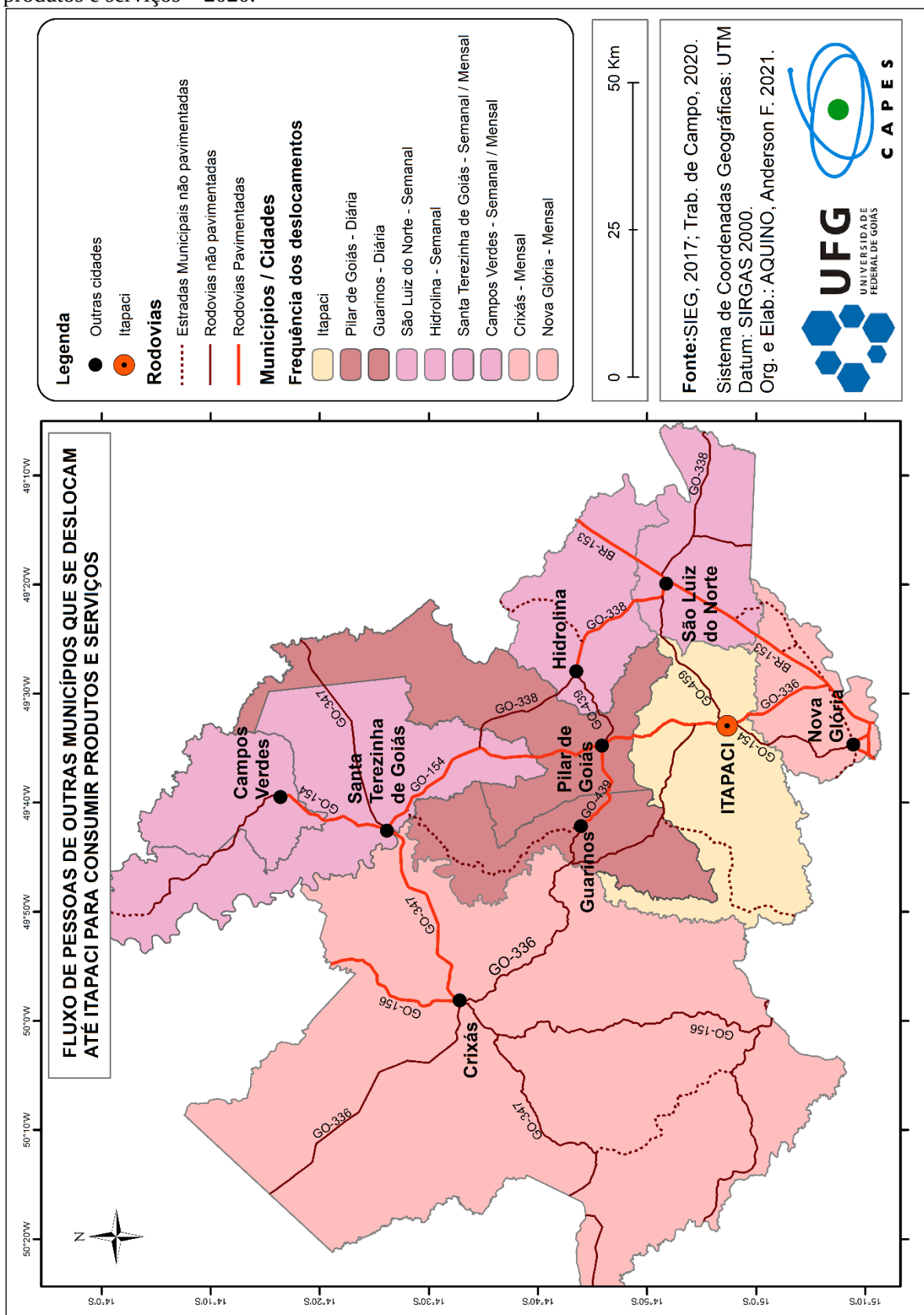
Entre as cidades para as quais se destinam este deslocamento, se destaca Ceres, distante 51 km de Itapaci, que se tornou um centro urbano especializado em serviços de saúde, concentrando um grande número de hospitais, centros de saúde e clínicas em geral (CASTILHO, 2009).

O segundo principal destino indicado pelos entrevistados é Goiânia, distante 222 km de Itapaci. Capital do estado e metrópole, Goiânia estende sua área de influência por 11,3% do território nacional, abrangendo 364 cidades, entre capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona – entre eles, Itapaci, Centro de Zona de nível B – e centros locais (IBGE, 2020). Citadas apenas por um participante cada, as cidades de Anápolis e São Paulo também foram referidas como sendo destino do deslocamento para consumo de produtos e serviços não encontrados em Itapaci, como apresenta a Tabela 12.

Se boa parcela da população que reside em Itapaci vai atender algumas de suas necessidades cotidianas em outras cidades mais dinâmicas da rede urbana, os residentes de outras cidades menos dinâmicas que Itapaci vêm até ela para consumir produtos e serviços, que não são disponibilizados em outras pequenas cidades da região, menores que Itapaci, como afirmam os dois gestores de entidades representativas dos setores de comércio, indústria e serviços do município de Itapaci, quando foram questionados se os setores de comércio e prestação de serviços disponíveis em Itapaci atendem a população de outros municípios do Vale do São Patrício.

Para ambos os gestores dos setores de comércio, indústria e serviços do município de Itapaci, tanto o comércio quanto os serviços disponíveis na cidade de Itapaci, têm se dinamizado muito nas duas últimas décadas, justamente por atender a uma demanda muito maior do que da população itapacina, ofertando produtos e serviços às pessoas de outras pequenas cidades da região, em fluxos de deslocamentos com frequências diária, semanal e mensal, como apresenta a Figura 36.

Figura 36: Fluxo de pessoas de outros municípios que se deslocam até Itapaci (GO) para consumir produtos e serviços – 2020.



Fonte: SIEG, 2017; Pesquisa de Campo, 2020. Org.: AQUINO, Anderson F. 2020.

Como demonstra a Figura 36, a estrutura da rede rodoviária cumpre papel importante neste movimento, já que são pelas rodovias, principalmente as pavimentadas, que permitem a fluidez territorial e os deslocamentos da população de cidades e municípios vizinhos a Itapaci. De acordo com as informações levantadas em entrevista com os dois gestores dos setores de indústria, comércio e serviços em âmbito municipal, que também são comerciantes na cidade de Itapaci, a população das cidades de Pilar de Goiás e Guarinos se deslocam diariamente até Itapaci para consumir produtos e serviços, utilizando a GO-154 (Pilar de Goiás-Itapaci, percurso de 23 km) e GO-439 (Guarinos-Pilar, percurso de 17 km, com distância total até Itapaci de 40 km).

Já as pessoas de São Luiz do Norte e Hidrolina, realizam tal deslocamento até Itapaci semanalmente, dispondo para tal trajeto das rodovias pavimentadas BR-153 e GO-336 (São Luiz do Norte-Itapaci, percurso de 52 km) e GO-338 (Hidrolina-São Luiz do Norte, percurso de 24 km, com distância total até Itapaci de 75 km), além de um percurso bastante utilizado, por ser de menor extensão, a GO-459, que liga Itapaci a São Luiz do Norte, em 29 km de pista não pavimentada, reduzindo a distância do trajeto entre Hidrolina e Itapaci para 48 km. A população de Hidrolina também tem a opção de utilizar a GO-439, que liga Hidrolina a Pilar de Goiás, por pista não pavimentada de 16 km, acessando Itapaci pelo GO-154, em um trajeto total de 37 km.

Com deslocamento entre semanal e mensal, a população das cidades de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes contam com a rodovia estadual pavimentada GO-154, que entre Santa Terezinha de Goiás e Itapaci, corresponde a um trajeto de 66 km, e entre Campos Verdes e Itapaci, o percurso é de 88 km.

Por fim, as pessoas residentes nas cidades de Crixás e Nova Glória, tem uma frequência de deslocamento mensal até Itapaci, utilizando, no caso de Crixás, as rodovias pavimentadas GO-347 (Crixás-Santa Terezinha de Goiás, em uma distância de 33 km) e GO-154 (Santa Terezinha de Goiás-Itapaci, com percurso de 66 km), totalizando uma distância de 99 km até Itapaci, enquanto que Nova Glória se conecta até Itapaci pelas rodovias pavimentadas GO-434, BR-153 e GO-336, em um trajeto de 39 km, além da rodovia não pavimentada GO-154, com percurso de 25 km.

Outro fato que cabe ser ressaltado é a projeção dos papéis urbanos desempenhados pela pequena cidade de Itapaci em seu contexto regional, configurando-se uma dinâmica contemporânea urbana e regional expressiva para uma pequena cidade, que consegue, mesmo que com lacunas, se projetar regionalmente, principalmente nas cidades e municípios ao norte da cidade de Itapaci, já que o raio de influência de Itapaci esbarra na centralidade projetada

pelas cidades de Ceres/Rialma ao sul, Rubiataba a sudoeste, Goianésia a sudeste e Uruaçu a nordeste.

Como ressalta Aparício Jorge Rodrigues, Presidente da ACOMITA/CDL, Itapaci tem se tornado uma importante cidade na região do Vale do São Patrício, papel que, há algumas décadas, era desempenhado unicamente pelo arranjo urbano de Ceres/Rialma. Ele frisa que,

Estou aqui em Itapaci há 31 anos e, antigamente, para tudo tinha que se deslocar para Ceres. Consulta médica era em Ceres; comprar um remédio era em Ceres; comprar roupa era em Ceres; cama mesa e banho era em Ceres. E devido à proximidade das cidades já citadas, Itapaci hoje se tornou polo. Então hoje Itapaci é muito forte no comércio de supermercados; de farmácias; de artigos para cama, mesa e banho; de calçados; de autopeças, devido as usinas que tem aqui, mecânica de tratores.

Então Itapaci é uma cidade importantíssima nesse eixo. Itapaci é uma cidade que é passagem para ir para Pilar; Guarinos; Santa Terezinha; Crixás; Campos Verdes, tudo tem que passar dentro da nossa cidade (RODRIGUES, 2020)²¹.

Portanto, de forma contraditória, os papéis regionais desempenhados por Itapaci se verificam até mesmo em atividades de comércio e serviços, que são vistos por boa parcela da população itapacina como insuficientes, como por exemplo, os serviços de saúde, ensino e segurança pública, ou ainda, o comércio de peças automotivas e itens mais tecnológicos. Pode-se citar alguns exemplos, como a existência do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que funciona anexo ao Pronto Socorro do Hospital Municipal Dr. José Peixoto da Silveira, atendendo os casos de urgência pré-hospitalar, ocorridos em Itapaci e nos municípios vizinhos, que não contam com este serviço.

Por mais que a estrutura do ensino presente em Itapaci não conte com o ensino superior público e presencial, a presença do ensino técnico e profissionalizante, disponível na Asteq, e mesmo do ensino infantil, fundamental e médio, que conta, por exemplo, com um colégio de período integral (Centro de Ensino em Período Integral Santa Terezinha), um colégio militar (Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Geralda Andrade Martins) e um tradicional colégio particular católico (Colégio Assunção), que disponibiliza bolsas de estudos, mediante convênios com o Estado e o Município, são instituições que acabam atraindo estudantes de outras cidades próximas, que não contam com estruturas do tipo, além da condição de sediar a Secretaria Regional Estadual de Educação.

Na segurança pública, Itapaci é das poucas cidades do centro-norte goiano que conta com um Destacamento da Polícia Militar de Goiás (PMGO), vinculado ao 44º Batalhão da Polícia Militar de Ceres, e uma Delegacia da Polícia Civil, vinculada a 10ª Delegacia Regional

²¹ Entrevista concedida no dia 28 de outubro de 2020, durante a Pesquisa de Campo.

de Polícia de Ceres. Ambos os órgãos atendem a ocorrências também nos municípios de Pilar de Goiás, Guarinos e Hidrolina, além de prestar apoio em operações de maior desenvoltura em outros municípios do centro-norte goiano.

Em relação ao comércio de peças e serviços automotivos em geral, é observado na cidade de Itapaci um bom número de lojas e oficinas mecânicas, torneadoras e postos de combustíveis (um total de seis, todos nas margens da Avenida Floresta e em seu prolongamento sul na GO-336), que atendem a população de Itapaci e de outras cidades, especialmente aquelas situadas ao norte e que trafegam por Itapaci para acessar a BR-153.

Da mesma forma, se uma parcela da população itapacina afirma não encontrar itens tecnológicos de telefonia e informática em geral, principalmente em razão dos preços elevados (geralmente superiores aos encontrados na internet), é observado a presença de várias lojas do gênero, tanto especializadas neste tipo de comércio, ou de eletrodomésticos e produtos diversos, contando ainda com lojas autorizadas das operadoras Vivo e Tim. Estas, tanto comercializam, quanto prestam serviços para população de Itapaci e de outras cidades da região, que não dispõem por não dispor de muitos estabelecimentos do tipo, tende a vender produtos com valores ainda mais elevados do que aqueles encontrados em Itapaci.

Tais questões ressaltam uma das contradições presentes na dinâmica contemporânea da pequena cidade de Itapaci, que, mesmo possuindo um grande número de lacunas ao cumprir seus papéis urbanos no atendimento das necessidades cotidianas de sua população, consegue projetar tais papéis regionalmente, atendendo, em diversos quesitos, a demanda regional da população de outras pequenas cidades menores e menos dinâmicas que Itapaci, processo que também se estrutura na dimensão da gestão do território, por intermédio de instituições e entidades públicas ou privadas e também empresas diversas.

Desta forma, a dinâmica contemporânea de Itapaci, circunscrita em seu contexto socioespacial de pequena cidade, se revela de forma complexa, a medida que são inúmeros os desafios presentes na atualidade intraurbana, mas que apresenta um caminho de possibilidades para o futuro da cidade e do município, bem como para a interação socioespacial desta com outras cidades da rede urbana regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento atual de qualquer cidade é a sua própria contemporaneidade, sua estrutura, suas formas, processos e funções, os papéis que cumpre e que se fazem presentes no espaço urbano, e em sua dinâmica socioeconômica e territorial. Mas tal contemporaneidade não detém apenas os elementos do presente, ela guarda boa parcela das velhas formas que revelam a estrutura e as funções que detinham no decurso de seu processo de formação socioespacial. Tais formas pretéritas são preservadas por inúmeros motivos, como inserção de novos usos, que a destinam ao cumprimento de novas funções, ou ainda por ações do Estado, do capital e de instituições locais, ou mesmo por questões afetivas e sentimentais.

Entretanto, é raro as formas do passado se manterem intactas, já que em maior ou menor grau, elas vão acumulando as marcas deixadas pela formação socioespacial em seu movimento dialético no tempo, no espaço e na sociedade, fato que auxilia aos pesquisadores olhar o passado da cidade mais de perto, em suas dinâmicas pretéritas. Esta imersão na formação socioespacial não colabora apenas na compreensão do passado, mas também do presente, ofertando ainda uma base para perspectivas futuras. Todavia, o presente não contém apenas o passado, e menos ainda é contido totalmente por ele, possuindo cada qual, suas próprias contradições particulares, que são de suma importância na pesquisa científica, onde um vai auxiliando o melhor entendimento do outro.

Partindo da reflexão da formação socioespacial, buscou-se então abordar a dinâmica socioespacial que se estabelece a partir dos papéis desempenhados pela pequena cidade de Itapaci, no âmbito de seu espaço intraurbano, e de sua inserção e interação na rede urbana regional.

Estabeleceu-se então como proposta, a compreensão da dinâmica contemporânea da pequena cidade de Itapaci (GO), em seu contexto de interações socioespaciais com outras pequenas cidades do centro-norte goiano, bem como, em sua realidade intraurbana, marcada por elementos que a colocam em condição de destaque na rede urbana regional, e ainda, por lacunas que se fazem presentes no cotidiano da população itapacina.

Diversos geógrafos e geógrafas, como Endlich (2006) e Santos (1982, 2008), enfatizam que a Geografia, enquanto ciência do espaço, não deve se contentar apenas com as interpretações do presente, devendo sempre buscar instrumentos que contribuam para a codificação de novas possibilidades, contribuindo assim, para uma reconstrução social em um porvir promissor.

Portanto, a contemporaneidade da pequena cidade não deve ser analisada apenas enquanto suas virtualidades ou problemáticas, mas refletindo sobre a realidade presente da cidade também enquanto caminho de possibilidades. Sendo o futuro, mais amplo do que a realidade atual que se esvai (SANTOS, 2008), é papel da Geografia e dos geógrafos e geógrafas pensar este caminho de possibilidades para as pequenas cidades, espaço de residência e de vivência de considerável parcela da sociedade brasileira.

Ao olhar o passado e o presente da cidade e do município de Itapaci, abordados na formação socioespacial e na dinâmica contemporânea desta pequena cidade do centro-norte goiano, pode-se vislumbrar algumas alternativas e ações, que são hoje passíveis de serem pensadas, e no amanhã, quem sabe planejadas e executadas, preferencialmente por um modelo de planejamento e gestão abrangente, democrática e popular, no sentido de ir ao encontro dos maiores interessados na construção de uma cidade melhor: seu povo, sua população.

Para entender a importância do dialogar com a população, para um planejamento estratégico de desenvolvimento local-regional, e mais do que isso, escutar suas dificuldades cotidianas e os seus anseios, levantou-se com os 44 participantes da Pesquisa de Campo, 88 diferentes indicações do que poderia ser melhorado na cidade de Itapaci, sobre as quais refletiu-se e que foram diluídas aqui.

As sugestões aqui elencadas foram, então, pensadas a partir da reflexão da realidade contemporânea da pequena cidade de Itapaci, tendo como principal referência, as indicações sugeridas pela população itapacina, colhidas de forma abrangente, durante as entrevistas realizadas na Pesquisa de Campo. Grande parcela das opiniões expressas pelos entrevistados, vai de encontro à premente necessidade de melhorar o suprimento de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos em Itapaci, ações que podem ser planejadas e efetivadas por meio de articulações intermunicipais para o desenvolvimento local-regional.

O território, sua população e as interações, que promovem ou que podem possibilitar, é um dos mais relevantes suportes para o desenvolvimento local. Esse desenvolvimento pode ser pensado, entre outras formas, a partir do planejamento estratégico, que se refere “[...] ao aproveitamento dos recursos locais, definindo aspectos e características que melhor singularizam a cidade e seu entorno, além de detectar debilidades que devem ser corrigidas” (ENDLICH, 2007, p. 12-13). Eis um tema que se descortina para futuras pesquisas, nas quais a Geografia, os geógrafos e as geógrafas, podem contribuir muito.

Para os municípios que contemplam pequenas cidades, buscar o desenvolvimento local completamente endógeno, ou seja, utilizando de seus próprios recursos e da capacidade de seus atores locais, é algo, se não inviável, um tanto difícil, no contexto da economia mundializada.

Porém, esperar a iniciativa das instâncias superiores do Estado e de atores externos pode se revelar uma atitude um tanto inócua. Daí a importância de se pensar estratégias de planejamento territorial, para o desenvolvimento local de pequenas cidades, buscando aproveitar os arranjos socioespaciais existentes entre elas, por intermédio do planejamento intermunicipal.

No caso específico de Itapaci, as principais reivindicações mais citadas se concentraram nas áreas da saúde, geração de emprego e renda, segurança pública, ensino superior público, saneamento básico, melhorias na estrutura viária, valorização do turismo local, e a preservação dos ambientes naturais.

Durante a Pesquisa de Campo, constatou-se de forma nítida que, o fechamento do Hospital São Francisco no ano de 2016, ainda é lembrado e lamentado pela maioria da população itapacina, fato quase sempre relacionado à persistente insuficiência do município na área clínica-hospitalar e a relação de dependência para com a cidade de Ceres. Ainda que seja uma estrutura septuagenária, ampliada e reformada ao longo das décadas de funcionamento, e atrelada à conflituosa relação público-privada, pensa-se que seria importante a busca de parceria, não só entre o município de Itapaci e o grupo familiar herdeiro do médico e ex-proprietário Dr. Almy Dias de Souza, mas também com o Estado de Goiás, a União e municípios vizinhos, para a conversão do Hospital São Francisco em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Porte I, ou ainda em um Hospital Regional Materno Infantil, pretendendo ambas as opções, não apenas para o atendimento da população de Itapaci, mas também das oito cidades e seus respectivos municípios ao norte do município de Itapaci: Pilar de Goiás, Guarinos, São Luiz do Norte, Santa Terezinha de Goiás, Campos Verdes, Crixás e Uirapuru.

São frequentes os deslocamentos da população dos municípios supracitados até Itapaci, principalmente para o atendimento pré-hospitalar de urgência e posterior encaminhamento a Ceres, bem como para o atendimento obstétrico, que é oferecido em poucos hospitais municipais do centro-norte goiano. Tais estruturas não só permitiriam a ampliação dos serviços de atenção à saúde humana em Itapaci, mas também a oferta de tais serviços a nível regional, aliviando ainda as estruturas do tipo presentes em Ceres, que acabam responsáveis pelo atendimento de um grande número de municípios, cujas cidades, em alguns casos, estão a mais de 100 km de distância da cidade de Ceres, como é o caso de Santa Terezinha de Goiás, Campos Verdes, Crixás e Uirapuru.

Outras ações que podem ser pensadas para Itapaci, é a busca de parceria público-privada para a instalação de novas clínicas e laboratórios de saúde, a exemplo do Centro Médico e Laboratório Renaissance, que, nos últimos anos, expandiu filiais em seis cidades do Vale do

São Patrício: Ceres, Itapaci, Rubiataba, Santa Terezinha de Goiás e Rialma. A chegada de novos empreendimentos da área clínica-laboratorial reduziria, em grande medida, a necessidade do deslocamento até Ceres, para realização de exames de saúde específicos de média complexidade.

Para a ampliação da oferta de emprego e renda no município de Itapaci, observa-se que, algumas ideias precisam começar a ser projetadas, no sentido de ampliar a estrutura e a dinâmica econômica da cidade e do município, que mesmo tendo vivenciado um crescimento nos setores de comércio e serviços, que empregam muitas pessoas, ainda é consideravelmente dependente das oportunidades de trabalho ofertadas pela Usina Vale Verde, pela Mineradora Pilar Gold, em Pilar de Goiás, e pela Administração Municipal.

Vários entrevistados durante a Pesquisa de Campo, sugeriram a criação de um distrito industrial, a exemplo dos geridos pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (Codego), de autarquia estadual. Mesmo que necessite uma complexa articulação entre Estado e Município, tal ideia tem se mostrado passível de implementação, já que outros municípios goianos demograficamente menores que Itapaci, tem conseguido aprovação estadual para criação de novos distritos industriais, a exemplo de Santa Terezinha de Goiás e Bonfinópolis, anunciados no ano de 2020. Conforme ressalta Resende (2019), a criação de um distrito industrial em Itapaci, atenderia e ofertaria postos de trabalho, além do município de Itapaci, aos municípios vizinhos de Pilar de Goiás, Guarinos, São Luiz do Norte e Hidrolina, todos em um raio inferior a 50 km de distância de Itapaci.

Uma outra opção também pode ser pensada, como a criação de um setor empresarial-industrial municipal, que poderia contar com uma instituição incubadora de empresas, gerida ou financiada pelo município de Itapaci, com a finalidade de incentivar o surgimento e a consolidação de novas empresas e cooperativas locais, as quais poderia ser ofertado a infraestrutura básica para sua criação/implantação, além de algum tipo de incentivo fiscal por determinado período pré-fixado, a exemplo do que ocorre hoje com os distritos industriais.

As problemáticas em torno da segurança pública e do acesso à moradia, parece estar um tanto ligada à geração do emprego e renda. Sem acesso a trabalho e renda, dificulta-se muito a perspectiva de se adquirir um imóvel residencial urbano, além de ampliar o complexo campo de possibilidades para inserção na criminalidade, especialmente para população jovem e mesmo para a população migrante, muitas vezes desassistidas de um maior amparo social, por parte do poder público ou da sociedade civil organizada. O fortalecimento de políticas públicas nas três escalas (nacional, estadual e municipal) se apresenta como uma boa alternativa para minimizar as duas questões, ampliando-se a oferta, e, principalmente, tornando mais acessível o acesso à

projetos habitacionais, educacionais, profissionalizantes, culturais e esportivos, afim de ofertar melhores condições de vida, em demandas que são gritantes para grande parcela da população de quase totalidade das cidades brasileiras.

Atrelado à problemática da geração de emprego e da perspectiva de vida, pode-se destacar a carência do ensino superior público, que diretamente impacta no processo de formação educacional e ainda, na profissionalização de jovens e adultos em Itapaci, dificultando a inserção destes no mercado de trabalho e sua consolidação profissional.

Ainda que seja um tanto ousado, acredita-se ser viável a possibilidade de um planejamento para implantação de um campus da Universidade Federal de Goiás (UFG) em Itapaci, explica-se os argumentos que subsidiam tal ideia. Em seus 60 anos de existência, a UFG, patrimônio de todos os goianos e goianas, nunca abriu um campus no centro-norte, norte e nordeste do estado, tendo campus apenas na região metropolitana de Goiânia e nas regiões central, sudeste e sudoeste do estado. Depois de décadas de lutas coletivas, os dois últimos foram recentemente emancipados, criando-se a Universidade Federal de Jataí (UFJ) e Universidade Federal de Catalão (UFCAT), ficando a UFG atualmente circunscrita a apenas duas regionais, nas cidades de Goiás e Goiânia, contando a última com três campus, dois na capital e um em Aparecida de Goiânia.

Como outras cidades do centro-norte e do norte goiano, como Ceres, Crixás, Goianésia, Porangatu, São Miguel do Araguaia, Uruaçu, Minaçu e Niquelândia já possuem unidades da Universidade Estadual de Goiás (UEG), isto fortalece a ideia de Itapaci como potencial aspirante a sediar uma regional da UFG no Vale do São Patrício. Tais questões demonstram a plausibilidade, de que, a população itapacina, grupos políticos, empresariado e gestores locais de Itapaci podem, e mais do que isso, devem, pensar e articular esta possibilidade, que impulsionaria a dinâmica atual vivenciada pela cidade de Itapaci, fornecendo ainda importantes subsídios para o crescimento econômico do município e desenvolvimento social de sua população.

Quanto ao saneamento básico, há dois tópicos mais urgentes em Itapaci. Desde 2017, os municípios de Itapaci, São Luiz do Norte, Hidrolina, Pilar de Goiás e Guarinos estavam em negociação para a construção de um aterro sanitário regional, para atender aos municípios que ainda utilizam lixões. Entretanto, em 2020, foi anunciado a criação de um consórcio intermunicipal entre Itapaci e São Luiz do Norte, para a construção do referido aterro sanitário, retirando-se da negociação os outros municípios. O pedido de licença ambiental prévia para a área que sediará o aterro sanitário intermunicipal já foi expedido, e a expectativa é que o projeto

saia do papel nos próximos anos e que se inicie o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) dos dois lixões atualmente existentes nos municípios.

A iniciativa do consórcio intermunicipal é vista de forma bastante positiva, e, apesar dos entraves jurídicos e da premente dificuldade de articulação entre atores públicos, com ideias e objetivos quase sempre divergentes – às vezes confluentes, outras conflitivos –, é uma das alternativas que permitem institucionalizar e efetivar a resolução de problemas comuns aos municípios, particularmente, aqueles cujas sedes constituem pequenas cidades, geralmente detentores de um menor potencial de aplicação de recursos em projetos que exigem altos investimentos, a exemplo de um aterro sanitário.

Também na área de saneamento básico, a coleta e tratamento de esgoto é outra demanda que precisa ser atendida na grande maioria dos bairros de Itapaci, cuja execução depende do poder público municipal e da Saneago, empresa estadual de capital misto, que presta serviço no fornecimento de água na cidade. Porém, é indispensável que a Gestão Municipal de Itapaci comece a exigir das imobiliárias que realizam o parcelamento do solo urbano, além da infraestrutura atualmente exigida – rede distribuidora de água, energia elétrica pública e domiciliar, pavimentação asfáltica, galerias de águas pluviais e meios-fios –, a construção da rede coletora de esgoto e, dependendo da dimensão e localização do novo loteamento, a implantação da própria estação de tratamento de esgoto, como vem sendo exigido em várias cidades brasileiras.

Diretamente correlacionada ao saneamento ambiental, a preservação dos ambientes naturais no entorno da cidade de Itapaci é outro tema que precisa ser ressaltado. Nos últimos anos, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem mostrado empenho em recuperar a vegetação nativa de Cerrado, na Área de Proteção Ambiental (APA) Nascentes do Lago Azul – primeira Unidade de Conservação (UC) do município – e nas nascentes do Ribeirão do Cocho – manancial de abastecimento público de água da cidade –, mas pouco tem sido visto no sentido de planos de ação ou projetos mais abrangentes para o entorno da cidade e o município.

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) das margens dos rios São Patricinho e São Patrício existem e resistem em esparsas localidades, e quase sempre formadas de delgadas faixas de vegetação, mesma situação de outros cursos menores, como é o caso do ribeirão Água Fria – que margeia de sudoeste a norte a área urbana de Itapaci –, que em seu médio percurso, percorre pequenas áreas brejosas invadidas pelo gado e desprovidas de vegetação. A Serra do Morro Escuro, maior proeminência geomorfológica do município de Itapaci, perde, ano após ano, grandes áreas de cobertura vegetal de Cerrado, que vão dando lugar a formação de pastagens para criação de gado, movimento diretamente ligado ao processo de avanço e

consolidação da cana-de-açúcar no município, que, ocupando as antigas pastagens, forçaram o deslocamento destas para as áreas de topografia elevada, mostrando que, no embate entre a cana e o gado, o Cerrado é quem foi suplantado.

A criação de novas Unidades de Conservação (UCs) municipais, somada a projetos de educação ambiental e recuperação de áreas degradadas, não se mostra apenas como possibilidade, mas como uma premente necessidade. A recuperação e conservação de áreas de relevante interesse ecológico, significa não apenas a preservação do que resta da flora e fauna do Cerrado, mas também a possibilidade de gerar emprego e renda, e proporcionar esporte e lazer para a população de Itapaci e da região. O ecoturismo ou turismo ecológico, tão em voga na atualidade, pode sim ser pensado para a cidade e o município de Itapaci, além dos seus três povoados.

No Rio Caiamar, que limita o município de Itapaci com o de Crixás, existem inúmeras cachoeiras, situadas próximas aos povoados de São José do Caiamar e Aparecida de Goiás, também chamado de Fazendinha. Estas são pouco aproveitadas, conhecidas e apreciadas basicamente pela população dos dois povoados, e da cidade de Nova América, que fica relativamente próxima. A menos de um quilômetro do povoado da Ponte Nova, encontra-se no Rio São Patrício algumas corredeiras de águas cristalinas entre formações rochosas. Ainda nas formações naturais, ressalta-se a Serra do Morro Escuro, o Morro de Santo Antônio e o mirante do Morro do Além, na Vila Santana, quase que desconhecidos por boa parcela da própria população itapacina. O principal motivo, credita-se a falta de valorização do potencial ecológico do município, acrescido da ausência de qualquer incentivo à atividade turística, problemática verificada em outros municípios vizinhos, como Pilar de Goiás e Guarinos, onde abundam potencialidades naturais, arquitetônicas, culturais e religiosas, mas inexistem o fomento para a estruturação do turismo.

Se a estrutura rodoviária hoje disponível em Itapaci, e nos outros oito municípios vizinhos representados na Figura 36, é fundamental para o estabelecimento desta dinâmica dos papéis regionais desempenhados pela cidade de Itapaci, também é o que caracteriza um dos principais desafios para melhor estruturação da dinâmica regional de interação socioespacial entre as cidades e seus respectivos municípios.

A pavimentação das rodovias GO-459 (Itapaci-São Luiz do Norte), GO-154 (Itapaci-Nova Glória), GO-336 (Crixás-Itapaci, ou no trecho Crixás-Guarinos) e GO-439 (Hidrolina-Pilar de Goiás) significaria um encurtamento considerável das distâncias atualmente percorridas, e a possibilidade de maior interatividade socioespacial e econômica entre as cidades e municípios, demanda que às vezes é citada por um ou outro gestor municipal, mas

que, visivelmente, nunca esteve em pauta de forma articulada e organizada regionalmente ou a nível intermunicipal.

De forma alguma, o objetivo aqui é esgotar os temas trabalhados sobre a cidade de Itapaci e seu município, em seu contexto socioespacial de pequena cidade, nem mesmo, acredita-se que, as reflexões aqui construídas são o único meio de pensar e planejar as bases para um desenvolvimento local-regional para Itapaci, e para os municípios vizinhos que se articulam na rede urbana regional, buscando-se apenas contribuir ao debate, enfatizando que, a compreensão da formação socioespacial, o entendimento da dinâmica contemporânea de determinada pequena cidade, e o dialogar com a população que vive a realidade cotidiana da cidade, fornecem um significativo suporte para se pensar os meios para a construção de uma cidade melhor.

Também se compreende as inerentes dificuldades de gestão e investimento por parte do poder público municipal, e, particularmente, no caso das pequenas cidades, que enfrentam os desafios de cuidar de tantas infraestruturas e serviços, frente a uma arrecadação tributária e fiscal um tanto limitada, dependendo, ainda, do volume de repasses externos.

Entretanto, é frente aos desafios que se deve explorar a criatividade, e se há inúmeras questões de ordem prática inadiáveis no funcionamento cotidiano da cidade, também existem possibilidades inexploradas, e nesta dimensão, a participação da população revela-se fundamental. Se as pessoas que vivem e convivem, conseguem nitidamente delimitar as carências e necessidades do seu cotidiano, também se mostraram capazes de indicar caminhos de possibilidades para uma cidade melhor no futuro. E, sem sombra de dúvidas, os maiores interessados na construção de uma melhor cidade de Itapaci, é a população itapacina.

A presente pesquisa não tem o intuito de colocar um ponto final na discussão, mas sim, de subsidiar outras pesquisas dos temas aqui abordados, seja em Itapaci, ou em outras pequenas cidades brasileiras. A expectativa é de que, a reflexão geográfica aqui empreendida, forneça novas ideias à compreensão do passado e do presente desta pequena cidade goiana, vislumbrando um pouco o horizonte de um futuro utópico. Neste sentido, a Geografia se revela um recurso singular, para analisar os processos transcorridos, os desafios e potencialidades do hoje, e ousadas aspirações para uma reconstrução urbana, que signifique cidades melhores e com melhores condições de vida à sua população.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à História do Pensamento Geográfico brasileiro). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 21-122, jan./dez. 1994.
- AQUINO, Anderson Ferreira. A fragmentação municipal no Brasil: uma análise sobre os desmembramentos territoriais no município de Itapaci (GO). In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE PEQUENAS CIDADES, 4., 2016, Ituiutaba. **Anais [...]**. Ituiutaba: UFU/Observatório das Cidades, 2016. p. 813-827.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. O território goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 12., 2007, Belém, PA. **Anais [...]**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2007. p. 1-20.
- _____. **A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização**. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2016. 168 p.
- ARROYO, Mónica. Redes e circulação no uso e controle do território. In: ARROYO, Mónica; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Território e circulação: a dinâmica contraditória da globalização**. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2015. p. 37-49.
- ÁVILA, Silvia Regina Starling Assad de. **Efeitos sócio econômicos da expansão da cana de açúcar no Vale do São Patrício**. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG**. 2008. 411 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- BASTOS, José Messias; CASARIL, Carlos Casseiro. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. **Geosul**, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 271-298, jul./ago. 2016.
- BEDROSSIAN, Mayalu Lanza Liso Der. **Rede urbana e espaços de fluxos: rede de cidades no Brasil a partir de fluxos aeroportuários**. 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.
- BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. **Teses e Dissertações**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2020. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. 2007. 230 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAMARGO, Felipe Pires de; ALVES, Humberto Sebastião; CAMARGO FILHO, Waldemar Pires de; VILELA, Nirlene Junqueira. Cadeia produtiva de tomate industrial no Brasil: resenha da década de 1990, produção regional e perspectivas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 11, p. 7-20, nov. 2006.

CAMPOS, Kátia Mesquita. **A dinâmica socioespacial de Itapuranga no contexto da modernização e rede urbana**. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. 123 p.

CARMIN, Robert Leighton. Itapací, Brazil: a frontier town. **Illinois Academy of Science Transactions**, Urbana, IL, v. 47, p. 111-116, 1955.

_____. Itapací, Brazil: rapid growth of frontier town. **Illinois Academy of Science Transactions**, Urbana, IL, v. 53, p. 173-182, 1960.

CARVALHO, Claudia Regina Rosal; CAMPOS, Flávia Rezende. Análise dos aspectos econômicos e ambientais da cadeia agroindustrial do tomate no estado de Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 163-178, jan./jun. 2009.

CASTILHO, Denis. **A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização de Goiás**: território em movimento, paisagens em transição. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

_____; ARRAIS, Tadeu Alencar. Eletrificação e modernização do território em Goiás – Brasil. In: Simpósio Internacional Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbanas em América y Europa, 1890-1930, 2012, Barcelona. **Anais [...]**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012. p. 1-26.

CASTRO, Onildo de. **O Julgado de Pilar**: resgate histórico. Brasília: Grafisa, 1996. 326 p.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. Das biografias urbanas à cultura das cidades: Richard Morse e a formação da metrópole paulista. **Risco**: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 2, n. 22, p. 22-29, 2015.

CERES. Edital de leilão. [Bem imóvel e edificações situado em Nova Glória/GO – falência da Cirio Brasil S./A]. **Comarca de Ceres**: Escrivania da Infância, Juventude e 1º Cível, Ceres, 17 nov. 2016.

CHAUL, Nasr Fayad. Catalão e a Política na Primeira República. In: GOMEZ, Luis Palacín; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. **História Política de Catalão**. Goiânia: Editora da UFG, 1994. p. 111-210. (Coleção Documentos Goianos, 26).

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região Norte. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 817-845, set./dez. 2013.

CISNEIRO, João Augusto Bastos. **A lembrança da marca de leite Gogó com a utilização do composto mercadológico**. 2003. Artigo Final de Curso (Especialização MBA em Marketing) – Faculdade de Ciências Humanas e Letras, Associação Goiana de Ensino, Goiânia, 2003. 13 p.

CLARET BRASIL. **Os missionários Claretianos**. São Paulo: Portal Claret Brasil, 2015. Disponível em: <<https://claret.org.br/claretianos>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis**, São Paulo, Nova Série, n. 3, p. 1-20, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, n. 2, p. 107-124, abr./jun. 1988.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. 96 p. (Série Princípios, 174).

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo: USP, n. 30, p. 5-12, 2011.

_____. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, v. 9, n. 16, p. 119-218, 2012.

CRISE no setor de mineração causa queda de arrecadação em Pilar de Goiás. **Jornal Imprensa do Cerrado**, Crixás, 01 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.imprensadocerrado.com.br/materia/475/crise-no-setor-de-mineracao-causa-queda-de-arrecadacao-em-pilar-de-goias>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015. 174 p.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. Tradução Orlando Valverde. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, n. 14, p. 141-148, mai./jun. 1944.

DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

DIOCESE DE URUAÇU. **Histórico**. Uruaçu: Diocese de Uruaçu, 30 mai. 2014. Disponível em: <<https://diocesedeuruacu.com.br/diocese/historico/>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

DUARTE, Flávio. Ex-funcionários da ‘Cirio’ aguardam há dez anos por acertos trabalhistas. **Jornal Vale Notícias**, Itapaci, 03 fev. 2017. Disponível em: <<https://jornalvalenoticia.com.br/ex-funcionarios-da-cirio-aguardam-ha-dez-anos-por-acertos-trabalhistas/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Módulos fiscais no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

_____. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **Redes - Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul: UNISC, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai./ago. 2007.

FALCÃO, Rosa. Grupo Farias recorre à Justiça para retomar atividades após dívida de R\$ 1 bilhão. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2016/06/grupo-faria-recorre-a-justica-para-retomar-atividades-apos-divida-de-r.html>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FEITOSA, Raphell. População reivindica seus direitos e ocupam casas populares abandonadas. **Itapaci Urgente**, Itapaci, 23 nov. 2015. Disponível em: <<http://itapaciurgente.com.br/2015/11/23/populacao-reivindica-seus-direitos-e-ocupam-casas-populares-abandonadas/>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

FERNANDES, André Eduardo da Silva; WANDERLEI, Nélcio Lacerda. A questão da guerra fiscal: uma breve resenha. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 37, n. 148, p. 5-20, out./dez. 2000.

FERREIRA, Lara Cristine Gomes. **A evolução do Setor Sucroalcooleiro na Microrregião de Ceres (GO): dinâmica espacial e impactos sócio-econômicos**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

FERREIRA, Sandra Cristina. **Rede urbana, cidades de porte médio e cidades médias: estudos sobre Guarapuava no estado do Paraná**. 2010. 298 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2010.

_____. A formação socioespacial como orientação teórico-metodológica no estudo da rede urbana regional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 37, p. 1-7, mar. 2011.

FRAUDES do capital. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 fev. 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1202200414.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FREDERICO, Samuel. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo o velho, o interno e o externo, o mercado e o Estado em áreas de Cerrado. **Geousp**, São Paulo, n. 34, p. 46-61, 2013.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza: UFC, v. 9, n. 2, p. 75-81, set./dez. 2010.

GOIÁS. Lei nº 9.489, de 19 de julho de 1984. Cria o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás – FOMENTAR. **Diário Oficial do Estado de Goiás**. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 31 jul. 1984. Disponível em:

<https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/85879/lei-9489>. Acesso em: 23 dez. 2020.

_____. Lei nº 16.872, de 06 de janeiro de 2010. Modifica a Lei nº 9.129, de 22 de dezembro de 1981, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás. **Diário Oficial do Estado de Goiás**. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 08 jan. 2010. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/88587/lei-16872>. Acesso em: 20 mai. 2021.

_____. Lei nº 18.360, de 30 de dezembro de 2013. Prorroga o prazo de fruição dos incentivos dos Programas Fomentar e Produzir, cria obrigações para a empresa beneficiária e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 17 jan. 2014. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90515/lei-18360>. Acesso em: 23 dez. 2020.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. Trad. Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 2, 476 p.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 36, 456 p.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil – 1961**. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. ano XXII, 480 p.

_____. **Produção Agrícola Municipal - 1975**: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v. 2, t. 7, p. 1-150.

_____. **Produção Agrícola Municipal - 1980**: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. v. 7, t. 7, p. 1-154.

_____. **Produção Agrícola Municipal - 1985**: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. v. 12, t. 3, p. 1-478.

_____. **Produção Agrícola Municipal - 1990**: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 17, n. 5, p. 1-187.

_____. **Produção Agrícola Municipal - 1995**: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. v. 22, n. 27, p. 1-77.

_____. **Produção Agrícola Municipal - 2000**: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 27, n. 18. p. 1-82.

_____. **Sinopse por setores**. Censo Demográfico de 2010. IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

_____. **Séries históricas e estatísticas**. Censos Demográficos 1940-2010. IBGE, 2017. Disponível em: <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=10>. Acesso em 05 jan. 2021.

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas.** Rio de Janeiro: IBGE, 1972. 110 p.

_____. **Regiões de influência das cidades - 1987.** Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 212 p.

_____. **Regiões de influência das cidades - 1993.** Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 230 p.

_____. **Regiões de influência das cidades - 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p.

_____. **Regiões de influência das cidades - 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias:** 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82 p.

_____. **IBGE Cidades:** Panorama e Histórico de Itapaci (GO). IBGE, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/itapaci/panorama>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

_____. **Cadastro Central de Empresas.** SIDRA: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6450>>. Acesso em: 05 mai. 2021.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Mapas das Mesorregiões do Estado de Goiás – IBGE.** Goiânia: IMB, 2018. Disponível em: <<https://www.imb.go.gov.br/geoinforma%C3%A7%C3%A3o/mapas/mapas-das-mesorregi%C3%B5es-de-goi%C3%A1s-ibge.html>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

ITAPACI, Prefeitura Municipal de. **Leis de criação/Aprovação de loteamentos.** Itapaci: Portal do Cidadão da Prefeitura de Itapaci, 2021. Disponível em: <<https://acessoainformacao.itapaci.go.gov.br/cidadao/legislacao/leis>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução T. C. Neto. São Paulo: Documentos, 1969. 133 p.

_____. **A revolução urbana.** Tradução Sérgio Martins. 3. reimp. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2008. 176 p.

LÉVY, Jacques. Penser la ville: un impératif sous toutes les latitudes. **CEMOTI:** Cahiers d'études sur la Méditerranée orientale et le monde turco-iranien, n. 24, p. 25-38, juil./déc. 1997.

MARTINS, Márcio Bezerra. **Considerações sobre o Patrimônio Industrial:** estudo da Fábrica Peixe, município de Pesqueira – PE. 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 290-322, jul./dez. 2011.

MATTE JÚNIOR, Alexandre Aloys; ALVES, Darlã de. A Teoria do Polos de Crescimento de Perroux: uma revisão sistemática. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v. 9, n. 3, p. 103-115, mai./ago. 2017.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MELO, Paulo César T. de; VILELA, Nirlene Junqueira. Desempenho da cadeia agroindustrial brasileira do tomate na década de 90. **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 154-160, jan./mar. 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Complexidade do espaço agrário brasileiro: o Agrohidronegócio e as (Re)Existências dos Povos Cerradeiros. **Terra Livre**, São Paulo, ano 26, v. 1, n. 34, p. 189-202, jan./jun. 2010.

MICROTURBO. **Quem somos**. Itapaci: Microturbo Telecomunicações e Provedor de Internet, 2021. Disponível em: <<https://www.microturbointernet.com.br>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. **Cidades**, v. 1, n. 2, p. 277-314, 2004.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. Tendências nas pesquisas geográficas sobre cidades pequenas no Brasil: apontamentos para análise. **GEOgraphia**, Niterói, v. 16, n. 32, p. 139-170, 2014.

NUEVO, Paulo Augusto Sacomani. Aspectos da cadeia agroindustrial do tomate no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 31-46, fev. 1994.

PALACIOS, Maria. Weber e a cidade. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 133-153, dez. 2016.

PEDROSA JÚNIOR, Oswaldo Antunes; CORRÊA, Antonio Cláudio de França. A crise do petróleo e os desafios do Prés-sal. **Boletim de Conjuntura do Setor Energético**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 4-14, fev. 2016.

PEQUENA. In: **DICIONÁRIO PRIBERAM da língua portuguesa**. Lisboa: Priberam Informática, 2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/PEQUENA>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PIRES, Mauro Oliveira. Programas agrícolas na ocupação do Cerrado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n. 1-2, p. 111-131, jan./dez. 2000.

RESENDE, Danilo Mendes. **Gestão de Políticas públicas aplicadas aos distritos industriais de Goiás:** plano de ação para atender às regiões menos dinâmicas do Estado. 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2019.

SANTOS, Milton. **Os estudos regionais e o futuro da Geografia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1953. 99 p.

_____. **A cidade como centro de região:** definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

_____. Para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 59, p. 5-22, out. 1982.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Metamorfoses Do Espaço Habitado:** Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 136 p. (Coleção Milton Santos; 10).

_____. **Espaço e Método.** 5. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2012. 120 p. (Coleção Milton Santo; 12).

SANTOS, Ana Elizabeth Accioly Ferreira dos. **A agroindústria canavieira, produção de alimentos e sustentabilidade no estado de Goiás.** 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Coordenações Regionais de Educação em Goiás.** Goiânia: SEDUC, 2020. Disponível em: <<https://site.educacao.go.gov.br/coordenacoes-regionais/>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO. **Anuário Estatístico de Goiás - 1978.** Goiânia: SEPLAN, 1978. v. 1.

_____. **Anuário Estatístico de Goiás – 1979.** Goiânia: SEPLAN, 1980. v. 1. 657 p.

_____. **Anuário Estatístico de Goiás – 1989.** Goiânia: SEPLAN, 1989. 514 p.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás – 1992.** Goiânia: SEPLAN, 1992. 442 p.

_____. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás – 1996.** Goiânia: SEPLAN, 1996. 621 p.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás – 2003.** Goiânia: SEPLAN, 2003. 816 P.

SISTEMA ESTADUAL DE GEOINFORMAÇÃO. **Downloads, SIG-Shapefiles.** SIEG. IMB (coord.), SEPLAN (desen.). 2017. Disponível em: <<http://www.sieg.go.gov.br/>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

SILVA, José Fábio da. **O progresso como categoria de entendimento histórico:** um estudo de caso sobre a modernização da cidade de Anápolis – GO (1930-1957). 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SILVA, Magda Valéria da. **A indústria automobilística em Catalão/Goiás: da rede ao circuito espacial da produção da MMC Automotores do Brasil S.A.** 2010. 450 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

_____. Apontamentos teóricos-metodológicos para o conceito geográfico “circuito espacial da produção”: estudo de casos em Goiás – Mitsubishi em Catalão e Complan em Morrinhos. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 34, n. 1, p. 73-91, jan./abr. 2014.

SILVA, Sandro Dutra e; PIETRAFESA, José Paulo; SANTOS, Ana Elizabeth Accioly F. dos. O Cerrado e a produção sucroalcooleira: expansão e transferência histórico-geográfica da produção de etanol em Goiás. In: PIETRAFESA, José Paulo; SILVA, Sandro Dutra e. (Org.). **Transformações no Cerrado: progresso, consumo e natureza**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011. p. 21-46.

SILVEIRA, José Peixoto da. **Discursos e conferências**. Brasília: Horizonte, 1981. 280 p.

_____. **Fragmentos do meu tempo**. Goiânia: Kelps, 1997. 261 p.

SIQUEIRA, Diana Albani; SIQUEIRA, Amanda Albani. Estudo e avaliação da tecnologia flex fuel. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ENGENHARIA MECÂNICA, 11., 2004, Nova Friburgo. **Anais [...]**. Nova Friburgo: UERJ/Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, 2004. p. 1-2.

SOARES, Paulo Valladares. **Estudo da contaminação por mercúrio e metais pesados em garimpo de ouro primário: o estudo de caso da região de Pilar de Goiás e Guarinos, Goiás**. 1990. 85 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 229-250.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 53-64.

SPOLAOR, Silvana. **Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia – RS**. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010

SPOSITO, Eliseu Sáverio; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Cidades Pequenas: Perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 148 p.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 61-89, fev. 2002.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS. **Eleições Anteriores**. Goiânia: TRE-GO, 2021. Disponível em: <<https://www.tre-go.jus.br/eleicoes/eleicoes-ant anteriores/eleicoes-ant anteriores>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A cidade, o urbano, o lugar. **Geosp**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 11-15, 1999.

VAZZOLÉR, Luiz Fernando Rigacci; BONACELLI, Maria Beatriz Machado. Geração e uso de etanol combustível: oportunidades e limites da tecnologia flex-fuel. **Gestão & Conexões**, Vitória (ES), v. 1, n. 1, p. 11-133, jul./dez. 2014.

VEIGA, Léia Aparecida. **Jaguapitã-PR**: pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas de bilhar. 2007. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA – POPULAÇÃO ITAPACINA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

REGIONAL CATALÃO

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisa: PAPÉIS URBANOS E REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE: a dinâmica contemporânea da cidade de Itapaci (GO)

Mestrando: Anderson Ferreira Aquino

Orientadora: Profa. Dra. Magda Valéria da Silva

Nº do Questionário: _____ Bairro _____

Idade: _____ Escolaridade: _____

Média individual de renda mensal: _____

1 – Você/Sr./Sra. é natural do município de Itapaci?

☐ Sim.☐ Não. Qual seu município de nascimento? _____

1.1 – Por qual motivo Você/Sr./Sra. veio residir em Itapaci?

☐ Trabalho. ☐ Ensino. ☐ Família. ☐ Qualidade de vida. ☐ Outros.

1.2 – Há quanto tempo você reside em Itapaci?

☐ Menos de 5 anos. ☐ Entre 5 e 10 anos. ☐ Há mais de 10 anos.

2 – Em qual setor da economia Você/Sr./Sra. trabalha atualmente?

☐ Agricultura, pecuária ou silvicultura. ☐ Mineração. ☐ Indústria. ☐ Comércio.☐ Prestação de serviço. ☐ Administração Pública. ☐ Não está trabalhando no momento.

3 – O que Você/Sr./Sra. mais gosta na cidade de Itapaci?

4 - Na sua opinião, quais os principais problemas urbanos da cidade de Itapaci?

5 – O que Você/Sr./Sra. acha que poderia ser melhorado na cidade de Itapaci?

6 – Na sua opinião, Itapaci é uma cidade que atende bem as necessidades cotidianas da população itapacina nos seguintes quesitos:

6.1 - Ensino

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

6.2 - Lazer

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

6.3 – Saúde

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

6.4 – Saneamento básico

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

6.5 – Segurança pública

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

6.6 – Assistência social

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

6.7 – Oportunidade de trabalho

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

6.8 – Acesso à moradia

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

6.9 – Produtos de consumo cotidiano

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

6.10 – Serviços de consumo cotidiano

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

7 – Você/Sr./Sra. encontra em Itapaci todos os produtos e serviços que necessita no seu cotidiano?

() Sim.

() Não. Quais produtos e serviços você não encontra em Itapaci?

_____/_____/_____
_____/_____/_____

7.1 – Como Você/Sr./Sra. faz para consumir esses produtos e serviços que não encontra em Itapaci?

() Fica sem consumir esses produtos e serviços.

() Compra pela internet.

() Desloca-se até outras cidades. Quais cidades?

_____/_____/_____
_____/_____/_____

8 – Você/Sr./Sra. considera Itapaci uma cidade importante para a Região do Vale do São Patrício?

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

9 – Caso queira, Você/Sr./Sra. pode complementar qualquer informação e realizar seu comentário final.

Você deseja receber os resultados finais dessa pesquisa? () Sim. () Não.

E-mail: _____

Telefone: _____

MUITO OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO!

**ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA – SECRETARIA DE INDÚSTRIA E
COMÉRCIO DE ITAPACI**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

REGIONAL CATALÃO

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisa: PAPÉIS URBANOS E REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE: a dinâmica contemporânea da cidade de Itapaci (GO)

Mestrando: Anderson Ferreira Aquino

Orientadora: Profa. Dra. Magda Valéria da Silva

I - Identificação do participante

Instituição participante: Secretaria de Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Itapaci

Data da entrevista: ____/____/ 2020

Nome do Participante: _____

Idade: _____ Naturalidade: _____

Profissão: _____

Cargo que exerce na Instituição: _____

II – Questões

1 – Dentro do contexto geral de funções a cargo da Secretaria de Indústria e Comércio do Município de Itapaci, quais tem sido as principais frentes de trabalho e ações desta secretaria?

2 – Como Você/Sr./Sra. analisa o atual dinamismo nos setores industrial, de comércio e de prestação de serviços no município de Itapaci?

3 – Quais as principais mudanças, tanto positivas quanto negativas, que estes setores (Indústria, Comércio e Prestação de Serviços) apresentaram nas duas últimas décadas em Itapaci?

4 – Na sua opinião, a Usina Vale Verde, ainda desempenha um papel central na economia de Itapaci, tanto na geração de emprego e renda para a população, quanto na geração de divisas (impostos) para o município ou este papel vem sendo minimizado nos últimos anos?

5 – Quais os principais desafios e dificuldades que os setores da indústria, do comércio e prestação de serviços vivenciam hoje em Itapaci?

6 – O que Você/Sr./Sra. acha que poderia ser realizado para solucionar ou mesmo minimizar tais desafios e dificuldades?

7 – Na sua opinião, Itapaci é uma cidade que atende bem as necessidades cotidianas da população itapacina nos seguintes quesitos:

7.1 - Ensino

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

7.2 - Lazer

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

7.3 – Saúde

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

7.4 – Saneamento básico

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

7.5 – Segurança pública

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

7.6 – Assistência social

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

7.7 – Oportunidade de trabalho

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

7.8 – Acesso à moradia

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

7.9 – Produtos de consumo cotidiano

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

7.10 – Serviços de consumo cotidiano

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

8 – Na sua opinião, o comércio de Itapaci (supermercados; farmácias; postos de combustíveis; lojas de ferramentas, armarinhos, móveis, eletrodomésticos, material de construção, etc.) atende também a população de outros municípios do Vale do São Patrício?

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

8.1 – Se “sim”, indique os municípios de procedência de pessoas que na sua opinião procuram Itapaci para adquirir produtos e com que frequência isso ocorre:

Nº	Município	Frequência
01		() D () S () M () E
02		() D () S () M () E
03		() D () S () M () E
04		() D () S () M () E
05		() D () S () M () E
06		() D () S () M () E
07		() D () S () M () E
08		() D () S () M () E
09		() D () S () M () E
10		() D () S () M () E

D – Diariamente, S – Semanalmente, M – Mensalmente, E - Esporadicamente

9 – Na sua opinião, os prestadores de serviços (escolas, clínicas, fórum, salões de beleza, oficinas mecânicas, escritórios de advocacia e consultoria, bancos, agências de viagem, etc.) atende a população de outros municípios do Vale do São Patrício?

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

9.1 – Se “sim”, indique os municípios de procedência de pessoas que na sua opinião procuram Itapaci para consumir serviços, e com que frequência isso ocorre:

Nº	Município	Frequência
01		() D () S () M () E
02		() D () S () M () E
03		() D () S () M () E
04		() D () S () M () E
05		() D () S () M () E
06		() D () S () M () E
07		() D () S () M () E
08		() D () S () M () E
09		() D () S () M () E
10		() D () S () M () E

D – Diariamente, S – Semanalmente, M – Mensalmente, E - Esporadicamente

10 – Você/Sr./Sra. considera Itapaci uma cidade importante para a Região do Vale do São Patrício?

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

11 – Caso queira, Você/Sr./Sra. pode complementar qualquer informação e realizar seu comentário final.

Você/Sr./Sra. deseja receber os resultados finais dessa pesquisa? () Sim. () Não.

E-mail: _____

Telefone: _____

MUITO OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO!

**ANEXO III – ROTEIRO DE ENTREVISTA – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E
INDUSTRIAL DE ITAPACI/CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE ITAPACI**
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisa: PAPÉIS URBANOS E REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE: a dinâmica contemporânea da cidade de Itapaci (GO)

Mestrando: Anderson Ferreira Aquino

Orientadora: Profa. Dra. Magda Valéria da Silva

I - Identificação do participante

Instituição participante: Associação Comercial e Industrial de Itapaci/Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapaci (ACOMITA/CDL)

Data da entrevista: ____/____/2020

Nome do Participante: _____

Idade: _____ Naturalidade: _____

Profissão: _____

Cargo que exerce na Instituição: _____

II – Questões

1 – Em que ano foi fundada a ACOMITA/CDL em Itapaci e qual foi o número de associados à época de sua criação?

2 – Qual é o quantitativo de comerciantes, lojistas e industriais associados atualmente?

3 – Como Você/Sr./Sra. analisa o atual dinamismo dos setores industrial, de comércio e de prestação de serviços no município de Itapaci?

4 – Quais as principais mudanças, tanto positivas quanto negativas, que estes setores (Indústria, Comércio e Prestação de Serviços) apresentaram nas duas últimas décadas em Itapaci?

5 – Na sua opinião, a Usina Vale Verde ainda desempenha um papel central na economia de Itapaci, tanto na geração de emprego e renda para a população, quanto na geração de divisas (impostos) para o município, ou este papel vem sendo minimizado nos últimos anos?

6 – Quais os principais desafios e dificuldades que os setores da indústria, do comércio e prestação de serviços vivenciam hoje em Itapaci?

7 – O que Você/Sr./Sra.. acha que poderia ser realizado para solucionar ou mesmo minimizar tais desafios e dificuldades?

8 – Na sua opinião, Itapaci é uma cidade que atende bem as necessidades cotidianas da população itapacina nos seguintes quesitos:

8.1 - Ensino

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

8.2 - Lazer

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

8.3 – Saúde

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

8.4 – Saneamento básico

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

8.5 – Segurança pública

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

8.6 – Assistência social

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

8.7 – Oportunidade de trabalho

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

8.8 – Acesso à moradia

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

8.9 – Produtos de consumo cotidiano

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

8.10 – Serviços de consumo cotidiano

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

9 – Na sua opinião, o comércio de Itapaci (supermercados; farmácias; postos de combustíveis; lojas de ferramentas, armarinhos, móveis, eletrodomésticos, material de construção, etc.) atende também a população de outros municípios do Vale do São Patrício?

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

9.1 – Se “sim”, indique os municípios de procedência de pessoas que na sua opinião procuram Itapaci para adquirir produtos, e com que frequência isso ocorre:

Nº	Município	Frequência
01		() D () S () M () E
02		() D () S () M () E
03		() D () S () M () E
04		() D () S () M () E
05		() D () S () M () E
06		() D () S () M () E
07		() D () S () M () E
08		() D () S () M () E
09		() D () S () M () E
10		() D () S () M () E

D – Diariamente, S – Semanalmente, M – Mensalmente, E - Esporadicamente

10 – Na sua opinião, os prestadores de serviços (escolas, clínicas, fórum, salões de beleza, oficinas mecânicas, escritórios de advocacia e consultoria, bancos, agências de viagem, etc.) atende a população de outros municípios do Vale do São Patrício?

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

10.1 – Se “sim”, indique os municípios de procedência de pessoas que na sua opinião procuram Itapaci para consumir serviços, e com que frequência isso ocorre:

Nº	Município	Frequência
01		() D () S () M () E
02		() D () S () M () E
03		() D () S () M () E
04		() D () S () M () E
05		() D () S () M () E
06		() D () S () M () E
07		() D () S () M () E
08		() D () S () M () E
09		() D () S () M () E
10		() D () S () M () E

D – Diariamente, S – Semanalmente, M – Mensalmente, E - Esporadicamente

11 – Você/Sr./Sra. considera Itapaci uma cidade importante para a Região do Vale do São Patrício?

() Sim. () Não. () Não sabe opinar.

12 – Caso queira, Você/Sr./Sra. pode complementar qualquer informação e realizar seu comentário final.

Você/Sr./Sra. deseja receber os resultados finais dessa pesquisa? () Sim. () Não.

E-mail: _____

Telefone: _____

MUITO OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO!

ANEXO IV – BASE DO CÁLCULO AMOSTRAL

Cálculo amostral população residente em Itapaci (GO).

CÁLCULO AMOSTRAL

Z = 1,65 Tabela de score (referente a confiança de 90%)
 N = 9404 População entre 20 e 59 anos de idade que reside na cidade de Itapaci
 P = 0,80 Índice de Homogeneidade
 e = 0,1 Margem de erro (referente ao erro amostral de 10%)

$$n = \frac{\frac{Z^2 \cdot P \cdot (1-P)}{e^2}}{1 + \left(\frac{Z^2 \cdot P \cdot (1-P)}{e^2 \cdot N}\right)} \rightarrow n = \frac{\frac{1,65^2 \cdot 0,80 \cdot (0,2)}{0,1^2}}{1 + \left(\frac{1,65^2 \cdot 0,80 \cdot (0,2)}{0,1^2 \cdot 9404}\right)} \rightarrow n = \frac{\frac{2,7225 \cdot 0,16}{0,1^2}}{1 + \left(\frac{2,7225 \cdot 0,16}{0,01 \cdot 9404}\right)} \rightarrow$$

$$n = \frac{\frac{0,4356}{0,01}}{1 + \left(\frac{0,4356}{94,04}\right)} \rightarrow n = \frac{43,56}{1 + 0,0046320714589536} \rightarrow$$

$$n = \frac{43,56}{1,004632071458954} \rightarrow n = 43,3591572850556 \rightarrow n \approx 44$$

Fonte: SURVEY MONKEY. 2019. Org.: AQUINO, Anderson F. 2019.

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PAPÉIS URBANOS E REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE: a dinâmica contemporânea da cidade de Itapaci (GO)

Pesquisador: ANDERSON FERREIRA AQUINO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 29956520.1.0000.8409

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.001.087

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa PAPÉIS URBANOS E REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE: a dinâmica contemporânea da cidade de Itapaci (GO) tem como pesquisador responsável: Anderson Ferreira Aquino e como pesquisadora participante Magda Valéria da Silva (orientadora), apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito obrigatório para o Simpósio Interno do Mestrado.

Desenho

"Entender a dinâmica que se estabelece entre pequenas cidades é o objetivo deste trabalho, que parte de uma análise dos papéis urbanos e regionais desempenhados pela cidade de Itapaci, pequena cidade do centro-norte goiano, em sua articulação com outras cidades pequenas integradas a rede urbana regional. Mesmo as pequenas cidades, como Itapaci, redefinem os papéis que exercem, o que pode, conseqüentemente, reduzir ou ampliar os papéis que desempenham em seu espaço urbano e no entorno regional ao qual se inserem, podendo, assim, conforme a hipótese adotada aqui, diminuir ou ampliar sua área de influência e estabelecer centralidade na rede urbana regional. Conhecer tal dinâmica permite traçar as tendências contemporâneas das interações espaciais entre as pequenas cidades, bem como pensar algumas indicações para o futuro voltadas ao desenvolvimento urbano e regional. Na busca por alcançar os objetivos propostos, serão utilizadas as pesquisas teórica, documental e de campo. A primeira tem por

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.001.087

finalidade a realização de uma ampla revisão de literatura sobre pequenas cidades, rede urbana, centralidade, funções e papéis urbanos entre outros temas relevantes, como por exemplo aqueles referentes à cidade e ao município de Itapaci (GO), bem como à microrregião geográfica que este se insere e ao estado de Goiás. A segunda corresponde ao levantamento de dados secundários e outros documentos que se fizerem relevantes em instituições públicas e privadas. E por fim, a pesquisa de campo possibilitará a observação direta da cidade de Itapaci, dos equipamentos e empreendimentos instalados em sua área urbana, o que permitirá o registro fotográfico dos espaços públicos para uma melhor elucidação das características da cidade, bem como a aplicação de roteiros de entrevista estruturada à população itapacina e a dois representantes dos setores secundário e terciário da economia de Itapaci, ou seja, a indústria e o comércio e prestação de serviços. O intuito desta pesquisa de campo com aplicação de roteiros de entrevista é levantar dados primários sobre os atuais papéis urbanos e a dinâmica de Itapaci no contexto da rede urbana regional, dados que serão obtidos justamente com alguns dos atores que vivenciam a realidade cotidiana desta cidade do centro-norte goiano, sejam enquanto consumidores do espaço urbano, da infraestrutura da cidade, do comércio e dos serviços locais, ou ainda enquanto agentes políticos, administrativos e de gestão destes setores da economia. O atrativo inicial pelo tema e pela área escolhida para se desenvolver a pesquisa vem da vivência do pesquisador, que tendo nascido na cidade de Itapaci, viveu por vinte anos no município vizinho de Nova Glória, que também se configura uma pequena cidade. As interações socioespaciais entre as cidades pequenas sempre despertou uma curiosidade pessoal, particularmente aquelas engendradas por Itapaci no contexto regional ao qual está inserida, da mesma forma que as particularidades de sua dinâmica ainda é motivo de inquietação e reflexão, reforçadas pelo pouco enfoque que as cidades pequenas recebem da Geografia Urbana e pelo reduzido número de pesquisas acadêmicas que se dedicaram a analisar à realidade socioespacial do centro-norte goiano. A relevância da presente pesquisa consiste em ir além de analisar a pequena cidade em si e por si mesma, mas abordá-la em sua articulação contemporânea com a rede urbana, o que permite entender como ela, integrando fixos e fluxos, se articula nas diversas frações do espaço, interno e externo a sua área urbana e ao território de seu município, ou seja, sua dinâmica urbana e regional, permitindo uma reflexão sobre como as pequenas cidades podem planejar o futuro partindo de estratégias e ações integradas entre municípios vizinhos que aproveitem suas atuais dinâmicas e interações socioespaciais em benefício mútuo."

Resumo:

"A presente pesquisa busca compreender a partir de uma análise da dinâmica contemporânea da

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.001.087

cidade de Itapaci (GO), quais os papéis urbanos e regionais que são desempenhados por esta cidade, enquanto uma pequena cidade que em nossa hipótese se articula com outras pequenas cidades localizadas em seu entorno. Para alcançar tal objetivo, serão utilizadas as pesquisas teórica, documental e de campo. A relevância da pesquisa consiste em ir além de analisar a pequena cidade em si e por si mesma, mas abordá-la em sua articulação contemporânea com a rede urbana, o que permite entender como ela, integrando fixos e fluxos, se articula nas diversas frações do espaço, interno e externo a sua área urbana e ao território de seu município, ou seja, sua dinâmica urbana e regional, permitindo uma reflexão sobre como as pequenas cidades e seus respectivos municípios podem planejar o futuro, partindo de estratégias e ações integradas entre municípios vizinhos que aproveitem suas atuais dinâmicas e interações socioespaciais em benefício mútuo.”

Introdução:

“A cidade e toda a complexidade da realidade urbana encontra-se em um constante processo de transformação, que na atualidade se efetiva de forma cada vez mais rápida. Assim, coloca-se como grande desafio, para as ciências sociais em geral e para a Geografia em particular, a compreensão da cidade contemporânea dentro do processo de produção do espaço e o desvendamento dos novos conteúdos da realidade urbana, apreendidos a partir de uma análise da dimensão espacial que não fragmente a totalidade dos processos e dinâmicas constitutivos do espaço urbano. Daí a importância de se abordar a cidade a partir de seus papéis e de suas articulações com as outras cidades integradas à rede urbana. Compreender os papéis da cidade na rede urbana tornou-se uma análise fundamental, porque dentro do movimento de expansão do capitalismo, sob a égide da globalização, ampliaram-se os papéis das cidades na distribuição de bens, serviços, valores e ideias, ampliando-se assim, a escala em que as relações espaciais entre as cidades se estabelecem, aumentando as formas e ritmos de circulação, inclusive entre pequenas cidades, pois elas também se articulam não apenas com as cidades médias ou metropolitanas, mas também entre si. Entender essa dinâmica que vem se estabelecendo entre pequenas cidades é o objetivo deste trabalho, que parte de uma análise dos papéis urbanos e regionais desempenhados pela cidade de Itapaci, pequena cidade do centro-norte goiano, em sua articulação com outras cidades pequenas integradas a rede urbana regional. Mesmo as pequenas cidades, como Itapaci, redefinem os papéis que exercem, o que pode, consequentemente, reduzir ou ampliar os papéis que desempenham em seu espaço urbano e no entorno regional ao qual se inserem, podendo, assim, conforme a hipótese adotada aqui, diminuir ou ampliar sua área de influência e estabelecer centralidade na rede urbana regional. Conhecer tal dinâmica permite traçar

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.001.087

as tendências contemporâneas das interações espaciais entre as pequenas cidades, bem como pensar algumas indicações para o futuro voltadas ao desenvolvimento urbano e regional. Na busca por alcançar os objetivos propostos, serão utilizadas as pesquisas teórica, documental e de campo. A primeira tem por finalidade a realização de uma ampla revisão de literatura sobre pequenas cidades, rede urbana, centralidade, funções e papéis urbanos entre outros temas relevantes, como por exemplo aqueles referentes à cidade e ao município de Itapaci (GO), bem como à microrregião geográfica que este se insere e ao estado de Goiás. A segunda corresponde ao levantamento de dados secundários e outros documentos que se fizerem relevantes em instituições públicas e privadas. E por fim, a pesquisa de campo possibilitará a observação direta da cidade de Itapaci, dos equipamentos e empreendimentos instalados em sua área urbana, o que permitirá o registro fotográfico dos espaços públicos para uma melhor elucidação das características da cidade, bem como a aplicação de roteiros de entrevista estruturada à população itapacina e a dois representantes dos setores secundário e terciário da economia de Itapaci, ou seja, a indústria e o comércio e prestação de serviços. O intuito desta pesquisa de campo com aplicação de roteiros de entrevista é levantar dados primários sobre os atuais papéis urbanos e a dinâmica de Itapaci no contexto da rede urbana regional, dados que serão obtidos justamente com alguns dos atores que vivenciam a realidade cotidiana desta cidade do centro-norte goiano, sejam enquanto consumidores do espaço urbano, da infraestrutura da cidade, do comércio e dos serviços locais, ou ainda enquanto agentes políticos, administrativos e de gestão destes setores da economia. O atrativo inicial pelo tema e pela área escolhida para se desenvolver a pesquisa vem da vivência do pesquisador, que tendo nascido na cidade de Itapaci, viveu por vinte anos no município vizinho de Nova Glória, cuja sede – como praticamente de todos os municípios que constituem a Microrregião de Ceres, da qual fazem parte Itapaci e Nova Glória – também se configura uma pequena cidade. As interações socioespaciais entre as cidades pequenas sempre despertou uma curiosidade pessoal, particularmente aquelas engendradas por Itapaci no contexto regional ao qual está inserida, da mesma forma que as particularidades de sua dinâmica ainda é motivo de inquietação e reflexão, reforçadas pelo pouco enfoque que as cidades pequenas recebem da Geografia Urbana e pelo reduzido número de pesquisas acadêmicas que se dedicaram a analisar à realidade socioespacial do centro-norte goiano. A presente pesquisa conta com financiamento, sendo o pesquisador beneficiário do Programa de Demanda Social da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A relevância da presente pesquisa consiste em ir além de analisar a pequena cidade em si e por si mesma, mas abordá-la em sua articulação contemporânea com a rede urbana, o que permite entender como ela, integrando fixos e fluxos, se

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.001.087

articula nas diversas frações do espaço, interno e externo a sua área urbana e ao território de seu município, ou seja, sua dinâmica urbana e regional, permitindo uma reflexão sobre como as pequenas cidades e seus respectivos municípios podem planejar o futuro, partindo de estratégias e ações integradas entre municípios vizinhos que aproveitem suas atuais dinâmicas e interações socioespaciais em benefício mútuo. Não conhecer tal dinâmica é desprezar uma parcela considerável da rede urbana, pois, mesmo sendo pequenas, tais cidades são espaços de vivência, produção, circulação, consumo e articulação de parte significativa da população brasileira.”

Hipótese:

“Mesmo as pequenas cidades, como Itapaci, redefinem os papéis que exercem, o que pode, consequentemente, reduzir ou ampliar os papéis que desempenham em seu espaço urbano e no entorno regional ao qual se inserem, podendo, assim, diminuir ou ampliar sua área de influência e mesmo estabelecer um certo grau de centralidade na rede urbana regional.”

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

"Compreender os processos que marcam a dinâmica urbana contemporânea do município de Itapaci (GO) e suas interações com outras pequenas cidades a partir dos papéis urbanos e regionais que desempenha na rede urbana regional."

Objetivos Secundários:

- "a) Refletir sobre como a Geografia tem pensado as pequenas cidades em suas interações espaciais com a rede urbana;
- b) Analisar os processos e fatores que marcam a dinâmica urbana contemporânea de Itapaci a partir dos papéis urbanos e regionais que desempenha enquanto pequena cidade;
- c) Pensar propostas de planejamento e desenvolvimento intermunicipal integrado para Itapaci e os municípios circunvizinhos cujas pequenas cidades se articulam com Itapaci no contexto regional da rede urbana."

Estão em acordo em ambos, projeto detalhado e informações básicas da pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Sobre os riscos da pesquisa, PAPÉIS URBANOS E REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE: a dinâmica contemporânea da cidade de Itapaci (GO), o autor menciona:

*Invasão de privacidade;

*Interferência na vida e rotina do participante;

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.001.087

- *Tomar o tempo do participante;
- *Não compreensão da Pesquisa, do TCLE e/ou do Termo de Anuência;
- *Discriminação, estigmatização e/ou lembrança dolorida e/ou constrangedora;
- *Divulgação de dados confidenciais;

Quanto aos seguintes Benefícios o autor pondera que, estes serão apenas indiretos.

“Pode-se citar como um dos benefícios indiretos ao participante sua própria participação em uma pesquisa acadêmica de mestrado, na qual ele ou ela poderá expressar sua opinião e visão de mundo sobre os temas tratados no roteiro de entrevista, podendo assim, contribuir a um melhor entendimento da realidade da cidade em que vive, trabalha, se diverte e consome, que é o tema central desta pesquisa. Outro possível benefício indireto ao participante é que, no futuro, esta pesquisa poderá contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que visem melhorar o espaço urbano da cidade de Itapaci e a própria interação regional desta com as outras cidades vizinhas, fato que poderá vir a beneficiar a coletividade da população itapacina, o que incluiria o/a participante desta pesquisa enquanto morador(a) desta cidade.”

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Fica explícito no corpo do projeto que a pesquisa será realizada sob a égide eticidade, se comprometendo em respeitar os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos(as) participantes da pesquisa, assegurando a estes, a integridade e o bem-estar.

Os roteiros de entrevista estruturada, propostos para serem aplicados junto à população da cidade de Itapaci (ANEXO 01), e aos dois funcionários(as) da área de gestão representantes da Secretaria de Indústria e Comércio (ANEXO 02) e da Associação Comercial e Industrial de Itapaci/Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapaci (ACOMITA/CDL) (ANEXO 03), foram elaborados em conformidade com os objetivos da pesquisa, se restringindo às questões pertinentes a esta, objetivando-se, com isso, causar o menor incômodo possível àqueles que livremente aceitarem participar da pesquisa.

A aplicação do roteiro de entrevista no primeiro grupo será realizada nas residências da cidade de Itapaci, escolhidas de forma aleatória e distribuídas espacialmente da forma mais abrangente possível, pelos vários bairros da cidade. O quantitativo de entrevistas a serem realizadas junto à população itapacina foi definido com base em cálculo amostral, detalhado no corpo do projeto.

Propõe-se para aplicação dos roteiros de entrevista do Grupo II o período comercial de segunda à sexta-feira. A abordagem inicial será realizada na sede da Secretaria de Indústria e Comércio de Itapaci e da ACOMITA/CDL. Em ambos os grupos I e II as entrevistas serão realizadas individualmente.

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.001.087

Quanto aos possíveis riscos e danos aos quais os/as participantes da pesquisa estão sujeitos, estes encontram-se demonstrados no Quadro 1 página 19) do projeto, que também apresenta as medidas e providências a serem adotadas para minimizar tais riscos.

Ou item importante a destacar é que a pesquisa possui afirma ter financiamento, sendo o pesquisador responsável bolsista beneficiário do Programa de Demanda Social da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob o Número de Processo 88882.385492/2019-01, com vigência da bolsa até 30 de abril de 2021.

Quanto aos itens, critérios de inclusão e de exclusão de participantes, o pesquisador descreve:

Critério de Inclusão:

“Grupo 1: Como critério de inclusão, estabelece-se a população que seja residente em Itapaci entre 20 e 59 anos de idade.

Grupo 2: Considera-se como critério de inclusão para participar da pesquisa aqueles funcionários que estejam lotados em um dos dois órgãos e que desempenhem funções no âmbito de gestão, planejamento, administração e secretariado geral em tais instituições. A intenção deste critério é incluir na pesquisa participantes que tenham uma visão geral sobre os órgãos em que trabalham e assim sobre os setores secundário e terciário da economia do município de Itapaci.”

Critério de Exclusão:

“Grupo 1: Considera-se critério de exclusão do público alvo desta pesquisa os não residentes na cidade de Itapaci, os residentes em áreas rurais, os maiores de 60 e os menores de 20 anos de idade.

Grupo 2: Dentro do conjunto de funcionários da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Itapaci e da ACOMITA/CDL, exclui-se aqueles que não desempenhem funções gerais de gestão, planejamento e administração em tais órgãos, ou seja, aqueles que desempenham apenas funções mais restritas, como por exemplo no atendimento ao público ou na limpeza.”

Os grupos foram descritos da seguinte forma:

Grupo 2 - Funcionários/Gestores, 2 participantes, intervenção por meio da aplicação de roteiro de entrevista estruturada

Grupo 1 - População residente em Itapaci, 44 participantes, intervenção por meio da aplicação de roteiro de entrevista estruturada

Entende-se que se trata de uma pesquisa que se enquadra nos termos da Resolução 510/16 e os critérios apresentados de participantes foram claramente apresentados.

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.001.087

Quanto ao cronograma, foi devidamente previsto um prazo mínimo de 60 dias para esta apreciação deste Comitê, com uma previsão de realização da Pesquisa de campo entre 18/05/2020 à 30/10/2020 (PB, informações básicas da Pesquisa).

O projeto de pesquisa foi apresentando seguindo a Norma Operacional 001/2013.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

No geral, os termos apresentados cumpre com a solicitação Conep, conforme abaixo considerados:

- 1- PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1520764.pdf. postado em 09/03/2020, organizada de acordo com o projeto de pesquisa detalhado.
- 2- Folha_de_Rosto_Ass.pdf. postado em 09/03/2020, devidamente assinada pelo pesquisador responsável e pelo responsável da instituição proponente da pesquisa em 06/03/2020.
- 3- Projeto_de_Pesquisa.pdf, postado em 09/03/2020, brochura com 45 páginas, apresenta-se de forma detalhada todas as etapas da pesquisa.
- 4- Termo_de_Anuência_Secretaria_Ind_Com.pdf da Cidade de Itapaci-GO, assinada em 28/02/2020 e postada em 09/03/2020.
- 5- Declaração_sobre_Termo_de_Anuência.pdf da Secretaria de Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Itapaci-GO, justificando o porque não constar o carimbo e somente a assinatura da responsável pela pasta.
- 6- Termo_de_Anuência_ACOMITA_CDL.pdf da Associação Comercial e Industrial de Itapaci/ Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapaci (ACOMITA/CDL) carimbada e assinada em 28/02/2020 e postada em 09/03/2020.
- 7- Termo_de_Compromisso.pdf Assinado em 06/03/2020 pelo pesquisador responsável e pela pesquisadora participante, se comprometendo a cumprir os requisitos da resolução do CNS nº. 466/12 e ou da Resolução do CNS nº. 510/16, bem como suas complementares, postada em 09/03/2020.
- 8- TCLE.pdf, elaborado de forma clara e precisa, em quatro páginas, contendo todas as informações necessárias sobre a pesquisa e itens que visam esclarecer e resguardar os participantes, postada em 09/03/2020.
- 9- Planilha_Orçamentária.pdf de acordo com que consta no projeto, exposta de forma detalhada prevendo gastos com Material de Consumo, Material permanente e Outros serviços e encargos, postada em 09/03/2020 e em acordo com o apresentado na Plataforma Brasil.

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.001.087

10- Cronograma_de_Pesquisa.pdf postado em 09/03/2020, no geral em acordo com o apresentado na Plataforma Brasil prevendo o mínimo de 60 dias para apreciação ética pelo CEP.

10- No item outros, postado em 09/03/2020, traz um Check_List.pdf de todos os termos de apresentação obrigatória solicitados pelo CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o relato, o meu parecer é de Aprovação do presente protocolo, s.m.j. deste Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa da UFG/Regional Catalão (CEP/UFG/RC) considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP/UFG/RC o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS no. 466/12 e suas complementares no. 510/16 ou no. 580/18. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para 01/05/2021.

OBS.: O CEP/UFG/RC LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP, NA FORMA DE EMENDA, PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1520764.pdf	09/03/2020 13:22:48		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	09/03/2020 13:16:54	ANDERSON FERREIRA AQUINO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Ass.pdf	09/03/2020 13:14:05	ANDERSON FERREIRA AQUINO	Aceito
Outros	Check_List.pdf	09/03/2020 12:56:35	ANDERSON FERREIRA AQUINO	Aceito
Outros	Declaracao_sobre_Termo_de_Anuencia.pdf	09/03/2020 12:54:31	ANDERSON FERREIRA AQUINO	Aceito
Outros	Extrato_de_Pagamentos_Bolsa_CAPES	09/03/2020	ANDERSON	Aceito

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.001.087

Outros	.pdf	12:53:48	FERREIRA AQUINO	Aceito
Outros	Declaracao_de_Bolsista.pdf	09/03/2020 12:53:06	ANDERSON FERREIRA AQUINO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_Anuencia_Secretaria_Ind_Co m.pdf	09/03/2020 12:51:33	ANDERSON FERREIRA AQUINO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_Anuencia_ACOMITA_CD.Lp df	09/03/2020 12:51:23	ANDERSON FERREIRA AQUINO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso.pdf	09/03/2020 12:49:34	ANDERSON FERREIRA AQUINO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/03/2020 12:45:56	ANDERSON FERREIRA AQUINO	Aceito
Orçamento	Planilha_Orcamentaria.pdf	09/03/2020 12:45:20	ANDERSON FERREIRA AQUINO	Aceito
Cronograma	Cronograma_de_Pesquisa.pdf	09/03/2020 12:44:47	ANDERSON FERREIRA AQUINO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CATALAO, 30 de Abril de 2020

Assinado por:
Adriana Freitas Neves
(Coordenador(a))

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com